Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fernanda Brunetta Figueiró

Casa do Patrimônio de Penedo: Entre novos paradigmas e antigas práticas

Rio de Janeiro

2017

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fernanda Brunetta Figueiró

Casa do Patrimônio de Penedo: Entre novos paradigmas e antigas práticas

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Márcia Regina Romeiro Chuva

Rio de Janeiro

2017

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Alagoas.

Figueiró, Fernanda Brunetta
Casa do Patrimônio de Penedo: Entre novos paradigmas e antigas práticas / Fernanda Brunetta Figueiró – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017

256.f: il

Orientadora: Márcia Regina Romeiro Chuva

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2017.

1. Patrimônio Cultural. 2. Memória 3. Educação Patrimonial

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fernanda Brunetta Figueiró

Casa do Patrimônio de Penedo: Entre novos paradigmas e antigas práticas

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2017.

Banca Examinadora:

_____

Professora Dra Márcia Regina Romeiro Chuva (orientadora)

_____

Professora Dra Analucia Thompson – IPHAN

_____

Professora Dra Leila Bianchi Aguiar - UFF

Às Alagoas.

AGRADECIMENTOS

Às Alagoas dediquei. Às Alagoas agradeço. Assim, no plural: Não apenas em vastas belezas naturais ou em diversidade cultural, mas em vida. Cada gente conhecida foi um pedaço do coração que entreguei... no lugar, algo dela ficou. Piegas ou não, a metáfora do coração de retalhos sempre me parece bela, e nunca foi tão verdadeira! Quando me lancei a quilômetros de casa pela primeira vez a uma cidade do nordeste, a fim de participar da seleção de mestrado para o Iphan, minha mãe já dizia: são os olhos que brilham! Ainda não haviam visto o que viriam, mas já sabiam que seria encantamento. Agradeço a cada um dos momentos que vivi e das pessoas e lugares que conheci durante os dois anos e dois meses em terras alagoanas. Mesmo os dias mais difíceis têm me feito, ainda hoje, mais completa... Um tantinho mais preenchida de experiências, lembranças e afetos... E um sentimento se faz certo: Quero mesmo é transbordar!

Embora a tarefa de nominar pessoas seja bastante injusta por deixar escapar nomes e rostos valiosos, por alguns em especial é preciso arriscar - que se comece, então, por eles: Pai, mãe, Rê. A vocês agradeço tudo nessa vida! Com esse trabalho não seria diferente. Vocês três são inspiração. O impulso para voar, e o amortecimento para qualquer queda. Hoje rabisco esse escrito e meus olhos já brilham novamente: são lágrimas que surgem em sinal da emoção por tê-los como meu porto-seguro ao alcance de toda aventura que eu me lance. Pai e mãe, vocês compartilharam, sentiram, trilharam comigo as estradas – inclusive aéreas! – que me conduziram a essa pesquisa e, com amor de quem sabe cuidar sem oprimir, olharam de longe e acolheram no retorno. Há o lar que transpassa fronteiras, mas que bom também é receber aquele colo quente que vocês me proporcionam. Rê, descobri teu colo. O teu choro de alegria, saudade e medo me acompanhou os dias, e segue me lembrando de que força não impede a emoção. O nosso espaço compartilhado se tornou repentinamente vazio, mas a ausência ensinou e se fez presença de outras formas. Obrigada pela torcida e admiração. Ao Ricardo agradeço especialmente por ter cuidado desse tesouro que é a minha irmã! Agradeço por cada dia mais se tornar um irmão também, daqueles que nos recebem de volta e dividem a mesa de estudo e o sonho da padaria. Tua disciplina e superação me inspiraram, em momentos tão difíceis, para a conclusão desse trabalho.

Fabri, tu que há tanto tempo se faz presente... Sei que foste dos que mais precisou se reinventar para compartilhar desse momento comigo. É impossível não te

agradecer e não admirar o teu crescimento com tudo isso. Obrigada por sempre acreditar em mim, por enfrentar teus próprios medos, atravessando a distância em aprendizados... Por ter se permitido crescer junto comigo!

Toda aquela galera maravilhosa e acolhedora que eu encontrei na Superintendência do Iphan em Alagoas merece um abraço gigante, um agradecimento enorme por terem me ensinado tanto sobre tanta coisa. Com vocês aprendi a criar laços distantes da minha terra e descobri como é bom trabalhar com o que se ama, ainda mais cercada de "oxes" por todos os lados. Vocês são muitos mais mestres do que eu. Obrigada por tudo. Ao Sandro, à Jô e à Grecie um agradecimento especial pelo amparo nas atividades profissionais e por terem acreditado em mim em tantos momentos. À Grecie, dedico um pedacinho especial desse agradecimento: uma mineirinha alagoana que também fez morada em terras que lhes transbordam os olhos - a tua sensibilidade é admirável, e nela me senti cuidada e inspirada. Cami, Rutinha, Mari... vocês foram pérolas que eu encontrei por aí e gostaria muito de levar para a vida! Não há espaços aqui para falar tudo que vocês representaram para mim. De longe, vocês cabem de um jeitinho todo especial no meu coração. Dani, a minha bixo mais responsável e dedicada, uma leitora de Thompson daquelas de dar orgulho; Keyde, mulher doida e apaixonante! A todo esse povo ótimo do Iphan, da arqueologia ao administrativo, dos serviços gerais à segurança, e cada um que faz desse lugar luta. Estendo o agradecimento também às meninas da Casa do Patrimônio de Penedo, muito dedicadas e sempre tão disponíveis permitindo que esse trabalho fosse possível.

Penedo, uma cidade ribeira encantadora aos olhos e aos ouvidos: Escutar um pouco de sua gente foi das melhores coisas que poderia ter me proposto a fazer. Sinto por não tê-lo feito de maneira mais profunda, vocês merecem ter suas histórias reconhecidas. Um obrigado bem especial para a Fabiana por ter sido tão receptiva e ter me feito conhecer um pouco mais das lutas que trava no Barro Vermelho, e para dona Eunice, que nos seus 87 anos, é vigor e bom-humor – guardo com carinho a imagem da tarde regada à café.

Agradeço a todos os meus professores, inclusive os que antecederam esse mestrado, e entre eles a professora Carmem Gil, por ter me apresentado o campo do patrimônio cultural e me aberto os caminhos para a experiência no Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, o princípio da minha escolha profissional.

Karine, tu também tens um cantinho especial nessas páginas iniciais e nelas te agradeço pela possibilidade de hoje todas as demais estarem reunidas em forma de

dissertação e sendo entregues e defendidas com o orgulho de quem se sabe capaz. Obrigada pelo teu profissionalismo e carinho!

Vocês, turma PEP 2014, não sabia se agradecia logo de início ou se deixava a expectativa até o fim. Com um pedacinho de cada canto desse Brasil, a gente formou uma família. É difícil explicar para quem não viveu isso conosco, o nível de experiência que trocamos e os sentimentos que despertamos um nos outros. Os olhos, as vozes, os cantos, os giros, as danças, os corpos, as mentes, os choros, os risos, os abraços de gente que se ama, que ama a vida, que ama amar. Um encontro de almas gêmeas. Do Frevo ao Carimbó, do chimarrão aos biscoitos globo, da Pedra do Sal à Ipanema, é cada lembrança viva dentro de mim, dentro de nós. Ao meu Big PEP... Obrigada por terem feito desse mestrado, um lar. Eu amo vocês. Eu amo cada um de vocês: Déh, Lu, Lidi, Su, Bruno e Cláudio – vocês me fazem acreditar na beleza da humanidade e na grandeza de boas amizades. Não deixo mais vocês irem embora.

E, por fim, agradeço desde já as professoras da banca examinadora, pelo seu aceite, e imensamente à Márcia Chuva, por toda a paciência e persistência ao longo do caminho. Sei que foi um desafio e não há como não ser grata a ti por ter acreditado em mim e me motivado a chegar ao fim desse percurso.

Ao fim desse trabalho, tenho um coração com muitas moradas. Sou do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Alagoas. Tenho tantas casas, quanto amores. Obrigada a vocês. Muito obrigada.

RESUMO

A presente pesquisa trata das relações de poder que estão em ação no processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan na cidade de Penedo, em Alagoas, especialmente a partir das narrativas que ela constrói e comunica por meio de uma exposição que, hoje, compõe seu espaço físico e tem se efetivado, até então, como principal canal de interação da instituição com a cidade. Discute-se como seu material e conteúdo expositivo é resultado do imperativo seletivo de que se trata o patrimônio cultural, expressando paradigmas preservacionistas e suas estratégias de fixação no corpo social. Sendo a Casa do Patrimônio um projeto que visa a construção coletiva do conhecimento, a participação social para gestão, proteção e valorização do patrimônio cultural, pode-se considerá-la uma possibilidade do exercício democrático para a emergência de um espaço de ressonância das diferentes vozes que compõem o campo de forças e lutas do patrimônio cultural e, dessa forma, é importante observar se estão explícitos os processos de escolha que a Casa empreende e quais os locais de fala os sujeitos – e que sujeitos – ali ocupam. Com essas questões em cena e tendo em vista que o conceito de Casa do Patrimônio não se restringe a um espaço físico, considero pertinente que uma pesquisa que a análise tampouco se restrinja ao interior de suas paredes, mas promova, sim, um avanço na aproximação com os sujeitos que formam e experienciam a cidade, para a qual se reconheceu a representatividade da Feira Livre e do Barro Vermelho. O acesso às narrativas de memória e vivência da população local é parte da dimensão da imaterialidade de Penedo, onde as vozes enunciam suas leituras da cidade, seus pertencimentos, suas formas de construir e valorar os espaços, tempos, ritos e outros.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Casa do Patrimônio. Memória. Educação Patrimonial. Participação Social.

ABSTRACT

The present research deals with the power relations that are in action in the process of establishment and implantation of the Casa do Patrimônio of Iphan in the city of Penedo, in Alagoas, especially from the narratives that it constructs and communicates through an exhibition that today , Composes its physical space and has become, until then, the main channel of interaction between the institution and the city. It is discussed how its material and expository content is the result of the selective imperative that the cultural patrimony is dealing with, expressing preservationist paradigms and their strategies of fixation in the social body. As the Casa do Patrimônio is a project that aims at the collective construction of knowledge, social participation for management, protection and valuation of cultural heritage, it can be considered a possibility of democratic exercise for the emergence of a space of resonance of different voices which compose the field of forces and struggles of cultural heritage, and, therefore, it is important to observe whether the processes of choice that the House undertakes are explicit and which places the subjects - and what subjects - occupy. With these issues on the scene and considering that the concept of Casa do Patrimônio is not restricted to a physical space, I consider it pertinent that a research that the analysis is not restricted to the interior of its walls, but rather promote an advance in the approximation With the subjects that form and experience the city, for which it was recognized the representativeness of the Feira Livre and the Barro Vermelho. Access to the narratives of memory and experience of the local population is part of the dimension of Penedo's immateriality, where voices enunciate their readings of the city, their belongings, their ways of constructing and valuing spaces, times, rites and others.
Keywords: Cultural Heritage. House of the Patrimony. Memory. Patrimonial Education. Social Participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Justificativa para restauração dos galpões da orla do Barro Vermelho presente no processo referente à Marina Pública. 29
Figura 2 – Participantes reunidos na oficina de implantação da Casa do Patrimônio.... 40
Figura 3 – Primeiro dia da oficina de implantação da Casa do Patrimônio de Penedo.. 40
Figura 4 - Primeiro dia da oficina de implantação da Casa do Patrimônio de Penedo. . 40
Figura 5 - Planta baixa sem escala das salas expositivas da CPPenedo. 56
Figura 6 - Painéis expositivos Sala 1 da CPPenedo. 57
Figura 7 – Detalhes das paredes da Sala 2..... 58
Figura 8– Detalhes das paredes da Sala 2..... 58
Figura 9 – Foto de divulgação apresentando recursos de mídia da Sala 2. 59
Figura 10: Foto de divulgação apresentando recursos de mídia da Sala 3. 59
Figura 11: Detalhes da Sala 4..... 60
Figura 12 - Painéis expositivos Sala 1 da CPPenedo. 61
Figura 13 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 65
Figura 14 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 65
Figura 15 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 66
Figura 16 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 66
Figura 17 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 67
Figura 18 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 67
Figura 19 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 68
Figura 20 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 69
Figura 21 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 70
Figura 22 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 71
Figura 23 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1. 71
Figura 24 – Detalhe de painel da Sala 3. 74
Figura 25 – Detalhe de painel da Sala 3. 75
Figura 26: Detalhe da Sala 2..... 78
Figura 27: Detalhe de painel da Sala 1. 80
Figura 28: Detalhe de painel da Sala 1. 80
Figura 29: Mestre Toinho em entrevista à CPPenedo 83
Figura 30: Criança transita na Feira Livre de Penedo 109
Figura 31: Crianças na Feira Livre de Penedo 109

Figura 32 - Tenda O que Lembro Vivo 115
Figura 33 - Tenda O que Lembro Vivo 115
Figura 34 - Tenda O que Lembro Vivo 115
Figura 35 – Tenda O que lembro Vivo 115
Figura 36: Mapa colaborativo da tenda O que Lembro Vivo. 116
Figura 37 – Rocheira de Penedo. 121
Figura 38: da tenda O que Lembro Vivo. 123
Figura 39: Participante na atividade de tenda. 127
Figura 40: Participante na atividade de tenda. 127
Figura 41: Atividade do espelho – tenda O que lembro vivo 129
Figura 42: Cidade de Penedo vista do rio. 140
Figura 43: Rua do Pescador, Barro Vermelho. 141
Figura 44: Conjunto de casas na Rua do Pescador, Barro Vermelho. 141
Figura 45: Bairro Barro Vermelho. 141
Figura 46: Antiga fábrica de sabão em obras – Marina Pública. 142
Figura 47: Antiga fábrica de sabão em obras.- Marina Pública. 143
Figura 48: Antiga fábrica de sabão em obras.- Marina Pública. 143
Figura 49: Orla do Barro Vermelho, Penedo. 143
Figura 50: Orla do Barro Vermelho, Penedo. 143
Figura 51: Orla do Barro Vermelho, Penedo. 144
Figura 52: Orla do Barro Vermelho, Penedo. 144
Figura 53 – Rio São Francisco, Penedo, Alagoas. 145
Figura 54: Barro Vermelho e seus hábitos. 149
Figura 55: Barro Vermelho e seus hábitos. 149
Figura 56 – Travessa Santo Antônio no Barro Vermelho, Penedo. 154
Figura 57 – Pescadores à beira do rio, na orla do Barro Vermelho, Penedo. 156
Figura 58: Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 158
Figura 59: Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 158
Figura 60 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 159
Figura 61 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 159
Figura 62 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 159
Figura 63: Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 160
Figura 64 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 160
Figura 65 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 160
Figura 66 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 161

Figura 67 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 161
Figura 68 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 161
Figura 69 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho. 161
Figura 70: Pôr do sol no rio São Francisco. 162
Figura 71: Reportagem sobre procissão de São Pedro no Barro Vermelho 163
Figura 72: Convite à cavalgada de Santo Antônio. 164
Figura 73: Reportagem sobre cavalgada de Santo Antônio. 164
Figura 74: Festa da rua do Meio, no Barro Vermelho. 165
Figura 75: Reportagem sobre festa de Santo Antônio no Barro Vermelho. 167
Figura 76: Casas preparam-se para fogueiras de São João. 169
Figura 77: Marina Pública – antes. 174
Figura 78: Marina Pública – antes 174
Figura 79: Obras Marina vão sendo concluídas. 174
Figura 80 Cais da Marina - Início das obras 175
Figura 81 – Cais da Marina - Início das obras 175
Figura 82: Igreja Santo Antônio - externo 177
Figura 83 – Igreja Santo Antônio – interno. 177
Figura 84: Companhia Industrial Penedense 178
Figura 85: Companhia Industrial Penedense 178
Figura 86: Companhia Industrial Penedense – antigo escritório. 179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

O DISPOSITIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL 15

O IPHAN E AS CASAS DO PATRIMÔNIO, UM PARADIGMA PARTICIPATIVO 19

PROBLEMATIZANDO AS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS NA CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO 23

1. O PROJETO REDE CASAS DO PATRIMÔNIO – A REALIDADE PENEDENSE 33

1.1 CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO – A NARRATIVA DE UMA IMPLANTAÇÃO 33

1.1.1 A Casa do Patrimônio como um desenho institucional alternativo – Uma hipótese 51

1.2 A CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO – A NARRATIVA DE UMA EXPOSIÇÃO 56

1.2.1 Quantas vozes cabem em um discurso? 76

1.2.2 Cabine de depoimentos: Quem fala e quem cala? 87

2. PARA ALÉM DE QUATRO PAREDES, É POSSÍVEL? A CASA DO PATRIMÔNIO COMO UM EXERCÍCIO DE ESCUTA SOCIAL 95

2.1 Da Casa do Patrimônio de Penedo às Ruas 95

2.1.1 Quem habita a Casa do Patrimônio? Os trabalhadores como narradores de suas práticas. 100

2.1.2 A Feira Livre: Quando o produto em troca são nossas histórias 105

2.1.3 Do centro à periferia: O Barro Vermelho em um breve estudo de caso 138

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS 183

REFERÊNCIAS 189

APÊNDICE A 195

APÊNDICE B 196
APÊNDICE C 197
ANEXO A 227
ANEXO B 228
ANEXO C 241
ANEXO D 251

INTRODUÇÃO

O DISPOSITIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Trabalhar com patrimônio cultural é propor-se, desde logo, a um considerável esforço epistemológico, na busca de compreender a constituição do campo patrimonial ao longo da história e capacitar-se no manejo dos diversos conceitos necessários a sua leitura. Um rápido voo panorâmico sobre o caminhar da sociedade ocidental permitiria o vislumbre de diferentes concepções atribuídas ao patrimônio, sendo possível apontar desde uma concepção vinculada à noção de propriedade privada, com forte caráter aristocrático e, não poucas vezes, religioso; até uma concepção moderna de patrimônio coletivo construída a partir das demandas identitárias dos novos Estados Nacionais dos séculos XVIII e XIX, que o considera instrumento para elaboração de referências comuns de um povo (FUNARI; PELEGRINI, 2006); chegando ainda a concepções mais contemporâneas que reconhecem o caráter político das definições patrimoniais e a necessária valorização do protagonismo de diferentes grupos sociais neste processo. Esta rápida viagem serve mais como recurso ilustrativo, do que propriamente reflexivo, correndo o risco de uma compreensão equivocada quanto a uma aparente linearidade e continuidade do campo patrimonial, só existentes quando forjadas em nossos discursos *a posteriori*. A questão aqui é, justamente, explicitar em poucas linhas que o patrimônio não é um elemento natural e tampouco um fenômeno universal, que tenha ocorrência em todas as sociedades humanas, em todos os tempos históricos, e sempre da mesma forma, é, sim, uma construção social, um artifício que serve a fins específicos com origem em tempo e lugar definidos (PRATS, 1997).

Os fins específicos desta construção social podem ser lidos, também, como os objetivos estratégicos a que Michel Foucault se refere quando da elaboração do conceito de dispositivo, aqui transposto ao estudo do patrimônio cultural. Márcia Sant'Anna (1995) empreendeu anteriormente esta relação e explica que "dispositivo define um conjunto de elementos heterogêneos, discursivos e não discursivos", sendo os primeiros elementos teóricos, saberes, técnicas de dominação etc., e os segundos técnicas físicas de controle

corporal, técnicas de organização arquitetônica dos espaços, técnicas de criação de necessidades físicas e emocionais etc., "integrados numa estrutura e postos em relação para atender a uma necessidade urgente, a um objetivo estratégico" e seus efeitos podem incluir sua própria reorganização, mas sempre permeado pela rede de poder imanente ao corpo social (SANT'ANNA, 1995, p.10). Sobre poderes,

> Não existiria, a rigor, o poder, mas poderes ou procedimentos localizados de poder, isto é, técnicas e formas de sujeição. Por isso, o poder tem um papel produtor e não se exerce apenas por meio da violência e da repressão [...]. Por fim, Foucault mostra que onde há poder, há resistência, e os pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder, embora não sejam 'subprodutos' e sim 'outro termo' nessas relações (Idem, p.08).

O novo tipo de poder, presente nas sociedades modernas e contemporâneas, é o da disciplina, que *"age pela inclusão do indivíduo em uma norma"*. O patrimônio cultural pode aqui ser compreendido, então, como um dispositivo disciplinador, à medida que é estratégico; gera normas e punições quando incorporado, por exemplo, ao aparelho estatal; é capaz de nomear, classificar e hierarquizar; mobiliza saberes técnicos específicos; produz técnicas de organizações do espaço; mobiliza crenças, sentimentos e saberes no desenvolvimento ou no fortalecimento de identidades e pertenças; e etc.

No Brasil, a institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural teve o protagonismo do Estado, e a história das reflexões teóricas do campo em muito está, também, a ele vinculada. Desde o final da década de 1930, com a criação do que hoje é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, os processos de patrimonialização oficiais passaram a estar sob o controle do Estado, intensamente pautados nos critérios de originalidade e excepcionalidade dos bens materiais representativos da nação e com um modelo institucional marcado pela fala quase hegemônica de um grupo de arquitetos modernistas (CHUVA, 2009). Diferentes contextos políticos, sociais e econômicos se sucederam desde então, com seus respectivos embates, e é apenas no final da década de 1980 que se instaura em termos estatais uma nova abordagem conceitual do Patrimônio, expressa inclusive em sua nomenclatura que passa de "histórico e artístico" para "cultural", refletindo paulatinamente em novas práticas preservacionistas. O dispositivo patrimonial é mobilizado, portanto, sempre no bojo de relações de poder, sejam elas pautadas por concepções acerca da verdadeira expressão nacional, sejam nas disputas – nem sempre explícitas, mas conjunturais – entre áreas do conhecimento, categorias de profissionais, ou outras questões que o valham. Mesmo nos anos 1930, em que sabidamente saiu engrandecida a concepção de uma identidade nacional representada pelo barroco mineiro, o cenário era de

lutas de representações sobre esta identidade, gerando, inclusive, em diferentes âmbitos do poder público, diferentes políticas e ações. Grupos de arquitetos neoclássicos e de arquitetos modernistas travavam um embate conceitual e político – os elementos discursivos e não discursivos foucaultianos – pelos bens a serem preservados, guiados por suas valorações acerca dos estilos artísticos e arquitetônicos das obras. A conjuntura era caracterizada pela consolidação de um Estado forte, pela busca por conquistar um espaço no mundo civilizado, mesmo que fosse essa conquista pela inserção do Brasil na história da arte universal. São objetivos estratégicos visados por meio de articulação, na estrutura estatal, de elementos heterogêneos – teóricos, técnicos, emocionais e etc. Certo é que por muito tempo as linhas de ação do Iphan foram excessivamente técnicas, intelectualizadas e especializadas. No entanto, se onde há poder há resistência, e se a formatação de um dispositivo gera efeitos que podem reorganizá-lo, cabe que façamos uma leitura das mudanças que se sucederam em décadas seguintes a partir da lógica de produção, apropriação e contra respostas do discurso patrimonial que vinha se estabelecendo como regime de verdade no país, ou seja, como uma política geral de verdade firmada pelos discursos acolhidos por uma sociedade, os mecanismos que distinguem o verdadeiro do falso e maneira como os sanciona, as técnicas valorizadas para a obtenção da verdade (FOUCAULT, 2009, p.12). Este conjunto de regras "segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder" desempenha um papel econômico-político (Idem, p.13). No caso do Patrimônio Cultural no Brasil e suas políticas nos primeiros 40 anos de Iphan parece ter se estabelecido um regime de verdade que nomeia o que é herança cultural do povo brasileiro, mesmo que este povo não tenha sido consultado quanto àquilo que o representa, baseado em alguns pontos que Foucault (2009) aponta costumar-se centrar a verdade em nossas sociedades: no discurso científico e nas instituições que o produzem – logo instituições de poder -; no controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos; no seu imenso consumo; e nas lutas ideológicas (Idem).

Já nos anos 1970 o Iphan empreende um esforço na associação entre cultura e desenvolvimento, onde o patrimônio deixe de ser conectado exclusivamente ao passado e passe a ser percebido como agente de desenvolvimento e progresso. Outras questões políticas emergem, tais como as relações com praticantes e usuários, a negociação de interesses, e a necessária superação da homogeneidade do conhecimento técnico-científico como regulador das ações de preservação. Os anos 1980 fortalecem novos argumentos e no dispositivo patrimonial se alocam reivindicações por qualidade de vida, direitos de propriedade, direitos

de reconhecimento identitário e outros. A reorganização do dispositivo se dá a partir, também, desta equalização de demandas e lutas sociais. Está posta em discussão a legitimidade de determinadas classificações e metodologias, e a eficiência de normativas que delas nascem. Estratégias e táticas, aos moldes do que teoriza Michel de Certeau (CERTEAU apud BOCCHETTI, 2015), são as expressões dessas relações de poder. Ao trabalhar com os lugares do poder, Certeau procura espaços que lhe escapem, compreendendo aí o espaço de liberdade e da subjetividade, e é nesta lógica que estabelece as definições de estratégias enquanto "manipulação das relações de força por um sujeito que se constitui em lugar próprio", e de táticas enquanto "ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio", tendo por síntese não um discurso, mas a própria decisão, um ato em si (BOCCHETTI, 2015, p.47). As táticas aparecem, então, relacionadas às resistências. Numa análise que aproxime Foucault e Certeau, como propõe Bocchetti (2015), estes conceitos podem ser acionados não de acordo com a presença ou ausência de poder, visto que as teorias foucaultianas reconhecem relações de poder em todo tecido social, mas justamente em contextos conformados por estas relações de poder. A nova concepção de patrimônio cultural que é construída é, então, tributária de um entendimento amplo e interdisciplinar do que é patrimônio, que vem se consolidando nas últimas décadas, a partir de táticas de resistência e de reorganização do dispositivo. As políticas públicas a partir da Constituição de 1988[1] e com mais vigor a partir do Decreto nº 3551/2000[2] vem tentando dar conta dessas transformações, reconhecendo a atuação de diversos grupos sociais na formação de nossa nação que, por sua vez, se traduz em uma variedade de expressões culturais. Encara-se, portanto, um novo paradigma, pelo qual não mais se concebe os bens como portadores de valor intrínseco, mas sim como objeto de atribuição de valor, o que dá espaço para um dos maiores legados do artigo 216 da CF/1988: o reconhecimento e o protagonismo da sociedade nesta valoração.

[1] Refiro-me em especial ao artigo 216 da CF/1988 que tenta dar conta da complexidade do patrimônio cultural brasileiro. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

[2] O Decreto nº 3551/2000 instaurou o "Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial". BRASIL. Decreto nº3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>

O IPHAN E AS CASAS DO PATRIMÔNIO, UM PARADIGMA PARTICIPATIVO

Se, "ao denominar e considerar os sujeitos sociais como detentores, atores e autores dos bens culturais, confirma-se, sobretudo, sua condição de cidadão, de membro ativo de uma sociedade/grupo social" (SIVIERO, 2015, p.33), então cabe a nós a pergunta de qual tem sido a autonomia desses atores na coisa pública, ou seja, qual tem sido as suas condições de transitar pelos espaços de decisões em vez de serem apenas acautelados ou governados por um Estado tutor. Não se trata de discutir a autonomia privada, mas a autonomia política dos cidadãos (HABERMAS apud CARRERA, 2002, p.144), a participação do sujeito nos debates que visam a construção do consenso, permitindo ao sujeito conhecer, fazer parte ou intervir no jogo político (MOREIRA, 201-, p.3), acessando os meios para a negociação junto aos espaços de representação – neste caso, dos espaços deliberativos para as políticas pertinentes ao Patrimônio Cultural. É correto dizer que o Iphan tem procurado tornar sua ação mais democrática e participativa, transformando seu perfil de órgão fiscalizador, imperativo e punitivo, para um parceiro da comunidade na identificação e preservação de seus patrimônios, trabalhando pela diminuição do distanciamento entre representantes e representados ou *demos* e Estado (Idem). Entendo democracia e participação como um conjunto conceitual que trata da transformação da ação para a construção de um jogo político mais igualitário, de maneira a se promover espaços de debate e construção coletiva das políticas – embora, para isso, sejam ainda necessários padrões mínimos de inclusão social –, ou seja, democracia participativa como "todo o processo de transformação de relação de poder desigual em relação de autoridade partilhada" (BOAVENTURA, 2013, p.2). Algumas iniciativas traduzem esse empenho[3], como é o caso do projeto Rede Casas do Patrimônio, pensado nos moldes atuais desde 2008[4],

> [...] que busca reconhecer o protagonismo local das ações educativas de valorização do Patrimônio Cultural, articulando agentes e instituições que possuam envolvimento com o tema e com os bens culturais. Procura-se, ainda, ampliar a capilaridade e privilegiar ações descentralizadas de uma

[3] É possível identificar algumas condutas por parte do Iphan que buscam valorar a agência dos diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira e envolvê-los no debate público do patrimônio cultural, tais como o chamamento dos detentores dos bens culturais quando se discute as estratégias de salvaguarda dos bens imateriais; o Registro como instrumento de proteção que já nasce com um pedido da própria comunidade; o envolvimento da instituição junto ao MEC, em especial no ProExt e no Programa Mais Educação; entre outros.

[4] Ano em que, após recorrentes ações institucionais voltadas a coordenar a área de Educação Patrimonial, ocorreu a Oficina para a Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, em Pirenópolis-GO.

> política pública de Educação Patrimonial, em uma perspectiva de construção coletiva que envolva as três instâncias de governo. (IPHAN, 2014, p.29)

É objetivo do Iphan que todas suas unidades venham a se consolidar enquanto Casas do Patrimônio (Idem, p.39), um centro de interação entre Iphan, a sociedade e o poder público, não restrito a sua instalação física, capaz de ampliar o diálogo interligando espaços e experiências de valorização do patrimônio cultural. A Carta de Nova Olinda (2009)[5], primeiro documento produzido no âmbito do projeto Rede Casas do Patrimônio, traz o seguinte conceito:

> A casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. (IPHAN, 2009, p.4)

A mais recente publicação do Iphan "Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos" (2014), tratando do mesmo tema alinhava que o objetivo é fomentar um desenho organizacional baseado no princípio da gestão em rede. Os conceitos e princípios desta publicação são resultado de um longo debate institucional em torno do papel da educação em uma instituição de preservação do patrimônio cultural – existentes timidamente desde a criação do SPHAN –, uma síntese dos encontros e das pesquisas que o Iphan promoveu e se envolveu na última década, e um marco da luta de setores da instituição pelo reconhecimento da Educação Patrimonial como objetivo estratégico do Iphan, além de uma atualização – para um novo paradigma educacional – do Guia Básico de Educação Patrimonial, publicado pelo Iphan em 1999, pioneiro na área, mas hoje já defasado em relação a novas problemáticas. Estas definições todas demonstram uma abertura a novas formas de gerenciar os bens culturais reconhecidos como patrimônio, assim como torna imperativo a participação dos técnicos da instituição e todos os envolvidos no seu cotidiano a repensar o seu *modus operandi*. Está lançado o desafio de operar uma gestão em rede, onde seus componentes se auto organizem horizontal e cooperativamente (IPHAN, 2014, p.39). Vê-se aqui a possibilidade de emergência de um espaço de ressonância dessas diferentes vozes que compõem o campo de forças e lutas do Patrimônio Cultural. Considerando que as verdades são construções discursivas e, portanto, históricas, e que as relações de poder permeiam todo o tecido social, num jogo entre estratégias e táticas de produção e apropriação e mesmo

[5] A Carta de Nova Olinda é o documento oficial que estabelece diretrizes, conceitos, objetivos e premissas das Casas do Patrimônio, publicado no ano de 2009, após o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda, Ceará.

ressignificação dos discursos, é lógico concluir que o patrimônio cultural é produto de atos seletivos. Define-se, pelos critérios que estejam, então, em vigor, o que é ou não passível de patrimonialização. Não é difícil concluir que se trata, evidentemente, de processos de inclusão e exclusão: A seleção de algo implica a exclusão de outro algo; a atribuição valorativa de um bem enquanto patrimônio implica a desconsideração de outro bem como depositário das mesmas capacidades representativas; as escolhas são, inevitavelmente, ações políticas que, neste caso, repercutem em noções de memória, história e identidade. Isto não significa dizer que toda a produção do discurso patrimonial seja resultado de intencionalidades escusas ou manipulações perversas, significa, sim, que todo o "estar no mundo" carrega em si intencionalidades, parcialidades e a impossibilidade da totalização.

Em Alagoas são quatro as Casas do Patrimônio: Maceió, Penedo, Marechal Deodoro e Piranhas, embora apenas as duas primeiras tenham sido de fato implantadas, o que significa terem passado pelo processo que prevê a identificação de potenciais parceiros nas outras esferas de governo e na sociedade civil - interessados ou já engajados em projetos de cunho patrimonial - para a realização de um encontro no qual se apresenta a atual concepção de educação patrimonial dentro do Iphan e se faz um convite ao trabalho conjunto entre poder público e comunidade para refletir sobre o processo de valoração dos bens culturais, assim como buscar conjuntamente a identificação, valorização e promoção desses bens. A Casa do Patrimônio de Penedo, em foco neste estudo, apesar de implantada em setembro de 2014, teve seu Acordo de Cooperação Técnica concluído – com a coleta completa das assinaturas – apenas em setembro de 2015. Embora a CPPenedo ainda não esteja efetivamente atuando com suas parcerias, ela existe enquanto local físico e se apresenta à sociedade como mais um equipamento cultural da cidade, e apresenta desde sua inauguração, alguns meses antes da implantação, uma exposição sobre a história da cidade – alvo de elogios e controvérsias. A exposição pretende privilegiar o chamado "período áureo da cidade", identificado entre os anos de 1850 e 1950, e se apresenta ao público por meio de painéis escritos e equipamentos tecnológicos. Sobre a função social dessas CPs que pode ser apreendida na Carta de Nova Olinda[6], e considerando as escolhas, as disputas, e as desigualdades do processo de patrimonialização, cabe colocar em pauta quais atores transitam, consomem e difundem as

[6] A Carta de Nova Olinda (2009) propõe orientações como a promoção permanente de cursos, oficinas e outros eventos, o fomento à participação social na gestão e proteção dos bens culturais assim como a apropriação, manutenção e valorização das identidades e aspectos históricos e culturais do local ao internacional, reforça a atuação em rede, e dá outras providências que reforçam a função social das Casas do Patrimônio como espaço de produção coletiva e de divulgação do conhecimento, assim como do reconhecimento dos saberes e da diversidade cultural.

noções de patrimônio cultural construídas na ação da CPPenedo, especialmente, através da exposição. Justamente por compreender que o patrimônio cultural é campo de conflito e disputas, há de se considerar um possível desequilíbrio de representatividade dos atores sociais neste espaço e é preciso que se identifique quais os *"repertórios patrimoniais"* estão sendo ativados em cada momento histórico e contexto social (PRATS, 2005). Sendo assim,

> [...] ao assumir funções de mediação, as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores *a priori*, criar espaços de aprendizagem e interação que facultem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. Sua função primordial é mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre se pautando pelo respeito à diversidade sociocultural. (IPHAN, 2014, p.23)

Segundo as próprias considerações do Iphan,

> Sabe-se que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acauteladas. Situação determinada, entre outras causas, pelo assimétrico e desigual processo de desenvolvimento socioeconômico [...].
>
> Esse quadro acaba por originar um desequilíbrio de representatividade em termos da origem étnica, social e cultural, o que provoca, por sua vez, uma crise de legitimidade e uma baixa identificação da população, em alguns casos, com o conjunto do que é reconhecido oficialmente como Patrimônio Cultural nacional. Nesse sentido é fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais. (Idem)

Assim, o Iphan está compreendendo que as ações educativas voltadas ao patrimônio cultural – base do projeto Rede Casas do Patrimônio – se tornam mais eficazes quando consideram esse campo de conflitos e procuram explicitar os processos de escolhas, e define que:

> [...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (Idem, p.19)

As Casas do Patrimônio nascem no intuito de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade civil e poderes públicos (Idem, p.36), compartilhando de todas essas premissas listadas até aqui. Pode-se dizer que a causa do sucesso frequentemente parcial dos programas e políticas sociais de educação, cultura e

outros, esteja na dificuldade de diálogo e afinidade entre o formato dessas ações e as demandas reais das populações alvos (ARANTES, 2005, p.09). Nesse sentido, o principal desafio desta proposta do Iphan parece ser ampliar os espaços de interlocução a partir da Educação Patrimonial. Para isso é preciso garantir a eficiência do diálogo, reservando o espaço de fala a todas as partes, ou à maior parte possível, envolvidas no processo educativo que é também comunicativo. Os saberes e suas transformações, produzidos em diversos lugares, estão situados no interior de relações de poder (BOCCHETTI, 2015), portanto é pertinente que se questione de que forma esta gama de sujeitos agora reconhecidos como protagonistas conquistam efetivamente locais de fala.

PROBLEMATIZANDO AS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS NA CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO

O problema de pesquisa aqui desenvolvido advém da experiência nas atividades de prática supervisionada do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, que na turma de 2014 responde à demanda da Superintendência de Alagoas quanto à necessidade de um diagnóstico da atuação das Casas do Patrimônio do Estado e sua articulação com a sociedade civil, acompanhando sua construção e fomentando ações de educação patrimonial. No momento de minha chegada como mestranda ao Iphan, todas as quatro Casas do Patrimônio do Estado – Maceió, Marechal Deodoro, Penedo e Piranhas – já haviam sido inauguradas, mas estavam à espera de sua implantação oficial, o que significa dizer que existiam enquanto local físico e estavam atuantes dentro das limitações do quadro técnico da instituição, mas aguardavam a oficina de implantação para oficializar as suas ações e instituir diretrizes de conduta. O processo de implantação de uma casa do patrimônio prevê a identificação de potenciais parceiros nas outras esferas de governo e na sociedade civil - interessados ou já engajados em projetos de cunho patrimonial - para a realização de um encontro no qual se apresenta a atual concepção de educação patrimonial dentro do Iphan e se faz um chamamento ao trabalho conjunto entre poder público e comunidade para identificação, valorização e promoção dos bens culturais da região em questão. Resulta como produto da implantação um Acordo de Cooperação Técnica entre as partes, um plano de trabalho e um cronograma de atividades. Com meus trabalhos junto à Regional de Alagoas

(colaborando com profissionais da Casa), a Superintendência pôde ganhar fôlego para organizar esta oficina nas cidades de Penedo, em setembro de 2014, e de Maceió, em novembro do mesmo ano. Concomitante à prática empreendi a elaboração de uma proposta de pesquisa que, inicialmente, pretendia fazer um diagnóstico da implantação das duas Casas do Patrimônio e de suas estratégias de ação, apontando o impacto da implantação na relação Iphan e sociedade e no papel da comunicação em uma instituição que tem por missão a preservação do patrimônio cultural, em uma pesquisa de caráter etnográfico, e que depois passou a considerar menos a implantação como o objeto de pesquisa e mais as relações de poder e as produções discursivas no campo do Patrimônio Cultural estabelecidas na cidade de Penedo. Nesta nova proposta projetou-se primeiramente a ideia de fazer um mapeamento que evidenciasse a rede de agentes envolvidos de diversas formas com o patrimônio local, e visibilizasse suas contradições, embates e parcerias, pelo acesso às suas narrativas de memória, expectativa que foi reduzida, por questões de aplicabilidade, a pensar mais propriamente o discurso produzido pelo Iphan através da exposição que a Casa do Patrimônio de Penedo abriga e problematizar suas inclusões e exclusões, ou seja, os processos de escolha presentes na implantação e na consolidação da exposição. Nesta perspectiva atual está em pauta o reconhecimento da existência de diferentes sujeitos produtores de discursos de pertença em relação a cidade, a importância de explicitar o caráter seletivo da exposição que fala pelo Iphan na cidade, e da relevância social de se aproximar das vozes daqueles que não foram contemplados neste processo.

Penedo é uma cidade ribeirinha, às margens do Rio São Francisco, ao sul do Estado de Alagoas, com 690km² e com uma população estimada em 2015 de 64.074 pessoas, de acordo com informações IBGE[7]. Após acautelamentos anteriores por parte do Estado e Munícipio, Penedo foi tombada em nível federal em 1996, tendo sua inscrição sido feita em dois Livros Tombos: O Histórico e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Desde 1964 o Iphan já tinha bens tombados isoladamente na cidade, indicando que sua ingerência na região já advinha de tempos anteriores ao reconhecimento da cidade como Patrimônio Cultural Nacional. A despeito do quanto ou de que forma a instituição se fez presente entre os penedenses ao longo deste período, não parece arriscado inferir que a partir dos anos 1990 tenha se processado uma transformação nessa relação. À época, o Iphan em Alagoas funcionava como Escritório Técnico vinculado à 8ªSR de Sergipe e, mesmo que sua presença ostensiva na cidade pudesse não ser realidade, ela já apontava como objeto de discussões

[7] Dados fornecidos pelo IBGE. Disponível em:
< http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=270670>, acesso em setembro de 2015.

dentro do órgão: Em 1986 foi feito um primeiro pedido de tombamento pelo então Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, Hélio Lopes, que fora negado pelo Iphan, e durante a década seguinte, sem que nunca o processo fosse encerrado, entre lacunas e declarações, fizeram-se estudos que apontaram a urgência em deter a total destruição do sítio histórico de Penedo (SPHAN, 1986, p.96) e - após novo pedido por meio de abaixo-assinado da população - o tombamento foi, enfim, aprovado por unanimidade pelos membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em novembro de 1994 – que destacou o "real valor histórico, paisagístico e urbanístico" de Penedo (Idem, p.247) –, homologado pelo Ministro do Estado da Cultura em dezembro de 1995, e inscrito nos respectivos Livros Tombos em outubro de 1996. A justificativa presente nos estudos toma como exemplo o tombamento da cidade de Laguna, em Santa Catarina, enaltecendo não a excepcionalidade – critério por muito tempo reinante na instituição -, mas o seu caráter documental da história urbana e cultural do país, sendo expressão, ainda, de um evidente projeto de colonização empreendido em terras nordestinas:

> Penedo é parte destacada da alma nacional, não só pela história que se pode contar, mas pela história da qual dá testemunhos físicos. Além de remontar os albores da nacionalidade, mantém um acervo urbanístico e arquitetônico que é testemunho inelutável de percurso histórico.
>
> Esse acervo pleno de significados, é composto do conjunto de arquiteturas que, ao longo de mais de três séculos, está representado na parte mais central da cidade. O amálgama de arquiteturas sobre o Penedo, com suas obras mais antigas e muitas outras mais e mais novas, até as mais recentes [...] é razão da sua preservação até nossos dias [...] (SPHAN, 1986, p.186)

Esta interpretação não impediu que na reunião dos conselheiros para fins de tombamento fosse destacado que a edificação do Hotel São Francisco – construção de arquitetura modernista – representava "uma agressão violenta à paisagem urbana, pelo seu volume – largura e altura – e pelo seu colorido, rosa", sugerindo que o viessem a considerar elemento não integrante do acervo tombado. Mais uma vez no âmbito do próprio Estado manifestam-se discursos diferenciados que a depender de um conjunto de fatores vão formatando-se com mais ou menos protagonismo, explicitando as relações de poder que perpassam o campo das escolhas patrimoniais. Se pensarmos, ainda, quais os discursos de pertença e valoração urbana, histórica, cultural estão sendo produzidos, também, pelos diferentes grupos sociais que residem, vivenciam e experimentam a cidade, a complexidade do objeto fica cada vez mais manifesta.

Considerando que o dispositivo do patrimônio cultural envolve relações de poder existentes no corpo social, podendo tanto fortalecer quanto silenciar determinadas vozes, por

meio de elementos discursivos e visíveis (SANT'ANNA, 1995), proponho uma análise acerca das forças políticas que estão em ação no processo de implantação da Casa do Patrimônio de Penedo, especialmente a partir das narrativas que ela constrói e comunica por meio da exposição que, hoje, compõe seu espaço e tem se efetivado, até então, como principal canal de interação da instituição com a cidade – seja com seus moradores, seja com seus visitantes. Além disso, proponho discutir como seu material expositivo é resultado deste imperativo seletivo de que se trata o patrimônio cultural, expressando paradigmas preservacionistas e estratégias de sua fixação no corpo social elaboradas a partir de um espaço de poder bem demarcado – a instituição pública e o procedimento museográfico.

Se a seleção é fato inegável e realidade subjacente não apenas ao conteúdo e forma da exposição, mas a todas as práticas de preservação empreendidas ao longo do tempo que o Iphan atua na cidade – a incluir as disputas em torno da legitimidade de seu tombamento e da área sobre a qual recairia a proteção legal –, a construção discursiva é também classificatória, na medida em que define entre uma heterogeneidade de elementos e sujeitos aqueles que serão incluídos e excluídos dele, o que nos sugere uma limitação de sua representatividade junto aos grupos para quem, a priori, fala, ou seja, uma dificuldade de, tratando do "sujeito penedense", formatar-se um discurso que abarque simbolicamente e de forma satisfatória todos os sujeitos que se reconheçam nessa categoria. E sabendo-se dessa dificuldade, estariam os processos de escolhas explícitos ou anunciados na exposição? É neste sentido que pretendo colaborar no avanço das questões sobre quem seriam estes excluídos e como eles constroem em suas narrativas de memória os conceitos de pertencimento e patrimônio cultural. Sendo assim, me proponho ainda neste estudo, a analisar como o Iphan em Alagoas tem dado conta dessa diversidade de atores sociais, buscando através de breves saídas de campo junto aos comerciantes e frequentadores da Feira Livre de Penedo, no Centro histórico da cidade, e aos moradores do bairro Barro Vermelho, periférico em relação a esse mesmo centro, avançar - pelo acesso às suas narrativas de memória - no entendimento sobre o que é e como é ser de Penedo, e, assim, quais as condições de produção e apropriação do discurso patrimonial estabelecido como regime de verdade pelo Iphan e quais as táticas de subversão do discurso dominante. Espero poder verificar as condições atuais da Casa do Patrimônio de Penedo tornar-se um instrumento de democratização desses discursos, com a produção de canais de escuta e a abertura ao reconhecimento da pluralidade de grupos e sujeitos.

A escolha de associar à análise das construções discursivas empreendidas através da exposição e implantação da Casa do Patrimônio de Penedo um estudo de caso acerca das

formas de contar sobre o ser/estar em Penedo – pelo ofício na Casa do Patrimônio, pelas atividades na Feira, ou pelo habitar o Barro Vermelho - vem da necessidade de iniciar uma aproximação com narradores ausentes da fala institucional do Iphan – isso é dizer, sujeitos não contemplados nessa fala, seja como objeto do discurso seja como orador - ou das narrativas de pertencimento ao ser penedense expostas na exposição da CP, isso é dizer. Trata-se de avançar, com um curto passo, mas significativo enquanto base de reflexões, na compreensão da sociedade – e aqui, também do seu dispositivo patrimonial – a partir do individuo que nela vive. Este intento se viabiliza pela pesquisa pautada na história oral, que não é um fim em si mesmo, mas justamente um meio de conhecimento que carrega esta intencionalidade da leitura da realidade a partir do sujeito (ALBERTI, 2004). Trata-se de

> [...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz dos depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 2004, p.18)

Para contribuir com o estudo das relações de poder que envolvem o patrimônio cultural no processo de implantação da Casa do Patrimônio de Penedo e na consolidação de sua exposição, mobilizar-se-ão as narrativas de um grupo de moradores em especial: O bairro Santo Antônio, popularmente conhecido como Barro Vermelho, está localizado nas imediações do centro histórico de Penedo, entre os rochedos e o Rio São Francisco, e acompanha as "histórias de um passado fausto da cidade", enquanto no presente vive uma realidade próxima do esquecimento e da precariedade econômica e social, se podemos desde já adjetivá-la. O bairro, antiga vila operária, tem costumeiramente o seu passado associado ao apogeu de suas fábricas e à imponência de seus estaleiros, elementos fundamentais à opulência que recordam os cem anos ditos áureos da cidade, situados entre 1850 e 1950:

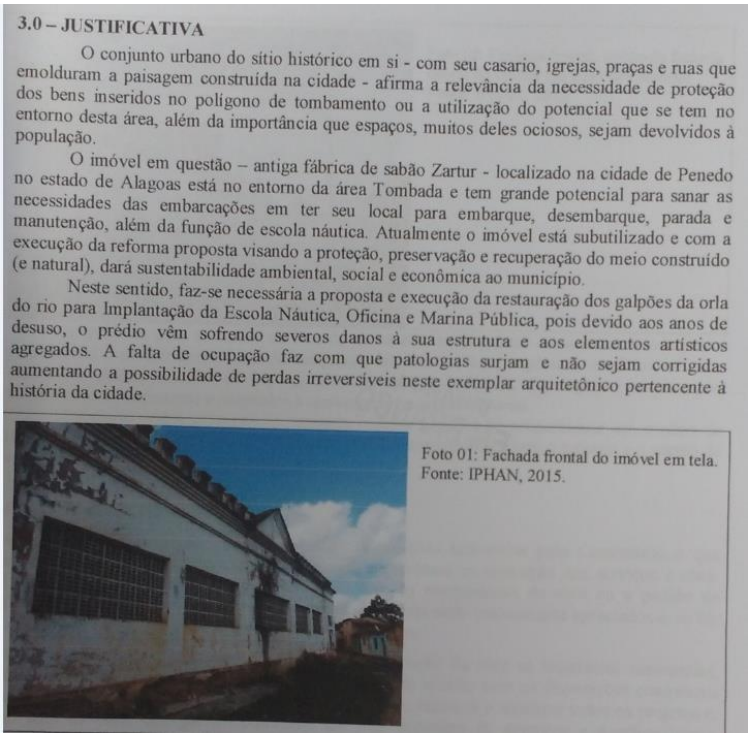
> Ali estão os restos do que foi a fortuna do Comendador Peixoto, as ruínas da antiga fábrica têxtil, labor de 1.112 funcionários dos idos de 1920. O museu de ruínas se completa com os restos de paredes que foram as fábricas de óleo e sabão. Mais recuada, espedaça-se a Casa da Pólvora.
>
> No eterno renascer, nesta região surge a Escola de Ensino Fundamental Professor Douglas Apratto Tenório, homenagem do penedense ao conceituado historiador alagoano.
>
> Como é óbvio o nome do bairro se deve ao barro vermelho por onde se desenhou. Mas bem que poderia ser uma analogia à inquietação política retratada por Antônio Osmar Gomes no romance *A Greve*, crônica da riqueza que se construía sobre misérias, injustiças e tísicas.
>
> Mas bem antes dos restos da fábrica, logo no início da estrada, a pequena orla de uma aprazível prainha abriga um estaleiro que garante a

> também centenária arte de fazer barcos, coisa antiga e de muito esmero neste Penedo.
>
> A notícia mais recuada de construção naval às margens do Rio São Francisco vem do sesmeiro Antonio Vaz Freire, que teria construído o primeiro barco por estas bandas. No apogeu chegou a recuperar embarcações de calado considerável, como o navio Comendador Peixoto [...]
>
> Hoje os estaleiros voltaram a ser miúdos, como se vê.
>
> [...]
>
> Este centenário bairro Barro Vermelho hospedou por muitos anos os negros malês. Esses negros muçulmanos e valentes fizeram guerra na Bahia e se espalharam em rebeldia por províncias vizinhas. A intenção era derrubar o domínio dos brancos e fazer a redenção negra. Fracassaram, mas se firmaram em sua fé.
>
> [...]
>
> Hoje, sem malês, o bairro tem uma missão nobre e belíssima. É ele que abriga no nome de suas ruas e praças muito do espírito alegre e autêntico do povo penedense. [...]" (SALES, 2013, p. 93-94)[8]

Hoje, o Barro Vermelho é um bairro estigmatizado pelo alto índice de criminalidade ali constatado e pelo abandono de sua orla, outrora fator primordial no crescimento da cidade, o que não significa o afastamento daqueles que preservam os saberes e os fazeres da região: nas margens do rio ainda se encontram pescadores e barqueiros, tratando de seus ofícios. Já nas discussões acerca do tombamento do sítio histórico de Penedo, o bairro aparece citado, embora apenas como delimitação de área de entorno ao polígono de proteção intensiva. Atualmente, é alvo de políticas conjuntas do Iphan e Prefeitura de Penedo. No início das atividades de campo dessa pesquisa, em 2016, o bairro vivia a expectativa da recuperação da Marina e Escola Náutica e a construção do Cais da Marina, inseridas no conjunto de obras do Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas, visando o incentivo do turismo náutico e da pesca esportiva, em claro intento de – juntamente com as demais obras previstas para a cidade a partir do mesmo programa – transformar Penedo em polo turístico na região do Baixo São Francisco. A intervenção é de grande porte, trazendo impactos diretos a trechos da orla e recuperando a antiga fábrica de sabão, hoje abandonada, tornando-a sede da Marina Pública.

[8] Francisco Alberto Sales é médico psiquiatra e Memorialista. Nascido em Penedo, formou-se e viveu grande parte de sua vida em Brasília, hoje um declarado apaixonado por Penedo. Fundou em 1992 a Fundação Casa do Penedo em sua cidade natal, espaço cultural que reúne variados testemunhos da história de Penedo que colecionou durante os anos.

Figura 1 – Justificativa para restauração dos galpões da orla do Barro Vermelho presente no processo referente à Marina Pública.



3.0 – JUSTIFICATIVA

O conjunto urbano do sítio histórico em si - com seu casario, igrejas, praças e ruas que emolduram a paisagem construída na cidade - afirma a relevância da necessidade de proteção dos bens inseridos no polígono de tombamento ou a utilização do potencial que se tem no entorno desta área, além da importância que espaços, muitos deles ociosos, sejam devolvidos à população.

O imóvel em questão – antiga fábrica de sabão Zartur - localizado na cidade de Penedo no estado de Alagoas está no entorno da área Tombada e tem grande potencial para sanar as necessidades das embarcações em ter seu local para embarque, desembarque, parada e manutenção, além da função de escola náutica. Atualmente o imóvel está subutilizado e com a execução da reforma proposta visando a proteção, preservação e recuperação do meio construído (e natural), dará sustentabilidade ambiental, social e econômica ao município.

Neste sentido, faz-se necessária a proposta e execução da restauração dos galpões da orla do rio para Implantação da Escola Náutica, Oficina e Marina Pública, pois devido aos anos de desuso, o prédio vêm sofrendo severos danos à sua estrutura e aos elementos artísticos agregados. A falta de ocupação faz com que patologias surjam e não sejam corrigidas aumentando a possibilidade de perdas irreversíveis neste exemplar arquitetônico pertencente à história da cidade.

Foto 01: Fachada frontal do imóvel em tela.
Fonte: IPHAN, 2015.

Fonte: IPHAN, 2013, p.909

É evidente que investimentos deste porte deverão causar impactos junto às populações que habitam o bairro do Barro Vermelho, no entanto, qual terá sido a relação estabelecida entre Iphan, Prefeitura, e comunidade local? Não se trata aqui de apontar novo foco do estudo, não nos interessa particularmente os procedimentos relativos ao PAC-CH, mas sim de constatar a pertinência de lançarmos o olhar sobre estes sujeitos que vivem perifericamente a cidade e tem em um horizonte de curto prazo a interferência, inclusive material, da lógica do patrimônio cultural em suas vidas via Estado. Inicialmente é interessante notar que a mídia pouco tem se referido àquela população local. Contudo, as futuras transformações econômicas da cidade estão frequentemente sendo apresentadas, como se constata nos dois trechos de reportagens que seguem, com falas do Arquiteto e Urbanista, Superintendente do Iphan – Mário Aloísio Barreto Melo – e do Prefeito de Penedo – Marcius Beltrão –, respectivamente:

> Para o superintendente do IPHAN, ambos os projetos são bastante importantes, com destaque para a Marina Pública, que busca incentivar o turismo náutico e a pesca esportiva. “A ação da Marina é todo um conjunto. É um investimento alto, que busca além da melhoria de toda a região, um conjunto de ganhos, busca também o lado econômico. Penedo possui várias vertentes turísticas e, uma delas, que pode e agora vai ser explorada é a náutica. Queremos trazer para Penedo pessoas que gastem na cidade, se hospedem e usem os serviços de Penedo. E a Marina Pública pode fazer isso”, explicou. (PREFEITURA DE PENEDO, 2015, online)

> "Aqui estamos mais uma vez, unidos ao IPHAN. Graças a essa parceria, nossa cidade está sendo transformada. Todos os projetos são de extrema importância para nossa Penedo. Estamos resgatando seu brilho, sua beleza. Penedo é linda e não vamos ficar atrás de ninguém. Estamos lutando para resgatar o seu potencial. Esse é o momento." (Idem)

O projeto da Marina previa estacionamento para barcos e tratores, casa de máquinas, lanchonete, loja, depósitos, estaleiro, oficina, vestiários, banheiros, área de espera, administração e auditório. Passado um ano das atividades de campo no bairro, a Marina Pública chega perto de ser entregue, com inauguração prevista pelo Iphan para agosto de 2017, e iniciaram-se as obras do Cais da Marina, que tem se convencionado chamar de Pier.

Apontar a existência de diferentes narrativas de pertencimento na cidade e buscar compreender a elaboração da exposição situada na Casa do Patrimônio de Penedo, assim como o próprio processo de consolidação deste espaço, é um esforço de historicização dos jogos de força, das lutas por classificações e dos significados atribuídos ou impostos aos objetos ali expostos ou retratados (OLIVEIRA, 2007), compreendendo que há um processo de construção social a ser refletido em vez de ocultado:

> Objetos, imagens, luminosidades difusas ou convergentes, o tato ou a contemplação distanciada, os sons, os cheiros – todos esses recursos, entre outros, são colocados a serviço da produção de um sentido, da elaboração de uma narrativa que acaba sempre por ensejar alguma chave explicativa e classificatória. (OLIVEIRA, 2007, p.74-75)

É preciso que se pense sobre os conflitos, embates, diálogos e consonâncias que compõem o dispositivo patrimonial e, mais especificamente, a linguagem museográfica requisitada pelo Iphan em Alagoas, como parte de uma estratégia institucional das Casas do Patrimônio defendidas como fundamental para a educação e comunicação. Segundo João Pacheco Oliveira (2007), ao discutir novo paradigma para museus etnográficos, o museu presentifica coletividades que não estão lá, já que os indivíduos, a priori, não são peças passíveis de serem expostas como objetos em uma exposição, fazendo-se deles, então, representações – formas de fazer presente o ausente –, atribuindo valor, sentidos e intenções, correndo o risco do distanciamento de sua práxis histórica. É neste sentido que é imprescindível para a reflexão crítica deste campo que se questione quem são os sujeitos que circulam pelo museu – aqueles para os quais a exposição foi feita – e quem são os sujeitos ali representados – aqueles acerca dos quais a exposição fala (Idem, p.96). Na Casa do Patrimônio de Penedo é possível que ambas categorias coincidam: O sujeito penedense. No entanto, de que penedense se fala e como se fala? Os espaços museográficos carregam consigo poderes de legitimação social de suas classificações e de "inculcar e reforçar demarcações identitárias, recusando o preconceito

e a invisibilidade" de coletividades (Idem, p.95), o que permite problematizar as estratégias utilizadas pela Casa do Patrimônio de Penedo, teoricamente inseridas no atual contexto de educação patrimonial horizontal, dialógica, participativa e transversal. O estudo que segue enseja contribuir para o aprofundamento das possibilidades de construção de espaços de memória de usos polifônicos, por meio de uma ruptura teórica e um compromisso político, e no esforço por "ampliar a positividade das narrativas de tradição oral" (Idem):

> Devemos lançar mão dos recursos de que possuímos para que as populações observadas possam exercitar suas memórias e conhecimentos, publicizando assim as "outras histórias" que constroem. Esse é o comportamento político que antropólogos, curadores e museólogos devem adotar. (OLIVEIRA, 2007, p.98)

Acredita-se que o trabalho que aqui se anuncia pode colaborar na análise de quais redes de significados compartilham os grupos sociais envolvidos nas comunidades que constituem as localidades onde se inserem essas Casas. Compreendendo o momento histórico e político da implantação dessas Casas e tendo em vista o percurso histórico de criação e atuação do IPHAN no Brasil, cabe projetar na análise destas implantações o questionamento sobre a forma com a qual as comunidades dessas regiões mantiveram ou elaboraram suas próprias leituras de sua história, suas próprias narrativas quanto à cidade, seus próprios pertencimentos e formas de valorar seus espaços, tempos, ritos e grupos, para além da atuação do IPHAN ou de outras esferas do poder público. Considerando ser também o próprio IPHAN um poder instituído que, através de escolhas acerca de um repertório patrimonial – como dos bens a preservar ou não – tem em suas mãos instrumentos de construção de narrativas e até mesmo de hierarquias histórico-sociais, pode-se avaliar a presente instituição a partir das concepções de "manipulação da memória social" e "invenção das tradições" (HOBSBAWM; RANGER, 2012), considerando o uso instrumental da recordação coletiva e da ação dos poderes constituídos sobre ela, e não um uso sempre perverso ou uma forma de controle sobre um coletivo subserviente, como a expressão poderia sugerir. Trata-se tão somente de reforçar o fato de que o patrimônio cultural é sempre construção social. A invenção não se refere apenas à criação de novos elementos, mas também a considerar os já existentes, realocá-los em novos contextos e ver, consequentemente, um novo sentido criado. Segundo Peralta, no entanto, a maior debilidade da abordagem de Hobsbawm e Ranger está na "desvalorização da dimensão experiencial em prol da dimensão política" (PERALTA, 2007, p.10), importando, portanto, atualizá-la no contexto dos sistemas da contemporaneidade, pressupondo a existência de negociações e conflitos. Trata-se, portanto, de pensar as potencialidades da nova atuação do IPHAN como parte de uma estratégia institucional e como expressão da amplitude

do conceito de Patrimônio Cultural – também resultado de embates políticos e, sempre, discursivos –, considerando a participação dos diferentes agentes envolvidos nas Casas do Patrimônio enquanto parceiros, colaboradores e gestores do patrimônio cultural e, por conseguinte, releitores de suas funções sociais, reconstrutores de suas memórias individuais e coletivas e transformadores de suas redes de significados ao longo do tempo.

Compreendendo a multiplicidade de saberes e rompendo com as noções de progresso ou superioridade de um conhecimento sobre outro (BOAVENTURA, 200-), analisando-o como produções de determinadas épocas e espaços (SANT'ANNA, 1995, p.06), acredito que criar canais de comunicação entre o Iphan e a sociedade, e fomentar espaços de escuta das narrativas de memória, seja tanto uma maneira gradual de correção histórica de uma postura preservacionista unilateral que tem prevalecido na instituição, quanto uma via que amplia as condições dos sujeitos se reconhecerem como atores sociais, lutarem pela valorização de seus saberes, pelo acesso a recursos materiais e simbólicos que lhes permitam jogar no campo patrimonial com maior autonomia e, por suas táticas de resistência, reestruturarem o dispositivo do Patrimônio Cultural.

1. O PROJETO REDE CASAS DO PATRIMÔNIO – A REALIDADE PENEDENSE

1.1 CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO – A NARRATIVA DE UMA IMPLANTAÇÃO

A Casa do Patrimônio de Penedo é parte da Rede Casas do Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, projeto pedagógico fundamentado na necessidade de estabelecer novas formas de relação entre o Iphan e a sociedade, e que se integra aos macroprocessos institucionais que defendem a educação patrimonial como eixo transversal de todas as ações da instituição. O estabelecimento de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial, iniciado a partir de debates internos fortalecidos pelo menos desde 2007, subsidia a estratégia de fomento às Casas do Patrimônio visando a gestão compartilhada das ações educativas, e se formaliza em documentos que normatizam diretrizes mínimas desta política nacional, quais sejam, Carta de Nova Olinda (2009), I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2009), e Documento do II Encontro de Educação Patrimonial (2011) (IPHAN, 2014, p.29), além da própria publicação de 2014 que sintetiza este percurso, o caderno Educação Patrimonial – Histórico, conceitos e processos, símbolo de uma conquista da Coordenadoria de Educação Patrimonial - Ceduc dentro das disputas da própria instituição pelas concepções teóricas e formas de operação que, neste caso, se pautam por um conceito mais próximo das pessoas e de suas referências (Idem, p.38). Embora o projeto defina que as Casas prescindem de instalações físicas – mesmo porque não devem se limitar a elas, mas sim fomentar diálogos, parcerias e novos espaços de gestão compartilhada –, a Casa do Patrimônio de Penedo foi projetada para ocupação de um imóvel cedido por comodato pela Santa Casa de Penedo em um dos principais logradouros do sítio tombado, a Avenida Floriano Peixoto, vizinho a alguns dos reconhecidos pontos da cidade, como o Hotel São Francisco, o Teatro Sete de Setembro, o Mercado Público e a Igreja de São Gonçalo Garcia, sendo esta última também acautelada a nível federal pelo instrumento do tombamento. Após o processo de restauração, ocorrido entre 2012 e 2013[9], a Casa do Patrimônio de Penedo foi inaugurada e aberta ao público, já com sua exposição devidamente montada, em 5 de junho de 2014. A sua implantação, no entanto, ocorreu por volta de quatro meses depois.

[9] ALAGOAS. Superintendência do Iphan em Alagoas. *Projeto Museográfico da Casa do Patrimônio de Penedo – 01403.000302/2012-50,* 2012.

Muitas regionais do Iphan começaram a se utilizar da nomenclatura Casa do Patrimônio a partir do momento em que esta nova política foi se apresentando no órgão, mesmo que não se apropriassem, necessariamente, de suas diretrizes ou se encaminhassem de forma célere a sua consolidação, o que é justificável pela simultaneidade do uso dessas nomenclaturas ao próprio processo de formatação deste projeto enquanto política institucional. Caso similar pode ter sido o da Superintendência de Alagoas que adotou o título já em 2008, após reunião do colegiado da qual o superintendente trouxe a ideia das Casas do Patrimônio, quando, então, se licitou a obra da nova sede do Iphan em Maceió já com este novo conceito. Mesmo que mais seis anos tenham transcorrido para que este conceito ganhasse localmente uma discussão mais comprometida, a preocupação da equipe técnica do Iphan em Alagoas para com a efetivação dessas implantações se apresenta já nas ocasiões de planejamento de seus espaços físicos, especialmente em Maceió e Penedo, que foram projetados para receber exposições permanentes. Este empenho está manifesto também na absorção de profissionais que pudessem se dedicar a estas demandas. Desde 2012 o Iphan-AL[10] conta com profissional – embora não efetivo – responsável pela área de Patrimônio Imaterial e Educação Patrimonial. O fato da vaga de 2014, que hoje ocupo, do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural ter sido voltada ao trabalho com as Casas do Patrimônio é representativo desta crescente preocupação da Casa, seja ela expressão de uma nova diretriz estabelecida nesta regional, seja ela apenas resultado de esforços individuais de técnicos sensíveis ao tema, o que não excluiria o fato de que a partir destas pequenas conquistas se processasse a gradativa consolidação da educação patrimonial na Superintendência. Fato é que após a inauguração da Casa do Patrimônio de Penedo em 2014, com seus processos de elaboração do espaço museográfico e da obra de execução datando de 2012, iniciara-se o processo de solicitação de sua oficina de implantação.

Antecipo ao leitor que nesta fase é possível que sejam encontrados, com maior recorrência, relatos em primeira pessoa, visto que o contexto de minha chegada às práticas supervisionadas e à pesquisa no Iphan deu-se exatamente na conjuntura destas implantações e estive, mormente, envolvida diretamente em seu planejamento e execução. Minha relação

[10] Embora não possamos considerar a representação do Iphan em Alagoas como uma unidade coesa em termos de compartilhamento de conceitos e práticas na área da preservação do patrimônio cultural, de forma a desconsiderar conflitos e nuances, utilizo o termo Iphan-AL com o objetivo discursivo de me referir ao centro comum onde se situa a ação da instituição no estado e reconhece-lo genericamente pelas decisões que se traduzem em políticas públicas. Desta forma, Iphan-AL aqui se refere mais ao âmbito de direção e tomadas de decisões, e menos ao conjunto de seus técnicos e outros agentes que o formatem no seu cotidiano. Cabe ressaltar que sempre que se considere pertinente e que tenha sido possível fazer esta leitura, as diversidades e contradições internas que revelam das próprias lutas da instituição serão ressaltadas.

com o processo de implantação da Casa do Patrimônio de Penedo é, necessariamente, dupla, visto que o integro tanto como partícipe do grupo, quanto me coloco como pesquisadora e investigadora que o observa a fim de compreendê-lo enquanto fato social. Minha posição de estudo se aproxima, portanto, da clássica "observação-participante" (VIEIRA, 1998) da metodologia etnográfica, assumindo que esta pesquisa é empreendida no curso de uma interação social dinâmica e inacabada, na qual há significativa aproximação entre observador e observado e onde os dados obtidos são oriundos em grande parte da experiência concreta da realidade da implantação da CPPenedo. A análise é efetuada concomitante à produção de dados, de maneira que a leitura das questões propostas neste trabalho envolve acompanhar as relações que vem sendo estabelecidas e os enunciados que vão sendo construídos e emitidos. Desenvolvo, então, uma descrição a partir do *meu* olhar e da *minha* experiência em relação ao objeto de pesquisa, e das próprias expectativas que depositei no projeto Casas do Patrimônio por ter feito parte de sua execução e por vivenciar ser membro do Iphan-AL por aproximadamente dois anos. Dito isto, podemos avançar para uma breve narrativa sobre como se procedeu esta implantação. Inicialmente, conforme as orientações da Ceduc/Iphan Brasília, empreendeu-se um mapeamento dos potenciais parceiros da Casa do Patrimônio, ou seja, aqueles agentes que, de antemão, se situavam no âmbito da cultura, que já executavam ações em prol do patrimônio cultural, poderes públicos, profissionais na área da educação, mestres, artesãos e outras referências vivas de saberes e práticas tradicionais na cidade etc. A maior parte deste mapeamento foi realizada por mim, mestranda "estrangeira" à terra – vinda do Rio Grande do Sul – recém chegada tanto a Alagoas, quanto à própria instituição Iphan. Senão toda, ao menos a maior parte das demandas postas a meu cargo na fase pré-implantação foi supervisionada pelo Chefe da Divisão Técnica ou pela supervisora e Consultora para Patrimônio Imaterial e Educação Patrimonial. Partiu-se, portanto, de breve orientação sobre algumas instituições já conhecidas pelo Iphan, devido ao trato recorrente e seguiu-se por uma pesquisa via internet e contato telefônico, investigando associações culturais, de comerciantes da área tombada, veículos de comunicação, lista de escolas públicas e particulares, e outros. Seria de se conceber a fragilidade de uma pesquisa por esses caminhos, sabendo que Penedo é uma cidade com algumas características de cidade interiorana e não está tão homogeneamente inserida na lógica da internet, por exemplo. Ademais, é uma cidade em que o centro histórico ainda é em boa parte ocupado por moradores antigos, mais velhos e nem sempre conectados a novas tecnologias, é uma cidade com uma população, no geral, de baixa renda, com 60% de

incidência de pobreza segundo dados do IBGE[11], embora os moradores do centro histórico ainda apresentem renda maior que o restante da população. Em pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de Turismo, pela Universidade Federal de Alagoas, Unidade de Penedo, GOES e SILVA (2014) abordaram em seus questionários (aplicados apenas a moradores do perímetro do centro histórico) a questão da renda média familiar e consideraram que:

> 16% dos moradores do centro histórico possui uma renda inferior ou igual a um salário mínimo, já 46% entre um e três salários mínimos, 21% entre três e cinco salários mínimos, 1% entre cinco e sete, 2% superior a sete salários mínimos e 14% não quiseram responder a pergunta. Verifica-se que a renda média familiar da maioria dos entrevistados do Centro Histórico é maior que a da população de Penedo que, segundo dados de 2011, 75% é beneficiária do Programa Bolsa Família do Governo Federal. (GOES; SILVA, 2014, p.61)

É importante pontuar, ainda, que muitas das organizações da sociedade civil ou destes sujeitos a quem o Iphan procurava atingir, atuam no lastro da informalidade, da prática cotidiana, do contato espontâneo. De fato, as estratégias utilizadas pelo Iphan demonstram o seu próprio *modus operandi* ou o *seu saber-fazer* adquiridos nas rotinas de suas funções assim como estabelecidos por obrigações legais e jurídicas que recaem em uma instituição braço do Estado: feita uma relação bruta destes contatos, seguiu-se uma filtragem por parte da Superintendência a fim de avaliar quais eram realmente os agentes ali presentes pertinentes à proposta. Nota-se que a possibilidade da exclusão nasce tanto das inacessibilidades da sondagem dos parceiros quanto, posteriormente, de um crivo avaliativo da instituição - e, feito isto, o Iphan, que já havia organizado questões como datas e local para a realização de um primeiro encontro, enviou os convites aos potenciais parceiros. Esses convites foram feitos via ofício, cujo texto informava a proposta de uma oficina que capacitaria agentes para a educação patrimonial e estabeleceria uma rede de atores para fins do patrimônio cultural na cidade. A maior parte destes ofícios foi entregue pessoalmente, logo acompanhando ao ato um convite, por vezes, mais afetuoso e com explicação mais detalhada. Alguns, no entanto, ou por dificuldades de localizar endereço ou pela falta de tempo acabaram ficando a cargo das funcionárias terceirizadas do setor administrativo[12] da Casa do Patrimônio de Penedo ou de

[11] Dados do Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br> Acessado em: 01 de fevereiro de 2016.

[12] A Casa do Patrimônio de Penedo não conta com técnico do Iphan e seu quadro funcional se resume, portanto, a 3 funcionárias terceirizadas, 1 estagiária, e postos rotativos de segurança. Quando me refiro ao setor administrativo da Casa, trato, especialmente, dos cargos de Recepcionista e Assistente Administrativo – ocupados hoje, considerando o período final de 2015 e início de 2016, por funcionárias com Ensino Superior Incompleto e com Ensino Superior Completo em Serviço Social, respectivamente. O terceiro cargo terceirizado é o de Serviços Gerais, ocupado pela funcionária mais antiga da Casa, visto trabalhar no espaço desde a fase de reforma e restauro para a sua instalação. A estagiária de Ensino Médio, cuja vaga foi fruto de uma parceria entre

alguns parceiros que se disponibilizaram a este repasse, e não pela equipe da Superintendência responsável pela implantação. Penedo dista 150 km da capital Maceió onde se situa a sede do Iphan em Alagoas, e a falta de tempo a que me refiro deve-se aos moldes da viagem à cidade - ida e volta no mesmo dia, ao que se soma o fato de que muitas das instituições não costumam abrir no turno da tarde, escasseando ainda mais o período útil da equipe na cidade. Além dos ofícios, o Iphan-AL trabalhou também com a divulgação na internet, criando um convite virtual e utilizando, principalmente, a sua página nas redes sociais.

Dentre as orientações prévias advindas da Ceduc estão a) Entrar em contato com a Coordenação de Educação Patrimonial e solicitar agendamento da oficina; b) Convidar as potenciais instituições parceiras que já atuem na área de cultura e patrimônio bem como nas suas interfaces com outras políticas públicas (meio ambiente, educação, turismo, planejamento urbano, audiovisual, entre outras); c) Enviar os convites e promover a articulação local com as instituições; d) Realizar a oficina que terá como produto um Protocolo de Intenções e uma minuta de Plano de Trabalho anual com as ações planejadas; e) Dar encaminhamento ao Acordo de Cooperação Técnica conforme Portaria nº 29 de janeiro de 2014. Ressalta-se que além do "convite", é necessário que se faça também a "articulação" com os agentes locais. Lendo estas orientações à luz dos conceitos partilhados na apresentação do projeto Rede Casas do Patrimônio, especialmente o de educação patrimonial, propostos pela Ceduc (IPHAN, 2014), me parece pertinente considerar que este chamamento poderia ser mais uma das fases de interação, um princípio do exercício do paradigma participativo em que se baseia o projeto Casas do Patrimônio. Talvez um exercício do diálogo, da construção de redes, do comunicar-se para integrar-se, e do integrar-se para agir. Eis que para pensar a participação é preciso antes que se considere a importância do ato de comunicar.

Tendo em vista que a implantação das Casas do Patrimônio propõe um espaço dialógico e democrático, então os mecanismos e as características com os quais ocorrem o diálogo entre o Iphan e a comunidade são fatores relevantes a se considerar. Embora não seja aqui a intenção permear outras searas de estudo, como pelo campo próprio e complexo das teorias comunicativas, é de se pontuar breve consideração e, nesse caso, a educomunicação

---

o Iphan e o Instituto Federal de Alagoas – IFAL estabelecida em 2015, por intermédio de sua unidade de Penedo, e que se estenderá no ano de 2016, tem como função apoiar os trabalhos de recepção ao público e educação patrimonial. Os seguranças, ofícios também terceirizados, são rotativos, embora ocupados normalmente pelos mesmos dois funcionários que alternam seus turnos.

permite irmos adiante nesta reflexão. Segundo Ismar Soares, professor do Núcleo de Comunicação e Educação da USP,

> A educomunicação entende ser necessário a criação de "ecossistemas comunicativos" nos espaço educativos, que cuide da saúde e do bom fluxo das relações entre as pessoas e os grupos humanos, bem como do acesso de todos ao uso adequado das tecnologias da informação. (A EDUCOMUNICAÇÃO..., 2015, online),

Vale considerar que todas as partes envolvidas no fluxo da informação devem ser reconhecidas, priorizando um espaço aberto, dialógico e criativo nos espaços educativos, até mesmo porque uma comunicação eficiente precisa levar em conta o receptor (BERLO, 2003), estando o objetivo da comunicação e sua audiência inseparáveis: "Todo comportamento de comunicação tem como objetivo a obtenção de uma reação específica de uma pessoa específica (ou grupo de pessoas)" (Idem, p.17), logo, esse destinatário é um co-construtor da mensagem que também influencia o resultado. A comunicação aqui tanto pode ser entendida como o intercâmbio de informações entre os sujeitos, por diferentes espécies de códigos, quanto propriamente o estudo destes intercâmbios. Para construírem espaços de diálogo, como se propõem as Casas do Patrimônio, pode-se associar cada integrante como um profissional da Comunicação, onde "cada qual é responsável pela criação, emissão ou avaliação do impacto de mensagens que se destinam a produzir efeito sobre uma ou mais audiências" (Idem, p.04). Sendo assim, considerar como o Iphan-AL promove, inicialmente, o acesso aos outros sujeitos com os quais pretende estabelecer esta rede de comunicação, é primordial. A pesquisa dos contatos, os instrumentos burocráticos, a visita pontual, terão sido meios eficientes de emitir a mensagem de uma nova postura do Iphan, de abertura à participação, e de convite ao debate para melhor preservação do patrimônio cultural de uma cidade, ou os efeitos produzidos em sua audiência, grosso modo a sociedade penedense, não terão sido gerados de acordo com a expectativa?

Durante a oficina de implantação, decorrida entre os dias 29 de setembro e 01 de outubro de 2014, circularam pela Casa do Patrimônio em torno de 35 potenciais parceiros, conforme ata com lista de presença[13], tendo sido no primeiro dia a maior audiência, o que se considerou um bom índice de adesão. O encontro foi orientado pelo Iphan, mas chamava os demais a interagirem na apresentação de ações que suas instituições ou que eles próprios enquanto sujeitos já viessem desenvolvendo e a construírem conjuntamente propostas para

[13] A lista de presença pode ser acessada no Processo de Implantação da Casa do Patrimônio de Penedo: ALAGOAS. Superintendência do Iphan em Alagoas. *Implantação Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo – 01403.000066/2015-14*, 2015.

potencializar e ampliar essas ações. Além do processo de apresentação e discussão sobre educação patrimonial e da elaboração de um quadro de atividades que viria a se tornar o plano de trabalho deste grupo para o cronograma de um ano, o encontro caracterizou-se por momentos de discussões acerca das impressões e insatisfações dos presentes no que se refere à postura do Iphan na cidade e, obviamente, falas da instituição no sentido de aclarar dúvidas, e se pronunciar quanto a determinadas insinuações ou demandas apresentadas, processo esse que aconteceu de forma espontânea e, segundo avaliação feita pelos representantes do Iphan-AL presentes no evento, de forma positiva, pois seria necessário o aparo de algumas arestas para que os parceiros pudessem se consolidar como tal. A relação discutida não foi apenas entre Iphan e sociedade, mas por alguns momentos, também entre próprios membros da sociedade civil, que apresentavam formas diferentes de gerir situações públicas e interesses da cidade. Alguns alegavam intolerância por parte de outros, no geral se referindo a um histórico de vivências na cidade[14]. O espaço promovido para a implantação da Casa do Patrimônio de Penedo foi, portanto, apropriado pelos participantes para proferirem outros debates – distintos do proposto, mas não inoportunos, visto ter se criado um momento de diálogo sobre situações e problemáticas locais, por vezes envolvendo o Iphan –, o que provavelmente indica a carência ou a necessidade de espaços de trocas entre os sujeitos desta comunidade. São os diferentes discursos acerca de um mesmo lugar que são construídos por seus viventes, discursos memorativos de um passado e discursos idealizados de um futuro.

[14] Nas discussões empreendidas, emergiram questões diversas, dentre as quais destaco algumas para fins de ilustração: "Vamos abrir um curso de cinema na cidade na universidade federal e será ótimo porque será o único da região e muitos estudantes virão para cá e movimentarão a cidade e reforçará o tradicional festival de cinema de Penedo", "Para que serve curso de Cinema, não vai gerar empregos, o certo seria de música, veja a tradição perdida dos seresteiros e coristas" "O PAC-CH vai fomentar o turismo e requalificar a cidade" "As obras só servem para causar transtornos na cidade" "É preciso que se iniciem as obras." "É preciso que se adiem as obras. E o comércio, como fica?" "Temos um espaço riquíssimo na cidade com vasto acervo documental de sua história, exemplares raros, livros, fotografias , nascidos de um esforço ímpar de um amante penedense" "De que serve um espaço memorial destes que não é aberto para as pessoas, a entrada e saída é definida por interesses particulares" "O espaço e o acervo é particular, portanto, é justificável" "Onde estão as antigas portas de madeira do mercado público, sumiu na restauração!" "Os trabalhos de preservação seguem orientações e procedimentos técnicos".

Figura 2 – Participantes reunidos na oficina de implantação da Casa do Patrimônio.



Fonte: Elaborada pela autora, 2014.

Figura 3 – Primeiro dia da oficina de implantação da Casa do Patrimônio de Penedo.



Fonte: Elaborada pela autora, 2014.

Figura 4 - Primeiro dia da oficina de implantação da Casa do Patrimônio de Penedo.



Fonte: Elaborada pela autora, 2014.

A oficina de implantação foi organizada a partir de orientações recebidas pela Ceduc, após um acerto de datas convenientes para a Coordenação e o Iphan-AL, que envolvia tempo de duração do evento, material a ser impresso, exemplar de minuta do Acordo de Cooperação Técnica e outros pormenores, dentre os quais um sucinto passo a passo de como seria realizado o evento, denominado “Oficina Casas do Patrimônio: Aspectos conceituais e projeto de implantação”. Inicialmente estava previsto a duração de 3 dias para o evento, mas durante seu andamento foi reduzido a 2, com a concordância do Iphan-AL e da Ceduc de que o tempo já fora suficiente para o desenvolvimento do programa em questão. O primeiro dia pela manhã foi reservado à apresentação das instituições presentes, cuja maioria era representante do poder público local; a apresentação via slides do conceito de Educação Patrimonial

compartilhado pelo Iphan, realizada pela Coordenadora Sônia Florêncio, principal ministrante da oficina; conseguinte apresentação da proposta para construção coletiva da Casa do Patrimônio de Penedo; discussões e esclarecimento de dúvidas acerca dos conceitos apresentados e debate sobre a adequação do projeto à realidade local. Neste momento interviram também outros agentes representantes do Iphan, desta vez da própria Superintendência, o Arquiteto e Urbanista chefe da Divisão Técnica Sandro Gama de Araújo, a Consultora para o Patrimônio Imaterial – deslocada em suas atividades também para a coordenação da Educação Patrimonial no Iphan-AL. Minha participação foi constante, mas colocou-se mais em termos de organização do que de explanação. As falas da equipe Iphan-AL foram o diferencial no contexto do debate, visto ter mais aproximação com os acontecimentos e os sujeitos da cidade. O turno da tarde foi reservado à exibição de vídeos com exemplos de ações educativas da Rede Casas do Patrimônio, do qual destaco a experiência das crianças da Fundação Casa Grande. As imagens promoveram comoção em alguns dos participantes e o debate que se seguiu recaiu sobre as possibilidades de transformação social via educação e da importância da valorização do patrimônio cultural local. Ao final do dia Iphan-AL e Ceduc lançaram a proposta de uma "Tarefa de Casa" que propunha aos potenciais parceiros as questões O que espera de uma Casa do Patrimônio e Como pode contribuir. O segundo dia foi todo caracterizado pela explanação dos participantes acerca de suas respostas e a tentativa de integrá-las umas com as outras. Desde o início, a partir de modelo trazido pela Ceduc, eu fui sistematizando em um quadro transmitido na tela do auditório as informações que eram colocadas por cada um, de forma a registrar as ações de cunho educativo e patrimonial que já eram de alguma forma desenvolvidas pela instituição ou pelo cidadão ali presente e as ações com as quais o mesmo imaginava poder contribuir para a Casa do Patrimônio de Penedo. Conforme o quadro era preenchido, outros participantes podiam intervir se propondo enquanto facilitador ou parceiro da atividade proposta por outrem. Embora a maioria transmitisse interesse em contar de suas práticas e em se colocar a disposição para pensar o projeto, notou-se a dificuldade dos participantes em visualizar estas possíveis conexões entre as ações. Por fim, este quadro foi reapresentado ao grupo e definiu-se data para o próximo encontro, onde se daria a sistematização deste quadro em termos mais práticos, projetando questões como datas/periodicidades das atividades, por exemplo. Durante o evento foram passados listas de presença e contato, e muitos registraram apenas o e-mail, não colocando o telefone, fato que não foi identificado no momento como um entrave à comunicação futura. Além dos potenciais parceiros, da representante da Ceduc e da equipe

Iphan-AL já mencionada, estavam presentes ainda a Arquiteta e Urbanista e técnica do Iphan-AL fiscal de Penedo, Mariana Ribeiro, além dos funcionários terceirizados da Casa. As funcionárias do setor administrativo, responsáveis pelo trabalho com o público na exposição de Penedo, não participaram de forma incisiva da oficina, ficaram em geral na porta assistindo – até mesmo pelo auditório estar lotado – e servindo ao evento, organizando o local, servindo água etc.

Em Penedo, entre os 35 participantes estavam representantes do Poder Público Municipal, representantes de associações locais – como grupo de bordadeiras e grupo de agentes do turismo -, diretores e professores de escolas, alguns estudantes universitários, e – o que é interessante destacar – dois artesãos de um antigo ofício penedense: Timaia e Claudeonor, ao que todos dizem, últimos santeiros da cidade. No entanto, ambos estão entre os que evadiram já no segundo dia da oficina. Além deles, a outra parcela significativa dos faltantes foi os professores, devido a indisponibilidade de horário da maioria. Após quase um ano da oficina de implantação, o Acordo de Cooperação Técnico foi assinado por 12 parceiros, quais sejam: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Universidade Federal de Alagoas – Campus de Penedo (UFAL); Instituto Federal de Alagoas – Campus Penedo (IFAL); Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT); Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo (SEDEICMAT); Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Secretaria de Infraestruturas e Obras de Penedo (SEINFRO); Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM); Sociedade Cultural Barqueiros do Velho Chico; Instituto Cultural Artístico e do Meio Ambiente de Penedo (ICAMAP); Casa da Amizade de Penedo; e Fundação Casa do Penedo. Além do Iphan, dos 12 parceiros 2 são instituições de ensino federais, 5 são do poder público municipal, e 4 são da sociedade civil, sendo que destes últimos 2 – Barqueiros do Velho Chico e ICAMAP – tem como seus representantes sujeitos participantes do Conselho do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, o FUNPATRI, criado em Penedo como exigência do programa Monumenta; 1 – a Casa da Amizade – tem como representante a esposa de um dos secretários municipais também participante; e 1 – a Casa do Penedo – tem como representante seu fundador, que foi também o profissional contratado para revisão da pesquisa histórica da CPPenedo pela empresa licitada pelo Iphan para a execução de seu projeto museográfico. Percebe-se nesta composição a presença de atores que já trazem um histórico de ação política e algum grau de interação entre si, indicando a congruência com as orientações para a busca das potenciais instituições parceiras que já atuassem na área de cultura e patrimônio bem

como nas suas interfaces com outras políticas públicas. O fato de 12 parceiros terem assinado o acordo quase um ano depois da oficina de implantação não significa que durante esse período tenham se mantido os encontros regulares entre eles, conforme previsto inicialmente. Na realidade, entre a oficina de implantação, em fins de setembro de 2014, e o final de 2015 ocorreram apenas mais três reuniões, sendo elas nos dias 22 de outubro e 11 de dezembro de 2014 e no dia 17 de junho de 2015. As duas primeiras, logo na sequência do primeiro encontro, trataram de sistematizar melhor as discussões empreendidas na implantação, elaborando um cronograma de ações para o período de um ano e definindo os parceiros responsáveis para com cada uma delas, e discutindo como se poderia dar início a execução de algumas destas ações. A última objetivou a coleta das assinaturas dos parceiros no Acordo de Cooperação Técnica. Na reunião do dia 22 de outubro, menos de um mês após a oficina de implantação, o número de participantes ainda foi grande e pode-se dizer que, de forma geral, pareciam compartilhar ainda de boas expectativas, visto o grau de envolvimento nas discussões e o empenho em transformar a Tabela de Sistematização de ações dos parceiros – preenchidas no primeiro encontro – em um Cronograma para o Plano de Trabalho do grupo – que somou inicialmente 16 ações para o período de um ano, às quais se acrescentaram posteriormente outras duas ações –, expectativas essas também relatadas em atividade escrita proposta durante a oficina de implantação em outubro[15]. No período que antecedeu a próxima reunião, o Iphan, a SEMED e o IFAL se articularam em reuniões e acertos para a execução de uma oficina com Diretores e Coordenadores escolares da rede pública municipal de ensino para apresentação de projetos de educação patrimonial e divulgação do programa Mais Educação, em que o Iphan é um dos parceiros do Ministério da Educação na disponibilização de atividades educativas complementares às escolas. Na reunião do dia 11 de dezembro, notou-se expressiva queda no número de participantes, o que em parte atribuiu-se à época do ano. As reuniões seguiam sendo dirigidas pela equipe do Iphan e, nesta última, o foco foi apresentar como havia se dado a referida reunião com os diretores e coordenadores escolares, assim como definir quais deveriam ser os próximos passos da CPPenedo. Já eram perceptíveis neste momento algumas dificuldades: Primeiro, por parte do Iphan-AL em não se colocar como o diretor/tutor da reunião e não saber como conseguir a participação mais efetiva das instituições ali presentes, e mesmo certa inabilidade em distinguir os melhores caminhos para

[15] Todas as respostas que foram entregues ao Iphan referentes à atividade "Tarefa de Casa" - proposta pela Ceduc durante o primeiro dia da Oficina de Implantação a fim de sondar as expectativas dos parceiros – estão acessíveis no Processo de Implantação da Casa do Patrimônio de Penedo: ALAGOAS. Superintendência do Iphan em Alagoas. *Implantação Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo – 01403.000066/2015-14*, 2015.

que as próximas ações conversadas pela Casa pudessem ser executadas, impressão que tive a partir da minha própria colocação enquanto um dos representantes da instituição a encaminhar as reuniões, da falta de momentos dedicados a discutir e planejar o projeto - no que se refere aos conceitos, funções e competências - dentro do próprio Iphan-AL, e da própria incipiência do Projeto em termos nacionais com poucas experiências prévias a servir de exemplo e reduzidas orientações pela Ceduc. Segundo, por parte das demais instituições em pensarem de forma articulada as suas ações já desempenhadas, no sentido de conseguirem visualizar como uns poderiam se inserir e colaborar nas ações dos outros, no sentido de fortalecer uma rede de atuações em prol do patrimônio cultural e, da mesma forma, de não destinarem ao Iphan o papel de gerenciador da Casa, das ações, das propostas e das reuniões. Estava, desde cedo, evidente tratar-se de uma forma de atuação experimental. O hiato entre esta e a próxima reunião se coloca como um possível indicador dessas aparentes dificuldades, inabilidades ou inexperiências do grupo e do Iphan. A queda no número de participantes é expressiva: O encontro do dia 17 de junho de 2015 contou com o Iphan e apenas mais um parceiro, além de outros quatro que estavam em reunião do FUNPATRI no mesmo dia e no mesmo local e que ao término desta se reuniram conosco a fim de assinar a documentação do ACT. Esse hiato foi justificado pela dificuldade de contato com muitos dos parceiros e, logo, da coleta dos dados e documentos necessários, e dos entraves burocráticos do Iphan não previstos antes, conforme podemos ler em e-mails enviados pelo Iphan ao grupo da CPPenedo:

> [...] devido a *demora na obtenção dos dados de muitos de nossos parceiros e mais a burocracia interna da instituição*, o Acordo de Cooperação Técnica *infelizmente* não estará aprovado para assinatura para o dia 11/fevereiro (quarta-feira), data na qual estava agendada nossa próxima reunião. Esclareço que o documento já foi encaminhado para nossa Procuradoria, onde está passando pelo processo de análise, mas ainda não retornou e nem há como estabelecer data certa de sua finalização.
>
> Diante desta situação, sugiro que remarquemos nosso próximo encontro para a primeira quarta-feira de março, dia 04/03, pela manhã. Caso vocês pensem ser importante mantermos a data original, a fim de planejarmos alguma ação específica, favor se manifestem. (E-mail, 05.fev.2015, Grifos nossos)

> [...] peço *enormes desculpas*, mas mais uma vez *não poderemos honrar a data* de nossa reunião, marcada para amanhã, dia 04/03. Os *entraves burocráticos de nossa instituição* não permitiram termos em mãos o Acordo para ser assinado pelos parceiros da Casa do Patrimônio em tempo. Espero que compreendam. Para não causar *mais transtornos*, prefiro não marcar nova data antes de garantir a finalização e liberação deste documento. Volto a esclarecer que nossa Casa segue aberta para caso vocês tenham interesse de se reunir e iniciar as atividades. Sigo a disposição para qualquer dúvida e

> *espero que esses pormenores não os desanimem a seguirmos neste projeto.*(E-mail, 03.mar.2015, Grifos nossos)

> Uma das novas exigências por parte de nossa procuradoria, é de que anexemos ao documento a cópia do **estatuto das entidades** parceiras e suas **atas de eleições e posse**. Isso servirá para comprovar no processo a real existência dessas entidades e confirmar que cada uma tem de fato o cargo que anuncia. São exigências burocráticas da Casa. Essa exigência, no entanto, não abrange às instituições públicas, apenas as **privadas (associações, fundações, empresas...)**. Solicito para que providenciem **cópia desta documentação** e a deixe na **Casa do Patrimônio de Penedo** [...] **até o 24/março (terça-feira)**. Nós da equipe do Iphan de Maceió estaremos em Penedo entre os dias 25 e 26 de março para o evento de arqueologia que estamos organizando (1º Fórum de Arqueologia: Período Ibérico Holandês) e temos a intenção de já trazermos à sede todos os documentos necessários para *finalmente*(grifo meu) termos a aprovação de nosso jurídico para a assinatura do Acordo. *Peço, por gentileza, que aqueles que mantêm o interesse nesta parceria que se empenhem com a disponibilização destes documentos* (Grifo meu) e em reforçar o pedido aos demais parceiros, a fim de que possamos avançar nas nossas atividades. (E-mail, 18.mar.2015)

Os e-mails aqui referidos foram redigidos e enviados por mim, sob supervisão de equipe do Iphan-AL, visto que havia ficado definido implicitamente que seria meu papel fazer esse intercâmbio entre instituição e parceiros. Independentemente de quem os tenha escrito, os seus discursos demonstram que o andamento esperado para a implantação não foi alcançado e que há um desconforto com esta situação e um conseguinte intento de, diplomaticamente, amenizar possíveis transtornos, conseguir determinadas documentações e manter o interesse do grupo. A preocupação, no entanto, se concentrou mais em finalizar o documento do acordo do que propriamente em colocar as ações da Casa em prática, e as dificuldades em concluí-lo acarretaram uma perda do ritmo da implantação da CPPenedo, tanto no que se refere aos encontros do grupo quanto aos avanços das discussões e, logicamente, no aprendizado e exercício do trabalho em rede. Quando da elaboração do Cronograma e Plano de Trabalho, na segunda reunião do grupo no dia 22 de outubro de 2014, estabeleceu-se como objetivo reuniões bimestrais entre os parceiros para fins de planejamento, debates e avaliações parciais das ações, assim como reuniões esporádicas – agendas de acordo com a necessidade – entre pequenos grupos de trabalho organizados de acordo com cada ação planejada, e ainda a realização de reuniões também esporádicas de uma comissão de voluntários dentre os parceiros para o planejamento e execução de oficinas de educação patrimonial na Casa do Patrimônio e outros espaços da cidade. Esta periodicidade funcionou apenas no curto prazo de tempo até o final do ano de 2014, visto que o ano seguinte foi marcado pelos cancelamentos ou adiamentos dos encontros. As trocas de contatos via e-

mail acabaram se estabelecendo apenas para tratar de marcação e desmarcação de reunião, solicitação de documentações para o Acordo de Cooperação Técnica e, ocasionalmente, para divulgação por parte do Iphan-AL de algum evento. Sendo assim, o próprio avanço das discussões pertinentes ao trabalho de educação patrimonial e de ação em rede ficou prejudicado, com menos espaço de interação do que havia sido previsto incialmente. As reuniões de oficineiros – como foi previamente chamada pelo grupo -, por exemplo, nem mesmo chegaram a acontecer. O que se vê é que na dificuldade de construção de um documento se estagnou uma proposta, sob o risco de desmotivação das partes e de descrédito do projeto. Aqui não se trata propriamente de uma crítica à burocracia, presente desta forma não apenas no Iphan, mas em todas as instituições públicas, e sim de apontar como estas questões se colocaram na dinâmica da implantação da CPPenedo na frente da própria execução das atividades que, embora pudessem ganhar formalidade através do ACT, não tinham sua aplicabilidade condicionada a ele. Houve um envolvimento restrito por parte do Iphan-AL para as questões de implantação da CPPenedo: Primeiramente, a educação patrimonial embora venha ganhando alguma notoriedade dentro da Superintendência – muito por lutas e insistências de sujeitos isolados que nela tem atuado – ainda não é considerada propriamente uma ação estratégica e transversal, o que diante de outras demandas tradicionais do Iphan não se coloca propriamente como ação prioritária. A responsabilidade pela área recai sobre a profissional que não é efetiva na Casa e que tem seu contrato direcionado ao setor de Patrimônio Imaterial, demanda por si só bastante extensa na Superintendência Regional, e que tomou para si a causa da educação patrimonial devido a sua formação acadêmica e sua trajetória profissional. É certo que a causa tem encontrado ressonância dentro da Superintendência, mas é perceptível também que a sensibilidade para com o viés educativo do patrimônio cultural e do quanto o papel do Iphan também o envolve parte mais de sujeitos que se articulam no cotidiano do Iphan-AL do que de sua direção. A escolha pela vaga de mestrado do ano de 2014 na área da educação, que hoje ocupo, veio como conquista deste frágil setor de educação patrimonial. Minha atuação, no entanto, foi em muito deslocada para demandas mais cotidianas da área de comunicação social e, certamente, tidas como mais urgentes na perspectiva do Iphan-AL. Diante desta situação, a implantação da CPPenedo, que somou-se ainda à implantação da Casa do Patrimônio de Maceió realizada em torno de um mês depois, colocou-se como apenas mais uma pauta a ser desenvolvida, com poucos recursos humanos para levá-la adiante com a destreza necessária, e nenhuma cobrança por parte da direção do Iphan-AL. Há de se colocar que por vezes a direção do Iphan-AL – seja na figura

no Superintendente Mário Aloisio Barreto Melo, seja na figura da chefia da Divisão Técnica – explicitou verbalmente o desconforto para com o avanço deste Acordo, por receio de assumir um compromisso e não dar conta de atender a demanda criada, visto o caráter transitório daqueles profissionais que, no momento, se dedicavam a isso. Não considero esta cautela por parte da direção do Iphan-AL como um entrave, mas certamente não foi propulsora às tratativas que eram previstas. Nota-se aqui a própria instabilidade e descompassos que a Instituição não está imune, afinal é feita também de sujeitos diversos e está sob algumas limitações de atuação causadas não só por posturas da Superintendência Regional, mas também por questões mais amplas, como o número de profissionais do seu quadro efetivo.

Durante a oficina de implantação, muitos presentes embora apresentassem críticas ao Iphan e a sua postura na cidade, anunciavam encarar esta nova proposta que lhes era mostrada como um sinal de disposição em transformar as relações instituição e sociedade local, e até mesmo um crédito nas potencialidades da CPPenedo, fato que nos convida a atentar à leitura do contexto em que se deu essa diminuição da adesão às reuniões e das respostas aos e-mails enviados em nome do Iphan. Após um período de busca pela documentação faltante e pela aprovação do setor jurídico da Superintendência, avançou-se na formatação do ACT e novo contato foi realizado:

> Enfim podemos dar seguimento à assinatura do **Acordo de Cooperação Técnica da Casa do Patrimônio de Penedo**. Sabemos que este momento tardou em relação ao que estimávamos, mas espero que todos ainda estejam dispostos a tocar o projeto e entusiasmados com possíveis resultados. Não estamos ainda acostumados a trabalhar sob esta nova ótica e encontramos algumas barreiras burocráticas dentro da própria instituição, mas é justamente o trabalho coletivo que nos fornecerá a experiência para que as ações tenham resultados cada vez melhores.
>
> Sugiro marcarmos um encontro ainda para este mês, a fim de ***coletarmos as assinaturas*** e definirmos as ações a serem executadas nos próximos dois meses. Penso que já podemos dar início o quanto antes também às reuniões com os grupos que se dispuseram a pensar modelos de oficinas de educação patrimonial. Não podemos deixar a proposta esmorecer, portanto instigo que pensemos como colocar em prática as ideais presentes em nosso plano de trabalho e cronograma (que provavelmente deverá ter as datas reavaliadas). Aproveito para reencaminhar os documentos que constaram neste acordo, para quem porventura não os tenham em mãos. (E-mail, 10.jun.2015)

Aqui o discurso segue o mesmo padrão dos anteriores, embora desta vez pareça acreditar que o entrave – a documentação – foi vencido e que, assim, as ações podem avançar. A baixa adesão à reunião, no entanto, desencadeou uma nova busca pelos parceiros a fim de, agora, coletar suas assinaturas, intento este concluído apenas quando se organizou uma ida a Penedo

exclusiva para a visita de nossa equipe a cada um dos parceiros faltantes que então, de pronto, assinaram o documento:

> No dia 17/junho foi realizada mais uma reunião na Casa do Patrimônio para a *coleta de assinaturas de nosso Acordo*. Os senhores Hugo, Pedro e Valmir e a senhora Lúcia já assinaram. Precisamos ainda coletar assinaturas dos demais parceiros presentes no documento, os senhores *Carlson, Luciano, Rafael, Roberto e Francisco Sales, e a senhora Francisca*. Desde então a documentação se encontra em nossa sede na cidade para tal fim. Todos os parceiros constantes nessa listagem devem assinar e rubricar todas as vias. Feito isso, procederemos sua distribuição. Peço a gentileza de que, assim que possível, compareçam à Casa do Patrimônio de Penedo, na Av. Floriano Peixoto, s/n, Centro Histórico, próximo ao Theatro Sete de Setembro, para procederem a assinatura. Relembrando que *os parceiros sem CNPJ não poderão constar oficialmente na documentação*, e que os com CNPJ que não entregaram a tempo os dados solicitados para sua inserção, poderão ser incluídos tão logo façamos um termo aditivo.
>
> Estarei criando dentro de instantes um grupo dos parceiros no whatsapp, para *facilitar a comunicação*. Falta-me o contato telefônico de alguns, portanto solicito que respondam este e-mail confirmando seus contatos telefônicos. Ampliamos assim nossos canais de comunicação: E-mail, Facebook, Telefone. (E-mail 06.Jul.2015, Grifos nossos)

Duas novas questões se abrem a nossa análise a partir deste excerto. A primeira é que apenas instituições com personalidade jurídica podem constar nos Acordos de Cooperação Técnica, como parceiras das Casas do Patrimônio, conforme orientações advindas da sede do Iphan em Brasília. Se antes ponderamos o próprio saber-fazer do Iphan, que busca angariar parcerias por meio de ofícios, os moldes nos quais se dão a formalização do projeto Casas do Patrimônio também podem ser observados como uma expressão dessa práxis. Inserido em uma questão jurídica mais ampla, que fala não só da Instituição, mas das formas que o próprio Estado atua, o ACT limita aqueles que não podem firmar parceria na Casa – ao menos declarada e reconhecidamente pelo Estado –, embora ao mesmo tempo pretenda dar conta de um projeto que tem como cerne de suas diretrizes o paradigma participativo. Se esta participação é também inclusão, este documento da maneira que se viabiliza talvez não represente propriamente o que é/ou o que busca ser a CPPenedo, visto que a participação que retrata se restringe a novos nomes, além do nome do Iphan, de forma filtrada em um documento. O próprio Acordo de Cooperação Técnica traz uma carga autoritária: A implantação deve gerar um Acordo que todos os parceiros – aqueles que o Iphan pode oficialmente reconhecer – deverão assinar, comprometendo-se em um objetivo comum – a princípio discutido conjuntamente, mas que nasce, enquanto proposta, mais uma vez da própria instituição. É o Iphan o proponente da Casa do Patrimônio e é o Iphan o organizador

do Acordo. No caso da CPPenedo, durante este período, ao menos mais cinco parceiros poderiam ser contabilizados se pensarmos naqueles sujeitos que propuseram colaboração em algumas ações quando do estabelecimento do plano de trabalho e do cronograma de atividades, e que se mantiveram em contato com o Iphan: A Associação de Informantes de Turismo Pedagógico de Penedo (AITPP), o Arranjo Produtivo Local Caminhos do São Francisco (APL São Francisco), um servidor do IFAL, um servidor da SECULT e representante do Theatro Sete de Setembro, e uma fotógrafa. Obviamente não se trata apenas de números, mas de quem está nele representado como Casa do Patrimônio. O documento não traduz aqueles que compõem a Casa, e a Casa não dará conta de traduzir as vozes e memórias de uma cidade. De que serve, no entanto, na proposta de um projeto que se sabe limitado, mas que se pretende manter em construção, diálogo e expansão, continuar operando por meio de instrumentos não apenas limitados, mas limitantes? O que talvez importe mais seja não o caráter do documento, mas a sua relevância às CPs. Em videoconferência proposta no início de 2016 pela Ceduc com as CPs já implantadas no Brasil[16], a questão das dificuldades de lidar com os aspectos ditos burocráticos foi ponto comum entre quase todos os participantes, a saber, os estados do Pará, Pernambuco, Piauí, Ceará, São Paulo, Santa Catarina e Alagoas. Ao colocar em pauta o ACT e sua importância, no entanto, houve quem considerasse a sua relativa importância por exigir um planejamento do grupo e por ser um veículo de aglutinação. O caráter recente do projeto o coloca ainda em fase de estabelecimento dentro da Instituição e na própria sede, o que se expressa, por exemplo, na própria elaboração tardia – em relação a essas implantações já realizadas – de parecer da Procuradoria do Iphan-Brasília no final de 2015 que orienta as procuradorias regionais em seus procedimentos relativos às CPs. Resoluções que talvez tivessem servido para abreviar o processo junto ao Iphan-AL, evitando a busca por documentações dos parceiros exigidas pela Procuradoria desta Superintendência – o Estatuto das entidades e as Atas de eleições e posse –, posteriormente definido como desnecessário no Parecer, e a antecipação da assinatura a partir da orientação de que o ACT já poderia ser assinado com os três primeiros parceiros, e os outros serem incluídos a seu tempo por aditivos ao acordo. Sendo assim, que se questione a relevância do impacto desta documentação é aceitável, mas a despeito disso é interessante que nesta

[16] Tratou-se da primeira videoconferência entre as Casas do Patrimônio e foi proposta no sentido de intercambiar experiências, aproximar as regionais da sede, e construir um pré-diagnóstico do andamento do projeto Rede Casas do Patrimônio. A pauta da reunião tangeu as dificuldades e dúvidas enfrentadas pelas CPs durante o processo de implantação, o andamento das reuniões de continuidade com os parceiros, o grau de realização das atividades previstas no Plano de Trabalho e a atual situação do Acordo de Cooperação Técnica.

discussão se saliente que o ato de exclusão – a partir dos critérios de inclusão – também silencia.

A segunda questão é acerca das formas de comunicação entre os parceiros: Certamente o que define a sua eficácia não é apenas a escolha dos canais pelos quais se efetua o ato comunicativo e tampouco apenas a forma com que se produz o discurso, mas a soma destes fatores – importa tanto se a interlocução se dá por telefone, e-mail ou outras mídias, quanto o que, de que maneira e para quem se fala. Durante os dias da oficina de implantação da CPPenedo foi pedido como contato apenas o e-mail, redigido manualmente pelo próprio partícipe. Desta forma não apenas alguns e-mails não estavam legíveis ou estavam com algum equívoco, como não se criou desde cedo um cadastro de números telefônicos ou endereços, dificultando a comunicação posterior.

Observando esse breve período de implantação da CPPenedo, desde os antecedentes da oficina em setembro de 2014, até a fase das coletas de assinaturas do meio ao fim de 2015, notamos que há um *gap* entre o que é posto no papel como política do Iphan e o que tem sido possível de ser executado na realidade alagoana: a redação e a publicação de determinadas diretrizes e propostas institucionais menos que dar conta de falar de uma nova postura do Iphan, se colocam como instrumentos dos jogos de força que existem em seu interior e tentativas de equalizar a realidade contemporânea do patrimônio cultural, e, sendo assim, é inevitável que as aplicações dessas diretrizes por meio de projetos como o da Rede Casas do Patrimônio sejam também expressões de tentativa e erro e, me antecipo a sugerir que talvez traduzam alguns desajustes entre a sede que propõe e as pontas que executam. As tais dificuldades burocráticas recorrentemente proferidas pela Superintendência do Iphan em Alagoas durante a consolidação do Acordo de Cooperação Técnica da CPPenedo nitidamente não tinham resoluções e orientações objetivas por parte da sede do Iphan em Brasília, visto que cada Superintendência Regional estava suscetível às interpretações de suas representações jurídicas e não apenas pelo fato de que cada Casa do Patrimônio lida com uma comunidade diferente da outra e, portanto, devem buscar resoluções próprias. As orientações recebidas para a implantação tampouco podem ser consideradas exaustivas e, vale destacar, não pela falta de comprometimento dos agentes envolvidos, segundo minha observação, mas pela incipiência do projeto. Encontramo-nos na fase de diagnosticar essas ações a fim de problematizar os caminhos percorridos para as novas políticas públicas no campo do patrimônio cultural. Se a implantação das Casas consegue transformar o paradigma da instituição parece cedo para levantar conclusões. Entendo, contudo, que a busca pela resposta

abarque também questões maiores postas em cena, como o paradigma da participação social e as crises do contrato social, do papel do Estado, e da representatividade. O Iphan, como um dos braços do Estado, por mais que mantenha a autoridade em termos legais, assiste por outras vias o seu descentramento regulatório, o que pode corroborar para se pensar a defasagem de certas teorias de Estado.

1.1.1 A Casa do Patrimônio como um desenho institucional alternativo – Uma hipótese

Boaventura de Souza Santos (2002) nos fala, ao tratar da crise do contrato social e da necessidade de reinvenção da democracia, que houve nas sociedades modernas uma politização do Estado e, consequente, despolitização e privatização da esfera não estatal. Esta análise que Boaventura de Souza Santos (2002) empreende acerca das sociedades, nos instrumentaliza a refletir a história do Patrimônio Cultural no Brasil, no passado - onde o papel da política pública ficou restrito ao Estado – e no seu desenrolar presente. O Iphan ainda é visto como um órgão autoritário, que interfere em direitos privados, tal como o de propriedade. As pessoas, mesmo quando envolvidas em uma perspectiva comum – como o "ser penedense" – apresentam dificuldades de agir e pensar coletivamente, haja vista a inaptidão ou desinteresse dos parceiros em notar as nuances de suas ações a fim de conectá-las umas às outras e construir a lógica da ação em rede. Juntos estes fatos poderiam ser interpretados como mais uma expressão de um Estado que se centrou no paradigma do provedor e do regulador, e de uma sociedade que só mais recentemente tem recuperado e reinventado, em maior medida, os seus espaços de prática política e de luta social? Ainda segundo Santos (2002), a crise do contrato social, aquele conjecturado mesmo por tantos pensadores modernos, e de seus critérios de inclusão e exclusão e de seus princípios metacontratuais – aqueles que transcendem ao próprio contrato[17] - teriam causado uma

[17] Segundo Boaventura de Sousa Santos, esses princípios metacontratuais são três: Um regime geral de valores, um sistema comum de medidas e um espaço-tempo privilegiado (SANTOS, 2002, p.18,19). O primeiro estaria baseado na ideia de bem comum – hoje abalada pela fragmentação da sociedade contemporânea. O segundo, na neutralidade, linearidade e homogeneidade das medidas de tempo e espaço – hoje abaladas pela turbulência de escalas da sociedade contemporânea, que destrói os termos de comparação dos fenômenos. O terceiro, no espaço-tempo estatal/nacional, capaz de agregar interesses, definir obrigações, estabelecer relações políticas, econômicas, sociais e culturais – hoje abalado com a crescente importância dos espaços-tempos global e local (Idem, p.17-21).

turbulência nos seus pressupostos e modos de operação. Os poderes disciplinador, das ciências, e jurídico, da violência estatal, conforme abordado por Foucault, estariam hoje coexistindo com muitos outros e eles próprios estariam fragmentados e desorganizados:

> O poder disciplinar é hoje um poder crescentemente indisciplinar, à medida que as ciências perdem a confiança epistemológica e se veem forçadas a partilhar o campo do saber com conhecimentos rivais, eles próprios capazes de gerar formas diferentes de poder. Por outro lado, o Estado perde centralidade e o direito oficial desorganiza-se passando a coexistir com o direito não oficial de múltiplos legisladores fácticos, os quais, pelo poder econômico que comandam, transformam a facticidade em norma, disputando ao Estado o monopólio da violência e do direito. (SANTOS, 2002, p.18)

Sendo assim, Santos (2002) defende que estamos passando, nas últimas décadas, por uma transição paradigmática, onde, por exemplo, a epistemologia moderna – na qual o não saber é o caos e o saber é a ordem, sendo o conhecimento mecanismo de regulação – perderia destaque para a nova epistemologia – na qual o não saber é colonialismo e o saber é solidariedade, sendo o conhecimento mecanismo de emancipação. A luz destas contribuições, coloco a hipótese de que estaria situado aí o projeto Casas do Patrimônio, como parte de uma política contemporânea do Iphan com o objetivo de criar novas formas de relação com o social e, sistematicamente, com os diferentes saberes, horizontalizando o processo de patrimonialização e, logo, pautado em uma nova epistemologia. Parece que se trata, de fato, de uma mesma conjuntura, mas para que se efetive como tal é preciso que se reforce que a emancipação não advém da instrução, mas mais de uma ação rebelde, turbulenta e criativa (SANTOS, 2002), capaz de

> [...] redistribuir socialmente a ansiedade e a insegurança, criando condições para que a ansiedade dos excluídos se transforme em causa de ansiedade para os incluídos e se torne socialmente evidente que a redução da ansiedade de uns não é possível sem a redução da ansiedade de outros (Idem, p.45),

implicando no necessário aprofundamento do que se concebe e de como se opera a democracia e a participação social, empenhando-se na descoberta de novo modelo de contrato "menos vulnerável à proliferação da lógica da exclusão" (Idem, p.32).

Ainda sobre esta fase de transição paradigmática, Boaventura de Souza Santos defende a necessária transformação da própria figura do Estado e que suas fronteiras com a sociedade civil sejam mais permeáveis e menos rígidas. Afirma, no entanto, que seria ainda um Estado Experimental (Idem, p.64), afinal, as lutas democráticas deverão ser também lutas por desenhos institucionais alternativos. Essa transição é, assim, um campo de experimentação que, para se garantir democrático, deve dar iguais condições às diferentes soluções institucionais e estabelecer padrões mínimos de inclusão que tornem a cidadania possível

(Idem, p.67). De acordo com nossa hipótese, as Casas do Patrimônio seriam estratégias institucionais que falam desta experimentação. Se analisarmos quem as tem composto e como tem se desenvolvido, poderemos inferir se estão sendo capazes de inovar, se caem na ineficácia ou se, mais ainda, trata-se de uma mesma prática já arraigada tomando novas roupagens. Em Penedo, entre os 35 participantes da oficina de implantação, 12 assinaram o ACT quase um ano depois, parte desta evasão se deu já no segundo dia da oficina, o que foi o caso - interessante destacar – de dois artesãos de um antigo ofício penedense: Timaia e Claudeonor, ao que todos dizem, últimos santeiros da cidade. Talvez o tipo de discurso promovido nestes espaços seja pouco agregador de outras formas de saberes, não por não se empenhar em reconhecê-los, mas por talvez não atentar à formulação de mensagens por meios que sejam "condizentes com os sistemas psicológicos, sociais e culturais" de suas audiências (BERLO, 2003, p.07). Além deles outros deixaram de comparecer, alguns anunciando na véspera o que os impossibilitaria de fazerem-se presentes. É completamente compreensível também que nem todos pudessem estar em tempo integral em uma oficina que acontecia durante os dois turnos de dois ou três dias úteis da semana. A questão é que essa baixa permaneceu nas reuniões seguintes e, assim, aqueles que se fizeram presentes com mais constância foram os representantes do poder público, exatamente aqueles que já estão inseridos em uma lógica de funcionamento similar ao próprio Iphan, propositor das Casas do Patrimônio.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2002), está nascendo hoje, sob a mesma designação, algo mais vasto, um conjunto híbrido de fluxos, organizações e redes onde a coordenação do Estado funciona como imaginação do centro, ou seja, na resolução da tensão entre regulação social e emancipação social, após uma crescente politização do Estado chegou-se a uma crise do contrato social pela qual se vivencia uma transição paradigmática a uma suposta miniaturização do Estado (BOAVENTURA, 2002, p.60) e erosão da soberania que seria, na realidade, a experimentação de uma nova organização política. Logo, a despolitização do Estado – ou a perda de sua capacidade regulatória –só existiria no marco tradicional de Estado, mas é o ponto de partida da repolitização do Estado quando concebido no marco da nova organização política que coordena. A Casa do Patrimônio de Penedo tentaria ser, sob esta ótica, um desenho institucional alternativo que coordena os interesses em vez de assumir uma versão como sua, na postura de um Estado mais coordenador e menos regulador. Logo, o Estado, e assim o Iphan e as Casas do Patrimônio estariam comprometidos com os critérios de redistribuição e de inclusão e exclusão, e a fim de democratizar a perda de

monopólio estatal da regulação social seria preciso o investimento em uma democracia que além de representativa fosse também participativa. Nesse sentido, Santos afirma que:

> A relativa maior passividade do Estado decorrente da perda do monopólio regulatório tem de ser compensada pela intensificação da cidadania ativa, sob pena de essa maior passividade ser ocupada e colonizada pelos fascismos societais. (SANTOS, 2002, p.63)

Tendo em vista que uma transição que reconstrói os modelos tradicionalmente requisitados na ação política é fase de convivência de velhas e novas práticas, não apenas com rupturas, não apenas com permanências, mas justamente um período de equalização de elementos heterogêneos, vê-se o projeto Casas do Patrimônio convivendo, ainda, com práticas arraigadas da instituição, como a de valorização do conhecimento técnico-científico na definição de bens patrimoniais, e com usos ainda pouco maturados de suas próprias concepções, a exemplo das formas com as quais a educação patrimonial é recorrentemente requisitada: uma solução aos problemas enfrentados pela instituição, entendida como uma metodologia ou como uma etapa final do processo de preservação. Se frágil ainda é o conceito de educação patrimonial no âmbito da prática preservacionista, e se este entendimento é chave também para se pensar as Casas do Patrimônio, certamente as discussões sobre o que é educação patrimonial não devem se restringir à apresentação conceitual por parte de uma Coordenação ou de uma equipe do Iphan aos parceiros que se aglutinam num projeto e tampouco à apresentação de experiências bem sucedidas, mas é preciso avançar para a construção de indagações sobre sua própria realidade e prezando para que essas indagações sejam cada vez mais democráticas. A implantação da Casa do Patrimônio de Penedo não se limitou às oficinas recebidas em 2014 e tampouco se encerra com as assinaturas do ACT. Ao contrário, a implantação não é um momento prévio ao funcionamento da casa, é, sim, a sua consolidação continuada e, se configurando desta maneira, é preciso que se observe criticamente seus passos e os remodele na medida em que se avança. Trata-se de não conceber a Casa do Patrimônio de Penedo como um instrumento finalizado com uma conduta regular, mas sim como um projeto que se consuma à medida que os sujeitos dele se apropriam, como o próprio projeto Rede Casas do Patrimônio. É preciso que se revisite, sem a resposta pronta, o que é o papel do Iphan nas Casas do Patrimônio para que o fato de ser ele o propositor – mesmo que seja uma resposta a longas demandas sociais – não o tente a recair em uma postura de tutor, afinal, embora significativos, são tênues os limites entre um monopólio da governação e um monopólio da mediação ou articulação (SANTOS, 2002, p.68-69). A Casa

do Patrimônio é espaço de educação, e de acordo com os próprios preceitos do projeto isso não é concebido como instrução, mas como construção coletiva:

> É imprescindível que toda a ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social e local. Ação transformadora do sujeito no mundo, e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações [...] (IPHAN, 2014, p.20)

E para educar é preciso comunicar, e assim insinua o Iphan ao seguir a definição dos princípios e diretrizes conceituais da Educação Patrimonial:

> Nesse processo, cabe aos poderes públicos exercer o papel de mediador da sociedade civil, contribuindo para a criação de canais de interlocução que se valem, em especial, de mecanismos de escuta e observação. (Idem, p.23)

Considerar a relevância da comunicação, como uma simples conversa ou como um instrumento de persuasão, é, em parte, também papel da educação patrimonial. A comunicação social mais do que dar informações, constrói, narra, repassa conceitos, ideologias, normativas. Sob esta perspectiva, a ação educativa pode, senão deve, utilizar a comunicação como ferramenta para a cidadania, construindo coletivamente os saberes, instrumentalizando por meio de informações o pensar crítico e garantindo o direito de todos à expressão (A EDUCOMUNICAÇÃO..., 2015). Observadas sob esta ótica, as Casas do Patrimônio pretendem criar a oportunidade de acesso ao debate sobre o patrimônio cultural por meio de um processo educacional horizontal, comunicativo e consciente (FREIRE, 1982), valorizando a agência de todas as vozes partícipes e compreendendo que todas as pessoas envolvidas no ato comunicativo/informativo/educativo são produtoras de cultura (A EDUCOMUNICAÇÃO..., 2015). Nesse sentido, um dos desafios que o Iphan identifica nessa proposta é ampliar os espaços de interlocução a partir da Educação Patrimonial (IPHAN, 2014, p.36). Para isso é preciso garantir a eficiência do diálogo, reservando o espaço de fala a todas as partes envolvidas no processo educativo que é também comunicativo. A educomunicação pode, então,

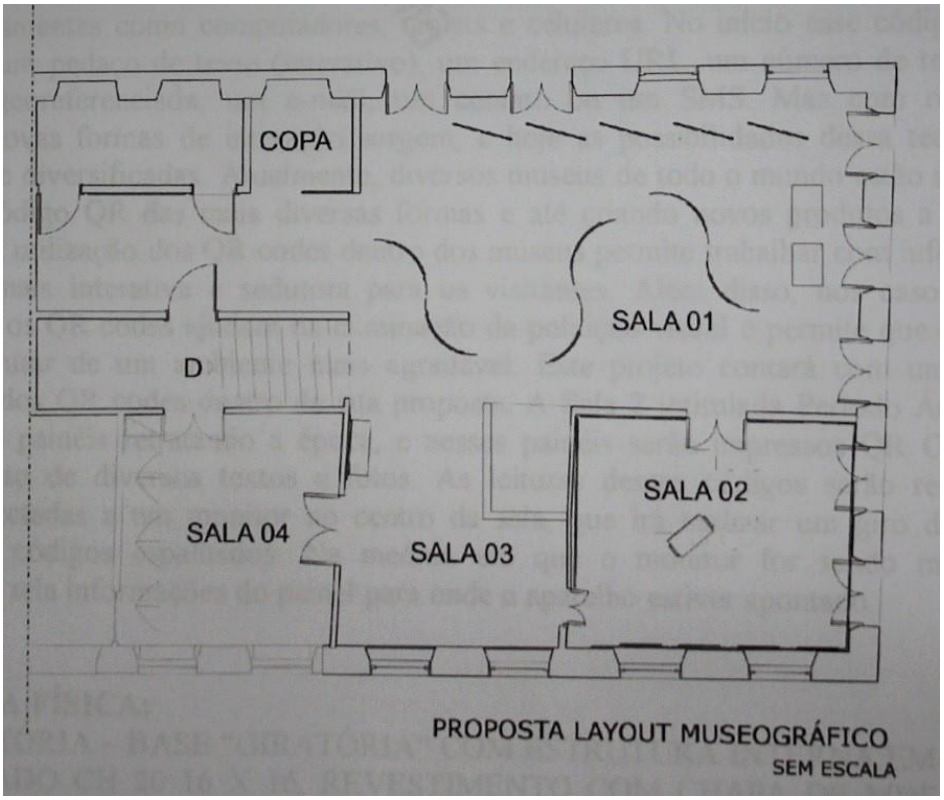
> Oferecer um suporte teórico-metodológico que permite aos agentes sociais compreenderem a importância da ação comunicativa para o convívio humano, a produção do conhecimento, bem como para a elaboração e implementação de projetos colaborativos de mudanças sociais (A EDUCOMUNICAÇÃO..., 2015),

como é o caso do projeto das Casas do Patrimônio. Como, então, para além do processo de chamamento de parceiros, o Iphan tem se comunicado ou elaborado os seus enunciados? A Casa do Patrimônio de Penedo instaura um importante meio de construção discursiva e, logo, potencialmente comunicativa e educativa: o seu espaço expositivo.

1.2 A CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO – A NARRATIVA DE UMA EXPOSIÇÃO

No que se refere à exposição que a CPPenedo abriga, dois projetos foram contratados, o da elaboração de projeto museográfico e o de execução deste projeto, com um intervalo de 5 dias entre a entrega do produto final do primeiro e a abertura de processo do segundo, embora tenha levado ainda mais 6 meses para a solicitação de elaboração de um Projeto Básico dentro do Iphan-AL, requisito para o empenho de despesa necessário à publicação do edital de concorrência. O resultado que hoje é exibido ao público é uma exposição sobre a história da cidade, dividida em 5 espaços, conforme planta abaixo, sendo eles:

Figura 5 - Planta baixa sem escala das salas expositivas da CPPenedo.



Fonte: IPHAN, 2012b, p.167.

Entrada: Hall pelo qual o visitante chega ao segundo pavimento da Casa do Patrimônio e depara-se com um painel na parede constando ficha técnica da exposição e breve consideração sobre a Penedo de fins do século XIX, apontando ao visitante o provável teor do que encontrará no restante de sua imersão na Casa, visto que não é apresentado nenhum título à exposição, que informe sobre isso. A partir daí, o visitante iniciará o trânsito pela exposição seguindo, instintivamente, a sequência lógica das salas:

Sala 1 – Linha do Tempo: A sala principal da exposição, com maior metragem quadrada, propõe um percurso entre grandes painéis curvilíneos que narram pontualmente episódios da história da cidade, de 1501 até 2014, data de conclusão dos serviços de montagem da exposição, enfatizando o chamado século das luzes ou tempos áureos de Penedo, situado entre 1850 e 1950. A sala conta ainda com 2 terminais Touchscreen com infográficos, animações e hipertextos acerca do conteúdo da linha do tempo, e mais 5 painéis laterais de acrílico, cada um tratando de uma temática, sendo elas: A Festa do Bom Jesus dos Navegantes; a estadia do Imperador Dom Pedro II na cidade; as embarcações que outrora navegaram o Baixo São Francisco; e Lendas do Rio São Francisco. O quinto funciona como tela para projeção mapeada, técnica pela qual é exibida uma animação criada a partir das ilustrações concebidas para a exposição;

Figura 6 - Painéis expositivos Sala 1 da CPPenedo.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Sala 2 – Tempos Áureos: Com conexão direta à sala 1 e sequência lógica do percurso, esta sala estava prevista inicialmente para se chamar Religiosidade, conforme consta no Estudo Preliminar do Projeto, o segundo produto entregue pela empresa contratada para elaboração do projeto museográfico. Embora não haja registro da causa desta alteração, o terceiro produto em formato de relatório final já apresenta nova nomenclatura, anunciando de que se trataria de uma sala interativa com leitores tecnológicos de painéis fixados em todas as paredes da sala, e com vídeos de "depoimentos de historiadores, moradores e personalidades ligadas ao Penedo" (IPHAN, 2012a, p.407) acessíveis em televisores com fones de ouvido, como de fato se concretizou;

Figura 7 – Detalhes das paredes da Sala 2.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 8– Detalhes das paredes da Sala 2.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

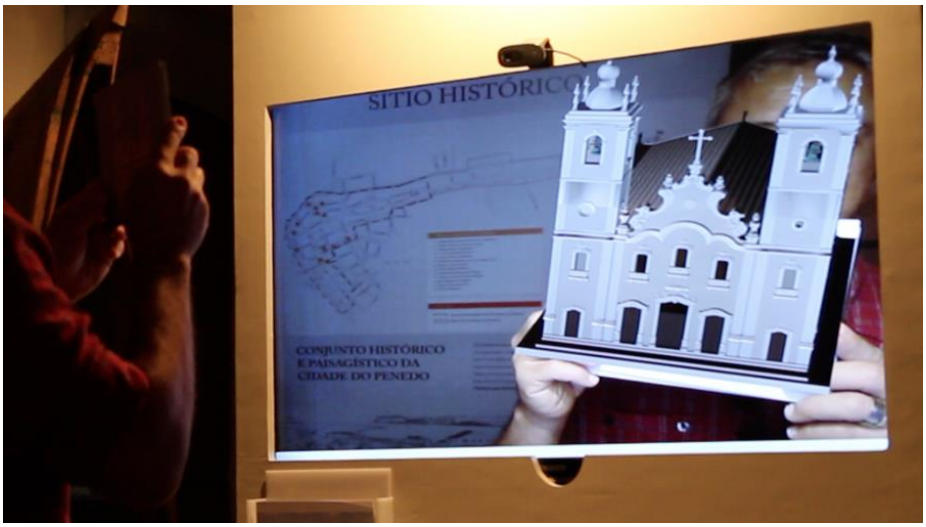
Figura 9 – Foto de divulgação apresentando recursos de mídia da Sala 2.



Nas televisões, os visitantes podem assistir entrevistas produzidas com moradores e ex-moradores de Penedo.
Fonte: Acervo Iphan

Sala 3 – Espaço Iphan: Pequena sala intermediária, que apresenta painéis com ilustrações e textos sobre quatro bens edificados da cidade - Igreja e Convento Nossa Senhora dos Anjos, Igreja Nossa Senhora da Corrente, Igreja de São Gonçalo Garcia e Casa da Aposentadoria, sendo os três primeiros tombados isoladamente pelo Iphan desde os anos 1960 – e sobre o Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo, acompanhado de mapa dos polígonos de proteção municipal, estadual e federal. Aqui se apresenta, ainda, o recurso da realidade aumentada, onde o visitante aponta pequenos cartões a um televisor e vê nele projetado tridimensionalmente alguns dos bens edificados da cidade;

Figura 10: Foto de divulgação apresentando recursos de mídia da Sala 3.



Na tela o visitante pode ver alguns dos bens edificados da cidade em 3D.
Fonte: Acervo Iphan

Sala 4 – Sala da Memória: Sala que encerra o percurso colocando-se como uma grande cabine de depoimentos, com três monitores onde os visitantes podem deixar comentários via gravação de vídeo ou texto.

Figura 11: Detalhes da Sala 4



Pinturas murais restauradas nas paredes da CPPenedo e uma das três cabines de depoimentos constituídas por computadores alocados em antigas canoas.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015

Já em uma primeira aproximação analítica, duas características primordiais da exposição ficam evidentes, inicialmente o seu inegável caráter tecnológico, que faz da Casa do Patrimônio um dos equipamentos culturais mais modernos não apenas de Penedo, mas, reconhecidamente por muitos visitantes e profissionais da cultura, também do Estado de Alagoas, e o seu caráter ufanista e nostálgico ao desvendar as histórias passadas da cidade – ufanista porque aparenta positivar os fatos que apresenta, não no sentido de travesti-los, mas no sentido de empenhar-se numa perspectiva enaltecedora, num convite ao visitante para deleitar-se com curiosidades e com um conjunto de fatos que rememoram a construção de uma Penedo pujante de outrora, que, nostalgicamente, apresentaria ainda hoje em sua herança patrimonial este legado. O fato de que entre quatro salas expositivas, duas priorizem uma época tradicionalmente concebida como áurea – a sala 1 e a sala 2 – e uma destaque os bens edificados protegidos pelo Iphan e datados dos séculos XVII e XVIII – a sala 3 – sinaliza uma intencionalidade museográfica e uma perspectiva histórica adotada. Não significa dizer que a exposição se limite a essa intencionalidade ou não dê conta de outras abordagens, por

exemplo, através dos painéis laterais à linha do tempo que expõem ao leitor também elementos de uma imaterialidade local, como a religiosidade e o vínculo ao Rio São Francisco. No entanto, há um discurso posto no espaço a partir daquelas informações nitidamente evidenciadas, seja por preponderância quantitativa, seja mesmo pela organização material do espaço: A linha do tempo é, certamente, o elemento visual e espacialmente mais imponente, ocupando o centro da maior sala da exposição e apresentando-se como cartão de visita da casa aos que nela chegam.

Figura 12 - Painéis expositivos Sala 1 da CPPenedo.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A construção discursiva da exposição não acontece apenas na fase de sua materialização no espaço, mas a antecede, vem desde a pesquisa que a subsidiou e mesmo de momento anterior, quando o Iphan-AL trabalhava, então, a possibilidade de estabelecer uma Casa do Patrimônio em Penedo com estes moldes. O discurso parte de uma escolha da própria instituição tanto em criar uma exposição – decisão oficializada em reunião de planejamento anual de 2012, conforme consta em registro – quanto na opção da temática central que abordaria. Em edital[18] para contratação de empresa responsável pela elaboração de projeto museográfico da CPPenedo, a orientação encontrada é de que "A proposta da exposição deve destacar o período de 1850 a 1950, vividos pela cidade de Penedo, bem como a relação deste período com a atualidade" (IPHAN, 2012a, p.), período este que corresponderia a

[18] Processo de Protocolo Nº01403.000302/2012-50 – Projeto Museográfico da Casa do Patrimônio de Penedo.

> [...] seu "século áureo", onde a cidade desfrutou seu apogeu econômico e cultural, objetivando devolver aos penedenses a relação de pertencimento, essencial na preservação do patrimônio cultural. (IPHAN, 2012b, p.03)[19]

A seleção de qual repertório devia ser prioritariamente ativado está presente na indicação de um recorte histórico e no fim a que este recorte viria a servir. É o dispositivo patrimonial organizando-se a partir de elementos heterogêneos – o caos de informações e a complexidade de vivências que antecedem o lugar da ordem conformado pelo museu, a que João Pacheco de Oliveira (2007?) se refere – de forma estratégica – que se executa aqui via linguagem expográfica – para atender a uma necessidade anunciada pelo Iphan-AL de transformar as relações de pertencimento locais, repercutindo na preservação dos bens patrimoniais. Há, portanto, uma intencionalidade documentada: "devolver aos penedenses" o sentimento de pertença, o que pressupõe um entendimento de que esse sentimento já existira no passado e que hoje ou não mais existe ou está em risco. O Iphan-AL assume um papel de tutor desta sociedade, cabendo a si o ato de repatriar uma população local e apontando o caminho para o fazer – ou seja, fazê-la "voltar à pátria", voltar às suas origens, retomar seus vínculos entre sociedade e cidade pelas memórias que o Iphan-AL identifica como importantes e capazes de impulsionar este retorno afetivo. Quando o então superintendente do Iphan em Alagoas, Mário Aloisio Barreto de Melo, fala - em depoimento que veio a compor o acervo audiovisual da exposição – sobre seu ofício na instituição, afirma que o seu trabalho é um meio de "[...] poder estar um pouco mais presente na cidade, poder devolver alguma coisa para a cidade." (IPHAN, 2013a, audiovisual, 32'30''), usando de argumento correspondente ao apresentado no texto do edital e vendo-se repetir, não ao acaso, o mesmo verbo "devolver".

É significativo que a partir de uma leitura quantitativa dos dados expostos na Linha do Tempo da Sala 1, que abarca um período de 513 anos da história da cidade, se verifique que os 100 anos correspondentes ao referido século áureo detenham 56,7% de toda a informação apresentada. Embora esta constatação não forneça uma informação absoluta, quando analisada em conjunto com as demais questões acima delineadas corrobora com a identificação do enfoque da narrativa produzida neste espaço museográfico. A contagem não se deu por quantos "anos" foram retratados na Linha do Tempo, mas por quantos "enunciados" diferentes, mesmo que coincidissem mais de um no mesmo ano, estão nela demarcados: Em dados brutos, foram 118 enunciados contabilizados, sendo 2 entre 1501 e 1600, 7 entre 1601 e 1700, 5 entre 1701 e 1800, 40 entre 1801 e 1900 (dos quais 28 situam-se nos últimos 50 anos), 64 entre 1901 e 2014 (dos quais 39 situam-se nos primeiros 50 anos),

[19] Processo de Protocolo Nº01403-000915/2012-97 – Contratação de Empresa para Execução do Projeto Expográfico da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo/AL.

somando, por fim, 67 enunciados no período de 1851 e 1950. Sobre este século, o processo de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Penedo faz referência no texto de justificativa elaborado em parecer técnico do arquiteto José Leme Galvão, em 1994. Segundo ele,

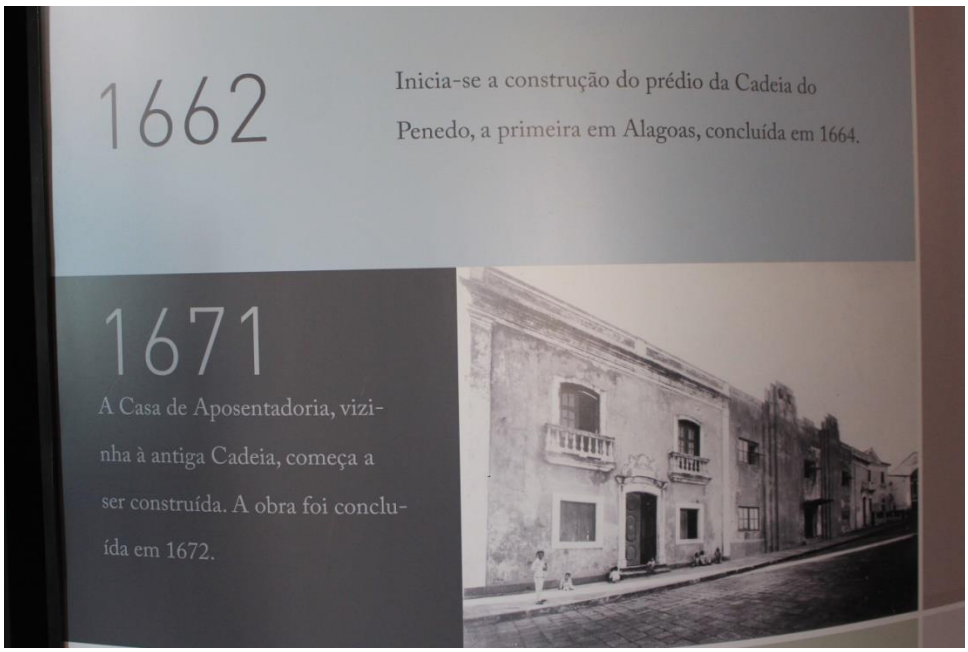
> O século XIX é considerado pelos Penedenses como o "século das luzes" quando sua área de influência atingia todo o Baixo São Francisco e suas relações comerciais e culturais com Salvador tornaram-se intensas. Nesse período o porto de Penedo teve intensificado seu comércio direto com o exterior, incrementando ainda mais a vila, finalmente elevada à condição de cidade em 1842.
>
> Foi um período de plenitude para aquilo que as sociedades ocidentais consideram progresso, associado à riqueza acumulada em todos os tipos de valores. A simbolizar essa riqueza sempre o porto, as fábricas de tecelagem, as produções de açúcar, arroz, feijão, farinha, charque, entre outros produtos, e pastagens consideráveis.
>
> Esse fastígio urbano chegou até este século, posto que somente depois da década de 1940 as transformações macrorregionais e os fenômenos conhecidos da industrialização no centro-sul, determinam a falência do sistema socioeconômico nordestino. O último golpe deletério veio com a construção da rodovia fora do litoral, esvaziando finalmente o peso comercial da cidade. (SPHAN, 1986, p. 186)

É mesmo costumeiro em narrativas históricas o uso da expressão *apogeu*, mas é preciso destacar que ela carrega consigo uma concepção do que é valorativo em termos sociais, políticos e econômicos em uma sociedade. Como se vê no excerto acima, este apogeu que supostamente viveu Penedo entre fins do XIX e meados do XX – reconhecido desta forma no projeto da exposição – estaria proporcionalmente conectado à noção de capacidade de influência, calculada pelo fluxo comercial, pela efervescência de manifestações sociais e culturais organizadas, instalação de equipamentos modernos na cidade e etc. Quem são os sujeitos que estão representados nesta lógica de opulência? A História é sempre perspectiva e, como tal, torna-se mais complexa e mais eficiente se capaz de interligar abordagens. Dizer, por exemplo, que a instalação de fábricas têxteis simbolizava a riqueza e o crescimento de uma cidade, pode encobrir situações de exploração trabalhista, de dificultosas condições de vida dos operários ou outras possíveis realidades que só podem ser lidas quando pensamos que todos os objetos trazem muitas camadas de sentidos de que são investidos. Sendo assim, caberia colocar também em questão, em contraponto ao apogeu, se ao declínio de uma cidade – que não precisa ser negado em seu processo de transformações e falências – não estariam também associadas outras formas de manifestações culturais, sociais e mesmo produtivas que compusessem por outras vias a exuberância de uma sociedade. Quero dizer, não existem critérios unívocos para essas leituras sociais. Logo, a intenção de resgatar um sentimento de

pertença na cidade de Penedo parece tratar de uma pertença específica ou de um modo de pertença específico.

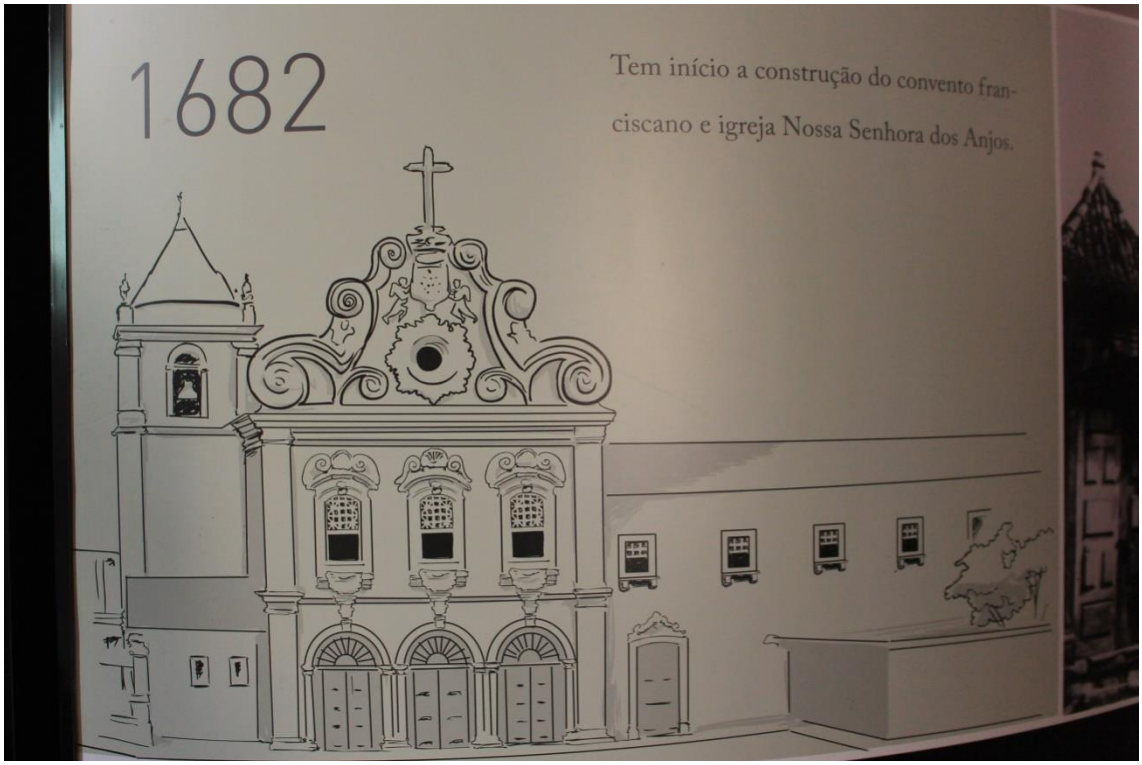
Não obstante outras fontes de informações e outros recursos expográficos presentes na Casa do Patrimônio de Penedo, é cabível apontar algumas das limitações de um recurso como a linha do tempo, que, cabe ressaltar, não consta como uma exigência do Iphan-AL no processo pertinente à elaboração do projeto museográfico, tendo sido possivelmente um artifício optado pela empresa e sua equipe de profissionais para dar forma à exposição. Este método de organizar e comunicar o conhecimento, apesar de fornecer um panorama geral e certa noção processual, pode restringi-lo a um caráter meramente informativo, descritivo, factual e, portanto, menos problematizador do que seria o esperado. O caráter de construção do conhecimento é minimizado em prol da apresentação de informações que – embora resultado de seleções – ganham estatuto de verdade. Já no primeiro produto apresentado pela empresa contratada, há um esboço do que viriam a se tornar os elementos compositores desta linha e, desde já, era possível notar a preponderância de uma linguagem sucinta que explorava majoritariamente elementos da formação e consolidação política e econômica de Penedo. O produto final apresentado na exposição traz marcas de uma história política – focada em personalidades históricas, batalhas e ocupações territoriais, e processos emancipatórios –, e de uma história econômica e social – focada nos modos de produção que viabilizam o vigor econômico da cidade, e nos momentos de elaboração dos principais recursos urbanos deste processo citadino empreendido em Penedo entre os séculos XIX e XX, tais como equipamentos culturais e administrativos, instalações de luz elétrica, estradas de ferro, telégrafos e etc.

Figura 13 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 14 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 15 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 16 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 17 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



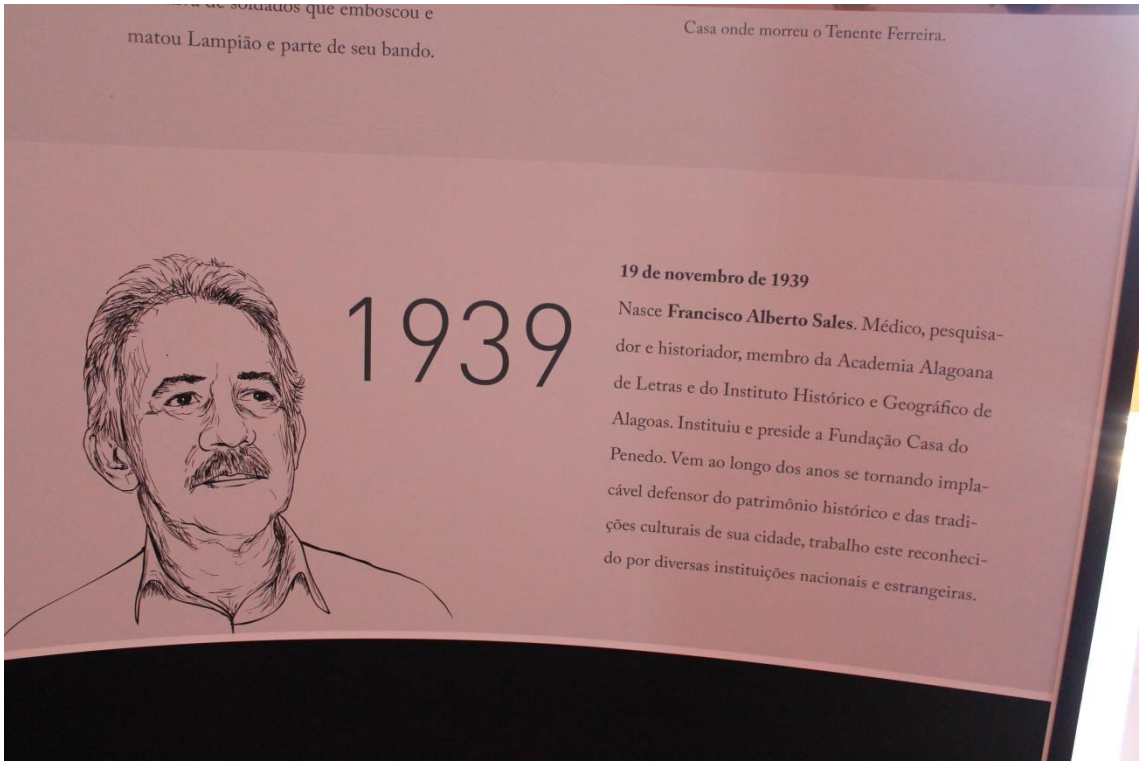
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 18 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 19 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



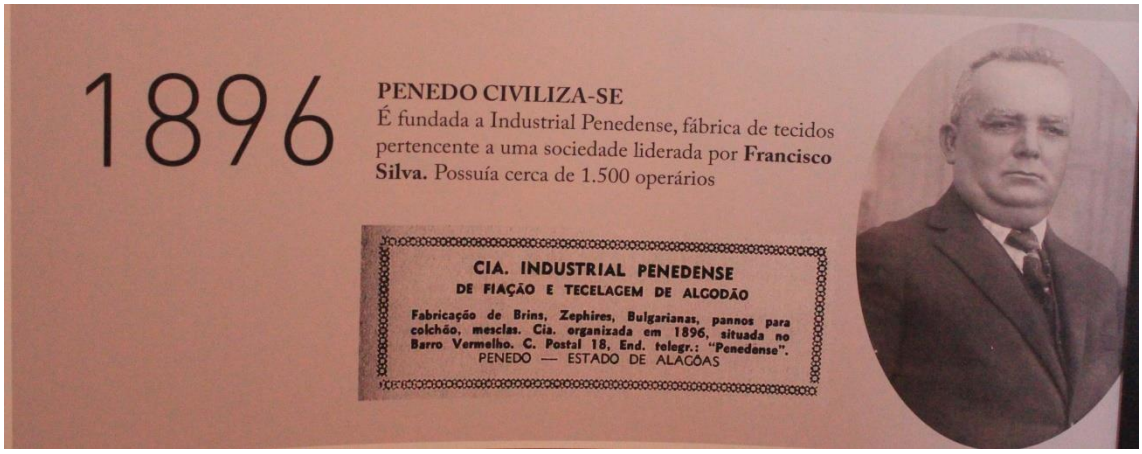
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A abordagem social neste discurso não traz a preocupação de compreender a composição e costumes de grupos sociais presentes em determinada realidade temporal e espacial e de uma "história vista de baixo". Dedica-se mais no sentido de se associar às abordagens políticas e econômicas na análise da sociedade penedense em seu conjunto. Vê-se, como apresentado nas imagens acima, o destaque de alguns sujeitos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder (BARROS, 2009), e de alguns acontecimentos que compuseram o "civilizar-se" de Penedo, para utilizar-me de mesma expressão. Se nos restringirmos ainda à análise da linha do tempo, cabe questionar em que medida a preocupação social no exame do passado não se pauta por uma história elitista, e perde de vista a voz dos menos favorecidos na sociedade. O Barro Vermelho é apresentado em dois momentos distintos na linha, e em ambos a perspectiva é a da importância da fábrica têxtil situada no território, trechos em que, por exemplo, o líder da fábrica tem nome e rosto, enquanto os operários são apenas um número. Os sujeitos que habitam a vila operária no Bairro, que constroem e experimentam a rotina da fábrica e a partir dela tem sua vida organizada, desde o trabalho em si até os aspectos familiares são referenciados na linha do tempo como os 1.112 operários que em 1920 viviam o "apogeu do algodão". Na virada do

século XIX para o XX, justamente o período a que se refere à exposição e tempo no qual o Barro Vermelho é ali mencionado, embora a indústria têxtil alagoana se estabelecesse cada vez mais como uma das principais atividades econômicas do estado, ao lado da indústria sucroalcooleira, chegando a ser inclusive mais rentável que as usinas de açúcar e pagando melhor do que se pagava aos cortadores de cana[20], a vida nas fábricas era mais do que opulência e produção:

> A vida dentro das fábricas têxteis não era fácil, o trabalho era extenuante em instalações precárias, com péssimas condições de trabalho. E ainda havia intimidação por parte de vigias, mestres e contramestres. O local de trabalho era um ambiente tenso e, em determinados momentos, hostil. [...] O processo de trabalho entre as fábricas era semelhante, somente com algumas alterações: a ordem dos horários dos turnos dos operários e também, de acordo com o tamanho da fábrica, a quantidade de secções existentes. A partir da observação, principalmente, do proletariado de Fernão Velho, conseguimos compreender a dinâmica de trabalho dentro de uma fábrica têxtil, não somente em Alagoas, mas também dentro do Nordeste. (P.90)

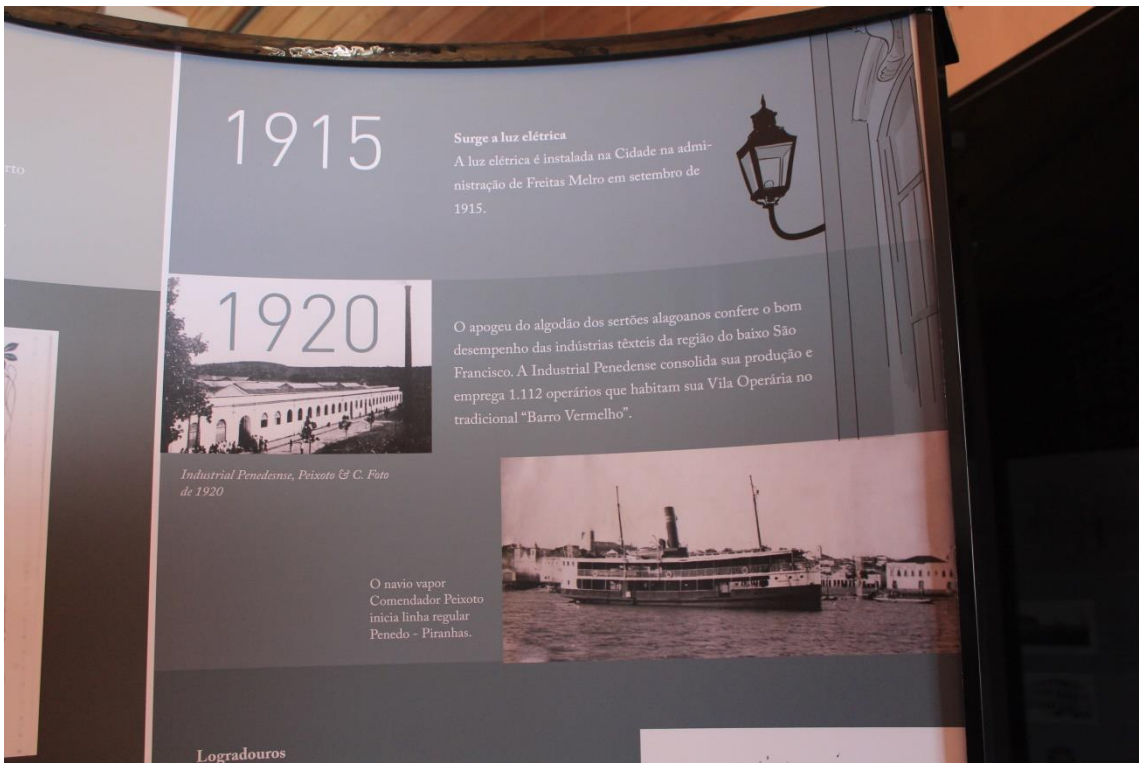
Figura 20 - Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



Primeira referência ao Barro Vermelho no conteúdo expositivo da Linha do Tempo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

[20] Sobre a valorização do trabalhador urbano em relação ao trabalhador rural e o crescimento das indústrias têxteis no estado, Melo ainda afirma que embora o número de indústrias de tecido fosse menor que o de engenhos e usinas sucroalcooleiras em Alagoas, a diferença salarial indicava uma valorização do trabalhador urbano que, mesmo sendo explorados, ainda mantinham condições de vida menos precárias que a dos cortadores de cana. Muito disso teria se dado, inclusive, por razões naturais, visto que as indústrias não passavam, por exemplo, pelas paralisias da entressafra de sua matéria-prima agrícola, tampouco necessitavam de grandes latifúndios. Segundo o autor, era o mito "da melhor condição de vida" que se consolidava aos poucos no estado, afinal, o operário das indústrias têxteis tinha salário e moradia o ano todo, principalmente no caso das vilas operárias. (MELO, 2012, p.76, 77)

Figura 21 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.

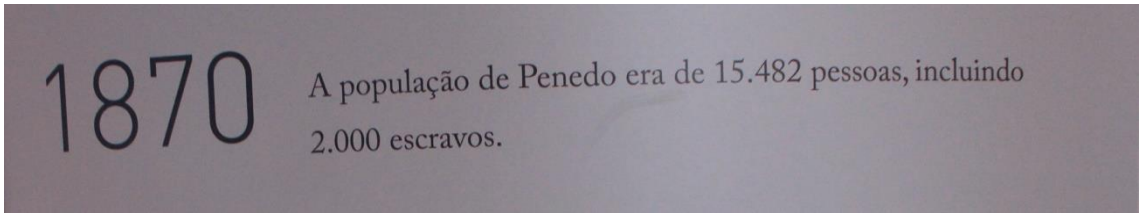


Segunda referência ao Barro Vermelho no conteúdo expositivo da Linha do Tempo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Da mesma forma, a existência de negros escravizados na cidade é mencionada na linha do tempo também em dois momentos, um em que os escravos igualmente são números e outro em que a lei da abolição sobre eles recai. São abordagens que não incitam o visitante a reflexões quanto à agência dos negros escravizados e libertos e tampouco quanto às dinâmicas urbanas que envolviam a escravidão. Embora saibamos das limitações de fontes e estudos na historiografia alagoana, é válido destacar que as formas de aproximação das fontes e de exposição dos argumentos fazem diferença quanto ao conhecimento histórico que se produz e se comunica. Luana Teixeira, por exemplo, utilizando as listas de pagamento das taxas de escravos das cidades e vilas dos anos 1850, afirma que

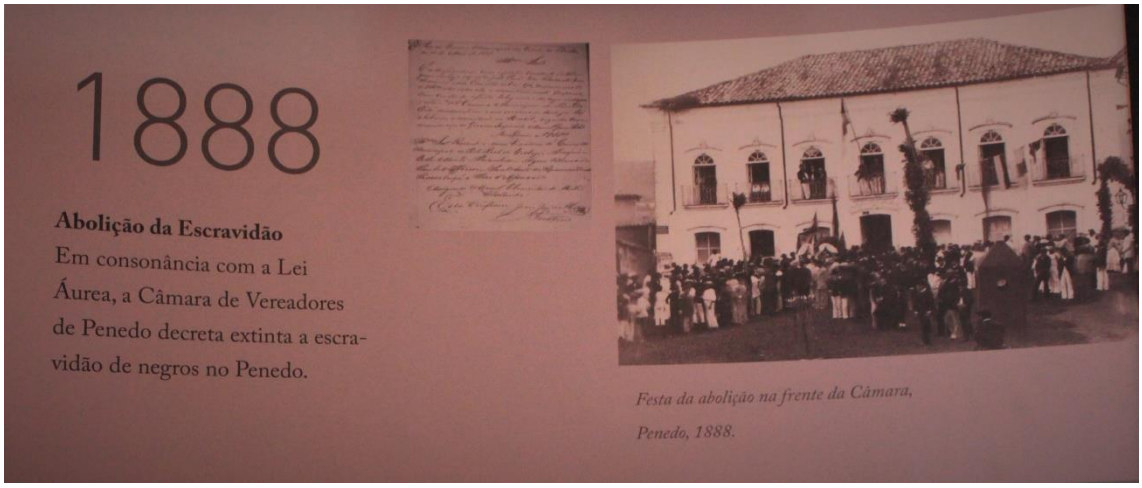
> Como região dinâmica de comércio, o cotidiano do Penedo estava ligado ao rio e às relações sociais que se desenvolviam no interior do espaço urbano. Assim como outras cidades na mesma época, Penedo possuía uma população escrava considerável. Vivendo no interior da cidade e ocupando praticamente todos seus espaços, os escravos eram parte fundamental da organização citadina. Nesse contexto, a vivência escrava gerava relações sociais diferenciadas em comparação ao ambiente agrário.

Figura 22 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



Primeira referência à população escrava da cidade no conteúdo expositivo da Linha do Tempo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 23 – Detalhe de painel da linha do tempo Sala 1.



Segunda referência à população escrava da cidade no conteúdo expositivo da Linha do Tempo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Partindo também de dados numéricos, Luana convida a que pensemos onde viviam esses escravos, que atividades desempenhavam, quais eram os poderes de negociação e de autoridade que estavam presentes nessas dinâmicas sociais. Apesar das fontes citadas pela autora informarem serem mais de 2000 escravos em 1854 na então freguesia de Penedo, as listas de cobrança de taxas informam um número bem menor, indicando que menos de 5% dessa população escrava residira na área central da cidade. A dispersão desses escravos no espaço urbano, porém, é

> (...) evidente porque a taxa dos escravos de 1855 indica que os 429 escravos listados residiam em 23 ruas e logradouros – praticamente a totalidade da área central – demonstrando que havia escravos residindo em todos os cantos do centro da cidade. Penedo era uma cidade escrava, como tantas outras do Império do Brasil.
>
> Cativos carregando latrinas, trabalhando nos serviços domésticos, lavando roupa, vendendo alimentos, arrumando sapatos, construindo edificações, trabalhando no porto, ajudando no comércio, escravos alugados e escravos de ganho faziam parte de seu cotidiano. A organização do trabalho escravo em Penedo exige pesquisas aprofundadas, mas o que a taxa de escravos evidencia é que este não apenas existia, como também era relativamente extenso e estava sob o controle das autoridades. (TEIXEIRA, 2016, p.135 e 136)

Outra abordagem que Teixeira elabora para a temática escrava que traça importante paralelo com a importância do Rio São Francisco na história da cidade é referente ao comércio de escravos:

> (...) ao aprofundar os estudos sobre a escravidão em Penedo, outro aspecto da presença escrava ganha destaque. A partir da Cidade do Penedo organizava-se um dos circuitos que contribuiu para a vitalidade do comércio interprovincial de escravos ao longo da década de 1850. O desenvolvimento comercial e o fortalecimento de sua posição como entreposto entre o interior do São Francisco e os principais mercados nacionais dotaram-na, portanto, de uma característica especial: Penedo era também uma cidade comerciante de escravos. (TEIXEIRA, op.cit.,p.136)

A própria visita do Imperador Dom Pedro II em 1859 a Penedo, referida na linha do tempo da exposição como um dos momentos "faustos" da história da cidade - podendo limitar o entendimento de que a importância do fato estaria associada ao caráter ilustre do visitante e não aos aspectos conjunturais dessa viagem – corrobora ao entendimento da importância que o rio São Francisco tomava aquela época, uma vez que

> Dentre outros aspectos simbólicos, como levar a presença do Estado às regiões distantes da Corte, a visita teve como principal consequência sacramentar a era dos vapores na cidade do Penedo. Há décadas que Penedo estava conectado aos principais portos do Império, havendo inclusive rotas frequentes executadas por embarcações a vela do Penedo à Maceió e à Salvador. (Idem, p.129)

Luana Teixeira resume dizendo que Penedo,

> ainda que fosse um porto fluvial, estava conectado ao Oceano Atlântico através da Barra do Rio São Francisco. Nesse sentido, o Penedo caracterizou-se ao longo dos oitocentos como um importante entreposto comercial entre uma vasta região banhada pelo rio e os principais portos do Império. Perceber a vocação comercial do Penedo permite colocá-la lado a lado a Maceió no que toca pensar dinâmicas urbanas e comércio de cabotagem na província ao longo do Segundo Reinado. (Idem, p.140)

Os painéis laterais que, na Sala 1, somam-se à linha do tempo podem exercer um papel importante nesse sentido, uma vez que trechos do relato de Dom Pedro II produzidos em sua estadia em Penedo estão ao lado de conteúdo acerca das embarcações no São Francisco. O elemento negro, porém, não se junta aos demais, assim como pouco se destaca no restante da exposição. A religiosidade penedense, por exemplo, é amplamente referida no que tange às crenças católicas, tratando de ritos, santos e igrejas, mas sem maiores menções às religiões de matriz africana. A Sala 2, em texto intitulado Penedo 1850 – 1950 – Período Áureo, produzido por Francisco Alberto Sales especialmente para a exposição, trará, a título de ressalva, o fato de que

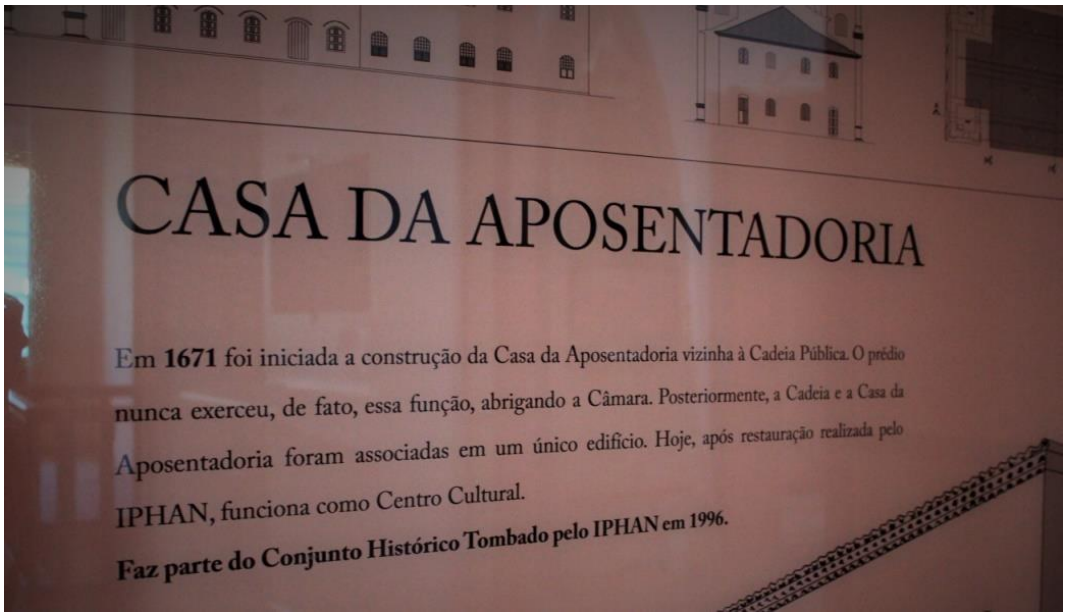
> Como contraponto ao domínio cristão, crescem também os terreiros de candomblé que, apesar de sua força, permanecem marginalizados, cultuados apenas na parte periférica do município.

Retomando as contribuições de Boaventura de Souza Santos (2002) nos estudos sobre democracia, é esclarecedor ponderar que em uma sociedade pautada pela multiplicidade de grupos sociais e pela diversidade cultural, os setores sociais menos favorecidos e as minorias tem mais dificuldade que seus interesses sejam representados do que os mais abastados economicamente (CARVALHO; PEREIRA, 2008), isso estabelece uma disparidade não apenas na representatividade política, mas em distintos setores da vida em sociedade. Como esses diferentes grupos estariam se reconhecendo nas representações do que é ser penedense que está construída na exposição da Casa do Patrimônio de Penedo, se na própria elaboração discursiva as memórias manejadas são pré-estabelecidas por uma intencionalidade que, a despeito das diretrizes do projeto Casas do Patrimônio, não nasceu participativa? Essas versões são tributárias de uma historiografia tradicional e, ensinadas na escola, são capazes de permear os diferentes grupos que podem reproduzi-las sem questionamentos mais aprofundados, almejando o mesmo "civilizar-se" construído e enaltecido nestas narrativas.

Nesse mesmo sentido, a sala 3, ao apresentar os bens edificados e na maioria tombados pelo Iphan, traz um conteúdo bastante tradicional, informando datas de construção, estilos arquitetônicos e data de acautelamento estatal. Práticas sociais que os envolviam, sujeitos que os erigiram com a força de seu trabalho, usos que ainda hoje lhes dão, repercussões e procedimentos posteriores ao tombamento ou mesmo o processo de escolha como patrimônio, os operários que trabalharam em sua restauração, são questões que não são abordadas neste primeiro olhar dos painéis. A televisão que acompanha a sala com a tecnologia de reprodução 3D inova em sua interatividade, permite que melhor se compreenda a arquitetura dos bens, mas não amplia propriamente o arcabouço das reflexões. O uso dos bens edificados na exposição de uma forma estetizante e com informações que as autenticam como patrimônio cultural, podem gerar efeitos de referendar preconceitos, exclusões e mesmo construções analíticas equivocadas (OLIVEIRA, 2007?), visto que intitulam enquanto patrimônio apenas os bens oficialmente reconhecidos como tal. Desse modo não perpassam o amplo universo de práticas, saberes e expressões culturais a eles associados – ou seja, não indicam a imaterialidade adjacente ao bem material, e com declarações sintéticas de datas minimizam os jogos de força característicos do processo histórico e do processo de patrimonialização. Não se trata de defender que se deixe de exibi-los em sua materialidade ou de assegurar o conhecimento do bem como objeto de proteção legal, declarando-o tombado,

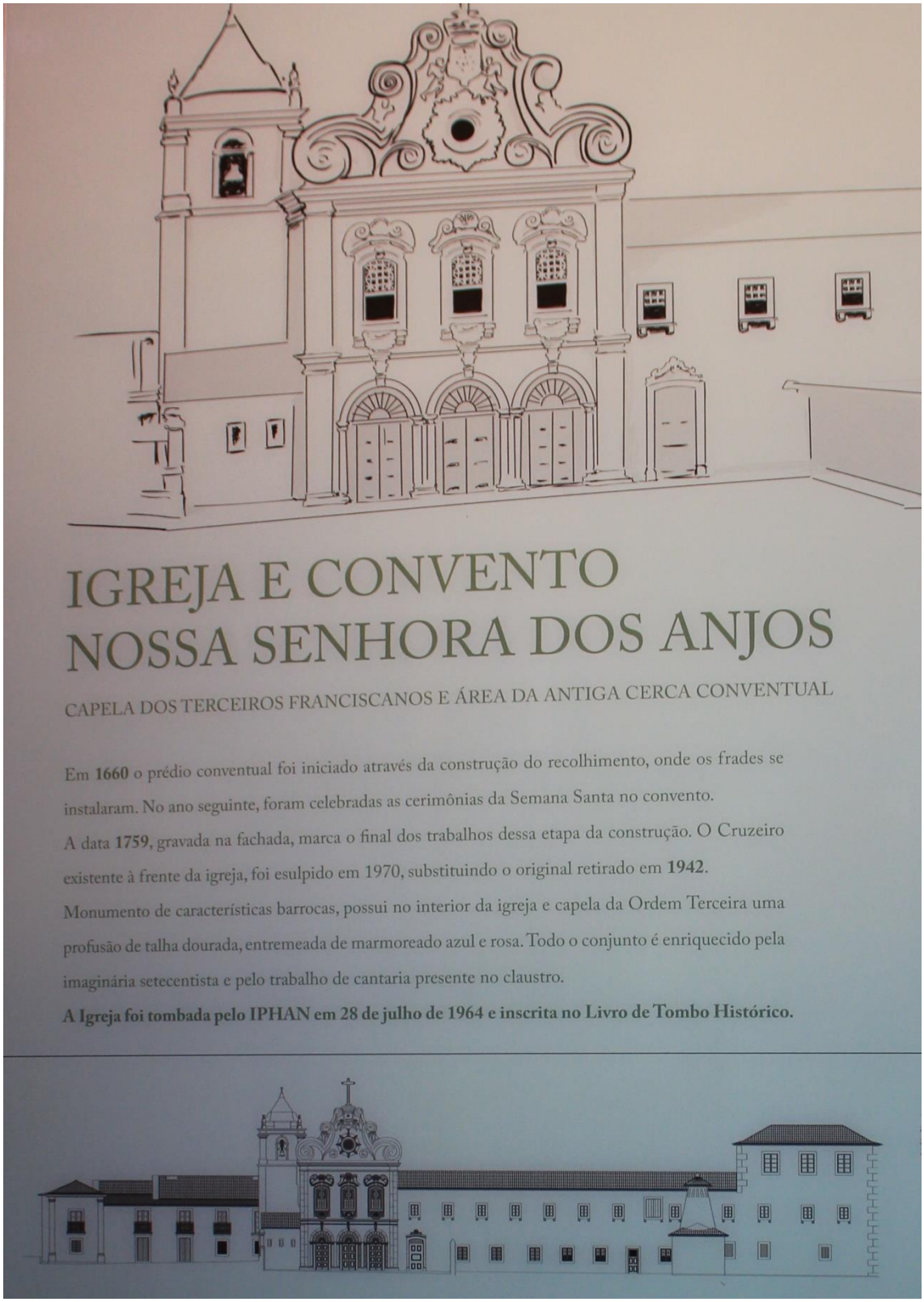
mas de refletir sobre como é possível transformar paradigmas a partir de um espaço que se propõe inovador, educativo, comunicativo, dialógico e, sobremaneira, participativo. Trata-se de pensar como diferentes discursos podem ocupar um mesmo espaço sem que estejam tão fortemente carregados de suas classificações e hierarquizações. A maneira como os bens são apresentados tampouco contribui para trazer informações satisfatórias acerca do instrumento do tombamento e acabam por invisibilizar questões relativas ao propcesso histórico que levou ao tombamento, tais como quem pediu a proteção e que lutas foram travadas, e reforçar a percepção da existência de um valor intrínseco ao bem patrimonial, como algo dado e não atribuído.

Figura 24 – Detalhe de painel da Sala 3.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 25 – Detalhe de painel da Sala 3.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

1.2.1 Quantas vozes cabem em um discurso?

A Rede Casas do Patrimônio é um projeto do Iphan, o empenho pela implantação da Casa do Patrimônio de Penedo e a proposta básica da sua exposição parte do Iphan-AL, mas a elaboração e a execução do projeto museográfico é terceirizado, via licitação. O conteúdo, o acervo, a disposição da exposição nasce de um olhar, portanto, que não é exclusivo do Iphan, embora este tenha estabelecido critérios para fiscalização e aprovação das propostas. Para elaboração do projeto museográfico, foram pautadas como obrigações da contratada, por exemplo,

> Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Iphan-AL, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
> Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo contratante [...] cujas reclamações se obriga prontamente a atender (IPHAN, 2012a, p.300),

e como produtos técnicos para fins de acompanhamento dos trabalhos e liberação de pagamento foram exigidos "Apresentação de pesquisa histórica do período de 1850-1950" nos primeiros 30 dias – desde o início apontado como temática central da exposição –, "Estudo preliminar do projeto" em 60 dias, e "Projeto Final" em 90 dias, prazos esses alterados posteriormente via solicitação de termos aditivos. Após o que se considerou uma necessária adequação nos termos da licitação – que na primeira abertura de convite em maio de 2012 caracterizou licitação deserta, ou seja, sem interessados que tenham se apresentado à concorrência –, o Iphan exigiu que a equipe mínima para coordenação dos trabalhos fosse formada por três profissionais, sendo um arquiteto e um historiador. Por fim, a empresa vencedora – que segundo consta em currículo foi eleita a melhor agência do mercado alagoano entre 2007 e 2009 – contou com equipe formada por um profissional da Comunicação Social, responsável pelas funções de pesquisa, audiovisual e comunicação visual, um das Artes com funções de ilustrador, design gráfico e editor, duas Arquitetas, uma responsável pelas funções de pesquisa, educação patrimonial, projeto de luz, clima e som, e outra pelas funções de pesquisa do projeto expográfico e mobiliário, e uma Historiadora e Arquiteta, com funções de pesquisa histórica e educação patrimonial. O grau de interferência ou de negociação entre Iphan e empresa não ficam explícitos no processo que, como de praxe, abarca documentações bastante pontuais acerca dos procedimentos institucionais – vê-se, contudo, que sendo a imagem do Iphan a que se coloca em construção, é também da instituição a aprovação ou o questionamento sobre um discurso que a representará e que por

ela foi encomendado. O que inicialmente é apresentado, por exemplo, como proposta para a Sala 3 – Espaço Iphan, retratando a Igreja e Convento Nossa Senhora dos Anjos, o Mercado Público Municipal, a Casa da Aposentadoria e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, é readequado após consideração do Iphan, e um novo rol de bens é estabelecido, a fim de retratar os bens tombados isoladamente pela instituição e apresentar a poligonal de tombamento do conjunto histórico, dando conta, então, da Igreja e Convento Nossa Senhora dos Anjos, da Igreja Nossa Senhora da Corrente, da Igreja de São Gonçalo Garcia e da Casa da Aposentadoria, sendo as três primeiras edificações tombadas pelo Iphan desde os anos 1960. Da mesma forma, o Iphan procura manter o controle sobre o que está sendo produzido quando em fase posterior, já na execução do projeto, estabelece no contrato com a empresa que é sua obrigação

> Permitir uso de todo material produzido da forma que o Iphan julgar necessário, inclusive podendo realizar modificação nos mesmos;
> Todo material impresso de painéis deverá ser entregue em um corpo de provas em escala reduzida para aprovação do Iphan antes da execução dos painéis finais;
> A empresa contratada deverá se responsabilizar pela manutenção dos equipamentos de tecnologia por um período de 6 meses a contar da data da entrega [...].” (IPHAN, 2012b, p.182)

Além disso, ficam estabelecidas reuniões mensais e outras mais que se fizerem convenientes, e relatórios de etapas.

O caráter do discurso empreendido na exposição deve muito à ênfase dada à tecnologia, característica da empresa contratada e recurso ansiado pelo Iphan. A exposição está sendo compreendida aqui como a estratégia de organização do dispositivo patrimonial mobilizado pelo Iphan, a fim de atingir o objetivo de devolver o sentimento de pertença da população penedense, promovendo como efeito a preservação deste mesmo patrimônio. A tecnologia aplicada à exposição é, então, mais um dos elementos não discursivos requisitados por este dispositivo, a fim de tornar eficiente a comunicação do discurso, e talvez seja uma das formas encontradas para estabelecer a requisitada conexão da temática principal com o presente, construindo o entendimento de que a cidade pode ainda ser sinônimo de progresso e, em termo já exaltado, fausto. Desde logo o Iphan define a proposta:

> Projeto expositivo contemporâneo, didático, instrutivo, comunicativo, [...] deve prever a elaboração de uma comunicação visual eficaz e criativa, sinalização dos espaços, bem como projeto de climatização, sonorização e luminotécnico que valorize o espaço da “Casa do Patrimônio de Penedo”, proporcionando rico contato com a exposição exposta (IPHAN, 2012a, p.82)

A tecnologia utilizada na exposição é expressão máxima de um tempo presente que mira no futuro, ao mesmo tempo em que se coloca como janela de acesso a histórias e imagens, formas e sons de um passado. É o instrumento que relaciona os tempos, assim como faz interagir o público com a Casa, visando transformar a relação entre acervos e visitantes (IPHAN, 2012b, p.352). E talvez seja, ainda, o canal utilizado no esforço de fazer emergir algumas outras vozes na narrativa de Penedo.

Figura 26: Detalhe da Sala 2.



Painéis touch screen são recursos presentes em mais de uma sala da exposição.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

No projeto básico para contratação de empresa para execução do projeto expográfico da CPPenedo, constam os objetivos do empreendimento (IPHAN, 2012b, p. 03), quais sejam, a complementação da atividade finalística do Iphan, a aproximação entre Iphan e sociedade, estender à sociedade a importância da preservação do patrimônio cultural, fortalecer o Iphan e ampliar as visitações. Objetivos estabelecidos a fim de promover "a integração da sociedade com os bens que ela possui" (IPHAN, 2012b, p. 04). Ora, seria essa promoção sinônimo de compreender os bens que a própria sociedade identifica? Sendo assim, já não estariam com eles integrados? Qual o limite entre orientar, identificar, disciplinar?... Mesclam-se nestes objetivos intenções de reconhecimento da sociedade com intenções de valorização da instituição e de repasse mais eficiente da importância de seu papel de preservador do patrimônio cultural. Já no processo anterior de contratação de empresa para a elaboração deste projeto museográfico, além das intenções já tratadas neste capítulo, o Iphan exigiu também que acompanhasse o projeto uma proposta de educação patrimonial, embora não apresente sobre isso maiores detalhamentos. Os objetivos do programa educativo entregue junto ao produto final trazem considerações mais específicas que os objetivos citados acima:

> Buscar a identificação de significados e sentidos num contexto que é diferente para o usuário, já que percepções e identificações de significados e sentidos variam de acordo com as experiências passadas de cada um, vivenciadas dentro de seu contexto histórico-social;
> Buscar parceria com instituições governamentais e não-governamentais;
> Tratar o bem cultural propondo hipóteses sobre o que significa para o individuo, buscando um movimento de recriação e reinterpretação das informações, conceitos, significados e sentidos neles contidos;
> Promover atividades que transcenda a mera recepção das informações, principalmente com as escolas, despertando vocações futuras e permitindo a compreensão do processo de produção do conhecimento;
> Conscientizar a comunidade local sobre a importância do Patrimônio Cultural que ela possui;
> Realização, promoção e fomento de ações educativas e a articulação da área de Patrimônio Cultural, meio ambiente e turismo, dentre outros campos de ação pública;
> Colocar à disposição de qualquer cidadão informações e registros documentais – acervos históricos e referenciais, através do acesso direto a Casa do Patrimônio do Iphan – Penedo;
> Estímulo à participação da comunidade na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural;
> Promover através de ações de cooperação e intercâmbio com outras instituições, a preservação, a recuperação e valorização do Patrimônio Cultural da região. (IPHAN, 2012b, p.427, 428)

Estão presentes questões como o acesso ao conhecimento, formação de uma rede de parceiros, educação dialógica, multidisciplinaridade e caráter relacional do patrimônio cultural. Logo no início do documento uma citação bastante pertinente às novas reflexões do campo:

> Quando falamos sobre Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas, etc. Esta é a visão do senso comum, porém a ideia de Patrimônio é bem mais ampla, e inclui vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo o objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio. (SOARES apud IPHAN, 2012b, p.495)

Vê-se, portanto, que essa reflexão em algum momento está posta no percurso de criação e execução do projeto museográfico da CPPenedo, mas de que forma ela consegue transpor o âmbito conceitual e transfigurar-se em materialidade expositiva, em discurso anunciado? Há um esforço na exposição em trazer novas vozes, certa intencionalidade de diversificar as informações – painéis com lendas e tradições; pesquisa de campo; entrevistas de história oral... – que se emaranha com a intencionalidade de valorização dos tempos áureos e dos personagens ilustres em prol de um "resgate do pertencimento local", como se houvesse algo essencial a ser recuperado e "devolvido" à população já esquecida. A fusão de diferentes elementos constrói um discurso... quantas vozes ele suporta?

A mesma Sala 1 conta também com outros tipos de painéis que se propõem a lançar um olhar diferente daquele até então consagrado pela Linha do Tempo. Estão presentes ali festividades, lendas populares, e indicadores de outra relação identitária: o vínculo com o Rio São Francisco. Se retornarmos aos relatórios do projeto museográfico, constataremos que já no primeiro produto entregue ao Iphan pela empresa contratada, 30 dias após a assinatura do contrato, que deveria ser uma "apresentação de pesquisa histórica do período de 1850 -1950", há referência à pesquisa de campo e contato com os moradores que viria a ser efetuada nos meses seguintes, de acordo com o cronograma, mesmo que em nenhuma documentação, ao menos naquela que se faz constante no processo administrativo, haja registro de exigência deste teor por parte do Iphan-AL. Segundo o relatório - que, vale destacar, são todos excessivamente sucintos em material escrito -, com o perfil histórico e cultural de Penedo traçado até aquele momento, notadamente do período de 1850 a 1950, já era inferido que as próximas intervenções deveriam pautar-se pelos elementos Religiosidade; Feira Livre; Rio São Francisco; e Personalidades Ilustres (nascidos ou visitantes), e em páginas seguintes a empresa afirma:

> Além dos dados oficiais colhidos nas pesquisas bibliográficas e documentais, será levada em conta a memória dos moradores, aquela mantida e difundida pela oralidade, através de estórias, lendas, crenças populares, ditados, entre outras fontes de informação. (IPHAN, 2012a, p.320)

Figura 27: Detalhe de painel da Sala 1.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 28: Detalhe de painel da Sala 1.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Há uma ambiguidade interessante nestas colocações no que se refere às concepções de História e às valorações dos saberes. Não quero dizer que todo discurso, para ser considerado legítimo ou bem construído, deva ser isento de contradições, nuances ou lacunas, mas é justamente nestes pontos que uma análise de discurso se detém a fim de compreender como se dá sua elaboração, em que bases se assenta e o que nos revela. No que parece o esforço de responder às exigências da contratação, a empresa reforça o destaque dado ao período de 1850 a 1950 e, posteriormente, tanto se refere a "Personalidades Ilustres" quanto à "memória dos moradores". A primeira, uma categoria bastante questionável para um espaço calcado em noções de diversidade, horizontalidade, e participação, mas talvez não para um projeto que prevê a exaltação daquilo que fora denominado "tempos áureos" – Ambas as adjetivações, ilustre e áureo, falam do brilhantismo, daquilo que é iluminado... Ora, então há sujeitos e tempos mais abrilhantados que outros na história? Além de ser sempre uma atribuição exercida a posteriori, essas caracterizações instabilizam a compreensão de que todos os indivíduos são sujeitos históricos, agentes de seu tempo, mesmo que não contemplados nas histórias oficiais e dos grandes feitos, justamente o que parece ocorrer quando, paralelo à primeira afirmação, a empresa assume a intenção de reconhecer na oralidade de diferentes sujeitos fonte de informação, em contraposição aos documentos que considera de caráter oficial. Essa oficialidade está tratando, justamente, de "personalidades" ligadas a elite. São ilustres para quem ou aos olhos de quem? Se personalidades fossem lidas meramente como sujeitos, destituídos do caráter elitista, talvez pudéssemos encontrar dentre as representações expostas personagens populares do movimento operário ou de lutas emancipatórias, por exemplo. São, então, as fontes da oralidade que agora trariam outras vozes. Vozes, no entanto, que continuam apartadas na espacialidade construída pela exposição, não são colocadas nos mesmos painéis. Como defendido antes, a conexão entre abordagens históricas é enriquecedora, mas isso não é o mesmo que falar em prol do uso de concepções divergentes entre si: Falar a partir de uma abordagem econômica, política, social, cultural não é incongruente, afinal são todos estratos de uma mesma realidade e que não existem sozinhos em seu estado puro, são recortes artificiais. Da mesma forma, falar de sujeitos reconhecidamente privilegiados econômica e politicamente e que possam ter ocupado cargos de destaque na história de determinadas sociedades e falar de sujeitos menos favorecidos ou menos reconhecidos não chega a ser incoerência, apenas opções de enfoque ou domínio. No entanto se, a partir daí, venha a se classificar estes sujeitos em grau de importância não em eventos específicos, mas em âmbitos gerais da história, estará se tratando de concepções de

História. É nesse sentido que, mesmo que a fala da empresa não tenha refletido exatamente acerca dos termos usados, ela acaba por verbalizar e, possivelmente, executar em sua expografia, esta instabilidade: há os ilustres e há os populares. Esse percurso da pesquisa realizada pela empresa, que narra das suas concepções, não é de nenhuma forma explicado na exposição. Falta explicitar a quem acessa o discurso que ganha vida nas salas da Casa do Patrimônio os processos de escrita daquela história de Penedo ali representada, das escolhas dos temas, das bases historiográficas utilizadas, de modo a minimamente mostrar visões diferentes e fomentar leituras mais problematizadoras da realidade.

Tendo como fonte o Mapeamento Cultural das Cidades Históricas (trabalho anteriormente contratado pelo Iphan), sobre a Festa do Bom Jesus dos Navegantes, um dos painéis descreve:

> Cortejo fluvial realizado em louvor ao protetor dos navegantes, o evento acontece no mês de janeiro, nas cidades ribeirinhas, entre elas, Penedo, onde costuma ser uma festa exuberante. Acompanhando a imagem que segue na balsa, em andor caprichosamente ornamentado com flores e bandeiras, vão canoas, lanchas, iates e todo tipo de embarcação, singrando as águas do "Velho Chico" num belo espetáculo de fé e participação popular. As imagens mais antigas que participam desse cortejo foram esculpidas pelos mestres penedenses Cesário Procópio dos Mártires e Antônio Pedro dos Santos.
> [...] misturando o sagrado e o profano numa grande confraternização a céu aberto em que os valores do catolicismo popular afloram em sua espontaneidade. (IPHAN, 2013b, exposição)

O trecho informa sobre as embarcações, referencia os mestres locais, destaca o rio, aponta a religiosidade e a festividade... parece, enfim, fazer por meio de sua descrição um bom convite a se conhecer sobre a prática cultural já tradicional da cidade. Prática esta que já teve pedido de registro ao Iphan, partindo da Secretaria de Cultura de Penedo, buscando seu reconhecimento como Patrimônio Imaterial Nacional, mas o processo ficou estagnado por falta de procedimentos cabíveis ao próprio solicitante. Permeando o limiar entre a Festa e o Rio São Francisco, Mestre Toinho, pescador, um dos entrevistados que compõe o acervo audiovisual da Sala 3, afirma que

> **Mestre Toinho:** [...] Essa festa de Bom Jesus é bonita, é linda, mas tem q tomar outra prática... A prática política em defesa do rio [...], da maneira que fazem é alienação, porque agora era o momento, numa festa dessas, [...] de preparar um documento, pra esse documento ir até o presidente da república mostrando essa degradação que o rio está sofrendo [...] (IPHAN, 2013a, audiovisual, 58'16'')

A que outro dos painéis corrobora:

> Saudoso, o historiador Francisco Sales, testemunha a degradação desse importante rio: "Atualmente, seguros, podemos transpor de balsa as águas já não tão profundas. Da balsa, é possível ver as areias do assoreamento... nossos ancestrais foram matando o rio que um dia se quis da integração nacional. Represado para gerar energia, o Velho Chico perdeu a força que o jogava por quilômetros mar adentro, isso nos idos de 1950". (IPHAN, 2013b, exposição)

Figura 29: Mestre Toinho em entrevista à CPPenedo



A foto mostra cena da entrevista com Mestre Toinho presente na Sala 2 da CPPenedo.
Fonte: Acervo Iphan

Mestre Toinho fala da prática não só desses ancestrais, mas dos contemporâneos que com atitudes descompromissadas com o rio acabam por violenta-lo. Mais do que informar o ouvinte sobre um assunto, mestre Toinho revela seus saberes, não menos valorosos do que os de qualquer estudioso: denuncia as plantações de cana que exaurem o solo, acabam com o adubo natural, e contribuem com a mortandade de peixes que circulam em águas que contatam estes terrenos irrigados.

Acompanhando a fala de um pescador que verbaliza o apreço pela sua terra ou, nesse caso, pelas suas águas; e lendo a respeito de uma tradicional festividade popular que se mantém na cidade, repetida e ressignificada ano a ano; surge a indagação: Não são essas expressões de pertença de uma população local? Assim como essas, não haveria outras formas de reconhecimento dos espaços, de apropriação dos territórios, de vínculos com a cidade que talvez não estejam sendo decodificadas pelo Iphan-AL quando este afirma ser necessário resgatar ou devolver o sentimento de pertença à população? Estes discursos são exemplares,

como forma de exibir ao público a importância desta valorização cultural, ou são espécies de contra discursos dentro do próprio discurso institucional?

Na Sala 2, denominada Tempos Áureos, a CPPenedo apresenta uma série de entrevistas com penedenses, moradores ou ex-moradores da cidade, resultado da pesquisa de história oral, que narram um pouco de suas lembranças da terra. Os vídeos manejam memórias e retratos de um passado, espaços de sociabilidade de Penedo, referências identitárias daqueles que narram, e, mais do que isso, parecem servir à proposta de falar de uma Penedo que hoje carrega como herança, mesmo que em suas lembranças, um passado de ricas experiências, sejam elas pomposas, como nas épocas dos festivais de cinema, sejam elas da simplicidade da vida local, das idas ao mercado, das calçadas coloniais. Em seu depoimento, Carmen Lúcia Dantas, reconhecida museóloga de Alagoas e ex-moradora de Penedo, narra cronologicamente a história da cidade e sua história pessoal, de forma imbricada, conduzindo o ouvinte pelo percurso daquilo que desenha ser o seu amadurecimento de menina à profissional, assim como do seu olhar sobre Penedo, primeiro o olhar ingênuo, do afeto, depois o do conhecimento, da leitura histórica, como que passando de um saber simples a um saber complexo, onde a pertença é o elo. Narra a importância das raízes, que ao ouvinte pode parecer uma alusão dúbia... trata-se das raízes de uma pessoa ou das raízes de uma cidade? Preservar o patrimônio de Penedo é preservar os seus tempos passados... ingredientes dos tempos passados de uma "menina penedense" que ainda renasce:

> **Carmem L. Dantas:** É muito bom falar sobre Penedo, é um retorno, e é muito bom retornar, retornar quando a gente tem história lá atrás, quando a gente tem lembranças, quando a gente tem saudade. Por isso vale a pena sempre a gente voltar à terra da gente, vale a pena sempre a gente preservar os nossos sonhos, isso alimenta a vida, sejamos sempre plantados na nossa terra, no nosso chão, ele que dá solidez para que a gente siga. (IPHAN, 2013a, audiovisual, 26'20'')

Da mesma forma afirma que "Feliz daquele que tem uma raiz plantada, porque sem dúvida é através da nossa raiz que a gente vai plantando a vida [...]" (Idem, 14'29'') elaborando um discurso que aponta para uma forma enaltecedora do passado, que hoje é memória, mas que outrora fora faustoso e é o que dá sentido à vida – a raiz em Penedo. É neste raciocínio que em sua fala afirma que a sua escolha pelo curso de museologia se deu pelo sentimento que estaria ligado ao que viveu em Penedo, momento este em que se refere ao patrimônio penedense, do qual aprendeu a gostar. Assim, sua profissão casou com seu interesse penedense e seu sonho era voltar às Alagoas, numa memória que romantiza a experiência. O depoimento é expressão do processo de construção da memória – individual e coletiva – acerca do que é Penedo: há um manejo de elementos do passado que buscam ser conectados a

elementos do presente, elaborando uma noção de continuidade e historicidade que, neste caso, tem o papel de enaltecer a importância de Penedo na construção do ser que sobre ela fala.

De maneira similar, Mário Aloisio Barreto Melo, arquiteto e superintendente do Iphan em Alagoas já referido anteriormente, recorre, em seu depoimento, às "lembranças prazerosas" que traz de Penedo, cidade com a qual mantém uma "relação umbilical", a fim de explicar ao ouvinte o valor da cidade, chegando a dizer, posteriormente, que há quem não tenha o sentimento de pertença por não ter visto a cidade que ele viu, e além disso, sua narrativa justifica um intento de devolver à cidade – pela atuação na preservação do patrimônio cultural e, especificamente, pela criação da Casa do Patrimônio de Penedo – aquilo de bom que recebeu. O esforço de memória, mais uma vez, trata-se de uma operação que conecta passado e presente a partir de uma finalidade discursiva do presente. Segundo ele, na infância não havia ainda "a consciência do fantástico patrimônio que nos foi legado" (IPHAN, 2013a, audiovisual, 34'30''), tratava-se mais "do viver", não havia uma percepção "da coisa tão bonita que a gente estava vivendo" (Idem, 36'02'')... vivência essa que traria marcas na sua atuação profissional de hoje, em que frequentemente recorre em seus projetos arquitetônicos à figura do barco e do rio. Nos dois depoimentos podemos notar que o patrimônio da cidade é tido como vivência e experiência, e mais do que isso, como um legado para o qual o olhar deve ser despertado, evoluindo da percepção infantil e ingênua para a percepção maturada, científica: há como que um caminho para o reconhecimento e a valoração do patrimônio cultural. As diferentes formas de elaborar as narrativas de memória servem como recurso manejado na produção discursiva das identidades, o que significa dizer que a construção identitária costuma reivindicar antecedentes históricos e representações do passado e do presente, elementos esses organizados pelos sujeitos a partir desta operação cognitiva e social que é a memória. As identidades são um modo de construir sentido sobre a nossa presença no mundo e a nossa relação com os demais sujeitos, e é compreendida como um conjunto de valores compartilhados com determinados grupos. Se estamos aqui mais uma vez trabalhando no âmbito das representações e dos discursos, não é excessivo retomar a desnaturalização dessa categoria enfatizando-a como construção social, assim como a de memória e até mesmo a de patrimônio. Ainda em seu depoimento, Melo afirma que:

> **Mário A. B. Melo:** O que eu sinto hoje em dia e daí porque nós pensamos essa exposição para mexer com a autoestima, é que existe no brasileiro uma questão muito complicada com a autoestima, e *nós* em Penedo também, as pessoas estão usando muito a cidade quase como dormitório, não é uma relação muito de permanência, é como se tudo fosse provisório, e isso produz nas pessoas um certo... "deixa pra lá", quer dizer, a gente herda

> aquele patrimônio fantástico e vamos deixar para lá, e a maioria das vezes quando *nós* intervimos nós somos muito mal vistos, já fomos chamados de infames, né [...] quando na verdade isso nasce de um profundo, também, desamor pelo aquele espaço que se tem. As pessoas que estão em Penedo não nasceram em Penedo a maioria ou não tem relação com essa cidade que *eu vi*, né, ou com esse espaço de convivência, e hoje em dia você é bombardeado por essa mídia terrível [...] até porque existe também no Brasil um fenômeno curioso da desurbanidade, as cidades não são mais tratadas como local que a gente vive, mas como local que a gente usa, é muito mais de uso do que de vivência [...]" . (IPHAN, 2013a, audiovisual, 48'22'', Grifo meu)

É interessante perceber que o *nós* a que ele pertence ora é o *nós penedense*, ora é o *nós Iphan* e que, em seu discurso, podem até mesmo ser lidos como grupos díspares se pensarmos que são os penedenses que "mal veem" o Iphan. Embora a construção de sua narrativa de memória busque uma linearidade e coerência, notamos que o processo de identificações não está livre de tensões. É nesse sentido que falamos da identidade como construção social, lembrando sua criação, sua produção – embora possamos, por exemplo,

> [..] nos ver sempre como sendo a "mesma pessoa" em todas nossos diferentes encontros e interações, não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papeis sociais que estamos exercendo (HALL,1997)
>
> Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. (WOODWARD, 2000, p.30)

O processo de "organização" a que me refiro não se trata, então, de uma manipulação arquitetada e consciente e tampouco de definições essencialistas: as verdades que se estabelecem são sempre configurações históricas. Michel Foucault, ao por em cheque questões como essência e continuidade, afirma ser

> [...] preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixa-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos. (FOUCAULT, 2008, p.24)

Ou ainda, como ressalta André Bocchetti (2015), em seus estudos sobre Foucault e Certeau, os sistemas enunciativos não são contínuos, há apropriações e abandonos: "Descontinuidades que as grandes narrativas tentariam esconder, mas cujo mapeamento se constituiria em atividade fundamental para a compreensão das estratégias pelas quais se inventa uma historicidade." (BOCHETTI, 2015, p.49).

As narrativas acerca de Penedo que ganham espaço na Sala 2, constroem de uma forma mais afetuosa e sensível – é possível ver e ouvir sujeitos que rememoram e se

emocionam – a história da cidade, denotando um caminho comum que associa a construção de sentido do indivíduo a partir da cidade e, em resumo, parece compreender que é preciso pensar a cidade como uma coletividade onde se conviva, pensando menos no particular e se reconstrua o elo com a "fantástica herança do passado" de uma cidade que eles puderam ver e viver, fortalecendo a importância de bem nutrir as raízes do passado que dão sentido ao presente. Muitos outros elementos vão sendo ativados nas narrativas, tais como, a importância do rio São Francisco, o vasto repertório arquitetônico da cidade, lugares de sociabilidade como o Tênis Clube e o Theatro Sete de Setembro, as relações familiares e os laços de amizade, eventos como os Festivais de Cinema e etc. Essa amálgama de relatos e memórias pode tanto servir ao discurso de reconstrução dos áureos tempos da sociedade penedense, do qual se tratou até então, como pode ser uma chave a novas reflexões, a depender das formas de apropriação: Os sujeitos enunciando memórias suavizam a construção de um discurso unívoco e parece potencializar, ao instigar o ato de recordar, as nossas próprias capacidades memorialistas. A memória e a identidade são importantes elementos para consolidação de uma formação crítica, objetivo que deveria pautar a prática educacional, afastando-se das concepções doutrinadoras ainda frequentemente presentes no campo. Dessa forma, tanto memória quanto identidade não devem ser "objetos de outorga ou indução, até mesmo pelo seu caráter "ideológico, processual e situacional" (MENESES, 2007, p.47), mas podem servir a promover a autonomia do ser.

> Em outras palavras, tais processos precisam ser entendidos, antes de mais nada, como estratégias de exclusão, em função de um "eu" (individual ou social) que se define sempre em confronto com um outro, do qual busca distinguir-se. (Idem, p.48)

Dessas narrativas emergem, portanto, variadas possibilidades em termos de construção do conhecimento e de ampliação das reflexões sobre patrimônio cultural dentro deste espaço expositivo.

1.2.2 Cabine de depoimentos: Quem fala e quem cala?

Os visitantes da Casa do Patrimônio de Penedo tem a oportunidade de, ao final de seu percurso, deixarem relatos e impressões registrados em vídeo ou texto através das cabines de depoimentos, projetadas como uma forma de manter o acervo do espaço em constante

construção. Essa perspectiva de inacabamento do projeto está presente no Plano Educativo inserido no processo do Projeto Museográfico da Casa do Patrimônio de Penedo, como se lê a seguir:

> A Casa do Patrimônio fez escolhas para compor a sua exposição, para apresentar e contextualizar a Cidade de Penedo, claro que não tivemos a pretensão de dar conta de tudo, sabemos que Penedo tem especificidades e muito mais História que precisa ser trabalhada. A convivência no dia a dia com a comunidade serão observadas em conta. Este programa educativo também tem escolhas, mas esperamos cumprir com o nosso objetivo maior, o de conseguir um diálogo entre o Iphan e a comunidade abrindo novas dimensões de leitura do Patrimônio Cultural de Penedo. (IPHAN, 2012a, p.438)

A questão que me parece pertinente colocar é sobre qual tem sido, na prática, a funcionalidade dessas cabines de depoimentos, isto é, quais os usos tem sido feito delas para que se efetivem como estratégia de captação de novas memórias e ampliação do acervo. Dois caminhos devem ser trilhados para que tenhamos a resposta a essa indagação – o primeiro deles é conhecer como os funcionários da CPPenedo, que recebem os visitantes, se apropriam eles mesmos daquela sala de depoimentos, investindo-a de sua leitura quanto a importância e a função que ela exerce dentro do contexto da exposição; o segundo é entrar em contato direto com o banco de depoimentos já gravados e armazenados nos três computadores que estão disponíveis ao público. Algumas questões importantes permeiam esses caminhos, como o fato de ter havido ou não capacitações, instruções, conversas ou qualquer tipo de aproximação daqueles que encomendaram ou projetaram a Casa do Patrimônio de Penedo com os trabalhadores quanto às intenções conceituais desta sala que se coloca como o desfecho do discurso expositivo; quais as condições de manutenção desse equipamento tecnológico, como é a interface do sistema, qual o público que se propõe a utilizar essas cabines, etc. Para isso, utilizou-se o material em vídeo captado ao longo de junho de 2014 – desde a data de inauguração da CPPenedo, quando ela foi aberta à visitação do público – até novembro de 2015, perfazendo um total de 171 registros. O acervo de depoimentos, hoje, certamente já está crescido, tendo se passado bastante tempo desde a data limite do material analisado até a presente, no entanto, entendo que o conjunto de depoimentos de mais de um ano de funcionamento da CPPenedo reúne expressividade suficiente das formas de uso e apropriação das cabines e, assim, dos discursos produzidos a partir das visitas.

É interessante perceber que os depoimentos, de forma geral, não costumam se distinguir muito uns dos outros, apresentando vários elementos comuns entre eles e seguindo quase sempre a lógica de elaboração de um resumo sobre a sua visita e o que achou da exposição, o que normalmente toma forma por meio do enaltecimento da exposição, do agradecimento pela receptividade da equipe, e do convite a que outras pessoas visitem e

conheçam aquele espaço. Alguns se dedicam rapidamente a mencionar setores da exposição e aspectos da história de Penedo nela narrados que mais lhe agradaram, como as lendas do rio São Francisco, as informações sobre a visita de Dom Pedro II à cidade e o "telão de peixes", enquanto outros resumem a sua impressão acerca da CPPenedo referindo-se a importância de contar a história da cidade e que muito aprenderam com sua visita à exposição e – no caso de turistas – à cidade também.

Segundo Laice, a atual assistente administrativa que trabalha na CPPenedo, os visitantes costumam deixar seus depoimentos, mas frequentemente se sentem tímidos e, por conta disso, ela explica que logo após convidar o visitante a gravar para a cabine de depoimentos, as recepcionistas afastam-se um pouco para que a pessoa possa se sentir mais confortável. Os relatos podem durar no máximo um minuto cada, restrições da plataforma de gravação criada e utilizada. Esse tempo parece muito para alguns depoentes e pouco para outros, que acabam tendo sua gravação interrompida ainda durante a articulação de sua fala. Ainda, segundo nos conta Laice, muitas vezes os visitantes assistem outros relatos anteriormente gravados para fins de inspiração. A abordagem das funcionárias da casa, a pesquisa junto aos depoimentos anteriores como exemplos de discurso, e o tempo reduzido de gravação já vão delimitando aos poucos o perfil das narrativas ali construídas.

Expressões como "a cidade é legal", "a cidade é bonita", "achei lindo, achei maravilhoso", "gostei muito da casa", "muitas histórias para conhecer", "acervo excelente", "precisamos conhecer mais da cidade", "uma viagem no tempo" e outras tantas que transpassam os depoimentos colhidos a partir das cabines ao longo do período analisado, reconhecem como importante aquela exposição que ali vivenciam, assim como buscam ressaltar a relevância da cidade, seja pela suas belezas, pelas suas construções, pela sua história. O discurso construído através dessas falas corrobora com a noção da importância da atividade do Iphan na cidade, tanto pela iniciativa de construir o espaço da Casa do Patrimônio na cidade, quanto pelas suas demais políticas de preservação, tal qual se vê na fala da turista gaúcha que visita a cidade acompanhada de seu filho pequeno:

> **Depoente 1:** [...] Eu queria dizer para o Iphan para continuarem vigilantes e atuantes para que a gente tenha uma Penedo cada vez mais conservada e com esse patrimônio lindo para que até os filhos do Antônio possam vir aqui ver. Valeu!

Ainda por essa ótica, a exposição parece bem sucedida no seu intento de inserir Penedo na história nacional, tal qual se defende no próprio argumento do tombamento, como muito bem exemplifica o depoimento abaixo:

> Cidade linda, com um patrimônio riquíssimo, muitas igrejas, casario antigo. Isso aqui é a história do Brasil, a história do nosso povo, então ela tem que ser preservada, ela tem que ser respeitada, especialmente pelo povo dessa cidade, que tem um tesouro em suas mãos, porque é a nossa história que vai garantir o nosso futuro.

Da mesma forma que falar de Penedo a partir do entendimento de uma história nacional pode gerar apagamentos e silenciamentos historiográficos, essas perspectivas elogiosas à exposição e à CPPenedo constrem uma narrativa mais pacífica acerca do que é a CPPenedo e de sua recepção na cidade do que provavelmente seja a realidade, assim como não reflete os conflitos existentes entre o Iphan e a população penedense, cuja inauguração da CPPenedo não teria sido capaz de sanar em tão pouco tempo.

A ideia de recuperar uma história áurea da cidade e promover a autoestima da população, presente no projeto da Casa do Patrimônio de Penedo, repercute em algumas falas de visitantes, como se pode ver abaixo:

> **Depoente 2:** Cada vez mais tomar conhecimento do que é nosso, da nossa história, do nosso contexto, do nosso pertencimento, do que nos faz parte. Que cada vez mais a gente possa valorizar o que é nosso, melhorar a nossa autoestima. Penedo, realmente, é uma das cidades, acho que do mundo, mais bonitas, um patrimônio rico que a gente cada vez mais tem que ter consciência de cuidar, de zelar, fazer com que nossos representantes eles tomem consciência e [...] voltem a atenção para esse lado cultural, porque quando a gente tem conhecimento da nossa história [...] a gente melhora cada vez mais [...].

> **Depoente 3:** [...] prestigiar esse local maravilhoso onde tem toda a história de Penedo, onde se resume a história belíssima de pessoas ilustres que por aqui passaram e que as pessoas não conseguem reconhecer. Que possamos nós, do Senac, a partir de hoje divulgar no boca a boca para as pessoas que não conhecem Penedo e as que não valorizam, que a partir de hoje possam valorizar [...]

> **Depoente 4:** É com muito orgulho, com muito prazer que viemos aqui em Penedo, vimos aqui a cultura de Penedo, observamos também que aqui é o início do Brasil, praticamente ele inicia aqui... Esse rio São Francisco! É com grande honra que verificamos a presença marcante do imperador, vimos aqui o início do futebol, vimos aqui o inicio da cultura dos juristas, vimos aqui a questão do teatro, do cinema, ou seja, um local tão distante imaginariamente, mas tão atraente no cenário brasileiro. Foi com muita honra, com muito prazer que passamos aqui e deixamos registrado esse momento. Com certeza estaremos repassando essa cultura que vimos nesse momento para o povo recifense [...] onde nós moramos.

São raras as vezes em que o espaço da cabine é apropriado para elaborar críticas à instituição, em vez disso se mantém o padrão elogioso acerca de um "espaço bem projetado, arquitetado, aproveitado culturalmente", de um "ambiente agradável" e educativo para as

pessoas. Um dos únicos depoimentos que foge desse roteiro discursivo é o de Paulinho Xexéu, que se identifica como presidente da Associação dos Moradores do Centro Histórico de Penedo, e reivindica que o Iphan interceda pelo asfaltamento do centro, denuncia o que entende ser diferentes condutas do órgão em diferentes cidades históricas. Acusa que a trepidação dos veículos é um crime às edificações antigas, assim como destrói os próprios veículos: "Os carros parecem uma bateria de escola de samba", ele diz.

Os visitantes variam entre turistas, moradores e ex-moradores de Penedo, alunos e professores de escolas e faculdades de outras cidades e de Penedo. Os professores e funcionários das escolas que acompanham suas turmas não apenas as incitam a produzirem sua gravação, como eles mesmos também o fazem, a exemplo de Cremilda Francisca dos Santos:

> Meu nome é Cremilda Francisca dos Santos, conhecida como Nilda dos Santos, trabalho na Escola Santa Cândida, município de Penedo, fica a dez minutos para Pindorama. É um prazer visitar, é uma grande oportunidade... É preciso que nós que fazemos parte dessa história possamos contribuir para a visitação, na divulgação. Penedo faz parte não só de Alagoas, mas do Brasil, e é necessário que não só os alagoanos, mas todos os brasileiros, as pessoas que são, assim, da nossa família e que moram fora, os nossos colegas, os nossos amigos, que possamos trazê-los para visitarem esse grande empreendimento [...]

Grande parte dos depoimentos são dos próprios alunos que visitam a CPPenedo como parte do roteiro de suas escolas. As suas falas costumam ser sucintas, agradecendo aos professores e à escola pela oportunidade da visita, parabenizando o Iphan pela exposição, e narrando de forma genérica que "aprenderam muito sobre a história da cidade". É interessante perceber que esses discursos são resultados de um convite prévio em que as recepcionistas da CPPenedo os convidam a falar o que acharam da visita na casa. Em vários desses depoimentos, se escuta ao fundo professoras sussurrando estímulos do que deve ser dito e colegas corrigindo informações. De forma geral, é algum aluno em frente a toda turma que se coloca como representante a falar da experiência coletiva, mas quase todos em algum momento terminam sua fala e esperam que algum outro colega prossiga complementando com algo: "quer falar", "fala você!". Alguns estudantes, no entanto, parecem ir à CPPenedo por conta própria, seja para conhecê-la, seja para revisitá-la: "A gente saiu da escola e resolveu passar aqui para conhecer a Casa do Patrimônio", dizem um dos grupos de jovens visitantes. Outro estudante, com menor idade que os anteriores, da cidade de Penedo, que se identifica por Luis Alberto, informa que vai recorrentemente à CPPenedo. Há pelo menos dois

depoimentos seus gravados, sempre acompanhado de algum amigo que ele diz ter levado para apresentar o espaço:

> **Depoente 5:** - Oi, meu nome é Luis Alberto e eu sou do Colégio Nossa Senhora de Fátima. Eu já vim aqui muitas vezes e trouxe muitos amigos e um deles é o Carlos que eu trouxe hoje. Ele aprendeu muito e eu também gostei. Aqui, sempre quando eu venho, me recebem muito bem.
>
> - Eu gostei muito, eu aprendi porque tinha... sobre Penedo, as coisas que eu não sabia.
>
> **Depoente 5:** Eu vim aqui mais uma vez porque eu gostei muito da história de Penedo e sempre venho.

A exposição também mobiliza afetos e memórias:

> **Depoente 6:** Eu sou Maria Silvana, eu nasci aqui em Penedo, Alagoas, com muita honra, fico muito feliz de fazer parte dessa cidade. Já há 40 anos eu moro na cidade de São Paulo, depois de 27 anos eu estou aqui visitando esse local, e lá em São Paulo o meu filho é historiador e, então, eu vim visitar essa cidade. Estou impressionada pelas mudanças, estou muito feliz de fazer parte desse lugar porque é simplesmente lindo, maravilhoso, estou feliz e estou levando o máximo que eu posso de recordações, de fotografias, porque é muito honroso, muito maravilhoso ter as origens, a raça daqui desse lugar. E estou feliz e espero, em Deus, poder voltar e contar novas histórias. Agradeço a vocês por essa hospitalidade, estou muito feliz, e obrigada, muito obrigada mesmo! Tchau.
>
> **Depoente 7:** Oi, eu amei esse lugar, amei o Iphan. É, eu estudei para o Enem sobre o Iphan, sobre tudo, a cultura, toda a cultura, a importância do Iphan, mas é muito mais legal conhecer pessoalmente o lugar, o museu. Tudo de interessante está aqui nesse lugar, portanto, se vocês estiverem aqui em Penedo, conheçam aqui o Iphan, que é maravilhoso e é muito inspirador.

O caráter tecnológico é outro elemento fortemente referido pelos visitantes que prestam seus depoimentos nas cabines da exposição. Mesmo as falas mais curtas, em que não expõem grande reflexão, o elogio à modernidade da exposição está geralmente presente. O que parece chamar atenção do público é a associação da tecnologia a um espaço de memória, que maneja histórias de um passado já bastante distante, e em uma cidade que carece de espaços com os mesmos recursos:

> **Depoente 8:** Nossa, adorei essa espaço! Acho que Penedo estava precisando... Para os estudantes, para todo mundo, aliás, conhecer mais um pouquinho a história de Penedo. Ficou bonita assim essa junção do novo e do antigo, ficou muito bonito, muito bom, gostei.

A historiadora Carolina Rodrigues, do Ceará, conforme se anuncia, também ressalta a valia de uma iniciativa com esse perfil:

> **Depoente 9:** Oi, meu nome é Carolina Rodrigues, eu sou historiadora, sou do Ceará, e agora estou morando em Maceió. Eu não conhecia esse museu, conhecia Penedo, mas não sabia que existia esse museu aqui, e eu achei incrível a interatividade, como se coloca a memória da cidade e ao mesmo tempo trabalhando com tecnologia. Isso, para mim, eu achei de grande vali, porque coloca também para que as crianças que mexem muito com essas coisas tecnológicas se interessem também pela memória. A equipe está toda de parabéns, a recepção foi muito boa e eu vou indicar para outras pessoas visitarem também.

Muitos dos visitantes que deixam gravadas as suas impressões são turistas, vindo de outras regiões do estado, do país e por vezes do mundo. Um casal de franceses, outro de argentinos, e um rapaz peruano são exemplos desses visitantes distantes que também se propuseram a registrar seus dizeres. As falas daqueles vindos de fora de Penedo costumam narrar um encantamento com a cidade, a importância da preservação da história da cidade para o desfrute de outras pessoas, e o potencial turístico pouco desenvolvido da região. Um deles faz essas ponderações enquanto elogia a capacidade da exposição concatenar de forma satisfatória os elementos da história de Penedo, não disponíveis em outros lugares:

> **Depoente 10:** Olá, gostaria de deixar aqui um depoimento sobre a cidade de Penedo, na verdade ela surpreendentemente me causou encantamento, né, tanto pelo o que a gente vê, hoje, em termos de construção, de arquitetura, quanto o que a gente consegue perceber da história desse lugar, suas integrações com outros lugares, outros países, com outros estados. E a Casa do Patrimônio consegue dimensionar e trazer um recorte histórico, sobretudo para um visitante, um turista que está aqui pela primeira vez, então, consegue mostrar para nós isso muito bem: Como foi Penedo, como ela se estabeleceu no tempo, como foi seu apogeu, né, e a gente tem essa noção diacrônica mesmo. Então, todos estão de parabéns, vocês penedenses e as pessoas [...]

Por esse mesmo viés, a narrativa abaixo também expressa a leitura que se faz da visita a partir da sua própria experiência como turista:

> **Depoente 11:** [...] O resto do país não tem ideia de como essa cidade tem um potencial de turismo tão bom e uma beleza arquitetônica incrível, com potencial para restaurantes, para atividades turísticas muito maior do que se encontra. Que bom que esse espaço foi construído, dando assim uma ideia melhor do potencial que pode ser explorado e trazendo um pouco mais de informação para aqueles que pouco encontram além da internet, que nos dá uma informação muito fragmentada, De todo jeito, parabéns Iphan, por ter feito essa iniciativa [...].

As cabines têm funcionado, portanto, como uma espécie de livro de visitação digital, em que as pessoas informam a data da visita e relatam brevemente as impressões que tiveram a partir dela. Há, nesse grupo, pessoas que desenvolvem de maneira um pouco mais complexa as suas perspectivas daquela experiência, permitindo que possamos apontar algumas aproximações entre suas falas e intuir sobre algumas formas de interpretação que

desenvolveram acerca da exposição. A visita à CPPenedo parece provocar nos visitantes uma visão admirada da cidade, seja por abrigar em seu território aquela exposição, seja por sua beleza natural, arquitetônica e por tamanho repertório de fatos que consideram importantes terem acontecido em suas terras.

O discurso dos tempos áureos da cidade repercute nas falas desses visitantes e muitos deles enxergam nisso uma riqueza histórica da cidade e entendem isso como legitimador das razões de sua valorização. Há menções recorrentes às visitas do imperador Dom Pedro II, do presidente Getúlio Vargas, e de atrizes famosas. A exaltação desses personagens surge como se esses elementos valorassem a história da cidade, e quase não há indicativos de que essa noção venha acompanhada do reconhecimento de que outros sujeitos anônimos ou outras histórias locais possam ter o mesmo efeito.

Certamente pela própria limitação do tempo do depoimento e pelo caráter rápido de muitas dessas visitas, até mesmo por parte dos grupos escolares, não se pode esperar que as pessoas saiam de uma experiência na Casa do Patrimônio com um entendimento historiográfico apurado e nem que possam, ou devam, elaborar críticas sobre memória, história e patrimônio. No entanto, os depoimentos fazem questionar que tipo de provocações e inquietações a exposição tem sido capaz de gerar naqueles que a percorrem. Apesar do constante encantamento, do prazer e honra que assumem por razão de ser ou estarem na cidade, as suas falas apresentam noções do patrimônio voltadas à materialidade ou à representatividade de uma história nacional, ou seja, pouco expressam as inquietações produtivas acerca da imaterialidade do patrimônio cultural, da seletividade da história, dos saberes locais. Exalta-se a população penedense pelo "tesouro" que carrega consigo, mas poucos são os relatos que transgridem a fala tradicionalmente construída pelas políticas públicas patrimoniais, afirmando, por exemplo, que os visitantes que ali forem "vão reconhecer uma outra Penedo, não só pela história que está na arquitetura, mas através das pessoas, através de todos os lugares."

2. PARA ALÉM DE QUATRO PAREDES, É POSSÍVEL? A CASA DO PATRIMÔNIO COMO UM EXERCÍCIO DE ESCUTA SOCIAL

Até o momento apresentamos e discutimos o Projeto Rede Casas do Patrimônio do Iphan e suas proposições acerca da Educação Patrimonial, sob a luz de alguns conceitos como o de Patrimônio Cultural enquanto Dispositivo, propiciando reflexões quanto ao papel do Iphan, o paradigma participativo e o compromisso político dos espaços de memória. Ao apresentarmos a Casa do Patrimônio de Penedo, narrando como e quando foi pensada, descrevendo seu processo de implantação oficial pelo Iphan, e analisando a construção e consolidação do seu espaço expositivo, nos propomos, ainda, a levar o debate para o âmbito das relações de poder que envolvem a elaboração dos discursos. Recorremos principalmente aos estudos de Michel Foucault e João Pacheco de Oliveira, e Boaventura de Souza Santos.

2.1 Da Casa do Patrimônio de Penedo às Ruas

Todo narrador é como um tecelão que se mune dos fios de sua história e – entrelaçando-os com sua própria maestria, ponto a ponto – vê nascer a sua rede. Rede essa que não se iguala a nenhuma outra, por mais que muitas possam – e estejam – sendo fabricadas: É manufatura de experiências, afetos, olhares... É rede de seus próprios saberes produzidos por cada ponto tecido e por cada ponto transformado. Se uma história traz em si a força e a mutabilidade de quem a conta, o que dirá a soma de tantos tecelões de palavras: Fazemos todos parte de uma grande Rede de Histórias de Vidas. Não obstante muitos de nós se empenhem em diversificar suas matérias primas – descobrindo fios de outros e tantos povoados – e aprimorar suas técnicas – buscando a sabedoria de outros e tantos produtores -, será sempre um trabalho pessoal e, por isso mesmo, carregado igualmente de seu encantamento e de sua limitação.

Foi a partir do olhar de admiração às vozes do mundo e de humildade quanto à capacidade de qualquer pesquisa traduzi-las ou evocá-las que este trabalho de campo se efetuou. O exercício da escuta foi sempre o motivador primeiro de toda ação. Muito menos com a intenção de "dar voz" a quem quer que fosse o sujeito ou de generalizar conclusões, a

busca se deu mais no sentido de provocarmos a nós mesmos oportunidades de ouvir as construções discursivas que não tivessem o Iphan como locutor principal, e assim possibilitar a análise crítica da instituição quanto à importância dessas práticas e, certamente, de seu aperfeiçoamento – que, a saber, só deverá advir do estudo e da experiência. Obviamente, não se tem o entendimento de que essas atividades captaram qualquer tipo de essência das falas, ignorando a complexidade dos fatores que fazem um discurso ganhar forma, conteúdo e significado: As ações foram todas nascidas de uma intenção de pesquisa; pensadas, propostas e executadas pelas figuras da pesquisadora e do Iphan; e, por mais democrática que intencionasse ser, foi também seletiva.

As ações de campo realizadas nessa pesquisa e desenvolvidas nesse capítulo foram divididas em três partes, referentes respectivamente aos trabalhadores da Casa do Patrimônio de Penedo; aos participantes da Feira Livre; e aos moradores do bairro Barro Vermelho. A princípio podem parecer seleções desconexas, mas elas correspondem a um itinerário tanto geográfico que se inicia a partir das portas da CPPenedo, quanto mental e conceitual sobre a necessidade de estudar a partir das ruas as presenças e ausências da CPPenedo e das políticas patrimoniais do Iphan em Alagoas. No que se refere aos trabalhadores da CPPenedo a explicação parece simples: Era preciso que um trabalho que falasse sobre aquele espaço expositivo, intentando problematizar as construções discursivas ali presentes e suas manifestações de poder, não negligenciasse a escuta daqueles que todos os dias fazem a CPPenedo possível. As entrevistas desenvolvidas, por terem sido as primeiras dos trabalhos de campo e realizadas ainda no bojo da pesquisa inicial sobre o processo de elaboração da exposição e implantação da casa, voltaram-se mais a compreender o funcionamento prático e cotidiano daquele espaço. Junto disso, busquei também entender como esses trabalhadores interpretam suas funções e seus papeis junto à Casa do Patrimônio e ao Iphan. As entrevistas foram todas semi-estruturadas, utilizando um mesmo roteiro auxiliar de perguntas, criado previamente. Sempre agendadas, foram desenvolvidas durante intervalos dentro do próprio horário de trabalho da CPPenedo, gravados em áudio, e realizadas por mim e, em três dos casos, com a companhia da minha colega de Iphan, estagiária da área de educação patrimonial, Camila Melo.

O anseio de ultrapassar as paredes da CPPenedo fez-me, então, abrir as suas portas e pisar os pés na rua em busca de encontrar outros sujeitos. É, então, que a Feira Livre surge como percurso imediato a essa saída. Embora localizada aos fundos da CPPenedo, ela é, em torno daquele prédio, o lugar geograficamente mais próximo a reunir grande número de

moradores em suas rotinas cotidianas. Lugar focal da vida social de Penedo e lugar de tradição e memória, a reunir uma comunidade de partícipes – comerciantes, frequentadores e outros -, a feira livre foi lida nessa pesquisa como um lugar potencial de expressão de memórias da vida na cidade e das relações dos sujeitos que vivenciam o sítio tombado. A partir das construções discursivas elaboradas desde esse ambiente comum, a feira, busquei escutar as vozes desses sujeitos que circundam a CPPenedo recorrentemente e experienciam as políticas patrimoniais do Iphan manifestas nas formas de reconhecimento, organização, manutenção e modificação daquele lugar central. A atividade de campo foi realizada durante toda a manhã do dia 18 de junho de 2016, sábado, e participaram dela, além de mim, uma das minhas supervisoras das atividades práticas do mestrado e Consultora para Patrimônio Imaterial e Educação Patrimonial no Iphan, Greciene Lopes; a minha colega também de Iphan, Camila Melo, estudante de História que na época estagiava na área de educação patrimonial em Maceió; e os estudantes Valberth Nunes e Thomaz Lima, da UFAL de Penedo, como colaboradores para fins de registro multimídia. Participou também da atividade, embora por curto período de tempo, a estagiária de Ensino Médio que, à época, estava em atividade na CPPenedo. Sem roteiro de entrevistas, a produção da experiência e do material que ela gerou se deu a partir dos encontros que a tenda montada no meio da feira nos propiciava. Enquanto eu, Greciene e Camila abordávamos e recebíamos as pessoas interessadas em participar, Valberth e Thomaz – com suas câmeras em mãos – gravavam as imagens das conversas que ali nasciam. A atividade gerou um conjunto de mais de 120 minutos de depoimentos registrados que, posteriormente, fizeram parte do material de análise para esse trabalho e hoje compõem o acervo do Iphan.

A escolha do bairro Santo Antônio, antigo Barro Vermelho e popularmente assim chamado, precedeu a escolha da feira livre como objeto das atividades de campo, mas nasceu da intenção de somar aos discursos produzidos no centro uma experiência de pesquisa que desse vazão a histórias e memórias periféricas. Assim como a feira livre está nas imediações da CPPenedo, o Barro Vermelho está nas imediações do centro histórico, com o rio São Francisco a emoldurar a margem dessas duas regiões. O bairro consta no discurso da exposição da CPPenedo como lugar fundador da cidade e como palco onde as antigas fábricas faziam crescer a saúde econômica da região. A história ali contada não nos fala, porém, dos sujeitos que dela fizeram e fazem parte, à exceção da entrevista com o mestre Toinho, pescador e defensor das causas ribeirinhas, parte do conjunto de entrevistas da Sala 2 da exposição. A escolha do Barro Vermelho foi entendida, então, como uma estratégia de ir ao

encontro de narradores ausentes ou pouco manifestos na fala institucional do Iphan ou nas narrativas de pertencimento do ser penedense postas na exposição da CP. Como a própria narrativa acerca da experiência no Barro Vermelho que o leitor encontrará nas páginas vindouras já demonstrará, a atividade de campo no bairro formatou-se menos como entrevistas planejadas e mais como conversas construídas a partir da minha busca por percorrer suas ruas, avistar sua gente, desbravando território e encontrando sujeitos que até então me eram desconhecidos. Dessa maneira, conforme eu ia conhecendo algumas pessoas, os laços estabelecidos permitiam a repetição desses encontros ou a conexão para conversas com novos sujeitos. A minha chegada ao bairro colocou-me em contato com um grupo de moradores e pescadores sentados a beira do rio São Francisco, que me convidaram para voltar outro dia. Nesse retorno, reencontrei alguns deles, conheci outros sujeitos que a eles se somavam, e ouvi do grupo a sugestão de que eu fosse conhecer também o mestre Lu, barqueiro da região. Em uma das visitas à oficina do mestre, encontro outro sujeito que me aponta a residência do mestre Toinho, pescador e defensor das causas do rio São Francisco, e prestativamente me levou a conhecer também as ruas mais internas do bairro - passando por pontos como a Escola de Ensino Fundamental Douglas Apratto Tenório, na rua do Fogo, o prédio do antigo escritório da Companhia Industrial Penedense, - fábrica de tecidos -, e a igreja Santo Antônio. Foi nesse percurso que um reencontro com Fabiana, moradora da Travessa Santo Antônio, me incentivou a procurar a casa de dona Eunice, uma das moradoras mais antigas da região, com 88 anos de vida – o que rendeu uma prazerosa tarde de conversa regada a café.

A atividade de campo no Barro Vermelho foi realizada entre fevereiro e junho de 2016, em visitas à cidade que costumavam durar menos de um dia, acompanhando as viagens regulares de fiscalização do Iphan – a depender de vaga disponível no veículo e de acordo com os calendários aprovados para cada mês -, e em visitas um pouco mais prolongadas, de um final semana a três dias, normalmente resultado de idas sozinhas à cidade, normalmente de ônibus intermunicipal – nesses casos, hospedei-me sempre no mesmo local, a Pousada Central situada quase em frente à Casa do Patrimônio de Penedo, a uma quadra do rio São Francisco, próxima da rodoviária e de todos os lugares de pesquisa. Algumas conversas foram registradas em gravadores de voz, com permissão dos meus interlocutores, enquanto outras tiveram apenas as minhas impressões redigidas em cadernos de campo – sempre em momentos posteriores e nunca durante os encontros. Fiz a maioria das incursões pelo Barro Vermelho sozinha, embora por vezes outras pessoas – com objetivos e distintos – tenham me

acompanhado: Senhor Nivaldo, motorista do Iphan, fizera-me companhia na primeira ida ao bairro, me ajudando nos deslocamentos; Greciene e Camila, quando uma visita à região culminou em um banho de rio sob o sol que se punha; meus pais, em visita turística à cidade, participaram comigo da procissão de São Pedro no bairro.

Sobre o papel do pesquisador nos trabalhos de história oral, Portelli afirma que

> [...] mais do que "recolher" memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações. A diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias ao seu círculo imediato. (PORTELLI, 2010, p.20)

E aqui, portanto, não se trata de entender qual história – a contada no círculo imediato ou a narrada ao pesquisador – é mais verdadeira, mas de pensar as variáveis e as estratégias de construção discursivas. Não é como se em uma fala provocada pelo entrevistador se perdesse a suposta naturalidade da história ou, ao contrário, pelos estímulos certos, se buscasse no subterrâneo da memória uma verdade oculta – Trata-se, simplesmente, das diversas maneiras de elaborarmos o nosso ser/estar no mundo em pensamentos, palavras e gestos, sempre em relação ao ambiente que nos suscita tais reflexões. Considerando a pertinência dessa concepção acerca das histórias, é imprescindível que se parta ao exercício da escuta. O próprio Iphan, em recente publicação, anuncia um compartilhamento desse entendimento quando reforça seu atual empenho em reformular por vieses mais democráticos o papel de identificar, valorizar e preservar o patrimônio cultural: O Manual de aplicação de inventários participativos, fruto do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), se assume como uma ferramenta de educação patrimonial de livre acesso, destinada ao público em geral, considerando

> a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca do seu patrimônio cultural." (IPHAN, 2016, p.5)

A busca pelos saberes disponíveis dentre os próprios agentes que vivem e produzem os bens culturais pode significar – a depender das formas de aproximação empreendidas – o desenvolvimento de um processo de aprendizagem da própria instituição, na desconstrução dos saberes técnicos previamente concebidos:

> Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do

> papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado. (Idem, p.7)

Assim como há a arte de narrar, há a arte de escutar. Não basta que se ouça o que é dito, é preciso que se desenvolva a habilidade, a humildade epistemológica, e a empatia que tomará essa produção discursiva como um saber legítimo. A história oral me parece ser um caminho de reforçar esse processo contínuo de aprendizagem das novas relações necessárias no âmbito da pesquisa e da interação entre representantes do poder público e sociedade civil:

> [...] Portelli enfatizava sua importância como alternativa crítica, presença radical no enfrentamento atual do que está se tornando o pensamento dominante, o único legítimo, a visão do mundo autorizada, o modo oficial de pensar os séculos XX e XXI. Ponderando sobre as íntimas relações entre memória e história e sobre os modos como memórias são construídas e legitimadas, instrumentos vigorosos na construção da dominação política e, também, histórica, o professor nos alertava para *o potencial das memórias de milhões de pessoas no exercício crítico das memórias dominantes. [grifo meu]* Propondo essa revisão crítica dessas memórias, concentradas em mãos restritas e profissionais, colocava-nos em face do desafio de encarar a memória não apenas como preservação da informação, mas, sobretudo, como sinal de luta e processo em andamento. (PORTELI, 2010, p.8)

2.1.1 Quem habita a Casa do Patrimônio? Os trabalhadores como narradores de suas práticas.

De segunda à sexta, percorrem as ruas do centro, adentram as pesadas portas de madeira, sobem a escada em seus degraus estreitos, abrem as janelas de venezianas compridas, mas mantêm seus vidros fechados. A claridade dá bom dia não mais às suas casas, mas à Casa. As esquadrias emolduram o Patrimônio. De quem olha de dentro para fora ou de fora para dentro? No exterior daquelas paredes a rotina amanhece. A cidade pulsa. As ruas são circuitos de vidas que se cruzam como pontos de uma história de páginas passadas e presentes. Dentro delas, porém, Penedo também se mostra e se constrói: A Casa do Patrimônio é palco da exposição que pretende narrar a história da cidade. Seus habitantes, é importante dizer, são mais do que as vozes retidas em computadores e monitores, redigidas em painéis ou traduzidas no espaço: Há passos, mãos e olhares que cotidianamente fazem da Casa do Patrimônio um lugar de vivência. Os trabalhadores são, necessariamente, coautores

do projeto que ali procura se estabelecer – eles estabelecem as suas próprias leituras acerca da exposição, do Iphan e da cidade; viabilizam a prática institucional na cidade, seja gerindo visitas ao espaço seja intermediando o contato dos moradores com os arquitetos e outros técnicos da casa. Parece óbvio que para uma aproximação do entendimento acerca do funcionamento da Casa do Patrimônio e de sua relação com a população, é indispensável que se dedique parte da pesquisa à escuta desses sujeitos.

Foi a partir dessa compreensão que se constituiu a primeira atividade de campo desse trabalho: Eu já conhecia cada uma dos funcionários da CPPenedo devido aos meus afazeres práticos junto à instituição e, de antemão, já sabia um pouco de suas tarefas e podia intuir, em parte, alguns de seus entendimentos sobre a Casa do Patrimônio. Era preciso, ainda, que as nossas conversas informais ou mesmo no âmbito institucional ao longo de todo o tempo do mestrado, se agrupassem de forma a constituir um material plausível de ser estudado como fonte. Ainda não buscava tanto nesse momento a construção narrativa, os recursos discursivos, as formas de contar parte ou não de uma cidade. Aqui, buscava atentar mais aos relatos daquelas pessoas que vivem o cotidiano da Casa do Patrimônio e poderiam, pelos seus relatos, me ajudar a construir esse objeto e – consequentemente – a relação que estabeleciam com ele. As entrevistas aconteceram entre o período de novembro de 2015 a março de 2016, adequando, num primeiro momentos, as datas da pesquisa às viagens programadas de Maceió a Penedo pelo Iphan para atividades de fiscalização. Foram ouvidas a Laice, assistente administrativa, a Miriam, recepcionista, a Emanuele, estagiária, a Eline, assistente de serviços gerais, e o José Roberto, segurança patrimonial. Inicialmente ainda havia planejado propor essa mesma interação com o outro segurança – Rogério – e com a antiga recepcionista, que há pouco tempo havia se desligado da Casa. Por motivos de tempo e desencontros, essas duas entrevistas não puderam ser realizadas. Foi realizada apenas uma entrevista com cada pessoa, à exceção da conversa com a Emanuelle que – por questões técnicas – precisou ser repetida em outro dia. Todas as entrevistas foram realizadas durante o expediente desses funcionários, na própria Casa do Patrimônio. Reservou-se, em geral, uma sala – a administrativa ou a biblioteca – para reunião das pesquisadoras (por vezes estive acompanhada da minha colega da sede de Maceió, Camila Melo) com os entrevistados. Embora me propusesse sempre a estabelecer um diálogo mais informal no momento da entrevista – até mesmo pelo fato de já existir uma relação prévia entre as partes – havia sempre certo nível de formalização instituído pelos equipamentos de gravação de som, pelo roteiro orientador das questões, e pelo pairar de um projeto de dissertação de mestrado que todos se sabiam parte integrante. O

roteiro previamente elaborado partia de questões básicas como nome, idade, formação, função e tempo de Iphan, e seguia com perguntas que visavam compreender um pouco mais sobre as formas de relação com o público, a rotina de funcionamento da Casa, o tipo de amparo proveniente da sede de Maceió, e mesmo sobre as suas concepções de patrimônio cultural e leituras sobre a cidade de Penedo.

As falas produzidas nas entrevistas apontaram alguns temas em comum que nos apresentam uma visão da realidade desses sujeitos no âmbito de sua coabitação e construção da CPPenedo, os quais pretendo discorrer a seguir. O caráter organicista do funcionamento da casa é um dos motes comuns das entrevistas, como se cada parte autônoma se integrasse em prol de um sistema. São todos funcionários encarregados de funções específicas – a saber, todos contratados por empresas terceirizadas – que, no entanto, se veem como parte de um todo – a Casa do Patrimônio de Penedo – e instituem um mecanismo colaborativo de ação, de modo que todas as tarefas possam ser bem executadas. Sobre isso, Laice Moreira Santos, a assistente administrativa de 28 anos, com 1 ano e 5 meses de serviço à época da entrevista, nos diz:

> **Laice:** Porque aqui nós todos trabalhamos... cada um tem a sua função, eu sou assistente administrativo, tem a Miriam, agora, que é a recepcionista, mas nós trabalhamos em conjunto, porque, assim, uma ajuda a outra aqui, né, não pode cada um se limitar àquilo, à sua função.

Ao mesmo tempo essa práxis não é dita como oriunda de alguma orientação prévia, as atividades em geral não são vistas como resultado de treinamentos, capacitações ou normativas da sede do Iphan em Alagoas: Grande parte do funcionamento da Casa é, para os seus funcionários, fruto da sua própria capacidade de organização e adaptação.

> **Laice:** Não, não recebemos nenhum tipo [de treinamento]. Assim, pelo menos do Iphan, não [...] A gente recebe as pessoas do nosso próprio jeito, né, como a gente gostaria de ser tratada, ser recebida em determinado local, mas com relação à capacitação, não. [...] Quando cheguei já tinha a recepcionista – que era a Telma -, daí ela me mostrou como era a Casa, porque já tinham mostrado a Casa pra ela, né, que aqui seria a exposição sobre a história de Penedo, um resuminho, tudo. Aí ela me passou, me mostrou a Casa, onde seria, no caso – quando cheguei aqui não tinha a biblioteca definida, que era aqui, veio depois, daí pronto, aos poucos a gente foi se adaptando à Casa para mostrar às pessoas que vem à visita.

Mesmo a integração à sua função original é resultado de uma cooperação interna a partir da qual os novos trabalhadores tomam conhecimento dos espaços físicos, das atividades desenvolvidas, do conteúdo da exposição. É certo que cada novo funcionário é assistido em algum momento do seu período de adaptação pelo chefe ou algum técnico – o responsável

pela Casa do Patrimônio ou o responsável pela fiscalização rotineira da cidade – que lhe repassa as informações básicas de seu cargo e da instituição, no entanto não existe uma ação continuada de capacitação desses funcionários. As escassas viagens de Maceió à Penedo e a própria inexistência de instalação telefônica eficaz reforçam esse apartamento entre os trabalhadores da Casa e os servidores da sede do Iphan. Não surpreende o entendimento comum de que a elaboração de sua prática nasce do convívio e aprendizados com os colegas na rotina da casa. Ainda assim, esse afastamento não produz nos discursos uma verbalização de que a presença mais ostensiva do Iphan de Maceió faça falta para eles. Poderia, certamente, facilitar algumas questões, tais como procedimentos burocráticos e manutenção de equipamentos, mas não o suficiente para ser entendido como imprescindível: Ora, as atividades estão sendo desenvolvidas. Os funcionários se dizem integrados entre eles e com suas tarefas. As visitas são agendadas, as escolas recebidas, e os turistas se encantam. Uns ajudam os outros e a CPPenedo segue seu próprio ritmo. Assim, a narrativa produzida acerca do andamento da casa é baseada na noção de solidariedade, informalidade e – pode-se dizer – bom senso e habilidade social:

> **Laice:** [...] Quem trabalha na Casa do Patrimônio para o Iphan [...] tem que saber lidar com as pessoas, como eu sou formada em assistente social, serviço social, tem isso, a gente tem que saber lidar com as pessoas... Saber qual é a necessidade das pessoas para, assim, poder colaborar, contribuir de alguma forma com elas. No meu caso, como eu sou assistente administrativa, as pessoas vêm a minha procura para fazer os requerimentos, etc e tal. Muitas vezes elas não querem , não querem, assim, não aceitam o que o Iphan exige: "Ah, a casa é minha, eu tenho que pintar da minha maneira". Mas não é assim... "vamos devagarzinho que você consegue, vamos dar um jeitinho que a gente consegue falar com a arquiteta. Olhe só, aqui tem outras cores que vão contribuir com você, que vão ficar legal na sua casa! Nossa, daquela época ainda? Ah é, daquela época. Que legal! Mas quantos anos? Ah, eu acho que tem mais de cem anos, a gente não sabe dizer ao certo, né, mas tem fotografias que mostram." Né? Assim a gente vai aos poucos tentando fazer com que as pessoas, é, aceitem - eu acho que a palavra é essa – o Iphan na cidade.

Em diálogos hipotéticos Laice tenta nos transportar aos encontros que lhe são comuns em seu trabalho, expondo o manejo com o público como uma habilidade fundamental de quem trabalha com pessoas e, portanto, de quem é funcionário da CPPenedo. A sua fala também os situa como parte de um todo, pelo qual todos devem se dedicar: Essa habilidade social deve ser exercitada. Mais do que isso, as funções que têm dentro da Casa do Patrimônio parecem ganhar braços para fora dela também: Os âmbitos profissional e pessoal são

intercruzados de forma que o ofício junto ao Iphan se torna também compromisso que se faz presente no seu dia-a-dia e nas suas relações com outras pessoas:

> **Laice:** Que eu acho, assim, que o funcionário da Casa, desde o segurança até eu – que sou assistente administrativo, tem a Miriam que é recepcionista, a Eline que é da limpeza, todos nós temos que saber o que é a Casa [...] porque, assim, a gente, quando sair, "Você trabalha onde? Trabalho na Casa do Patrimônio! O que é Casa do Patrimônio, o que é o Iphan?" Né? A gente vai saber responder e falar o que tem aqui, na nossa Casa, pra gente receber nossos visitantes.

O compromisso com a CPPenedo é traduzido em outro tema frequentemente anunciado nas entrevistas: a comunicação do Iphan com a sociedade, da CPPenedo com seu público. Há uma preocupação de que as pessoas precisam saber mais sobre o Iphan para compreendê-lo e, também, para se envolverem de forma mais assertiva na compreensão do que se trata viver numa cidade tombada como patrimônio cultural brasileiro:

> **Miriam:** Eu acho que eles precisam conhecer mais o Iphan. Talvez muitos já ouviram falar do Iphan, mas não sabem o que é o Iphan, o que o trabalho do Iphan, né, que é a questão da preservação, que eu acho que é muito importante também, né, para a nossa cidade que é histórica.

Também nessa temática se colocam como partícipes desse processo, buscam suas habilidades sociais, bom senso e adaptação para preencher lacunas que o processo de comunicação parece deixar abertas:

> **Laice:** Eu acho que é a questão do chamamento nosso [...] fazer esse convite, né, como para as professoras... porque aqui é uma aula! Aqui é uma aula, é um dia de aula [...] porque tudo bem que as escolas de fora, Camila e Fernanda, venham, assim, rapidinho... venham visitar a casa, dar, tipo, aquela meia volta e sair... agora as daqui de Penedo, acho que não!... as professoras, como já veio, né, como eu falei, Diocesano, ECOPEP, Auxiliadora, já veio no objetivo de aula! Né? Aí, pronto, o munícipio veio, mas eu acho que deveria vir muito mais, né, são muitas escolas.
> [...]
> O que a gente pode fazer a gente faz, não é que a gente fica ali na porta abordando todo mundo para entrar, né, mas, assim, quando a gente vê que as pessoas paravam, olham, tem curiosidade de saber o que é aquilo, o que é aqui, aliás, daí a gente aproveita.
> [...]
> Porque assim, a gente sempre quando vê alguém, os guias turísticos, ou conhece algum professor, já vamos logo divulgando: "Olhe, venha aqui visitar a Casa, aqui não paga". Porque eu acho assim – acho, não! Aqui em Penedo é o único local de visitação que não é cobrado, não cobra nenhuma taxa, né? Porque os demais você tem que pagar para entrar. Daí pronto, tem muita gente que quando chega aqui "Menina, eu moro em Penedo e não conheço isso, não conheço essa casa, ficou ótimo, ficou lindo, aqui era o..." Assim, tem muita gente mais velha, aí sabe que aqui funcionou alguma outra

> repartição – "eu lembro que aqui funcionava a Receita" – porque dizem que aqui funcionou a Receita – "Essa casa está ótima, está linda." O próprio guia turístico que veio aqui com a turma do Diocesano falou que não conhecia a casa. Ele ficou maravilhado, ele disse "eu vi umas fotos" – que eu tenho ele no face [facebook], aí ele viu as fotos. Aí pronto, é a questão da divulgação também, porque hoje os próprios penedenses ainda não conhecem a Casa.

Sobre ser penedense e trabalhar no centro histórico da cidade, Laice nos diz:

> **Laice:** Ser de Penedo é você... Dar uma volta ao passado e ver que o passado ainda faz parte do nosso presente e sempre vai permanecer sendo, e cabe a nós, penedenses, zelar por isso, porque Penedo é cultura, Penedo também tem seu lazer, eu amo Penedo! Tenho orgulho de Penedo. Eu amo Penedo demais. Eu acho linda, a estrutura, de Penedo. [...] Trabalhar no centro histórico de Penedo é cada vez mais eu saber e procurar saber o que é uma cidade histórica... Como aqui nós somos – Penedo é – uma cidade histórica, a gente vê a estrutura, vê as casas, vê a estrutura de Penedo, que a gente vê que é cidade histórica. A gente sempre vai cada vez mais, sempre que vem a Penedo, vem ao centro, saber o que é isso.

2.1.2 A Feira Livre: Quando o produto em troca são nossas histórias

As feiras livres no Brasil são manifestações populares disseminadas em diferentes formatos desde os tempos coloniais, quando a chegada dos europeus às nossas terras trouxe consigo as práticas de troca e venda de excedentes agrícolas outrora realizadas nos pontos de encontro de rotas comerciais entre ocidente e oriente (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013), e tornaram-se, aqui, o princípio de muitas cidades do sertão nordestino. Inicialmente associadas à atividade criadora - com as trocas de gados, burros e outros animais, especialmente os utilizados para transporte e tração– e aos percursos fluviais – onde os produtos eram transportados em embarcações e comercializados às beiras dos rios (Idem, p.1) -, foram se estabelecendo como tradição de mercados periódicos na medida em que, entre os séculos XVIII e XIX, a população aumentava e com ela a necessidade de se abastecer a vida local (Idem). As barracas e quitandas, montadas nos portos e em estradas interioranas, tomavam cada vez mais o aspecto de feiras locais (COUTINHO et al, 2006).

Com o tempo, legislação voltada ao tema foi sendo criada e aprimorada de modo a contribuir, em parte, para formatar as feiras livres com as características que conhecemos hoje e expressando o reconhecimento dessas práticas pela administração pública. Hoje,

> a feira livre é considerada atividade realizada em local previamente designado, em instalações provisórias ou definitivas, de caráter cíclico, para comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, cereais, produtos de artesanato, pescado, aves, flores, plantas, doces, laticínios, carne de sol, lanches e confecções. (COUTINHO et al, 2006, p.2)

Muitas vezes a intervenção do poder público adveio do intento progressista e higienista de ordenar o espaço público sob uma perspectiva modernizante, e a busca pela organização das bancas e o controle de dias e horários são exemplos dessa ação. O poder público, em geral, atua na fiscalização dessas práticas e entende a padronização das bancas, a demarcação da disposição geográfica e o controle dos produtos comercializados como questões fundamentais a qualificar as feiras, em medidas que mesclam uma relevante atenção ao sanitarismo com a ofensa ao *"ruidoso processo de apropriação deste espaço de sociabilidade"* expresso nos modos de saber e fazer locais. (DOLZANI; MASCARENHAS, 2008, p.82).

Em Penedo, é possível dizer que as raízes da feira livre se confundem com a própria história da cidade, considerando sua necessária ligação com o rio São Francisco, propulsor da ocupação colonizadora da região, onde às margens de suas águas eram feitas trocas e vendas de produtos. As feiras livres que hoje podem ser lidas como patrimônio cultural se consolidaram no que se refere ao seu papel econômico e social,

> [...]como importante estrutura de suprimento de alimentos das cidades, especialmente as interioranas. No Nordeste, a feira é uma relevante atividade que promove o desenvolvimento econômico, social e cultural, facilitando o escoamento da produção familiar, comercializando alimentos com preços reduzidos, valorizando a produção artesanal, promovendo a integração social e preservando hábitos culturais. (COUTINHO et al, 2006, p.1)

Toda cidade aglutina uma ampla diversidade de usos, sendo territorializada a partir das formas de produção e apropriação dos seus espaços por sujeitos anônimos que não apenas habitam a cidade, mas lugares da cidade (DOLZANI; MASCARENHAS, 2008, p.73). A feira livre é uma territorialidade popular que

> representa uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua, que há décadas sofre acusações de obsolescência, pela difusão ilimitada da automobilidade e das modernas formas de varejo (sobretudo os supermercados) (DOLZANI; MASCARENHAS, 2008, p. 74)

Sendo assim, podem ser vistas hoje como formas de resistência material e sociocultural à compulsória urbanização das cidades. Estudando o caso do Rio de Janeiro a fim de entender algumas das tendências mais gerais da metrópole contemporânea, Dolzani e Mascarenhas tratam sobre os discursos produzidos acerca das feiras:

> No plano do imaginário, recriam-se as feiras livres como territórios do desconforto, do informal, do transtorno, do atraso, do barulho e sujeira das ruas, enquanto os supermercados são massivamente apresentados como portadores do novo, do belo, do conforto, do "american way of life". A grande imprensa, entre 1969 e 1974, intensifica brutalmente o volume de reportagens sobre aspectos negativos das feiras livres (insegurança, sujeira, atravancamento do tráfego), mesmo numa época em que ainda funcionavam com performance bastante satisfatória.
>
> [...] Entretanto, como forma de sobrevivência para milhares de famílias de baixa renda, a feira livre vem persistindo, resistindo ao processo acentuado de negação da rua, do espaço público de franco acesso, que vem marcando a urbanização brasileira nas últimas décadas. Trata-se não apenas de garantir aos pobres uma forma de geração de emprego e renda, ou de oferecer ao consumidor urbano uma alternativa a mais para aquisição de uma gama de produtos. Trata-se de preservar a rua como lugar de encontro. De preservar uma tradição popular urbana. Uma questão de cidadania. (Idem, p.79)

Em municípios menores as feiras ainda mantêm maior importância para o desenvolvimento local e são, na maioria das vezes, a alternativa mais eficaz de trabalho para muitos habitantes. Pautadas na lógica da sobrevivência familiar ao invés da lógica da acumulação (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013) e por muitas vezes na relação mais direta entre produtor e comprador, a feira ainda pode fomentar a economia local, mantendo grande parte do dinheiro em circulação na própria esfera municipal (COUTINHO et al, 2006, p.3). Há uma relação de interpessoalidade que transforma os papéis de cliente e vendedor em performances mais sofisticadas, pautadas não apenas pela compra e venda, mas pela construção de vínculos mantidos e expressos na fidelidade de clientes, na troca de informações, nas articulações políticas e sociais, nas experiências de lazer e nas práticas frequentes de pesquisa de preços e produtos, degustação, e barganha. A cordialidade faz da feira livre um espaço não só de laços mercantis, mas também de laços de amizade e afeto. E são essas relações, o cotidiano da feira – microcosmo da cidade de Penedo. Para qualquer aproximação do que seja a vida nesse lugar, é preciso que se revelem as histórias dos seus sujeitos anônimos. E são muitos: Feirantes (vendedores), produtores agrícolas, os donos das barracas, os empregados das barracas, os amigos que ajudam nas vendas, atravessadores que vendem ou compram na feira, transportadores de mercadorias com carrinhos de mãos, fiscais da prefeitura, pesquisadores, compradores da cidade e de fora dela, as crianças que acompanham os adultos, os animais que circulam pelas ruas, os lojistas que trabalham no entorno, e outros muitos que se juntam a compor a paisagem cultural da feira. (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013)

Falar em histórias de vida não é uma referência ao acúmulo factual e cronológico de cada sujeito, mas do resultado interpretativo do acesso desse sujeito a suas experiências – isso

é dizer que, para além do "fato" vivido, há sempre um sentido atribuído pelo sujeito que o experimenta e faz desse fato o fato que ele é. Da mesma forma, narrar uma história não é apenas elencar em palavras a série de experiências vividas outrora, é, sim, uma releitura do passado a partir do lugar e do tempo presente:

> Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria - a vida humana - não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência - a sua e a dos outros - transformando-a num produto sólido, útil e único? (BENJAMIN, 1994, p.221)

Falar em histórias de vida é, portanto, falar de uma subjetividade que é histórica, e não natural – de uma história que pode se transformar pela atividade política e pelo trabalho de si mesmo, de uma resistência diária e contínua na invenção e no governo de si mesmo, e na construção narrativa das muitas existências.

A centenária feira livre em Penedo, pelo tanto de pessoas que nela circulam cotidianamente há anos e pelo seu caráter de espaço público, certamente é parte de um repertório de lugares da cidade constituído no imaginário local. Entender a feira como lugar de tradições e representatividade histórica e social de Penedo pode ser apenas compartilhar de um discurso quase homogêneo que a generaliza como uma temática única, mas pode também ser um meio de reconhecer o caráter fenomenológico da aproximação dos sujeitos à feira, ou seja, das muitas formas de (re)leitura que as pessoas que fazem e vivenciam a feira podem estabelecer. Tentemos aprimorar essa ideia: A feira de Penedo é lugar em que se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas da cidade. Essa feira se estabelece como lugar focal da vida social de Penedo e seu entorno, cujos atributos participam da construção de sentidos de pertencimento, memória e identidade de grupos sociais dessa região. Como prática e domínio da vida social, pode ser concebida, então, enquanto bem cultural de natureza imaterial. Aproximando um pouco mais o olhar, poderíamos dizer que dentro da temática da feira há uma comunidade de partícipes – em geral, comerciantes e frequentadores – que constroem mutuamente as relações sociais que fazem da feira o que ela é. Grande parte dessas relações é estabelecida não apenas no presente cotidiano da feira, mas é tributária de tradições familiares transmitidas de geração em geração:

> Os feirantes de hoje foram as crianças de outrora que os pais levaram para fazer a feira. Essas pessoas atraídas pela dinâmica da atividade, pela geração de renda que ela proporciona e pela tradição familiar resolveram continuar a trilhar o caminho de seus pais e avós. [...] a preferência dos pais pela banca que vende a carne, o peixe, a verdura, por exemplo, será posteriormente a

> escolha do filho quando este receber a incumbência de fazer a feira, ou ainda, quando constituir sua própria família. (SILVANA, p.641,642)

Figura 30 Criança transita na Feira Livre de Penedo



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 31: Crianças na Feira Livre de Penedo



Crianças circulam pela Feire Livre e participam das atividades de tenda O que lembro vivo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Se ajustássemos ainda mais o foco e também pudéssemos acrescentar outras lentes a observar um mesmo cenário, veríamos que em todas comunidades - há indivíduos; em toda temática - há vidas; em toda tradição - há narrativas possíveis. A história oral torna-se, assim, uma alternativa crítica ao pensamento dominante, ao modo oficial de pensar qualquer objeto. Tal como a Feira. Tal como a própria cidade de Penedo.

Sobre essas experiências familiares, Valdomiro, de 52 anos, nos diz: “Eu nasci na feira, minha mãe é dona da banca da esquina: A minha família tudinho vive da feira, tudinho, todo mundo vive da feira.” Já a fala da Jislândia nos faz intuir sobre os três níveis de leitura sobre a feira, quando ela nos é apresentada não somente como lugar de trabalho, mas como o elemento de conexão narrativa da memória afetiva que nutre por sua mãe:

> **Camila:** - Uma pessoa importante na vida da senhora?
> **Jislânia:** - A minha mãe.
> [...]
> **Fernanda:** - Uma história que aconteceu com vocês aqui em Penedo?
> **Jislânia:** - Porque eu, assim, praticamente desde pequenininha que eu trabalho [...], que minha mãe trabalhava no comércio. Eu acho que eu trabalho no comércio já de vida né, por causa da minha mãe. Eu trabalhava muito com a minha mãe, assim, na feira. Só que eu não vendia isso, eu vendia fruta, verdura... Então é uma coisa muito antiga, né? Eu viajava para os interiores por causa da feira com a minha mãe quando era pequena. Isso é velho, já. E hoje a minha mãe... se vocês me perguntarem a idade da minha mãe... imagine!

A última frase é dita em tom de desafio, e ela revela:

> **Jislânia:** - Vai fazer 82, ainda anda, viaja, faz tudo. [...] Meu irmão mora em Minas e minha irmã mora em Santos. Aí ela fica assim. Viaja sozinha. E se ela me chamasse pra ir, eu não ia!... que eu tenho medo.

Falamos aqui da feira como lugar de prática cultural e de construção identitária; da feira como herança familiar de um hábito social e forma de subsistência; e da feira como história pessoal de vida, parte da construção dos laços entre essa mãe e essa filha.

A atividade de campo da feira foi desenvolvida a partir da necessidade de exercitar canais de escuta a fim de que novos sujeitos – para além dos existentes no interior das paredes da CPPenedo – se pronunciassem acerca de suas experiências. A proposta foi criar uma intervenção urbana que sugerisse às pessoas um breve momento de reflexão sobre o seu ser/estar na cidade – mesmo que isso se elaborasse a partir da percepção do seu ser/estar *naquele* determinado local da ação e *naquele* determinado momento de sua execução. Afinal, a cidade é também uma composição de múltiplos territórios nela contidos. Convidar as pessoas a narrarem um pouco de suas vidas, do seu dia, da sua cidade, ou de sua visita à Feira, foi compreendido como uma provocação à elaboração e audição de discursos – certamente variados – acerca dos sujeitos e de Penedo. O formato da ação foi sendo concebido aos poucos a partir desse intuito inicial: o que as pessoas têm a dizer sobre elas e a cidade. A intervenção que fizemos na feira foi pensada como uma forma de inserir no meio da rotina e

dos percursos já estabelecidos da cidade um novo elemento que lançasse, então, o convite aos transeuntes. Os discursos não estariam preparados, ensaiados, seriam ali verbalizados.

Ainda sem um nome definido, a atividade começou a ser projetada em torno da ideia de uma dinâmica que fomentasse esses pequenos relatos dos sujeitos: Primeiro haveria um espelho onde a pessoa se enxergaria sozinha, em um fundo branco/neutro, sendo estimulada pelo pesquisador a narrar o que visse. Em seguida, o espelho seria deslocado de forma que ela continuasse a se enxergar, mas dessa vez com a imagem da cidade ao fundo... O desafio seria narrar novamente o que fosse possível ver, mas agora havendo uma relação implícita entre o sujeito e o lugar. Nesta ideia original, a dinâmica do espelho seria a propulsora das narrativas: as pessoas poderiam, a partir do seu reflexo, encarar a imagem que projetavam delas mesmas... O reflexo, no entanto, também apontaria um cenário... Todo sujeito, afinal, habita algum lugar.

Em uma cidade pequena como Penedo, são poucos os espaços que esse tipo de atividade se adequaria, por exigir certo fluxo de pessoas. Não é de se surpreender, portanto, que os espaços de comércio sejam logo aventados como uma possibilidade. Na rotina urbana de Penedo, a feira livre – embora muito se fale do seu declínio em termos de faturamento e números de feirantes e visitantes – segue sendo lugar central de consumo. Alguns outros pontos que nos permitiriam uma boa exploração visual da cidade - tal como o largo da Prefeitura com vista para a conhecida ladeira da Igreja Nossa Senhora das Correntes que leva – já no próprio olhar – em direção ao rio São Francisco; e o Largo de São Gonçalo com vista para a Igreja São Gonçalo, o Mercado Público e o Theatro Sete de Setembro – foram também cogitados: Todos pareciam exigir, no entanto, a elaboração de algum tipo de evento que atraísse um público específico para a ação – o que não era a proposta inicial. A feira livre[21] foi identificada como lugar de vasto potencial para as propostas de campo que trazia comigo. Ocupando por volta de dez ruas do centro de Penedo, nas costas do Mercado, do Theatro e também do Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos, a feira livre acontece não apenas nos sábados e domingos, mas durante todos os dias da semana, e reúne também moradores de cidades vizinhas, como Igreja Nova, Piaçabuçu e Neópolis. Foi assim que a feira livre de Penedo, localizada no centro histórico da cidade de Penedo, tornou-se palco dessa atividade de campo durante toda a manhã do sábado do dia 18 de junho de 2016. A intervenção da tenda ganhou o nome "O que lembro, vivo", fazendo uma alusão que não apenas as nossas experiências de vida se tornarão acervo de nossa memória, como as nossas lembranças e

[21] A feira livre de Penedo chegou a ser inclusive pensada, em outro momento, como uma possibilidade de objeto central de pesquisa para essa dissertação.

esquecimentos constituem parte do que vivemos e de como construímos a nossa presença no mundo. A cidade de Penedo, sendo reconhecida como patrimônio cultural pelo valor histórico e arquitetônico nos permite pensar, ainda, que os sujeitos que nela habitam vivem – a sua maneira – essas lembranças instituídas na espacialidade urbana e na memória coletiva. A atividade se desenvolveu basicamente voltada à coleta de depoimentos dos transeuntes que paravam junto à tenda, no entanto, a última uma hora e meia de atividade foi dedicada também a percorrer alguns caminhos da feira em busca de mais adesões. No total foram 21 depoimentos produzidos e coletados com o intuito de ouvir sobre a relação dos sujeitos com a cidade e pequenas histórias da vida desses sujeitos.

Já no planejamento dessa atividade de campo contei com a participação de duas colegas do Iphan, a Greciene Lopes – minha supervisora – e a Camila Melo – estagiária da área de Educação Patrimonial. Para a execução da atividade, não foi diferente: cada uma carregou de casa um pouco do material com que podia contribuir: espelho, tecido, lápis, pincéis e canetas... De tudo um pouco se fez a bagagem que encheu o porta-malas do veículo do Iphan que – guiado pelo motorista e sempre prestativo senhor Nivaldo[22] – nos levava, então, em viagem a Penedo. Chegamos à cidade no dia 17 de junho, um dia antes da atividade, a fim de alinhavarmos os últimos detalhes. Tão logo desembarcamos os materiais na Casa do Patrimônio de Penedo, a alguns passos do local da feira, iniciamos os últimos preparativos: Montagem e desmontagem de teste da tenda; Separação de materiais; Reunião com os estudantes responsáveis pelo registro audiovisual dos depoimentos; Pintura do mapa de Penedo no tecido; e outros. Para a execução das atividades também foi preciso conseguir uma autorização da prefeitura, para a qual encaminhamos – via Iphan – solicitação formal prévia. Na véspera, porém aproveitamos para nos reunir com o secretário Pedro Soares a fim de tratarmos acerca da localização viável para a instalação da tenda, de forma que conciliássemos o nosso interesse em captar o fluxo de pessoas e a necessidade de não invadir e tampouco atrapalhar os espaços já destinados aos feirantes. Decidimos por um quadrante logo aos fundos do Mercado Público, próximo ao Pavilhão da Farinha, e uma das vias de acesso à feira. Hospedamo-nos em uma pequena pousada, logo a frente da Casa do

[22] O sr. Nivaldo é o motorista do Iphan na sua sede em Maceió, contratado via empresa terceirizada, assim como outros funcionários do quadro administrativo e de serviços gerais. Visto que o corpo técnico do Iphan em Alagoas está centralizado na capital Maceió, é necessário que periodicamente se façam viagens a outras localidades, em especial as cidades tombadas, para fins de fiscalização, participação em eventos e outros. Praticamente todas as minhas viagens à cidade de Penedo, principalmente as realizadas no primeiro um ano de mestrado, foram feitas de carro oficial, aproveitando os deslocamentos já previstos e calculados no orçamento mensal.

Patrimônio, de fácil acesso para todos os lugares – e ações – que nos esperavam no final de semana que ficaríamos na cidade.

São dos encontros que nascem as histórias: é do momento que o pé pisa aquele chão desconhecido ou de quando as pernas trilham repetidas vezes o mesmo caminho, é de quando olhares nunca dantes cruzados se batem na esquina ou das vezes que dois rostos familiares voltam a se revelar um ao outro, é do flash que sela a união do sorriso com a câmera ou do álbum que abraça a fotografia ou do pesquisador que a beijará como fonte... é daí que se (re)trama o jogo dos pensamentos, falas e sentimentos. Os encontros acontecem permanentemente entre pessoas, lugares e afetos, e é deles que nascem as histórias: do que somos ou pensamos ou queremos ser; de onde estamos ou pensamos ou queremos estar. E é assim que, na pesquisa ou fora dela, por mais que nos planejemos ou busquemos o controle, são das surpresas dos encontros constantes que nossas histórias são construídas. Podemos dizer que a atividade da Feira começou antes mesmo da tenda montada ou dos moradores amanhecerem em suas compras: Saindo das portas da CPPenedo, carregadas de mesa, cadeira, caixas, mochilas, eis que de pronto um rapaz com um carrinho de mão – por poucos trocados – nos facilita parte do serviço; já no local planejado, são várias as vozes que nos situam em verdadeiras coordenadas geográficas - “mais pra frente, mais pra trás, um pouco mais pra lá que daí desvia da passagem”- e nos acolhem com suas experiências - “Assim vai ficar torto. Está molhado o chão? Te dou um papelão! Melhor amarrar uma pedra junto”- ; no quebra-cabeça que se torna a montagem da tenda, vem do Mercado Público ao nosso encontro a figura que nos ajudaria do início ao fim – montador, fotógrafo, entrevistado... de tudo um pouco, o encontro do “eu” com o “outro”.

Jailton tem 47 anos de idade e é morador de Penedo. Tão logo chegamos à feira e começamos a providenciar nossa instalação, vemos sair do interior do Mercado Público, ele, um homem alto, simpático e curioso sobre o que estaríamos nos propondo a fazer naquele lugar. Disposto a ajudar, a curiosidade inicial se estendeu como interesse durante toda a manhã de atividades. Inicialmente, Jailton colaborou na montagem da tenda, que havíamos conseguido como um empréstimo de uma colega do Iphan de Maceió e transportado junto conosco na viagem da capital a Penedo, na véspera. Foi preciso que montássemos sua estrutura de metal, parte a parte, e alocássemos sobre ela a cobertura de lona plástica. A tenda, com uma medida de 3m x 3m, abrigou nossos materiais de trabalho e situou o espaço da atividade. Estendemos ao fundo dela, entre uma haste e outra, um painel de tecido cru de 3m x 1,4m, onde eu havia previamente desenhado apenas o contorno do mapa de Penedo. O seu

interior: vazio. Logo ao lado deste grande mapa, organizamos sob uma mesa pequena uma cestinha com canetas, tintas, pincéis e post-its, no intuito de que os participantes pudessem produzir o conteúdo do mapa a partir desse material, conforme achassem conveniente, conforme percebessem as ausências que sentiam. A ideia era fazer desse espaço da tenda um mapa coletivo e interativo, em que a Penedo genérica iria tomando consistência e identidade a partir das muitas leituras possíveis dos sujeitos que se tornariam, ali, autores e artistas. Fossem desenhos ou palavras, o mapa poderia se rechear dos signos de Penedo. No lado oposto ao painel, situamos outra mesa, um pouco maior que a primeira, com uma cadeira em cada lado, atentando para a possibilidade de recebermos alguns dos participantes de forma mais confortável e, também, pressupondo que essa dinâmica também poderia facilitar o registro audiovisual e o delineamento do percurso pensado originalmente para a tenda. De antemão, posso adiantar: a mesa e as cadeiras serviram, de fato, como apoio para assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido[23], tendo sido percebidas como disfuncionais para o ritmo que se imprimiu nos diálogos com os transeuntes. Mas não sejamos injustos: fora essa mesma mesa o suporte de muitas alegrias: nela, os participantes encontravam uma cesta de balas a seu dispor. Logo acima da mesa, pendurada na parte superior da tenda, onde imaginamos ser a fachada do nosso espaço, posicionamos um pequeno quadro negro que levava os dizeres "O que lembro, vivo", e que a depender da interpretação, poderia se tornar ainda "O que vivo, lembro". No interior da tenda, penduramos vários espelhos, improvisando pequenos móbiles, de forma a reforçar a proposta da atividade do espelho que viria a ser realizada com os participantes, e se propondo a ser uma metáfora das buscas identitárias que a oficina trazia consigo. O espelho da atividade principal ficou também sobre uma das mesas e era manejado conforme se fazia necessário. Considerando o lugar que conquistamos para alocação da tenda, adaptamos a dinâmica do espelho para ser realizada no seu entorno imediato, de forma que o sujeito pudesse, em um giro de 360º, ver no reflexo, além de sua própria imagem, partes do Mercado Público, das bancas da feira, do acesso ao Pavilhão da Farinha, e dos fundos do Convento Franciscano Nossa Senhora Madalena. Estávamos, ainda, equipados com duas câmeras filmadoras, de posse e responsabilidade dos dois alunos do campus da UFAL em Penedo que foram parceiros do

[23] O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE é um instrumento para fins éticos elaborado pelo pesquisador visando de esclarecer aos sujeitos participantes aspectos da pesquisa e por meio do qual eles tomarão a decisão de participar ou não da pesquisa, delimitando as formas como autorizam o uso das informações, imagens, voz e outros registros.

projeto, uma câmera fotográfica minha que havia deixado sob os cuidados da Camila, e dois celulares com recursos de gravação de áudio.

Figura 32 - Tenda O que Lembro Vivo



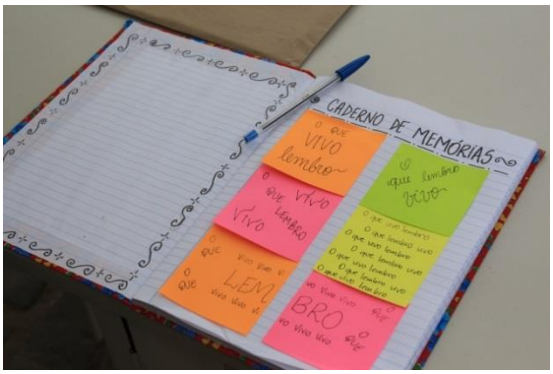
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 33 - Tenda O que Lembro Vivo



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 34 - Tenda O que Lembro Vivo



Caderno de anotações para a atividade na Feria.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 35 – Tenda O que lembro Vivo



Material para a atividade da Feira Livre
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Figura 36: Mapa colaborativo da tenda O que Lembro Vivo.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Após ter acompanhado grande parte das dinâmicas que se estabeleceram a partir da nossa presença no local, foi, enfim, a vez de gravar também o depoimento de Jailton. Convidado a se apresentar e contar sobre o significado de Penedo na sua vida e sobre como era para ele morar na cidade, Jailton nos fala: "Nascido em Penedo, sou Penedense. A cidade de Penedo é uma cidade muito boa, quem bebe água do Rio São Francisco jamais esquece, jamais sai da cidade." Já de início, anuncia o encantamento que Penedo seria capaz de provocar às pessoas. Entendo que o seu discurso começa a ser construído a partir de uma espécie de geografia do afeto: O carinho nasce quando o espaço que habita é transformado em lugar – repleto de significado - pela relação de pertença que ali se estabelece. Ele inicia o seu discurso situando-se como penedense de nascença, outorgando-se o lugar de legítimo sujeito a falar de sua cidade. Cidade essa que encanta não por pouco, traz, sim, importantes atributos: "[...] tem um patrimônio arquitetônico muito forte, eu acho que é um dos mais fortes do país, do Brasil, hoje. É uma cidade aconchegante para morar!"

Elaborando uma estrutura narrativa que percorrerá toda sua fala, Jailton alterna as constatações positivas/valorativas da cidade e as negativas/problemáticas: "Já que todo mundo fala, é uma cidade violenta, mas o Brasil é um país violento, é um país que realmente é... nós estamos vendo, aí, coisas absurdas [...] na política do nosso país. Eu acho que o mal maior do nosso país é a política." Na sequência, sua fala evidencia novamente elementos que parecem buscar valorizar a sua cidade aos olhos – ou ouvidos – de seu interlocutor:

> **Jailton:** A cidade é uma cidade histórica, muito boa, já que nós temos hoje muitas pessoas que tem uma proposta boa para a cidade, boa para o estado, e boa para o nosso país. Um trabalho que se faz aqui - vocês fazem mesmo – um trabalho de história da cidade, do povo, é um trabalho de consciência do que é Penedo para a gente que nasceu aqui e vive aqui. Eu acho que Penedo é uma cidade que conserva muitas histórias, muita história diferente.

Jailton reconhece o seu interlocutor e expressa isso em sua fala: não somos desconhecidos dele e, mesmo por isso, traz entendimentos e expectativas acerca de nosso trabalho - que tampouco parece pensar se encerrar naquela atividade da feira. Jailton identifica a nós, que estávamos naquela manhã trabalhando na pesquisa, como parte de um ofício maior de uma instituição:

> **Jailton:** Eu, por ter vivido muito tempo, trabalho como ator, já trabalhei na Secretaria de Cultura do Estado, na época a Lita Andrade era a secretária, Mário também trabalhava junto com a gente na Secretaria de Cultura do Estado. Não era patrimônio histórico, ainda, do povo brasileiro, do estado... era só subordinado a Sergipe [...]. Hoje Penedo e Alagoas ganharam um espaço a nível de ter o patrimônio histórico na própria cidade e no estado, e

> que é uma coisa muito importante para Penedo. As pessoas hoje tem outro, outro, outro pensamento sobre, é, o que é o Instituto do Patrimônio Histórico, que antigamente ninguém sabia, xingavam até sem saber o que era isso aí, né, não tinha conhecimento nenhum.

E deposita a confiança nas pessoas e no tempo: "Eu acredito, eu, que Penedo vá avançar, cada dia mais, porque tem pessoas interessadas [...]" Em sua narrativa, Jailton se posiciona como um sujeito que já percorreu ou ainda percorre espaços de ação similares ao nosso... É assim que se coloca como trabalhador da cultura e, discretamente, se distancia daqueles que atacavam o Iphan sem o devido conhecimento, trocando o frequente "nós" por "as pessoas". Essa forma de construção discursiva só é possível porque resultado de um encontro entre o narrador e, nós, pesquisadores - A nossa figura – e, certamente, as nossas intervenções verbais e gestuais – é elemento constitutivo do conteúdo e da forma com que o outro se coloca:

> Narrativas revelam o alinhamento dos narradores com certos indivíduos, grupos, ideias e símbolos através dos quais eles externalizam seus maiores valores, qualidades positivas e de orgulho para si mesmos. Narrativas também revelam as dissociações dos narradores com "outros" indivíduos, grupos, idéias, e símbolos através dos quais eles externalizam as partes menos favoráveis de si mesmos. [...] Embora o "contador" da estória seja o narrador, a história é distorcida quando nós não levamos em consideração a participação do historiador na entrevista da história oral. [...] Todas as entrevistas são eventos "que contam". (ERRANTE, 2000, p.143)

Jailton segue sua fala demonstrando empatia e expectativa:

> **Jailton:** Eu acredito no seguinte: Que vocês são o espelho desse povo, o espelho dessa nação, da cidade, do estado de Alagoas, vocês agora, aqui, tem um trabalho árduo a seguir, né, porque não é fácil você trabalhar com o ser humano e [...] o povo.

Jailton emenda:

> **Jailton:** A cidade de Penedo é uma cidade pacata, um povo pacato, um povo hospitaleiro, muito bom. E a cidade de Penedo, ela tem suas... sua dupla personalidade. Ou seja, uma das personalidades de Penedo é que a cidade, ela pensa no passado mais que no futuro, é uma cidade do ontem, não é uma cidade do hoje, então, você vê que o patrimônio histórico de Penedo do ontem está na parte de baixo e o patrimônio do hoje está na parte de cima, só que eles não se interligam um com o outro... Já em Salvador se interliga, e Penedo não se interliga, Penedo esquece, o pessoal esquece, sabendo que tem que preservar os dois: o antes e o depois.

Para ele, o *presente* e o *futuro* se misturam: Pensa-se pouco no futuro, logo Penedo não é uma cidade do hoje. Seu *passado* é elemento constituinte da personalidade da cidade. Mas a que passado Jailton se refere? Ele parece situá-lo no centro histórico, no sítio tombado e seu entorno, comumente chamado de parte baixa da cidade, talvez por associar esse mesmo passado ao Iphan, seu interlocutor nesse diálogo. O *ontem* e o *hoje* estão, para ele, divididos

geograficamente, embora acredite que devessem se integrar através das políticas públicas e, talvez, pelos próprios modos de se viver a cidade, afinal "o pessoal esquece, sabendo que tem que preservar os dois: o antes e o depois". Antes, ao falar da história da cidade e das pessoas que nasceram e vivem nela, Jailton mencionava as muitas histórias diferentes que a cidade conserva. Há, em sua fala, uma valorização implícita das pessoas que habitam e fazem a cidade ser o que é. Contudo algo na maneira como o pensamento e as políticas acerca da preservação patrimonial se estabelecem parece esmaecer o fato de que essas pessoas e essas histórias tem em si o ontem e o hoje concomitantemente. O reconhecimento do valor arquitetônico, por exemplo, reforça o entendimento de que a parte baixa da cidade é representativa do passado, como se os modos de vida e as ressignificações daquele espaço nos dias de hoje não o fossem também patrimônio cultural. Essa problemática dos tempos históricos e da materialidade/imaterialidade da cultura perpassa em muitos momentos a fala de Jailton.

Assim como há uma expectativa positiva acerca do trabalho que o Iphan e, nós – pesquisadores – presentes ali como representantes da instituição, há também um questionamento às políticas de preservação ou às suas formas de execução. A crítica perpassa o próprio descontentamento com as questões políticas, e as esferas municipais, estaduais e federais se diluem em seu discurso.

> **Jailton:** As duas partes tem de conviver bem... E até hoje não temos, porque na verdade Penedo só... o Brasil, e Penedo, e Alagoas só conseguem crescer e sair do buraco que estamos através do turismo e não existe trabalho nenhum voltado ao turismo, mesmo porque você vê vários cursos em Recife que não tem o acervo cultural que Penedo tem. Nós temos vários cursos em Recife, faculdades em Recife, mas Penedo e Alagoas não tem essa... não explora o que tem de arquitetônico, de histórico, da cidade, do estado, não tem. Você vê que os casarões acabam, não tem uma política para renovação, não tem essa política, e quando é, é uma política voltada com a política em si, com a politicagem, não tem uma política de resgate, do que nós temos com consciência do futuro, futuro não derrubando o passado. Nós não temos isso.

Essa última frase talvez revele, em parte, o centro do discurso de Jailton nessa primeira parte de seu relato: O olhar direcionado à cidade de Penedo deveria ser a partir de um "nós" que compreenda o valor do que se "tem", de modo a construir um bem-estar futuro sem destruir a valoração do passado.

Durante cinco minutos e meio ininterruptos, Jailton desenvolve sua fala tendo como eixo de seu discurso a cidade de Penedo: "Penedo é", "Penedo tem", "Penedo precisa"... Sua fala é criada em resposta a um primeiro estímulo que o convidava a falar sobre o significado

da cidade em sua vida e que o reconhecia, de antemão, como um sujeito que havia se integrado à proposta da atividade, considerando o enunciado "o senhor já sabe qual é a proposta da gente aqui, então eu queria que o senhor falasse seu nome e sua idade [...]". De fato, a forma tranquila, encadeada e sem pausas com que fala, pode demonstrar essa integração.

É após o primeiro momento de silêncio em sua fala, que me proponho a articular nova pergunta, enfatizando a "sua história de vida", o significado da cidade "na vida do senhor", e de imediato já vou recebendo a resposta:

> **Jailton:** Penedo significa para mim, na minha vida, é uma cidade que me ensinou a ser o que *eu* sou hoje, uma cidade que me fez ter uma noção maior do que *eu* teria em outra cidade... não teria a vida que *eu* tenho em Penedo, a consciência que *eu* tenho em Penedo, se *eu* tivesse morado em outra cidade, não teria a mesma consciência [...]

A narrativa da experiência pessoal – indicada pelo "eu" – logo se generaliza ao transformar-se em "você", repetido sequencialmente, ressaltando a potencialidade da cidade na vida de todos que nela vivem:

> **Jailton:** [...] porque aqui *você* pensa mais, *você* vive mais, aqui *você* se prepara mais para o futuro, até para conhecimento das pessoas, e em outra cidade *eu* não teria isso, como se preparar... Penedo é uma cidade preparatória para *você* viver, para *você* crescer na vida. E, realmente, Penedo te dá essa condição.

O "você" segue sendo usado como se a sua experiência sintetizasse o horizonte das experiências de outras pessoas também (PORTELLI, 2010):

> **Fernanda:** - E alguma história de vida que o senhor queira me contar?... Alguma situação que o senhor viveu na infância, na adolescência, na juventude, alguma coisa qualquer, um hábito que o senhor tenha ou tinha, um lugar que o senhor não deixa de ir, alguma coisa que o senh...
> **Jailton:** - A rocheira!
> **Fernanda:** - A rocheira?
> **Jailton:** - A rocheira... não deixo de ir, não. Me faz pensar numa vitrine... A rocheira é a vitrine de Penedo [...], só aquela vista de você ver o sol se pondo e o sol normal, você reflete o que você está vivendo: São duas épocas, é a época que está se pondo – a sua vida se pondo – e está renascendo.
> **Fernanda:** - Nossa que poético isso... O senhor é um poeta!
> **Jailton:** - É verdade, isso aí nos traz uma coisa mais diferente, de você pensar... porque você está aqui como semente e o que você deve fazer para melhorar essa semente.

Figura 37 – Rocheira de Penedo.



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

No momento em que insinua a reflexão sobre a contribuição que podemos dar ao mundo, ao lugar que habitamos, Jailton me conta ter sido também franciscano. Curiosa, demonstro querer saber mais a respeito. Diz-me que "Ser franciscano é que a gente teve um ganho no mundo por ter um papa franciscano [...]", ao que segue falando dos atributos do atual papa e conclui: "Nós temos um papa que pensa no cidadão, na maneira que vai viver e como ele vai viver, sem querer nada em troca". Mesmo quando fala sobre aspectos da sua vida pessoal, a narrativa permeia sempre mais o âmbito público do que o privado. Sobre a religiosidade, enfatiza mais o aspecto social do que o íntimo, por isso o "eu" rapidamente dá lugar ao "nós" e ao "você":

> **Fernanda:** - E o senhor acha que a experiência que o senhor teve como franciscano lhe serviu a isso?
> **Jailton:** - Eu acho que eu me vi ali, quando disseram que o papa era franciscano, eu me vi ali dentro, porque na verdade a religião que nós temos hoje, ela nos afasta de perto da religião, ela afasta a gente, porque a gente não sabe se é o certo, se é o duvidoso. Existe sempre uma dúvida do que é bom, do que é ruim. E ele trouxe à tona a força de você poder perdoar, poder ceder, e isso você não via antes, e hoje tem.
> [...]
> Hoje a vida é muito corrida, hoje nós temos uma vida que a gente até esquece da gente mesmo, é uma vida de busca, você querer buscar aquilo

> que você não tem, sempre você quer buscar, melhorar sua vida, quer ter uma vida melhor, quer ter... Hoje em dia, ninguém sabe o dia de amanhã, aí você se resguarda mais, pra você poder realmente ter o que comer, o que beber, o básico da sua vida para você sobreviver... E que, anteriormente, não era assim, as coisas eram diferentes, mas hoje nós estamos numa época muito duvidosa.

Como o próprio Jailton nos alertava, são muitas as histórias existentes em Penedo. Outro dos primeiros encontros que a feira nos suscitou, foi com a jovem Joana[24]: Uma menina de 13 anos, olhar curioso, sorriso contido, que veio do açougue onde ajuda sua prima a vender carnes para conversar um pouco conosco. Enquanto Jailton - adulto, profissional da cultura, próximo ao seu ambiente de trabalho e bastante prestativo ao colaborar conosco – monta um discurso sobre a importância da cidade intercortado com possíveis explicações e soluções para as suas mazelas, e trata do empenho em fazer a cidade e as pessoas que nela vivem melhorarem, Joana – criança a ajudar a família na feira – constrói o seu discurso sobre o que é viver a sua vida na cidade através das pessoas com quem convive e das coisas que vê. A família são os irmãos. O seus territórios são os espaços de vivência e brincadeira, como a praça. A feira é significada pelo o que ela faz lá: vende carne; e pelo que é convidada a ver: motos, pessoas, bancas. O que é Penedo para ela? Algo abstrato, algo aparentemente difícil de responder: É uma cidade bonita, como outras... como Aracaju, que ela também gosta. Mas o que Penedo tem de bonito? Ah, o céu, ela responde. A narrativa de Joana – diferentemente da anterior – é centrada no âmbito privado, da família, da casa, ou da sua experiência pessoal nos espaços de sociabilidade. Ao responder sobre o que gosta de fazer, diz: "Brincar, brincar com o meu cachorrinho, passear, ir pra praça [...] uma que tem lá perto da Cassimbinha... e só". O encontro com Joana se deu a partir do seu olhar de escanteio a observar a nossa chegada à feira, aos poucos se aproximou, conforme mais pessoas dos arredores nos contatavam em colaboração à montagem da tenda. Foi com a minha colega que a conversa iniciou: Camila convidou Joana a contar-lhe sobre o que gostava de fazer e pensar em um lugar que ela achasse "muito legal" para que juntas iniciassem o preenchimento do mapa de Penedo, até então vazio – Não precisou muito tempo de reflexão para Joana decidir: O rio. Enquanto escolhia a caneta que usaria, o canto do tecido que receberia seus traços que aos poucos tomavam formas onduladas, Joana arriscou, ainda meio tímida, contar algumas histórias da época que morou em Aracaju. Depois, com o espelho em mãos, fora convidada a olhar seu reflexo e observar a si mesma e ao que estava ao redor... Na conversa que se seguiu à atividade do espelho, dessa vez comigo, a família foi o primeiro elemento a ser narrado:

[24] Nome fictício atribuído a entrevistada.

Fernanda: - O que tu acha legal de contar para mim?
Joana: - [Silêncio] Que eu amo meus irmãos...
Fernanda: - E o que mais tu tem para me contar dos teus irmãos?!
Fernanda: - Eles são ousados! [...] Ficam mexendo comigo e mesmo assim eu gosto deles, eu amo eles. [...] Meu irmão tem 14, Joelminha tem 7 e a Julia tem 10.

Figura 38: da tenda O que Lembro Vivo.



Crianças desenhando o rio São Francisco no mapa colaborativo.
Fonte: Acervo Iphan, 2016 Foto: Camila Melo

Dos 13 anos de Joana, podemos saltar aos 84 do seu Manoel. Da convivência de uma criança com seus três irmãos, a um senhor que vive sozinho e tem seus parentes todos morando fora da cidade. Do ofício da venda de carnes, ao hábito semanal de percorrer as bancas da feira em busca de suprimentos diversos. Assim como desse trabalho de campo nasceu o encontro com a Joana, nasceu também o encontro com aquele senhor calmamente sentado em um banquinho de madeira, com um vasto chapéu de abas marrom a cobrir-lhe a cabeça e um bigode branco e bem aparado a emoldurar-lhe o sorriso. Eu, Camila e Valberth com sua câmera, havíamos saído do abrigo da tenda, e enquanto nossos passos tentavam se mesclar aos de tantos outros sujeitos que pelos mesmos caminhos passavam, nossos olhos encontraram Manoel. Conforme nos explicou, ele estava cuidando da banca de uma amiga durante o tempo que ela precisou se ausentar, mas não é feirante:

Manoel:- Eu vim comprar umas coisinhas pra levar pra casa, né? Pra passar a semana, né? Hoje já é domingo, né?
Fernanda: - O senhor costuma vir à para feira toda semana?
Manoel:- Toda semana...

> **Fernanda:** - É um ritual vir pra cá?!
> **Manoel:** - Comprar umas coisinhas, né? ... Pra chegar em casa e passar a semana comendo feijão, arroz, farinha, né?
> **Fernanda:** - E o senhor cozinha?
> **Manoel:** - Justamente! Eu não posso pagar pra ninguém cozinhar. Eu mesmo cozinho... [Risadas]

O senhor Manoel, embora duvidasse que tivesse algo a dizer que nos fosse útil, nos recebera em um diálogo bastante confortável e narrava sua estadia na feira como se sua presença ali fosse obviamente natural. Trata-se de uma rotina necessária: Ora, é preciso cozinhar, logo é preciso comprar os insumos, e nada mais lógico que isso seja empreendido na feira. O que se faz na feira? Se não se está vendendo, certamente se estará comprando. De alguma maneira, a sua narrativa elabora a noção de que o seu existir já perpassa o hábito de frequentar o ambiente da feira. Em conversa que segue, tentamos nos aproximar:

> **Fernanda:** - Me fale de alguém importante na sua vida...
> **Manoel:**- Na minha vida, pra mim, é Deus primeiramente, né?
> **Fernanda:** - Ele está sempre com o senhor?...
> **Manoel:**- Exatamente.
> **Fernanda:** - O senhor costuma ir à igreja, alguma coisa assim?
> **Manoel:** - É difícil eu ir pra igreja, assim, sabe? Que eu tenho o livro em casa e às vezes eu leio algumas coisinhas que dão uma certa explicação, aí não precisa nem ir pra Igreja, não é mesmo? Em casa mesmo, graças a Deus, resolvo alguma coisa, e aí ele me defende, né, de alguns problemas. Deus é nosso senhor Jesus Cristo.
> **Fernanda:** - Tem alguma história, aí, então, que o senhor foi pego no colo por ele?
> **Manoel:** - Ah, eu tenho muitas histórias pra contar sobre a minha vida, se eu for contar [...], dá pra fazer um livro de histórias, né? Desde que eu nasci que eu sofro, né? Sofri quando era pequeno, e eu nessa idade ainda hoje venho sofrendo... então as minhas histórias são só de sofrimento, não adianta nem contar, que as pessoas de coração fraco choram muito, né? [Risadas]

Parece não haver nada a nos contar, mas segue a narrar sobre um episódio recente em que fora assaltado em sua própria casa e volta a reforçar que não são histórias interessantes de se contar ou ouvir: "[...] levou o dinheirinho... Ainda bem que eu fiquei vivo, né? Quer dizer, são umas histórias meio complicadas, né?". E sem muito estímulo já se põe a contar sobre a época em que pescava:

> **Manoel:** - Pescava. Quando dava pra vender, eu vendia. Quando não dava, só pegava mesmo pra comer e pronto. [...] Pesquei uns 10 anos.
> **Fernanda:** - Aqui em Penedo?
> - Exatamente! No Rio São Francisco.
> [...]
> **Manoel:** - Às vezes eu saía às duas horas da tarde, às vezes eu saia às quatro horas da tarde, às vezes saia à noite, só chegava no outro dia de 7, 8 horas do dia.

> **Fernanda:** - Ficava à noite pescando?
> **Manoel:** - A noite todinha! Essa aí também ia mais o marido dela [Apontando para uma senhora na banca vizinha]. Ela num barco, eu em outro.
> **Fernanda:** - Normalmente vai acompanhado assim?
> **Manoel:** - É, exatamente. Teve um tempo que o pessoal até pegava um pessoal no rio aí para roubar o motor do barco... ainda roubaram uma porção de gente aí...

Nessa estrutura narrativa do falar sobre o que a princípio não tinha o que dizer, senhor Manoel tanto nos relata suas memórias, quanto encerra possíveis novas perspectivas: "Pescava, agora deixei de pescar, não dá mais pra mim. Até o barco eu já vendi... Vendi barco, vendi motor do barco, vendi tudo, fiquei sem nada." Fala do passado. Dos términos. Do nada. "Fiquei sem nada", diz ele. O seu discurso parece sempre apontar justamente para o nada, mas em pouco tempo, Manoel muito teve a nos contar. O "nada" como mote da narrativa: A narrativa do não ter história interessante para contar, não ter segurança, não ter mais alguns de seus pertences (como o barco) e de suas práticas (como a pesca), não ter pessoas sobre quem falar – afinal, vive sozinho, ele mesmo cozinha, Deus é o sujeito que lhe acompanha. Apesar disso, enquanto conversávamos, ele cuidava da banca de uma senhora sua amiga ou, ao menos, conhecida. Da mesma forma, mencionou a vizinha de banca também como parte de suas memórias de vida. Com sua maneira descontraída de narrar seus episódios, estávamos todos – eu, Camila e Valberth - cativados por ele. Não se trata de propor aqui nenhuma análise psicológico-terapêutica, nem do senhor Manoel, nem de qualquer outro participante das atividades. No caso, não importa exatamente se a vida do senhor Manoel foi repleta ou não de pessoas, e, sim, como revisitar a sua história é processo criativo e afetivo a partir do presente, e como construiu o discurso sobre a sua presença na feira e na cidade a partir da lógica das ausências. A vida pode ser sofrida e, certamente, o próprio engenho da memória, também:

> Memórias carregam em si um simbolismo que transcende o verdadeiro ato de contá-las. Rememorar frequentemente evoca sofrimento, e alguns podem preferir "guardar" as suas memórias privadas e o ato de torná-las públicas pode ser difícil. (MADZIKIZELA apud ERRANTE, 2000, p.155)

Se tratando de uma construção discursiva, a nossa autoimagem pode tomar formas distintas a depender das variáveis: temporalidade, lugar, interlocutor, experiência narrada e outros. Tanto há casos em que o narrador se colocará como sujeito fundamental no desencadear de fatos e ideias que conta, quanto há casos em que o narrador não se crê importante, nem como indivíduo que habita a história, nem como sujeito que a relata. O fato do senhor Manoel afirmar que não acredita que nos interessaríamos por suas histórias não nos

mostra a irrelevância do que ele viveu, e sim a imagem que constrói de si aos 84 anos diante de jovens pesquisadores desconhecidos que, subitamente, lhe perguntam de forma genérica sobre sua vida e sua cidade. Essa distância que se coloca entre o pesquisador e o entrevistado é muitas vezes o reforço de uma imagem diminuída daquele sujeito. Mesmo que anunciemos "gostaríamos de ouvi-lo", "a sua fala é importante", as palavras enunciadas poucas vezes serão efetivas para desarmar as barreiras simbólicas já pré-estabelecidas nesse encontro. São tantos os distanciamentos possíveis: Gênero, faixa etária, origem, raça, religião, escolaridade, e muitos modos de vida distintos. Em pesquisa sobre o rio São Francisco e a Feira Livre de Penedo, RAMOS expõe relatos similares que acredita serem frutos de uma baixa autoestima dos feirantes:

> Em relação às motivações para a prática da comercialização observou-se que foram motivados pela tradição familiar e principalmente, pela falta de oportunidade de outro tipo de emprego em função do baixo grau de escolaridade. Como bem protagonizam os feirantes Roberto e Valdeci:
>
> > "Por que meus pais vendiam também, eu vinha com ele pra feira depois ele se aposentou, não quis mais vender e eu fiquei no lugar dele", Roberto (vendedor de carne).
> >
> > "Por que quando a gente não tem um grau de estudo mais alto, não se dedicou ao estudo, se acomodou, fiquei no comodismo e só restou a feira, tanto é que eu já vou me aposentar e é essa a situação", Valdeci (vendedora de roupas confeccionadas). (RAMOS, 2015, 647-678)

Obviamente a baixa autoestima não está obrigatoriamente associada à pobreza, no entanto, é sensato ponderar sobre o estigma social que carregam as pessoas que sofrem com a escassez de recursos e oportunidades. A negação de alguns direitos básicos e uma vida comumente marcada por restrições pode ter efeitos sobre a construção da autoimagem de indivíduos e grupos, transposta na elaboração de seus discursos sobre si e sobre o mundo. Muitas vezes, a pobreza aparecerá em dupla condição - a material e a subjetiva (PORTELLI, 2010, 93) -, tal como muitos dos relatos coletados na feira nos fazem intuir. O caso de Anacleto dos Santos é um deles:

> **Anacleto:** Eu não sei ler, sou sertanejo, eu não sei ler. Apenas [...], assim, a inteligência que Deus me deu na minha mente pra viver a vida, né [...]. Eu não sei ler, nada. Só o sobrenome, não vou mentir, eu assino, né?! Agora só não sei, assim, escrever uma palavra, uma letra, não sei... Mas a memória Deus me deu boa, pra aprender, assim, o dom, né, que Deus deu pra pessoa saber conversar, saber respeitar todo mundo, né? Todo mundo é igual... tratar bem as pessoas.

“Eu não sei ler” é o estigma que a narrativa nos apresenta. A percepção de que o esperado é que soubesse ler e escrever e estivesse enquadrado na norma social. Assinar seu nome não o torna conhecedor das letras. O seu saber, portanto, não é escrito, é o saber da mente. O dom de pensar e se comunicar é um presente dado por Deus... e isso Anacleto parece saber aproveitar, pois é importante “saber conversar”, “saber respeitar” as pessoas. Quando lhe pergunto o quanto isso tudo é importante para ele, até mesmo no seu trabalho na feira, me responde:

> **Anacleto:** Ah, a gente conversa, realmente, um diálogo bom... aquela brincadeira, aquela conversa... para as pessoas gostarem daquelas palavras, né, da opinião daquela pessoa, né...

Figura 39: Participante na atividade de tenda.



Fonte: Acervo Iphan, 2016 Foto: Valberth Nunes

Figura 40: Participante na atividade de tenda.



Fonte:Acervo Iphan, 2016 Foto: Valberth Nunes

Tanto a pobreza quanto a riqueza estão implícitas: existe a privação do aprendizado formal, a inabilidade da leitura e da escrita são resultado provável das privações materiais; Ele também detém a habilidade da fala e da interação social... A sua memória e sua capacidade de aprender – por outras vias – são sua riqueza anunciada àqueles que lhe indagam “quem é o senhor?”. A esta pergunta, segue-se sempre uma história, tal como analisou Larrosa:

> No es que mi conducta se derive de qué soy, sino que los atributos que me caracterizan se derivan de quién soy, de mi forma de vivir lo que me passa. Por eso, a la pergunta de quién somos sólo podemos responder contando alguna historia. Es al narrarmos a nosotros mismos em lo que nos passa, al construir el carácter (el personaje) que somos, que nos construímos como indivíduos particulares, como um quién. (LARROSA, 2004, p.18)

As respostas às contingências das nossas vidas podem vir por sentimentos e comportamentos diversos: a indignação, a raiva, a vergonha, o acanhamento. Segundo Porteli, em análise sobre a narrativa da pobreza na cultura apalachiana, por vezes “a resposta à pobreza [...] está na busca de uma fonte de orgulho na própria pobreza; um orgulho do fato de ter crescido em condições duras e difíceis”. É assim que Valdomiro, feirante e pai de quatro filhos, nos narra acaloradamente sobre a descrença nos políticos, que mesmo tendo família não têm vergonha de serem apontados na rua como corruptos, e desfecha com sobriedade:

“Pois por isso que meu nome é Valdomiro, não tenho nada na vida, mas tenho honestidade pra falar que não sou ladrão”. Eis que o orgulho da riqueza de espírito se sobrepõe ao “nada” material. A sua narrativa não é isolada... parte de um entendimento do outro – como o político que rouba e que não se envergonha – e de uma (con)vivência com o grupo – como os feirantes, lugar em que circula desde criança, e como a família – seus filhos não precisam se preocupar sobre a índole do pai.

> Por eso, la historia de nuestras vidas depende del conjunto de historias que ya hemos oído y, en relación a las cuales, hemos aprendido a construir la nuestra. La narrativa no es el lugar de irrupción de la subjectividad, sino la modalidade discursiva que estabelece la posición del sujeto y las reglas de su construcción em uma trama. Por tanto, el desarrollo de nuetra autocomprensión dependerá de nuestra participación em redes de comunicación donde se producen, se interpretan y se median historias. (Idem, p.6,7)

Assim, as conversas seguiram se desencadeando conforme as pessoas que circulavam pela feira aceitavam participar da atividade conosco. Algumas delas demonstravam interesse de antemão, se aproximando da tenda já com o intuito de se integrar à proposta em execução, outras eram convidadas por alguma das pesquisadoras. Fato é, no entanto, que o tempo ia passando e poucas pessoas – fossem elas convidadas implicitamente pela própria dinâmica então anexada à feira, fossem elas convidadas explicitamente por nós – se dispunham a interromper seus afazeres para dedicar um tempo incerto a falar sobre si mesmo e sobre a cidade, “estacionando” em uma tenda, com câmeras fotográficas e filmadoras ao seu redor. Ao menos “poucas” para o ritmo que críamos se estabeleceria neste trabalho de campo, mas talvez nem tão “poucas” assim se avaliarmos o número total de depoimentos para quatro horas de atividade, e considerarmos uma duração média de cinco minutos por depoimento: no total, foram duas horas registros produzidos/coletados na feira. Todas as falas captadas foram gravadas por gravador de áudio e/ou filmadoras, e todos os participantes assinaram ao final de suas contribuições um termo em que autorizavam ou não o uso de suas imagens e a divulgação de seus nomes.

Acredito que a tenda acarretou um duplo efeito: curiosidade e intimidação; ao mesmo tempo em que ela podia suscitar interesse às pessoas, se tratando de uma estrutura incomum ao ambiente da feira, podia também, pelo mesmo motivo, causar acanhamento. Ademais, a proposta original da tenda que previa uma espécie de roteiro ao participante foi, por algumas vezes, ela mesmo fator de desconexão do discurso do depoente que era passado de uma pesquisadora a outra, ou de um espaço da tenda a outro, na tentativa – ainda apegada – de

explorar todas as atividades pensadas: mapa, espelho, relato. Quando uma pessoa se aproximava e com ela iniciávamos um diálogo, não costumava haver propriamente um momento de aceite em participar, a própria apresentação do que se tratava a nossa presença ali já gerava ou a negativa por parte do transeunte ou o começo do seu relato. A fala começava a ser construída, portanto, na relação daquele sujeito com a pesquisadora que encarnava seu primeiro interlocutor. Esse contato inicial raramente se dava já com o espelho em mãos que, a priori, teria sido concebido como o desencadeador das reflexões e relatos... Logo, o percurso discursivo idealizado não se concebia. Outras vezes, algum participante se ocupava do exercício do espelho quando outro se aproximava da tenda e era, necessariamente, acolhido por uma pesquisadora diferente – e novamente o percurso discursivo idealizado não se concebia. Esse participante que iniciara sua conversa sem ser pela dinâmica do espelho, comumente era convidado – quando possível – a se dirigir até mim – aquela que se responsabilizava por propor o exercício -, o que me pareceu, em certos casos, ter sido uma quebra na intimidade que vinha se estabelecendo até então entre os interlocutores iniciais. Assim como a tenda pode ter se concretizado como uma imagem inibidora, o artefato do espelho pode ter, em certa medida, desempenhado o mesmo efeito. Houve quem, a princípio, parecesse atraído pela proposta da tenda, mas que tão logo fora encaminhado à atividade do espelho, desistira.

Figura 41: Atividade do espelho – tenda O que lembro vivo



Fonte: Fonte: Acervo Iphan, 2016 Foto: Valberth Nunes

Tais flutuações da atividade não caracterizam o insucesso do trabalho, mas acredito, sim, que nos acenam para os distanciamentos do planejamento e teoria em relação à prática. O conceito da tenda parecia produtivo às reflexões que ambicionava provocar, mas ao se materializar, traduziu um risco de engessamento das dinâmicas comunicacionais e, creio, como um obstáculo ao objetivo primordial: ouvir pessoas. Talvez uma proposta itinerante ou uma reconfiguração desse projeto original se adaptasse melhor aos hábitos e à lógica que envolvem a feira. Primeiro: os feirantes não podem abandonar suas bancas para visitar a tenda sem prejuízo das suas vendas e de seus produtos. Segundo: Os transeuntes percorrem as ruas em busca de suas compras, carregados de sacolas e, não pouco recorrente, com horários a cumprir, e uma estrutura como a que engendramos parece ter suscitado a sensação que sua participação o desviaria de seu itinerário ou tomar-lhes-ia tempo em excesso. A proximidade da época eleitoral e o uso de câmeras fotográficas e filmadoras ainda acarretou a boa parte dos passantes impressão de que se tratava de alguma cobertura jornalística.

É interessante considerar que essa formalidade construída pela narrativa da própria presença da tenda, criou um ambiente favorável para a elaboração de muitos discursos com teor crítico, voltado à vida pública e às atividades políticas. Se eu e meus colegas chegávamos à Feira com uma intenção de pesquisa, os participantes também chegavam à tenda com alguma intencionalidade, com alguma espécie de leitura e julgamento daquele espaço, daquelas pessoas, daquela atividade e – mais do que isso – observavam a nós e a nossa narrativa, tanto quanto o inverso era verdadeiro. Dessa forma, é parte da narrativa o uso que se faz dela e da oportunidade de construí-la. Isso é dizer que toda narrativa tem em si uma dimensão utilitária, que pode consistir em ensinamentos morais, sugestões práticas, normas de vida e outros (BENJAMIN, 1994, p.200). A comunicação da experiência – a arte da narrativa – envolve uma aura do aconselhamento, menos no sentido de responder à uma pergunta e mais no sentido de uma "sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada" (Idem). Na feira, muitas pessoas usaram de seus espaços de fala para problematizar os serviços públicos, tecer a partir da "substância viva de sua existência" (Idem) críticas e expectativas em relação à política e à administração de sua cidade, e aconselhar sobre caminhos possíveis de um bem-estar social ou da dignidade de se viver. Essas elaborações discursivas, embora parte de uma forma de ver e contar o mundo desses narradores, só nasceram como tais devido à troca de olhares – a "entre-vista" – característica do gênero multivocal da história oral:

> Durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. (PORTELI, 2010)

O senhor Valdomiro, quando convidado a contar sua história, introduz a sua fala se apresentando como um sujeito comum a compartilhar de uma mesma expectativa de outros tantos - "A minha história é: sou pai de quatro filhos, com o objetivo de todo ser humano – ver os filhos prosperarem e terem alguma coisa" -, mas o foro íntimo é o anúncio do foro público na elaboração de sua crítica política:

> **Valdomiro:** Eu tenho uma filha que faz engenharia de produção; tenho um filho que já tem 19 anos, esse não quer nada com a vida, porque o mundo está incentivando ele a fazer isso... Principalmente os políticos de hoje, corruptos... Que essas pessoas não têm qualidade e qualificação de mudar nosso país. E a gente é culpado. Principalmente vocês, jovens, que estão escolhendo mal... mal... mal porque o seguinte: Hoje em dia se bota político pelo poder, pelo dinheiro, não pela capacidade de ser alguém para administrar uma cidade, um município, e todos os ambientes que a gente vive, principalmente, o ambiente simples. [...] O bem deles é querer ter mais, cada dia ter mais, cada político só pensa em si e está acabando com a humanidade, que o objetivo deles é pensar que o nordeste é um curral... É um curral de animais!

A "qualidade e a qualificação" não parecem se referir apenas aos atributos do estudo formal – embora esse também seja exaltado –, mas à dignidade das pessoas e à capacidade de gestão. Apesar de que o "não querer nada com a vida" de seu filho esteja em imediata oposição ao estudo da filha de 19 anos, a sua perspectiva de "prosperar" também é construída pela sabedoria de fazer boas escolhas e de não pensar só em si mesmo. Da leitura que Valdomiro faz de sua interlocutora – uma jovem de idade próxima a de sua filha – nasce parte dos elementos de sua crítica: Os jovens estão escolhendo mal. "Vocês, jovens". A indignação com o tratamento a que o povo do nordeste é submetido pelos gestores públicos é enunciada na expressão "curral de animais", a qual complementa:

> **Valdomiro:** Mas já acabou isso, nós estamos numa era moderna, todo mundo tem a capacidade de ser alguém no futuro. Para ser alguém, vocês jovens tem que debater, procurar o melhor, estudar, pra ter capacidade de não se envolver em certos tipos de... como agora se faz.... grupos pra defender político, usando jovem como escudo [...]

A noção de modernidade que Valdomiro apresenta é de incompatibilidade com a falta de oportunidades e direitos, com os usos e abusos sofridos pela população. A expectativa é depositada no novo, no jovem.

José da Rocha Vieira, conhecido por Zé da Ladeira, na época lançando sua candidatura a vereador do município, também se utiliza do espaço de fala para empreender sua crítica:

> **Zé da Ladeira:** Vocês que são de Maceió e não conhecem a feira livre de Penedo: Se vocês, nesse momento, quiserem ir no banheiro público, vocês não conseguem entrar. Não temos banheiro público para a sociedade, nós não temos um mercado de peixe, as pessoas compram peixe no chão, no papelão, no carro de mão enferrujado, não temos um mercado de carne, não temos um matadouro, isso é *vergonhoso* nessa cidade. Então, essa cidade, com essa idade, ela é para ser uma das cidades mais lindas do estado de Alagoas, em *todos* os sentidos.

O arrastar da pronúncia da palavra "vergonhoso" dá ênfase à desilusão que visa transmitir ao seu interlocutor. O mesmo recurso narrativo é utilizado em outros momentos, como ao sobressaltar "todos" os sentidos em que Penedo poderia ser uma linda cidade. Desta vez, os interlocutores já não são exatamente a porta de alguma solução, são agentes externos, pouco conhecedores daquela realidade de Penedo – "Vocês que são de Maceió e não conhecem a feira", ele diz. Já a sua crítica também é direcionada:

> **Zé da Ladeira:** Eu acho que os dirigentes da nossa cidade, eles não têm boa vontade. [...] Recursos, com toda a crise, tem. O que falta é preparar projetos para a sociedade.

O desconforto que Valdomiro traduzia como falta de qualificação, aqui é traduzido como falta de boa vontade. Há um sentimento de carência no bojo dos dois discursos. Valdomiro deposita a esperança nos jovens, Zé da Ladeira generaliza a possibilidade de melhoria:

> **Zé da Ladeira:** Então é necessário que tenha uma mão amiga cuidando desse povo. E a nossa cidade – eu coloquei ali [apontando para o mapa colaborativo] – reconstrução... Que é o que? Banheiro público, matadouro [...] Nós vivemos num tempo desse, né, todo mundo moderno, casando através de celular, de whatsapp, né? E a gente não tem um matadouro nessa cidade. Que coisa *absurda*.

A sua fala comedida, pausada e gestualizada vem na sequência da narrativa dos próprios intentos de contribuir para a melhoria das condições sociais de seu povo: Conta-nos sobre a Casa de apoio que criou e mantém, junto com outros dois colaboradores, para a população que precisa viajar em busca de atendimento hospitalar e dormir fora de suas cidades.

Sentindo que atraíamos um fluxo de participantes menor do que a expectativa e intuindo que estávamos de pés fincados a terra em um lugar repleto de percursos, trânsito e trocas possíveis, optamos por deixar uma pesquisadora junto à tenda, enquanto as outras duas saíam conjuntamente em busca da produção narrativa de quem pudessem encontrar no

caminho. Acabamos focando-nos nos próprios feirantes – agora, parecia que invertíamos a lógica de até então: éramos nós em movimento – a dispor de tempo – e o depoente em seu espaço "de conforto" - podendo conversar sem interromper abruptamente o seu fazer. Logo de início, encontramos Dona Maria, que em sua banca de charque, grãos e cereais já nos observava à distância. Quando começamos a conversar ela logo manifestou que não poderia abandonar sua banca para ir até nós, só quando entendeu que estávamos nos colocando em escuta no seu próprio ponto de trabalho – a sua banca e não a nossa tenda – foi que se abriu a dialogar conosco:

> **Dona Maria[25]:** Penedo é, assim, uma cidade histórica, né? Uma cidade... Uma cidade tombada... É uma cidade que, assim, não tem [...] Não é igual às outras cidades, né? É uma cidade que tudo é antigo, as igrejas, as casas, o próprio asfalto é paralelepípedo, tudo isso. [...] É uma coisa diferenciada das outras cidades, é uma cidade barroca, muito bacana, muito bonita.

As formas de se narrar Penedo, porém, podem ser muitas, tal como nos mostra Wellington:

> **Wellington:** Meu modo de ver a minha Penedo é o que falta nela, né [...] O que falta aqui em Penedo é mais trabalho... Porque a gente trabalha nas usinas, trabalha com cana de açúcar... Para Penedo hoje, ser uma cidade, assim, do meu gosto, precisa vir mais indústria pra cá.

Menção comum à maioria dos relatos, o rio São Francisco ativa a sensação de pertença e de identidade local daqueles que narram sobre sua importância, sua beleza e seu contínuo processo de seca, e integra a imagem que constroem da cidade em que vivem. Por vezes, durante a atividade de campo, a fala acerca do rio surgiu de alguma provocação que nós mesmos, pesquisadores participantes da ação, fizemos - como ao perguntarmos sobre o que poderia ser considerado um "símbolo" da cidade ou quando, para uma primeira menção acerca do rio por parte do depoente, já perguntávamos sobre qual era a importância que atribuíam a ele -, outras vezes os participantes inseriram por conta própria reflexões e declarações sobre o rio no encadeamento de seus discursos. Como exemplo da primeira forma de menção ao São Francisco, destaco a fala de seu Manoel, que ao informar-nos que morava perto do rio e, logo em seguida, ser indagado sobre o que pensava acerca do rio e qual a sua importância, respondeu:

> **Manoel:** Para todos nós, né? Infelizmente está abandonado porque toda "lixarada" só vai para dentro do rio, né? Todo mundo só pega o lixo e coloca lá. As pessoas que tem pouca capacidade, né, porque as pessoas que têm capacidade pega uma coisa dessa não põe no meio do rio, deixa para o carro de lixo levar [...]. Pouca capacidade uma pessoa fazer uma coisa dessa...

[25] Nome fictício atribuído à entrevistada.

> Uma coisa importante é o rio São Francisco! É do que vivemos, né? É pra tomar banho, é pra beber, é pra lavar roupa, pra pegar um peixe, pra tudo! E para que fazer sujeira?

Da mesma forma, provocada a pensar sobre um símbolo ou uma imagem representativa da Penedo em que vive, a participante Jislânia, sentada ao lado de sua banca, nos diz:

> **Jislânia:** Acho que o Rio São Francisco. Já brinquei muito ali, quando dava cheia, a gente ia, tomava banho, brincava... quando era criança. Só que eu digo, hoje, que era tudo brincadeira sadia [...], e hoje em dia as crianças não fazem isso, é tudo brigando.

Para evidenciar a distância entre a infância de hoje a infância que viveu, ela conecta à vivência passada do rio uma de suas vivências atuais e cotidianas – a experiência de ser professora:

> **Jislânia:** A gente vê na escola, né? Os meninos na escola, eles não brincam mais, é tudo brigando, tudo se estapeando. As brincadeiras agora são assim. E antes não era, era brincadeira sadia.

Já como resultado do roteiro que ele mesmo parece ir construindo ao longo de sua ininterrupta, cadenciada e gesticulada fala, Zé da Ladeira menciona o rio como ponto um positivo da cidade, ressaltando o seu valor e os maus tratos que vem sofrendo:

> **Zé da Ladeira:** [...] é você chegar à margem do São Francisco, é você rir com a natureza de Deus, apesar de que o rio está sofrendo também uma série de coisas através do homem – por exemplo, os esgotos de todas as cidades do Baixo São Francisco são jogados no rio São Francisco, isso é um crime, uma falta do homem, não é verdade? E aí a gente também tem as 40 mil pessoas de baixa renda que precisam ter alimentação em suas mesas.

Nesse breve trecho, é interessante notar o paralelo implícito que Zé da Ladeira traça entre o sofrimento do rio e as penúrias da população. Parece que assim como o rio é agredido pelas faltas do homem, a população mais pobre é assolada pela falta de oportunidades e assistência. Fala-nos da luta pela sobrevivência, do rio e do seu povo. No entanto, para José de Araújo, que se apresenta como Doca, um senhor de 70 anos e também morador de Penedo, a primeira dessas lutas já parece estar perdida, por mais que muitos ainda se empenhem pelo contrário:

> **Doca:** Nosso Velho Chico, que está se acabando aos poucos. [...] Infelizmente, ele vai acabar, infelizmente, infelizmente. Não sei se você... Você é muito jovem talvez não tenha alcançado, mas já saiu na Globo, que em 2038 ele vai secar. [...] Estão lutando pela revitalização do rio, tudo bem, mas eu acho muito difícil. Você sabe que ano passado, por um tempo, a foz parou, né?
>
> [...]
>
> Não só para Penedo, para os cinco estados, todos. [...] Ele já engoliu muita gente, mas ele ajuda muita gente.

Para Paulo Freire - nascido em Piaçabuçu, Alagoas; morador de Penedo há décadas; aposentado da conhecida fábrica de tecido Peixoto Gonçalves Indústria e Comércio em Neópolis, Sergipe - o rio é o elo entre os lugares em que nasceu, trabalhou, construiu sua família, criou seus filhos, e que vive nos dias atuais. A Penedo e Neópolis ele agradece tudo em sua vida, e sobre o que considera como a inegável importância do rio, afirma:

> **Paulo:** Tudo! Água é vida, é tudo. [...] Os pescadores tiram o alimento do rio, a gente bebe água do rio, é uma graça o rio, ele é tudo, sem o rio Penedo não é nada.
>
> **Fernanda**- E o senhor acha que ele é valorizado?
>
> **Paulo:** - Não, não, não. Eu que não sou político, voto nos políticos, penso que eles deveriam valorizar mais o rio São Francisco, da nascente até a foz. Está tudo acabado, politicamente, eles que acabaram. Não é o pescador que acaba, são eles. [...] A gente ribeirinha, toda ela, valoriza mais do que os políticos.
>
> [...]
>
> Para mim [...] o rio é vida, minha vida e de todos nós que moramos aqui. Tem as suas alegrias quando está cheio, ele agora está seco, é tristeza. Ele traz alimentação, traz água para a gente beber, traz a água para a gente tomar um banho, tudo.

A exaltação ao São Francisco vem acompanhada da crítica ao atual estado em que o rio se encontra como, no seu entender, resultado de más políticas governamentais - e não da ação da população ribeirinha. Para Paulo, com sua vazão diminuída pelas represas e atingida pela transposição, num processo de seca da nascente e salinização das águas próximas à foz, o rio hoje é resultado de fatores como a:

> **Paulo:** [...] transposição que eles fizeram, para bem que os outros precisem de água, mas agora ele precisava fazer a recomposição das águas para poder fazer a transposição. Ele não fez. Lá para a banda de Minas, na serra da Canastra, está tudo aterrado, tudo se acabando, e ele não teve peito para enfrentar os fazendeiros, para indenizar aquelas terras ao lado da nascente e botar peito: "ninguém entra aqui, ninguém entra aqui!" – para poder renascer de lá para cá, até chegar na foz. Era para eles fazerem isso, não fizeram. Só lembraram deles, e da gente aqui, nada. A Chesf também é outra grande responsável por esse problema aqui abaixo, que não libera a água, a água salgada está chegando acima de Piaçabuçu, aqui pelo povoado chamado Penedinho, que com a maré cheia já esta ficando salobra.
>
> **Fernanda:** - O mar está invadindo o rio?
>
> **Paulo:** - Com certeza, com certeza. Enquanto antigamente se bebia água no canal do rio quando invadia o mar, até não sei quantos quilômetros de mar ainda era água doce.

Depois de mais de quatro horas de atividade e mais de 20 depoimentos registrados, sairíamos da feira com bagagem muito maior do que aquela que chegamos. Assim que a intervenção chegava ao final, os trabalhadores em torno da tenda – em especial os vendedores

das lojas externas do Mercado Público – mais uma vez se movimentavam em nosso apoio: Jailton, prontamente, já estava a desencaixar haste por haste da estrutura que, durante toda aquela manhã de sábado, tinha sido o abrigo de nossas atividades e que, agora - cumprido o período que nos havia sido liberado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e também o acordado com os estudantes responsáveis pelo registro audiovisual – era aos poucos desmontada. Levamos todo o material de volta para a CPPenedo.

Embora a feira livre tenha sido o lugar comum para todos os relatos construídos a partir dos nossos encontros com aqueles sujeitos até então desconhecidos, seria difícil e equivocado generalizá-los como produtos de um grupo identitário ou mesmo como representativos do que pensam todos os outros sujeitos participantes da feira, e, portanto, não é meu objetivo fazê-lo. Os próprios relatos já expressam distintas formas de construção narrativa e destacam nem sempre posições coincidentes sobre a cidade, afinal, falam a partir de suas experiências. De qualquer forma, assim como é importante perceber a maneira como cada um dos indivíduos se coloca diante de nós na construção discursiva que elaboram sobre si e sobre a cidade de Penedo, buscando ampliarmos as vozes às quais possibilitamos escuta, é construtivo percebermos algumas aproximações entre esses relatos. Assim como pudemos identificar o rio São Francisco como elemento presente na maioria das falas, podemos também notar outras recorrências. A imagem do penedense como um povo acolhedor, que bem recebe os visitantes e acolhe os recém-chegados, tal qual dizem ter acontecido, em outra época, com muitos sujeitos que vindos de fora ali foram fazer morada. A noção do acolhimento não é direcionada apenas ao seu aspecto físico ou geográfico, refere-se também ao suporte afetivo, ao cuidado com o outro. A solidariedade expressa nas entrelinhas ou explicitamente nas narrativas é pautada, principalmente, pela lógica da sobrevivência, parece suprir as carências de uma população com poucos recursos financeiros e materiais, e muitas vezes cerceados de seus direitos de cidadania. Desenvolvem-se dessa maneira, narrativas que comumente exaltam as riquezas naturais e estéticas do lugar que habitam, e as riquezas morais e afetivas que são detentores, como o amor familiar, os laços de vizinhança, a incorruptibilidade e outros. O ceticismo político, a crítica social e o saudosismo – principalmente em relação aos depoimentos das pessoas de idade mais avançada – são outros pontos presentes com certa regularidade nas narrativas. As conversas são frequentemente entendidas como oportunidade de crítica aos políticos, às obras feitas na cidade, à falta de serviços públicos de qualidade, ou como oportunidade de exposição genérica do que

entendem ser a decadência da cidade. Tudo isso não faz menor o amor que dizem dedicar a Penedo.

O depoimento de Beatriz[26] aglutina quase todos os pontos mencionados acima, desde o amor à cidade acolhedora e bela que é Penedo, até a crítica aos políticos e ao estado de abandono que se encontra o rio e os moradores da cidade:

> **Beatriz:** A cidade é maravilhosa, a minha cidade – sou de Traipu, mas moro aqui há mais de 40 anos, muito mais, e eu amo essa cidade! Essa cidade para mim é belíssima, é uma cidade linda. Agora, as pessoas também tem que saber valorizar a sua cidade, muitas vezes vocês colocam a culpa nos políticos porque não fazem isso, mas e eu, o que eu estou fazendo? O que eu estou contribuindo para que a minha cidade cresça? Não é? Vamos supor, hoje tem um número de garis reduzidos, porque muitos vão se aposentando, por que eu jogo lixo na rua? Não é? Porque eu contribuo com isso. Aí joga-se a culpa nos políticos, no prefeito, no secretário que não trabalha, que não faz nada. O nosso rio está indo! Acabando. Morrendo. Inclusive, eu fiz uma poesia sobre o rio São Francisco que ela diz que precisa ser transplantado, precisa de outro coração, né, porque aquele coração que nasceu lá na Serra da Canastra, em Minas Gerais, está morrendo. [...] Eu só sei que ela diz assim: Eu nasci na Serra da Canastra, feliz por muitos anos eu vivi, não tenho identidade, nem título de eleitor. Aí ela diz: Eu me chamo rio São Francisco. Ela é muito bonita, ela é uma crítica, até, aos políticos, entendeu? [...] Eu moro em frente à maternidade, a Santa Casa de Misericórdia aqui de Penedo, ali é tombado, patrimônio histórico, da minha casa eu tirei uma vez uma telha de 1889, estava escrito nela – eu doei. Mas eu amo a minha cidade, não é minha, não nasci aqui, mas tenho um vínculo aqui nessa cidade. Cada vez que eu olho para aquele rio e vejo aquelas águas nas quais eu já naveguei tanto [...], que já pesquei mais meu pai. Pescava era piaba, era piau, era tudo que é tipo de peixe que nós tínhamos, porque tinha grandeza no rio. Hoje o rio está se acabando, hoje não tem mais nada. A nossa cidade é linda, mas precisa de emprego, indústrias. Nós temos aí o rio, com tantas águas. E por quê? E por quê? Quem é o político, os políticos que chegam e vem de lá, deputadinhos que vêm de lá de Maceió e que chegam aqui e levam os votos todinhos e depois esquecem de Penedo? Só vão lembrar agora, que chega outra nova eleição. Aí vão lembrar que Penedo é Penedo, aí sabem o caminho de Penedo. E por que não vêm fazer alguma coisa pelo povo de Penedo, do qual ele levou um grande número de eleitores, de votos [...], não é? Seja governador, seja tudo. Nossa cidade precisa ser lembrada. Nossa cidade está sendo esquecida. [...] E nós aqui ficamos como? Estamos abandonados, estamos totalmente abandonados. Mas esta cidade é belíssima, o povo é um povo acolhedor, é um povo que quando vê alguém sofrendo, basta chegar numa rádio, né, e pedir ajuda. As pessoas chegam, as pessoas doam, mesmo não tendo, o menor que seja, aquele pequenininho que tenha só um real, mas vai lá contribuir. Então nossa cidade é uma cidade acolhedora. Precisa ter trabalho para que todos os outros que estão estudando, esses jovens que estão estudando, não se voltem para as drogas, tenham ocupação. [...] As famílias devem amar também a nossa cidade. Nós devemos muitas coisas... Olha, eu cheguei aqui era muito garota, cheguei em 1960, vim de Traipu, Penedo não era uma cidade grande, mas tinha ali a beira do rio, era a coisa mais linda. Numa sexta feira tinha feira – feira de

[26] Nome fictício atribuído à entrevistada.

> comidas típicas! Hoje acabou. [...] Tem que ter movimentação. Só temos o quê? A Paisa [...] e a usina Marituba. Quando para, os pais de família ficam desempregados. Aí o comércio vai fechando as lojas [...], por quê? Porque o povo não tem onde trabalhar, não tem. Eu fico triste de ver a minha cidade assim, de afundando. [...] Denigre a imagem da nossa cidade. [...] Eu sinto a nossa cidade impotente. Mas eu quero terminar dizendo a vocês que sigam em frente e lutem também por cada lugar! Falem também, onde vocês estiverem, da nossa cidade, nossa cidade está precisando de alguém que a levante.

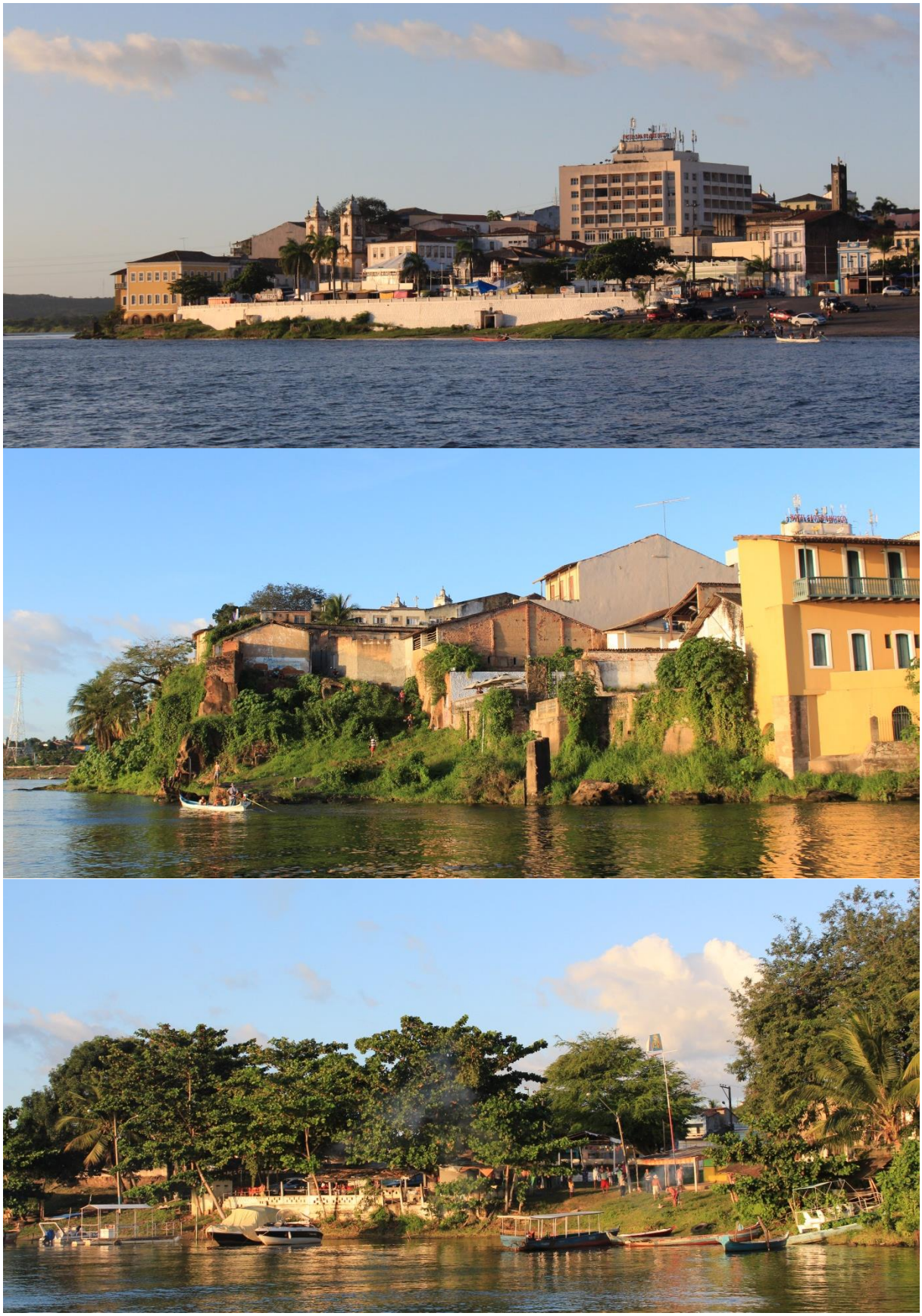
Funcionando como uma espécie de relato síntese, também a fala de Beatriz leva-nos recorrentemente ao rio São Francisco. E é por via dele que avançamos pelas próximas páginas dessa pesquisa.

2.1.3 Do centro à periferia: O Barro Vermelho em um breve estudo de caso

É pelo contorno do rio que se trilha um dos caminhos que nos levará ao encontro do Barro Vermelho: Enquanto suas águas trazem ao centro o acúmulo de histórias do bairro mais antigo da cidade, nossos passos resistem à correnteza do rio e do tempo e nadam em direção à rocheira - é ela o maior divisor geográfico entre o sítio tombado e sua vizinha de feições menos opulenta. Não há ali nem grandes construções franciscanas, nem igrejas ornadas com ouro e murais, não se põe presente um vasto repertório arquitetônico a narrar do estilo colonial e eclético e tampouco recai sobre o bairro as mesmas políticas patrimoniais dirigidas ao centro histórico da cidade como resultado do instrumento jurídico de preservação que é o tombamento – mas não por isso deixa-nos de falar de suas histórias. A aparente ausência de tantos critérios outrora definidos como argumentos favoráveis à patrimonialização de um território é palco para outras muitas presenças. Quem do alto da rocheira mirar o horizonte vislumbrará grande porção de ruas de pedra, terra e asfalto, por entre as quais se encontram os sujeitos que cotidianamente compõem o enredo de suas vidas, de seu bairro e de sua cidade. Já de início os olhos alcançam os quiosques construídos à beira d'água onde funcionam pequenas vendas e restaurantes. Acompanhamos a curva do rio e dela se estende a Rua dos Pescadores, dividida em dois níveis: a parte mais alta - em que transitam veículos no sentido bairro-centro - fica para o lado do rio e funciona como um muro de contenção em relação à parte baixa da rua, onde os veículos acessam o bairro e ao longo da qual se vê um conjunto de casas baixas, coloridas, apenas porta e janela, todas em sequência direta, parede à parede. As

fachadas já misturam cores, materiais, texturas. Reboco, pedras, azulejos. Aberturas de madeira ou de ferro. Ao menos uma delas já ergueu novo pavimento. Sinais de uso. Essas casas, mais do que construções, tem sido há tempos moradia e, ao que parece, tem assim se mantido. Podem hoje não ser consideradas portadoras de representatividade à identidade e à memória de Penedo como testemunhos urbanísticos do seu percurso histórico, tal qual o sítio tombado da cidade, mas é difícil negar que não sejam retratos de vidas cotidianas: Se do alto da rocheira avistamos o conjunto de casas, ao descermos até elas somam-se à vista o cheiro, o som, os passos pisados sobre outros passos. Na rua transitam pessoas a pé, de carro, de moto ou a cavalo; caminhando por ela ouve-se a música que toca dentro de uma casa, vê-se um vizinho a comprar alguma mercadoria no mercadinho que intercala as residências, depara-se com um morador debruçado sobre a janela ou sentado à sua porta. Não parecem ser raras às vezes em que as ruas, não apenas a Rua do Pescador, se tornam mais do que vias de acesso e circulação, e se constroem também enquanto espaço de socialização, encontros e vivência do bairro. Muitos dos moradores ainda preservam o hábito de se sentarem nas beiras das calçadas ou deixarem as portas de suas casas abertas em momentos que se dispõem a observar o movimento e a interagir com o meio.

Figura 42: Cidade de Penedo vista do rio.



Cidade de Penedo vista do rio, seguindo o percurso do centro histórico ao Barro Vermelho.
Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Figura 43: Rua do Pescador, Barro Vermelho.



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Figura 444: Conjunto de casas na Rua do Pescador, Barro Vermelho.



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Figura 455: Bairro Barro Vermelho.



Barro Vermelho visto a partir dos fundos da Catedral de Penedo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

A minha primeira incursão ao bairro no contexto de produção dessa pesquisa foi acompanhando uma das arquitetas do Iphan de Maceió, Maria Gardênia do Nascimento, a fiscal do PAC em Penedo, que viajava a cidade a fim de supervisionar o início das atividades de restauro da Marina Pública. Logo que chegamos, me detive em conhecer um pouco o interior da construção e observar o contato da minha colega com os trabalhadores da obra e, então, enquanto ela seguia em suas atividades, optei por observar os arredores. O prédio da antiga fábrica de óleo e sabão fica instalado na rua Santo Antônio, logo as margens do rio São Francisco, as vias que o circundam são todas de terra, e a paisagem se mistura entre vegetação e casas. Ao lado da edificação, se punham sentados dois jovens aparentemente desfrutando da sombra que o prédio propiciava naquele dia de céu aberto e sol intenso. Conversavam e observavam a rua, pacata de movimento, a não ser pelos ruídos da própria obra e pela moça que na casa da frente varria o chão a beira da porta. Outro rapaz passa pela rua montado em um cavalo, troca poucas palavras com os garotos, e segue em frente no trote balanceado do animal. Avançando em direção ao rio, por entre as árvores, conseguia avistar mais adiante crianças que se banhavam no rio, perto de onde se reunia um pequeno grupo de homens adultos e que eu intuía se tratar de pescadores. Do ponto em que eu me encontrava até onde podia enxergá-los, e mais além ainda, eram muitos os barcos de madeira que, lado a lado, mantinham-se atracados, alguns sob pequenas cobertas de madeira, palha, lona e telhas - desde já ressaltando aos meus olhos o vínculo com as águas como elemento constitutivo daquela região. A pesca e a construção de barcos são exemplos de ofícios que narram a história do bairro e da cidade e se mantêm ainda hoje como saberes e práticas relevantes para a identidade e sobrevivência de parte dos moradores do Barro Vermelho.

Figura 466: Antiga fábrica de sabão em obras – Marina Pública.



Fonte: Acervo Iphan, 2016

Figura 47: Antiga fábrica de sabão em obras.- Marina Pública.



Fonte: Acervo Iphan, 2016

Figura 48: Antiga fábrica de sabão em obras.- Marina Pública.



Fonte: Acervo Iphan, 2016

Figura 49: Orla do Barro Vermelho, Penedo.



Barco em pequena coberta de palha no Rio São Francisco, orla do Barro Vermelho.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 50: Orla do Barro Vermelho, Penedo.



Acesso ao Rio São Francisco logo em frente à atual Marina Pública.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 51: Orla do Barro Vermelho, Penedo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 52: Orla do Barro Vermelho, Penedo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Esses rápidos olhares já me colocavam curiosa sobre a dinâmica de vivência do bairro, ao notar a distinção em relação ao que eu havia conhecido do centro histórico da cidade. Foi quando resolvi me aproximar daqueles sujeitos que avancei no primeiro contato direto com a gente do bairro. Eram três homens agrupados às margens do São Francisco, sob a sombra das

árvores. Como um dos sujeitos recolhia uma tarrafa já com alguns peixes miúdos apanhados, aproveitei para indagá-los se eram pescadores. Os dois que estavam sentados em um tronco de árvore na areia confirmaram dizendo que sim, eram pescadores registrados, por isso não estavam pescando como o outro, afinal, poderiam ser multados por se tratar de época de Piracema. Em rápida conversa, já pude ouvir relatos de como se tornaram pescadores desde a infância e adolescência, sobre como a maioria dos moradores do bairro é pescador, mesmo que não sejam profissionais; sobre como muitos dos pescadores costumam fazer pequenos reparos nos seus barcos, mas quando necessitam de consertos maiores ou de um barco novo recorrem aos mestres barqueiros da região. É consenso o fato de que o rio minguou de volume e força nos últimos tempos, e os moradores costumam falar disso com um ar que mistura convicção e desalento. Nesse primeiro contato os relatos já se articulavam em torno do discurso da seca do rio, diziam que mesmo sendo período de maré alta o rio já pouco subia e apontavam-me para o baixo nível de suas águas... O lugar onde estávamos conversando, segundo eles, costumava estar cheio nessa mesma época do ano. Mesmo para os olhos de alguém desacostumado com a paisagem é fácil notar as sinuosidades de um rio que luta para seguir seu curso e fazer correr sua água por entre grandes bancos de areia – as ilhas, como chamam os moradores. Trechos que antes eram banhados por água, hoje são porções de terra onde a vegetação já fez coberta e, segundo muitos moradores, tornaram-se até mesmo plantação de arroz e criação de gado.

Figura 53 – Rio São Francisco, Penedo, Alagoas.



Jovens navegam no rio. Ao fundo, uma das “ilhas” formadas pelo assoreamento do Rio São Francisco.
Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Fruto dessa primeira conversa com os três moradores do bairro, fui convidada a retornar em um dia de corrida de barco: Diziam-me que todo primeiro domingo do mês um grupo se reúne na orla, assam churrasco como almoço, atravessam de barco para as ilhas e disputam corridas, cada qual com seu barco. Falavam animados, tendo certeza de que eu me divertiria junto com eles. Um dos meus interlocutores era reconhecido como o grande vencedor das corridas, quase imbatível... Lembrava com orgulho de uma de suas corridas até a cidade de Pão de Açúcar, sertão alagoano. Quando eu ingenuamente indago quanto tempo levou, riem e me corrigem dizendo que obviamente a corrida não partiu de Penedo, a distância seria muito grande. Eu sorrio dizendo que tinha achado estranho um barquinho fazer esse percurso, e eis que mais uma vez sou corrigida com algo próximo de um "Ora, barquinho? É barquinho, mas anda!". Infelizmente, por questões logísticas, não foi possível arranjar a ida à cidade numa data coincidente com a prática que mencionavam ser hábito entre eles e seus amigos, mas desse incentivo alguns outros encontros com a população local se seguiram. Para todos eles eu continuaria sendo essa figura estrangeira à região, desconhecedora dos saberes e fazeres da população. A minha perspectiva enquanto pesquisadora foi a de não tentar impor uma relação inexistente, como que se pudesse tentar romper essa distância que a minha imagem já implicitamente impunha e que os meus desconhecimentos ou não-vivências daquele lugar logo expunham em qualquer conversa. Apesar disso, busquei evitar que minha imagem fosse necessariamente associada à de uma trabalhadora do Iphan – distinção que me parece pertinente, afinal, nunca pertenci de fato ao corpo de servidores e funcionários do órgão, visto que minha inserção sempre teve um prazo demarcado e deu-se, desde o início, amparada na lógica de produção de um problema de pesquisa e seu desenvolvimento, e também porque me isentava de prestar respostas como possível representante do Iphan - Parecia-me importante, naquele momento, distinguir-me da instituição que já carrega junto à população seus próprios estigmas, o que obviamente não significou omitir os vínculos existentes. Embora nem sempre anunciado de antemão ao contato, em todas as conversas sempre me ocupei, em algum momento, de explicar que eu era estudante, desenvolvendo uma pesquisa junto ao Iphan e que, para isso, era importante que conhecesse mais daquele lugar, daquelas pessoas, ressaltando o quanto para mim era imprescindível que lembrássemos à instituição da diversidade de vozes que muitas vezes falam sem serem ouvidas. Expressões de receptividade como "você já conhece a Festa de Bom Jesus?", "você precisa vir conhecer a nossa festa de Santo Antônio", "você vem outro dia e a gente vai andar de barco no rio", "você quer um café?", "prove esse doce", estão imbricadas com outra fala bastante comum:

"é que você não conhece, você não sabe". Ouvi essa última frase mais de uma vez nos diálogos que construímos, eu e os moradores com os quais tive contato. Disseram-me isso em relação à feitura e o funcionamento dos barcos, às marés do rio e às penúrias do bairro, por exemplo. Recursos discursivos que reforçavam a delimitação entre mim e eles, estávamos em momentos de interlocução, mas não éramos iguais, não compartilhávamos das mesmas experiências e conhecimentos. Ao mesmo tempo em que o "você não conhece" pode demonstrar uma espécie de benevolência com alguém que por não ser da região não tem a obrigação de saber como as coisas funcionam, também é um destacado marcador de fronteira entre o eu e o outro: "eu sei, você não sabe".

Após o primeiro encontro não planejado com aqueles pescadores à beira do rio, voltei outras oito vezes ao bairro. Na maioria delas eu me dispunha a percorrer trajetos a partir da minha curiosidade e da receptividade das pessoas que eu ia conhecendo, sem um roteiro prévio do que seriam essas visitações ao bairro, embora carregasse comigo as minhas intenções de pesquisa. Na segunda visita ao Barro Vermelho, voltei para o mesmo ponto no qual tinha conhecido os três pescadores e novamente encontrei um grupo de homens adultos e jovens reunidos na orla. Dessa vez estavam em número maior e, de novo, pude me sentar a ouvir um pouco de suas histórias. Era dia útil da semana, e eles conversavam assuntos diversos, acompanhados de uma garrafa de bebida que regava aquela manhã de sol em que o peixe recém pescado no rio era assado em fogo ateado no chão. O pequeno peixe ia sendo tostado e ao exalar da fumaça ouvia-os me contando da dificuldade de encontrar empregos na cidade, razão pela qual, segundo eles, muitos trabalham na informalidade ou não trabalham. Outros pescam e quando não conseguem vender, comem. Os barcos todos costumam ter um nome pintado em sua lateral, tal qual o que se mantinha logo a nossa frente, batizado de "o navegador". Os rapazes mais jovens em seguida sobem em cima de outro dos que estavam amarrados na beira d'água e seguem em direção a uma das ilhas do rio, onde vão para jogar futebol. Um dos rapazes parece ter levado junto consigo a faca que usavam para cortar o peixe e que era de posse de um dos senhores mais velhos, o que causa certo rebuliço entre os que ficam, afinal ele levara consigo uma faca que não era sua e deixara os demais sem o utensílio. De jovens a idosos, são todos homens que ali se reúnem. Pergunto se eles têm esposas, companheiras, e sem muitas delongas me dizem que elas estão em casa. Aproveitam para ressaltar a minha coragem em estar sozinha ali no bairro. Parece implícito nessa observação o fato que lhes surpreende uma mulher jovem e de fora não só da cidade, mas também do estado, ter ido sozinha ao bairro e estar entre homens desconhecidos. Ao fato de ser mulher

em um ambiente a princípio masculino, soma-se outra vez o meu caráter estrangeiro ao lugar, uma vez que eu não sou entendida como alguém que faz parte daquele contexto ou que já esteja acostumada a ele: "Você é corajosa! Vir aqui sozinha... Você é corajosa", repetem.

Se for para falar de mulher, porém, que não seja de mim. Nas andanças que o Barro Vermelho me permitiu fui levada ao encontro de Dona Eunice, uma senhora que faz dos seus mais de 80 anos de vida histórias para contar: Um convite para uma xícara de café e uma tarde de conversa em sua sala foram o suficiente para que o Barro Vermelho se desenhasse diante dos meus olhos como um romance cujos personagens preenchiam os capítulos de afeto. Muito antes de um objeto de pesquisa, o bairro é o berço da vida de tantas pessoas que constroem junto com ele suas percepções de mundo, e com ele jogam o jogo de pertencimentos. Cada memória é afeto narrado. E é carne e osso. Riso, choro, suor e sangue. A terra é o lugar onde se nasceu e é o solo onde pisaram por dias e noites, onde se plantou e colheu a própria comida. A água é a poesia do rio que é símbolo cultural de uma cidade, e é também aquela que lava os corpos da sua gente e dos seus bichos, que é paisagem, mas é também estrada que fez crescer e povoar um território. As histórias são metáforas e são matérias também. Ouvir Dona Eunice, com todo seu carisma e sua habilidade de emendar narrativas sobre sua vida e o lugar que vive, foi primordial para reforçar meu entendimento que é preciso ouvir os sujeitos que habitam os lugares que em algum momento foram eleitos objetos de estudo, de políticas públicas, de patrimonialização e que mesmo com isso – ou por conta disso – são silenciados em sua diversidade de vozes. Os espaços só ganham sentido na relação com as pessoas que neles vivem e o conferem sentidos de pertencimento. Certamente a minha formação acadêmica, a minha empatia ou o meu encanto para com aquelas pessoas não é suficiente para me colocar como porta-voz de qualquer uma delas, o meu lugar é o da escuta e o da construção de canais para a vazão das vozes que eles mesmos são capazes de pronunciar. O bairro do Barro Vermelho não se resume à dona Eunice ou às pessoas que eu conheci, mas são eles sujeitos legítimos a falaram da seca do rio, da época de procriação dos peixes, das festas juninas ou carnavalescas, das organizações comunitárias, dos seus laços de vizinhança, do período fabril no bairro e tantos outros elementos da história da qual fazem parte. São eles que corporificam o bairro e é no balanço de entonações de seus relatos que ouvimos que o bairro "é tudo de bom, nada ruim, por muitas coisas que acontecem, eu tranco a porta e digo: Barro Vermelho ainda é o tal, Barro Vermelho ainda é fixe, ainda é o bom... o Barro Vermelho.", como se orgulha dona Eunice. E é só nessa soma que se constrói o conhecimento que não seja alheio à sensibilidade.

O carinho dedicado ao lugar em que viveu a sua vida e o reconhecimento do seu valor não impossibilita necessariamente o sujeito de observar as transformações da cidade, e as injustiças sociais que acometem o bairro e sua população. Sobre as memórias e a experiência atual da segurança do bairro, dona Eunice nos diz que

> **Eunice**: É muito perigoso, assim... Mas quando a gente está na porta que vê a poeira querer voar, aí todo mundo passa para dentro, tranca a porta, e pronto, quem quiser que se resolva pra lá. Agora, ele já foi perigoso, agora já não está nem mais sendo perigoso, está muito modificado, muito, muito mesmo. Às vezes a gente vê. Às vezes eu estou deitada aí vejo fazer "pow"! "Virgem, meu Deus do céu! Mataram alguém, meu Pai? Ou foi uma bomba? O que é que foi?". Aí fico escutando. Não vejo movimento, porque quando acontece essas coisas, aí de repente o carro da polícia passa, aí "eita, aconteceu alguma coisa" e quando é de manhã já, ligo o rádio, já vou escutando o que aconteceu. Mas muitos, muitos meses que eu não ouço. Mas assim mesmo [...] Eu mesma não sou muito crente de ficar aqui sozinha na porta como eu ficava antigamente. Olha, [...] eu ficava na porta, casada, botava o menino para dormir, e a gente sentava aí pra mangar do povo [...]. A gente ficava até 1h, 1h30, a irmã dele vinha do Rio, ficava sentada comigo, a gente ficava até 1h30 da manhã. A porta da outra ali encostada, fechada, e a gente aqui conversando. Mas por causa dessas coisas aí a gente... eu mesma estou aqui, quando eu vejo uma pessoa desconhecida eu digo "Ave Maria, deixa eu fechar a minha porta". Já vou fechando. Ôh, eu sei lá!

Figura 54: Barro Vermelho e seus hábitos.



Moradora observa o movimento da procissão de São Pedro da janela de casa.
Fonte: Elabora pela autora, 2016

Figura 55: Barro Vermelho e seus hábitos.



Moradores ocupam a calçada em frente às casas.
Fonte: Elabora pela autora, 2016

Embora o relato oscile entre definir qual tempo é o mais perigoso, o passado ou presente, ele desenvolve uma crítica ao fato de ter que se proteger dentro de casa a medida que o contrapõe com as experiências de adentrar a madrugada tranquilamente na frente da porta de casa. Não se trata de decidir se o bairro era mais seguro antes ou hoje, e mesmo se a memória sobre poder ficar na rua até tarde corresponde a uma realidade vivida assim tão serenamente, mas trata-se da compreensão de que a possibilidade de preservar um hábito – tal como o de manter as casas abertas e usufruir dos ares da rua mesmo ao anoitecer – é um direito usufruído apenas por quem se sente seguro. A maneira como observa, narra e tipifica os fatos ocorridos na

vizinhança demonstra também o discurso de quem já construiu uma forma de se portar diante de seu contexto. Junto à crítica, há uma adaptabilidade: Se a poeira subir, então que se feche a porta e os problemas que se resolvam do lado de fora.

Debruçar-se por sobre a janela, deixar a porta de casa aberta ou colocar uma cadeira na calçada na qual se pode ficar por horas afora reúnem em si uma forma de inteiração social que faz fluida a fronteira entre a casa e a rua e é cada vez mais incomum nas cidades. A janela funciona como camarote onde se observa a vida do entorno, as cenas da vizinhança; a porta descerrada é sinal de abertura ao contato com o outro e de permissão de acesso do interior ao exterior e vice e versa; a calçada ocupada é como varanda comunitária. Ao comparar com sua experiência no sudeste, dona Eunice narra anedotas sobre esse hábito que parece tanto apreciar:

> **Eunice**: - Aqui tem muita gente que vem, assim, e acha bom, diz que aqui tem direito de sentar na porta de noite, sentar na porta de tarde, de conversar uns com os outros, e pra lá não é assim. [...] Eu, quando fui pra o Rio, eu fui passar uns dias com a minha irmã, ela morava em Bonsucesso. Aí quando cheguei lá, quieta, né – que eu quando chego nos lugares fico só observando [...]. Aí quando foi um dia eu digo "Ôh comadre, a gente não pode chegar aqui na porta, não?" [...] Aí quando foi um dia eu peguei uma cadeira, botei na porta, me sentei de baixo de um pau, não sei nem que pé de pau era, aí me sentei, fiquei lá, aí dormi um sono ali debaixo daquele pé de pau, daqui um pouco ela chega "Comadre! Comadre!", eu digo "Oi, o que é que há? Morreu alguém por aí?", "Mulher, aqui não se dorme na porta!", "Mulher, não tem nada demais, e se eu me deitar aqui, pegar um lençol, forrar aqui, me deitar, o que é que tem? Na minha terra a gente deita na calçada... e por quê?", "Não, mas é que aqui não se deita, não". Aí eu digo "Então eu vou me embora, viu? Vou arrumar as minhas trouxas e vou dormir em Penedo." [Risadas]
>
> **Fernanda:** - E esse hábito de ficar na porta...?
>
> **Eunice**: - Tomar uma fresquinha. Mais um pouco, eu estou olhando, quando aquela sombra chegar aqui, aí eu passo a cadeira pra ali e pronto: me sento e só saio dali na hora de entrar ou pra rezar o meu terço ou pra ir fazer o meu café [...]. Durante o dia eu fico aqui... Aí vem esse meu amigo, porque a irmã dele mora aqui em frente e ele disse que lá é tudo calado, aí vem pra cá pra gente conversar, aí chega aqui, se senta, uma hora a gente conversa, uma hora a gente arenga, e assim a gente vai passando o dia, até... E eu já estou pensando quando ele se for embora, eu vou ficar aqui sozinha... Aí quando ele não está aqui, essa porta é trancada, eu fico lá atrás, me sento, numa cadeirinha dessas de escola antiga que a gente escrevia aqui, sabe? Que eu tenho uma cadeirinha dessas lá dentro, aí eu fico lá.
>
> **Fernanda:** - Por que quando está sozinha não dá para ficar na porta?
>
> **Eunice**: - Dá, mas...
>
> **Fernanda:** - Daí não tem graça?
>
> **Eunice**: - Não. Aí só quando dá sombra, aí é que eu venho e me sento ali. Um passa, outro passa... "Eunice!" "Oi!"

> **Fernanda:** - A senhora é conhecida por todo mundo aqui?
>
> **Eunice**: - Eu não sei, não. O povo fala comigo, né? [...] O povo fala, né. Às vezes eu venho de lá pra cá, bem séria, chego aí fico apegada nesse ferro, aí olho pro céu e "Dona Eunice!" "Ôh, meu filho!". Primeira pessoa. Daqui a pouco passa um carro "Ei", eu digo "Eita, mas meu Deus do céu, tchau!". Se eu ficar aí, seca o meu café que tomei. Aí eu entro. Daqui a pouco lá vem as criancinhas "Benção, vó", "Deus lhe abençoe". Aí sobem, vem aqui, e me dão a benção e passam por lá, e assim vai, o dia todinho. Aí diz a vizinha, aí, depois dessa casa, na outra, "Eunice, você viu?!", "Minha filha, eu nasci no Barro Vermelho, e me criei aqui e aqui eu estou, já andei por muitos cantos, mas a pousada certa é aqui. Rodo, rodo, rodo, mas aqui está a raiz...". E quem não conhecer... Eu digo, um dia desses eu estava dizendo, dou a minha cara a tapa qual é a rua em Penedo que alguém perguntar quem é Eunice, se não responder na mesma hora, aí fica "Ah, eu conheço um Eunice, será uma que mora no Barro Vermelho?". Vai dizer que me conheceu.

Dona Eunice conversa comigo sentada em sua poltrona logo na entrada da casa. A sala é um cômodo pequeno e de onde ela está pode monitorar o movimento da rua, espiar para os fundos da casa, e interagir conosco: somos duas pessoas em sua companhia - Eu e o irmão de sua vizinha, um senhor carioca que vem do Rio de Janeiro, ao que parece, com alguma periodicidade. Ele intercala momentos de interação, normalmente com algum tipo de piada, e sonecas tiradas na cadeira da amiga. Dona Eunice diz inclusive que é preciso que ela fique acordada e atenta, pois do jeito que ele dorme é possível que alguém passe por ali e faça alguma brincadeira com ele, evidenciando essa circulação entre os de fora e os de dentro da casa. Na sua fala, já anuncia a falta que sentirá de sua companhia, capaz de interferir na rotina que me narra. Quando ele não está, ela mantém a porta fechada, fica só na parte dos fundos da casa, onde tem um pátio rodeado dos muros das casas vizinhas, com uma pequena área verde cheia de plantas e algumas árvores. É só no horário que a sombra bate a sua porta de entrada que o ritual se repete: Dona Eunice vai para frente de casa com sua cadeira e observa a vizinhança. A rua é extensão do lar. A manutenção dessa prática – repetidamente anunciada por dona Eunice, mas comum a muitos moradores de Penedo e, certamente, com bastante aderência no Barro Vermelho – conta muito dos modos de viver de uma cidade que ainda preserva características interioranas e de um bairro que dentro dela tem sua dinâmica organizada a partir dos laços de vizinhança, de modo tão marcante que experiências em outros lugares apenas remontam a necessidade de voltar para casa, como é o caso de Dona Eunice. A sua construção discursiva utiliza o hábito mantido em "sua terra" como elemento constitutivo de sua identidade, causador do estranhamento quanto a outras formas de morar mais impessoais do que a que desfruta, e motivador do seu retorno ao lar: "Então eu vou-me embora, viu? Vou arrumar as minhas trouxas e vou dormir em Penedo", ela conta. Dormir em Penedo é voltar para o lugar de suas raízes: Ela "roda, roda, roda", mas o "pouso certo" é

sempre a sua casa, o seu bairro. O seu discurso de pertencimento é reforçado pelo modo com que constrói uma narrativa de integração com os demais moradores: Mesmo que não sejam próximos, como ela e seus vizinhos mais imediatos, há uma relação de compartilhamento da existência e de reconhecimento do outro. Dona Eunice simula em sua fala os cumprimentos constantes que troca com outros sujeitos sempre que está na rua. São adultos a acenar dos carros, outros a gritar por seu nome, crianças a pedirem a benção – embora comece discretamente dizendo que não sabe se todo mundo a conhece, sabe apenas que o povo fala com ela, termina seu raciocínio duvidando de quem na cidade ao ser perguntado por uma Eunice não saberia ao menos intuir tratar-se daquela senhora no antigo Barro Vermelho.

Sobre os pertencimentos, outra parte do nosso diálogo parece-me interessante de ressaltar: o sotaque. Éramos uma gaúcha e um carioca a conversar com uma alagoana. Por vezes o uso de expressões típicas das regiões, causava risadas e ruídos na comunicação... era preciso que um explicasse ao outro do que estávamos a falar. Quando eu comento animada do recente comentário de um taxista a dizer que eu já estava quase com sotaque nordestino, dona Eunice aproveita para reforçar a sua identidade alagoana e penedense: Ela já andou por muitos lugares, mas mantém-se fiel a suas origens:

> **Eunice**: - Eu não, eu já fui ao Rio, olha, já fui ao Rio, já fui a Santos, já fui a Recife, já fui à Bahia, já fui a Pernambuco, onde foi mais? Nesses cantos todinhos eu já fui, não peguei um sotaque de ninguém!
>
> **Fernanda:** - Porque o seu é forte, né? [Risadas]
>
> **Eunice**: - Ele é legítimo! [Risadas]
>
> [...] Eu tenho um filho, o retrato dele está ali, ele foi da Marinha, hoje está aposentado, ele andou nesse mundo todinho de Jesus, quando chegava aqui começava a falar, eu digo "Menino, você não traz nem um sotaquezinho dos lugares?", "Mãe, sotaque de quê?", "E você não vê tanto..." – aí eu dizia uma doidice – "... lá conversando com você, por que você não pega o sotaque?", "Mãe, isso aí é coisa de gente safada, quando você ver gente sair daqui pr'ali chegar com 'pshhi pshii', é mentira!". E eu digo "é mesmo?". Eu tenho a minha filha, Vera, na época ela foi para Santos, ainda era jovem, bem jovenzinha mesmo, já foi casada, já tem família, tem tudo, mas ela não tem, ela tem muito pouco sotaque, muito pouco...

Ao falar dos seus filhos, é como se fosse uma virtude que passasse de geração em geração, em que mesmo os que já não vivem entre os seus, mantêm os traços de sua terra.

Quando pergunto sobre o bairro no passado, dona Eunice me responde contando sobre a sua infância, misturando a história do bairro com a de sua própria vida, e mais uma vez surge a janela como elemento aglutinador do espaço privado com o público, do emoldurar da cena cotidiana:

> Antes? Antes não tinha calçamento, era barro! Era um barro tãão vermeelho [diz em voz arrastada], por isso que chamam Barro Vermelho! Quando chovia, eu garota, a janela era mais alta que esta [me aponta para a janela da sala aberta para a rua], eu me sentava no caixão de gás, que antigamente se vendia gás nos caixões para trazer as latas, eu me trepava no caixão para ver o povo cair aí... shhhh, shhhhh [...] Pisava aqui, escorregava e "aaaaah" [se diverte imitando os sons e gritos das pessoas escorregando]. Aí a moça que me criou – que eu não fui criada com meus pais, não, fui criada com duas moças de idade. Aí a que ficava comigo em casa, que a outra trabalhava, dizia: "menina, que você está mangando?" [...]. "É não! É que o homem caiu, a mulher caiu, o menino caiu...", "E precisa você subir...?", "É que eu achei bonito!"... E era assim, o bairro era muito diferente... Agora está um bairro melhor, mais elegante, né? E assim vai.
>
> [...]
>
> Antigamente tinha a matança, que o gado era matado aqui. Não tem esse prédio aí? [...] Ali era a matança, a entrada da matança, matava gado, matava porco, matava carneiro, matava tudo [...] Aí quando chegava o gado, pra vir pra matança, pro curral, saía da beira do rio... as canoas de tolda encostavam ali e dali tiravam o gado pra cá. Aí quando vinha uma vaca, um boi, seja lá o que for, meio bravo, que meio que gostava de fazer graça, aí era uma festa aqui! Às vezes a gente estava aqui e "Lá vem o boi! Lá vem o boi!". Aí vinha as vacas, os bois, aqui por cima das calçadas. Eu fechava aqui e me trepava na janela! [...] E assim era a animação do nosso bairro, era muito animado, muito bacana.

É interessante observar que o adjetivo "elegante" é utilizado não tanto pra exaltar a sua preferência pelas feições atuais do bairro ou aos seus modos contemporâneos de viver, mas para destacar a diferença entre o que era antes e o que se tornou. De um barro "tãão vermeelho" passou-se ao que se vê hoje, com chão de paralelepípedo e até asfalto em alguns trechos. A expressão "assim vai" corrobora com esse sentido de mudança, concluindo que o passar do tempo implica transformação, tal como o advento do calçamento, do asfalto, da água encanada, da expansão da rede de luz elétrica e outros. Antes era "bacana e divertido", e hoje é um "melhor" que não exime da saudade de outros tempos e tampouco encobre os aspectos negativos do presente, como a falta de atenção do poder público.

Parte do descontentamento de Dona Eunice é direcionada ao estado em que se encontra o rio São Francisco, quando remonta suas histórias de infância e juventude em que desfrutava de suas águas em banhos e pescarias em contraponto com a situação presente em que acredita que "não tem mais nada que preste". Durante a nossa tarde de conversa, esse foi o primeiro momento em que dona Eunice trocou suas expressões positivas sobre o lugar em que vive que sublinhavam sempre o fato de que não tem do que reclamar e que ama o seu bairro, por um discurso de desalento com o presente. Embora as minhas incursões pelo bairro tenham se dado da maneira mais espontânea que pude conceber e do próprio diálogo com a dona Eunice ter sido fruto de um encontro não planejado, obviamente precisei traçar alguns

norteadores de pesquisa, e o rio São Francisco esteve presente no planejamento desde que a ida ao bairro era ainda apenas uma ideia acerca do que seriam os caminhos da pesquisa. A busca por sair das portas da Casa do Patrimônio de Penedo me levou às portas de outras casas que se abriram para mim, como a da dona Eunice, mas fora o rio a trilha desses encontros. Ao levantar a opção de fazer do Barro Vermelho mais uma das saídas de campo desse trabalho, foi preciso fazer um recorte da porção do bairro que me disporia a observar. Nunca ambicionei ter uma compreensão totalizante sobre ele. O rio São Francisco foi quem me levou até o bairro, pela sua relevância histórica na constituição do Barro Vermelho e, por sua vez, da formação e crescimento da própria cidade de Penedo, assim como pelo papel que exerce ainda hoje no imaginário e no cotidiano de uma população ribeirinha. O rio São Francisco, mesmo quando não dito, é uma experiência de ser/estar na cidade, constitui histórias locais, sensações do corpo. Sendo assim, as aproximações junto ao Barro Vermelho se deram sempre nos arredores do rio, primeiramente com pescadores, depois com um mestre barqueiro, e por conseguinte com moradores da travessa Santo Antônio, uma quadra acima da orla.

Figura 56 – Travessa Santo Antônio no Barro Vermelho, Penedo.



Fonte: Imagens Google

Visto que já havia conversado com alguns pescadores, estava curiosa em saber o que Dona Eunice, com seu manancial de histórias, teria a me falar sobre esses sujeitos e seu ofício. Foi a partir da minha provocação, então, que o assunto do rio adentrou a nossa conversa:

> **Fernanda:** - E pescador, tinha muito?
>
> **Eunice**: - Pescador? Até hoje tem de ruma! Até as mulheres estão pescando também. [...] Eu mesma já pesquei muito. Já peguei muita piaba!
>
> **Fernanda:** - Como a senhora aprendeu a pescar?!

> **Eunice**: - Como eu aprendi? Nem sei, só sei que eu pescava muito aqui atrás. Eu ia pra escola, quando eu chegava da escola eu dizia "Baía, que eu vou almoçar?" "Ah, minha filha, tem aí carne, tem feijão, faça aí um bolinho de grude". Aí eu vestia a minha roupa - era um vestidão compridão, camisa aqui de manga comprida por causa do sol - tinha uma latinha já, eu enfiava a latinha no braço, pegava o anzol, saia com o bolo de grude aqui atrás e ia pescar piaba. Daí se tivesse – porque tem a hora que está dando a corrida das piabas, né, e tem horas que não está -, aí se tivesse de corrida, aí pronto! De repente eu chegava aqui com a latinha cheia de piaba! Aí a Baía [...] pegava as piabas, limpava todinha [...]. aí ela cozinhava um bocadinho pra eu comer e o outro ela passava para torrar, quando era de noite, pra tomar café, o prato ia cheinho de piaba. Mas como era bom! Hoje não tem mais nada disso.
>
> **Fernanda:** - E por que não tem mais?
>
> **Eunice**: - Acabou-se tudinho! Nem anzol a gente vê mais o povo pescar. Às vezes eu tenho saudade. As pedras que a gente trepava lá no meio do rio, arrancaram tudo, não sei para quê, as coisas que estavam lá debaixo d'água, tiraram as pedras tudo. Os portos não são como eram antigamente, tudo diferente, tudo modificado. Tem horas que eu fico assim... Eu digo, pra tomar banho? Mas ah! Brincava de bolo no meio d'água, eu mais as meninas. Aí um dia a Baía chega "Ainda vai acontecer alguma coisa com você!" "Vai, não, Baía, que eu nado." Hoje não sei mais nadar, mas na época, era eu e uma piaba! [...] Agora não tem mais nada que preste, até pra gente tomar banho aí não está valendo nada. Depois que coloquei a água na minha casa, não me lembro de um banho de rio, porque eu sou muito cheia de coisa, para eu entrar dentro d'água eu tenho que ir calçada – isso é desde menina -, e os portos aí não estão valendo nada, muito nojento. [...] Cheio de lama, cheio de lixo.

Para falar da pesca, dona Eunice não precisou recorrer às histórias de outras pessoas, afinal se colocou ela mesma como protagonista dentre os pescadores que conhece. Embora não tenha sido pescadora profissional nem tenha se aventurado a barco na busca por peixes, ela narra sua vivência como uma menina que já desenvolvera seus hábitos e saberes para as pescas que alimentariam a mesa de sua casa.

A água aparece também como elemento de ritos que remontam às experiências sagradas. A água é comumente símbolo de renovação, regeneração e purificação (SOUZA, 2004, p.334), assim como o fogo – tal qual os das fogueiras que se erguem em época de festas juninas. Para dona Eunice a água é narrada como uma espécie de benção e renascimento:

> **Eunice**: - Sabe, eu gostava muito - até um tempo desses, depois eu deixei – o primeiro banho, o banho da água de São João. Hoje é véspera de São João: Aí eu deixava a minha roupa pronta, quando terminava as fogueiras, eu ficava remanchando dentro de casa para o dia clarear. Quando o dia clareava, eu vestia a minha roupa de banho, aí ia pro rio tomar banho na água de São João. Aí as meninas "Que água é essa?" "A água que São João botou, e eu vou tomar banho lá, que ele disse pra eu ir!" Aí eu ia, tomava, eram só três mergulhos, não tinha sabão, não tinha nada, era só chegar lá, entrar, me recomendar a ele, entrava dentro d'água, dava três mergulhos, três goles d'água, aí vinha me embora. Era a minha tradição.

> **Fernanda:** - Mas era coisa sua, não era coisa que todo mundo fazia?
>
> **Eunice**: - Não, não. Era coisa minha! Ainda hoje eu tenho essa tradição, assim, no ano novo. Tem a ceia, tem isso, tem aquilo, aí eu fico sentada aí, só me deito quando o dia clareia. Pode não ter ninguém na rua, eu estou ali sentada. Aí quando o dia clareia, que eu olho e vejo o sol, o céu, aí eu digo "agora está na hora de eu entrar". Aí eu entro, tomo meu banho da água nova do ano novo. Aí quando acabar agora, ninguém me chame, por favor! Venho de lá pra cá, tomo uma xícara de café com leite [...] Aí pronto, me deito, ninguém me chama. Às vezes as meninas vem pra bulir comigo e "Vou lá, não, que eu estou dormindo!" [...] Aí quando me levanto, tomo meu café de novo, aí eu digo "agora vou buscar o meu almoço não sei onde". Vou lá e bato na porta "Quero comer!", "Não tem, não". Aí pronto, vou bater em outra porta , até chegar a minha vez de encontrar meu prato de comida.

Figura 57 – Pescadores à beira do rio, na orla do Barro Vermelho, Penedo.



Fonte: Elaborada pela autora, 2016

A maneira como dona Eunice relata sua "tradição" nos motiva a refletir sobre como determinadas práticas tomam importância na constituição identitária de sujeitos e grupos, colaborando na construção da autoimagem e da narrativa que elaboram de si mesmos. A reinvenção dessas práticas é concomitante a manutenção de muitos dos seus valores e critérios que parecem fundamentais à sua preservação, e é comum que os sujeitos recorram à noção de continuidade como estratégia de legitimação. Mesmo que dona Eunice atribua o seu costume de banhar-se nas primeiras águas de São João e do Ano Novo a uma tradição apenas sua, é indispensável que a pensemos como resultado da relação entre sujeito e sociedade. A valorização simbólica da água e do rio não é exclusiva de dona Eunice, está presente no cotidiano e no imaginário coletivo da população local. Essa população - e aqui não falo apenas do Barro Vermelho, mas dele em especial – habita um território que é banhado pelas águas do rio de maior extensão dentro do território brasileiro, outrora chamado de rio da integração nacional – seus costumes, modos de vida e de trabalho, suas memórias, sua

formação econômica e social estão necessariamente atreladas ao fato de ser em uma cidade ribeirinha. Obviamente o rio não é uma condicionante cultural, mas é elemento indissociável ao processo de construção das sociedades que o circundam. O rio São Francisco organiza a paisagem vivida pela comunidade penedense, ao menos da parte baixa da cidade, e participa de sua identidade (SANT'ANNA apud FARIAS, 2012, p.8) como um testemunho do tempo, da história, da natureza. Os sentidos a ele atribuídos a partir das experiências dos sujeitos que o vivenciam determinam a sua relevância no imaginário coletivo. Além da indissociabilidade da valorização da água com a importância regional do rio São Francisco, a sacralização da água, inclusive em contextos juninos, não é exclusivo de dona Eunice. Souza, em seu trabalho acerca do caráter religioso e profano das festas populares na passagem do século XIX para o XX, encontra referências aos banhos de santo, onde se lavam as imagens, no intuito de renovar forças e abençoar o que se ligava aos homens e às águas:

> O banho ocorria à meia-noite, na passagem de 23 para 24 de junho, pois acreditava-se que as águas do rio Paraguai tornavam-se milagrosas e também começavam a baixar. Ao analisar as simbologias desse ritual, Eunice Ajala Rocha menciona duas versões preservadas por festeiros e cantadores tradicionais de cururu, que participaram dessas festas desde as primeiras décadas do século XX. Numa delas, contava-se que, após ter sido decapitado, o corpo de São João Batista foi atirado a uma fogueira, contudo permanecia íntegro, brilhante. Tomado pelos discípulos de Jesus, foi lançado ao rio Jordão. Numa segunda versão, salientava-se que algumas pessoas, ao verem o corpo na fogueira, tentavam apagar o fogo jogando água, mas a fogueira ficava ainda maior. A água que se esparramava junto ao fogo tinha propriedades curativas. Após ser atirado às águas do rio Jordão, o corpo teria encontrado Jesus, momento em que estava inteiro, a cabeça ligada ao tronco e João vivo: foi quando João batizou Cristo e Cristo batizou João. (SOUZA, 2004, p.333-334)

Para dona Eunice a reinvenção do seu costume passou por abandonar as suas idas ao rio São Francisco, mas isso não parece indicar uma perda de valor associado a ele: Era nas suas águas que São João depositava suas bênçãos e por meio delas que se constituiu a relação de fé e contemplação que nos narra dona Eunice. Segundo Arantes, "algumas práticas – ou melhor, alguns aspectos de determinadas práticas sociais [...] são menos permeáveis à inovação do que outras" (ARANTES, 2005, p.11). As atuais circunstâncias do rio, a possibilidade da água encanada, e certamente o avançar da idade, podem ter sido fatores a contribuir para a releitura da sua própria prática. Dona Eunice conta, então, que "ainda hoje" tem "essa tradição", embora passe a associá-la ao ano novo. O elemento da água nova que irá lavá-la, no entanto, segue presente e com a mesma finalidade anterior.

Assim como a celebração de dona Eunice, outras no âmbito público se fazem presentes na região, tal qual a famosa Festa do Bom Jesus dos Navegantes, brevemente citada

na exposição da CPPenedo e por algumas vezes mencionada pelos moradores do bairro como uma manifestação típica da cidade que eu deveria conhecer. Outra, porém, foi a que a minha experiência de campo me permitiu conhecer: a Procissão de São Pedro, o padroeiro dos pescadores. Partindo da frente da igreja Santo Antônio no Barro Vermelho e até ela retornando, a romaria costuma acontecer em duas partes: por via terrestre e fluvial. Em 2016, no próprio dia dedicado ao santo, mais uma edição da festa teve início por volta das 15 horas da tarde. No final da manhã do mesmo dia, eu já havia visitado a igreja Santo Antônio, conversado com alguns moradores e apresentado um pouco da região aos meus pais que me acompanhavam naquela viagem, quando aguardava pelo início da procissão sentada na Praça da Alegria. Foi então que, um pouco antes do previsto, já vejo surgir um grupos de pessoas reunidas dobrando a esquina e vindo em direção à orla. Comecei a acompanhar a procissão que teve início algumas quadras antes, em frente à igreja, e que agora seguia pela Rua do Pescador em direção à rocheira. Passos e cantos iam ocupando as ruas e levando à porta e às janelas de suas casas aqueles que não avançaram pelo percurso, mas assistiam curiosos, contemplativos ou festivos o ato que se conformava. Enquanto homens, mulheres e crianças preenchiam partes do nível inferior da rua, as pedras revolvidas pela obra que havia iniciado na parte superior não impediam alguns poucos que se aventuravam por entre terra, buracos e paralelepípedos. Outros já seguiam mais adiante e soltavam fogos de artifício ao chegarem junto da rocheira, ponto no qual parte dos fiéis ficaria aguardando, observando e celebrando em terra, enquanto um grupo menor já adentrava na barca que aguardava as margens do São Francisco.

Figura 58: Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Imagem de São Pedro, no interior da igreja de Santo Antônio.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 59: Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Fiéis rezam e cantam durante a procissão de São Pedro.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 60 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Fiéis percorrem as ruas do Barro Vermelho durante procissão de São Pedro.

Figura 61 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Procissão passa pela Rua do Pescador em obra
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 62 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Fiéis fazem percurso fluvial da procissão.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O conjunto de indivíduos que combinados em suas ações dão vida à procissão vai traçando pelas ruas a paisagem da manifestação – uma relação necessária entre sujeito e meio, uma vez que as festas são formas de apropriação da cidade e de compreensão das práticas sociais e culturais de seus grupos (FARIAS, 2012, p.2). A soma dos gestos – como os passos, as danças, os ritos de reza –, da oralidade – nas bênçãos, orações, cânticos; nas transmissões de histórias, de lembranças –, e dos objetos – como a imagem do santo, o terço, o barco –, compõe um enredo que expressa um bem reproduzível a partir de um saber prévio e de uma fé ainda viva, um ritual festivo que – ao menos para aquele grupo – é reconhecido e compartilhado.

Já no rio, passando às margens de municípios sergipanos como Neópolis, o bairro e a cidade de Penedo vão se tornando o horizonte, compondo com os raios de sol que refletem nas águas do Velho Chico imagens típicas de cartões postais da região. Um jovem rapaz chamava os passageiros, na maioria mulheres, e algumas acompanhadas de crianças, a orarem, cantarem e dançarem em celebração ao santo. Uns mais tímidos, outros mais desenvoltos, aos poucos o centro do barco se tornava palco de pequenas coreografias que se repetiam sempre no mesmo trecho do canto. Do lado de fora, poucos barcos menores de pescadores e moradores acompanhavam o percurso.

Figura 63: Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Barcos acompanham a procissão, enquanto Penedo vai se tornando paisagem ao longe.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 64 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 65 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Saindo da água, a procissão seguiu, em companhia do barco de madeira colorido que carregava a imagem do santo e era erguido sobre os ombros de alguns participantes. Adentrando por ruas mais internas do bairro, fui conhecendo aos poucos regiões do bairro para as quais ainda não havia me dirigido. Isto é, quero dizer que fui conhecendo porque era a

primeira vez que via aquelas casas, ruas e pessoas a partir do rio, e podia, então, enxergar a paisagem do bairro de ângulos diferente a medida que meu corpo tomava consciência das amplitudes do lugar; nunca conhecendo como se pudesse, por conta desse único momento, falar mais e melhor acerca do bairro. Quem poderia fazer isso com profundidade maior do que a minha certamente eram aquelas pessoas que sentadas à beira de suas casas continuavam sua rotina intercalada pela movimentação daqueles fiéis aos quais me juntava. Casas pequenas, ruas que se estreitavam e se alargavam, declives e aclives. Portas abertas revelavam o interior de algumas casas, muitas de chão de terra, outras de pau a pique. Diante de inúmeras residências pedaços de madeira se sobrepunham formando fogueiras que o entardecer foi convidando a serem acesas e iluminarem a noite de São Pedro. Chegando novamente à igreja Santo Antônio, foi celebrada, então, a missa que encerrou a festa.

Figura 66 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 67 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 688 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 69 - Procissão de São Pedro, Barro Vermelho.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 70: Pôr do sol no rio São Francisco.



Pôr do sol no Rio São Francisco visto a partir durante alta do Barro Vermelho, durante a procissão.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

São Pedro é último dos santos juninos comemorados, no dia 29 de junho. Santo Antônio é celebrado no dia 13 e São João no dia 24. É um mês de muitas celebrações para a Igreja Católica, e no bairro Barro Vermelho: o mês é movimentado por procissões, missas, e festas. Embora alguns dos fiéis tenham me dito que a procissão de São Pedro diminuiu muito em termos de público, antes muito mais barcos de pescadores acompanhavam o percurso fluvial – e que reportagens locais endossem essa informação sobre uma gradativa diminuição de público – é possível dizer que se encontra naquela manifestação e "nas lembranças que se tem dela" o testemunho de sujeitos que são capazes de, pelas suas crenças e saberes, a fazerem prática social (ARANTES, 2005, p.13). O produto feito – no caso, a procissão de São Pedro realizada,

> [...] encerra a autoria individual e o fazer coletivo, a capacidade de repetir um gesto e de modificá-lo, mantendo vida – mas nunca idêntica – a tradição, já que, nas frases ditas, a linguagem se perpetua e constantemente se renova. (Idem)

Figura 71: Reportagem sobre procissão de São Pedro no Barro Vermelho



Fonte: Aqui Acontece, 2017.

Além disso, as festas religiosas continuam fazendo parte do calendário da região. No Barro Vermelho, a festa de Santo Antônio - santo que dá nome a duas ruas e ao próprio bairro - é comemorada apenas em agosto, mês de morte do santo, e dura 13 dias. Durante esse período, parte da comunidade do bairro se movimenta organizando os eventos e enfeitando as ruas. Segundo Fabiana, que faz parte de um dos grupos da igreja, os moradores são muito envolvidos e sempre tem alguém disposto a ajudar nos festejos e fomentar ações em prol do bairro: Há alguns anos, me conta, acontece nesse mesmo período de Santo Antônio, a Cavalgada do Barro Vermelho – uma das maiores da região. Fabiana diz que "o pessoal viu que tinha pouco entretenimento durante a festa e criou a cavalgada, que já é tradição". Enfatizando as proporções da manifestação, me explica que já pouco se vê cavalos por Penedo, mas que na época da cavalgada, logo na primeira semana do trezenário[27] de Santo Antônio, a cidade fica tomada pelos animais, pois os participantes vêm de vários lugares próximos dali, como o município de Igreja Nova e cidades sergipanas próximas, reunindo mais de mil pessoas. Conta que nessas horas fotografa tudo que pode e que "as pessoas olham

[27] São os treze dias consecutivos anteriores a festa de algum santo em que os fiéis se dedicam à reza e à devoção, normalmente associado às comemorações de Santo Antônio, uma vez que o dia 13 é o seu dia de festejo.

e já sabem". Fabiana mantém uma página na rede social Facebook chamada "Eu sou do Barro Vermelho" que criou a fim de postar os acontecimentos do bairro, com fotos, vídeos e textos, ressaltando principalmente o que há de bom, "porque as coisas ruins todo mundo já sabe, né? Precisa lembrar das boas. Coisa ruim tem em todo lugar!" Cabe salientar que as cavalgadas não são fenômeno exclusivo do bairro, são comuns, assim como as vaquejadas, em outras localidades do estado e do país, principalmente nas regiões interioranas, de modo que mesmo em Penedo e proximidades existem outros festejos similares ao do Barro Vermelho e novos seguem sendo criados – A exemplo da cavalgada de Nossa Senhora de Fátima, criada em homenagem à santa protetora do bairro de mesmo nome, que teve sua primeira edição em maio de 2017.

Figura 72: Convite à cavalgada de Santo Antônio.



Fonte: Nós somos do barro vermelho/facebook, 2017

Figura 73: Reportagem sobre cavalgada de Santo Antônio.



Fonte: Aqui Acontece, 2015

Outro festejo que tem se tornado tradição, novamente nas palavras de Fabiana, é a festa junina da rua do Meio. Em uma de nossas conversas, me disse que em 2016 a festa já estava indo para sua terceira edição, ou algo próximo disso. Não tem muita certeza da data, mas reforça a animação da festa e a participação da comunidade. São vários dias de festa, onde se montam fogueiras, comem, bebem e dançam ao som de forró. Segundo ela, "quando chega perto de São João, o pessoal já fica: Vai ter festa?! Porque se não fizer... É bem assim".

Figura 74: Festa da rua do Meio, no Barro Vermelho.



Fonte: Facebook

O esforço retórico para definir as práticas culturais como tradicionais vem no sentido de conferir a elas legitimidade e autenticidades, buscando fazê-las reveladoras das marcas identitárias daquela população. Se trocarmos as palavras **produtos** ou **serviço** por **festas**, e **público** por **interlocutor**, teremos no excerto abaixo uma consideração interessante acerca das manutenções e legitimações de bens culturais:

> De fato, a credibilidade do diferencial de marketing constitutivo dos produtos com valor cultural agregado depende desses bens e serviços serem vivenciados pela população local e apresentados convincentemente ao público enquanto parte de culturas autênticas [...], mantendo sua base de apoio na organização social e na cosmologia locais. (ARANTES, 2005, p.12)

No site do Iphan, lê-se que:

> *Celebrações* são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar

> relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras. (SITE IPHAN)

As procissões religiosas, por exemplo, ultrapassam a fronteira da igreja promovendo um encontro de fé que se estende pelas ruas da cidade e se fazem lugares de memória de um coletivo não apenas restrito aos fiéis, mas a outros possíveis participantes ou espectadores da festa, que a ela possam ter se somado por razões distintas: curiosidade, apreciação, passeio, pesquisa e etc. Essa diversidade de motivações para além da religiosidade em si, fala muito das formas de constituição e continuidade das manifestações culturais: o aparente conflito entre permanências e inovações, entre o sagrado e o profano. Estas "inovações" se inserem no campo de negociação que regula o espaço político da celebração, demonstrando, como afirma Arantes (2005), o nível de permeabilidade da prática social ao elemento novo, reorganizando-a sem causar necessariamente a perda do sentido de "tradição". As mudanças estão frequentemente relacionadas a questões econômicas, ao avanço tecnológico e às trocas permitidas por um mundo cada vez mais globalizado: A cavalgada do Barro Vermelho, por exemplo, conta com a presença de muitos participantes que, sem cavalos a sua disposição, participam com motos.

O trezenário de Santo Antônio, assim como muitas festas religiosas em Penedo e outras muitas regiões do país, conta com um cronograma de shows e outras atividades não propriamente ligadas ao caráter religioso. Apresentações de grupos de forró e sertanejo têm sido um dos recursos muitas vezes utilizados nessas ocasiões, visto como descaracterização da manifestação cultural por uns, e como diversidade cultural e popularização da festa por outros.

Figura 75: Reportagem sobre festa de Santo Antônio no Barro Vermelho.



aquiacontece EDITORIAS ▾ BLOGS ▾ SERVIÇOS ▾ VOCÊ ACONTECE ▾ ÁUDIOS

26 Agosto 2016 - 10:58

Bandas de forró e de pagode prometem agitar festa do "Barro Vermelho" em Penedo

0 Compartilhar TWITTER

A festa do glorioso Santo Antônio do Barro Vermelho chegará ao fim no próximo domingo, 28 de agosto, com a tradicional procissão com a imagem do padroeiro do bairro que deu origem a histórica cidade de Penedo, localizada na região do Baixo São Francisco.

No domingo, 21 de agosto, como parte da programação da festa, aconteceu a tradicional Cavalgada de Santo Antônio. Como não poderia ser diferente, o evento reuniu milhares de cavaleiros e amazonas em uma das manifestações mais tradicionais da cultura do interior de Alagoas.

O percurso teve a concentração na Praça da Alegria, no bairro Santo Antônio, e seguiu pelas principais ruas da cidade até o povoado Cooperativa, na zona rural de Penedo, em clima de muita diversão e tranquilidade.

Durante a semana, diversas ações de cunho cultural, religioso e esportivo foram realizadas na comunidade. Neste sábado, 27, milhares de pessoas são esperadas no bairro para dançar muito pagode e forró ao som das bandas "Nosso Jeito" e "Ases do Forró". Segundo os organizadores da festa, a segurança no evento será reforçada para que todos possam prestigiar a programação em clima de paz.

O ponto alto do evento acontecerá no domingo, 28. A partir das 15 horas, a imagem de Santo Antônio será conduzida pelas principais ruas do bairro. Todos anos, milhares de pessoas participam da procissão. Moradores do "Barro Vermelho", acordam cedo, convidam os amigos, enfeitam as ruas e ficam de prontidão esperando o santo casamenteiro passar para renovar a fé ou agradecer graças alcançadas.

por **Redação**

arquivo - aquiacontece.com.br

O ponto alto do evento acontecerá no domingo, 28, com a procissão de Santo Antônio

Fonte: Aqui Acontece, 2016.

As mudanças nas formas de comemorar têm acompanhado ao longo do tempo diferentes transformações sociais, tais como a urbanização, a modernidade e a tecnologia. Não é de hoje que o profano se mistura aos ritos sagrados, e são

> [...] exatamente as fronteiras pouco definidas desses campos que oferecem margem às práticas devocionais, às orações, às simpatias, igualmente à diversão, ao lazer e à bebedeira, constituindo-se em momentos importantes de sociabilidade, mas também de resistências e contestação. (SOUZA, 2004, p.344).

Esse repertório de manifestações culturais – algumas mais antigas; muitas reinventadas; algumas recentemente criadas, mas que tem se firmado como formas de expressão dos seus produtores e partícipes e tem pautado o discurso de moradores, a exemplo dos aqui relatados – pode ser concebido como patrimônio cultural do Barro Vermelho, uma vez que enfatizam as relações sociais e simbólicas estabelecidas entre os sujeitos que ali habitam e esse próprio lugar que passam a constituir a partir das suas presenças. A presença é mais do que física, é sensorial. A falta de unanimidade – por certo utópica – e o não reconhecimento por instituições oficiais, por exemplo, não fazem dessas celebrações menos relevantes:

> Quando se fala em ‘referências culturais’, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de ‘patrimônios culturais’, legitimados por disciplina s como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder. (FONSECA, 2000, p.11 -12).

No entanto, talvez mais importante do que ressaltar uma prática ou outra como depositária de referências para a identidade, seja destacar o aprendizado da escuta e do reconhecimento do amplo saber-fazer locais, e a valorização das memórias desses sujeitos, de modo que eles estejam em condições de se organizarem e falarem por si mesmos das suas referências. Todos os sujeitos que experimentam lugares, objetos, práticas fazem delas suas leituras e lhes atribuem sentidos variados. Da mesma forma, um acadêmico, um político, um morador – como se fosse aqui também possível estabelecer esses tipos ideais – vivenciam o mesmo objeto de formas distintas, embora nenhuma mais verdadeira do que a outra. A importante diferença, porém, me parece estar em reconhecer os circuitos de poder que alinhavam esses papeis sociais. Arantes direciona aos profissionais especialistas nas questões do patrimônio, por exemplo, a responsabilidade de refinar o equilíbrio das negociações nascentes dessas diferentes interpretações, legitimando o saber local, encorajando ao protagonismo e a autodeterminação das comunidades culturais na definição de estratégias políticas, enfrentando o desafio de “traduzir tais princípios para os códigos e as estruturas de poder locais (nacionais) – e vice-versa – e criar maneiras eficientes de implementá-los” (ARANTES, 2009, p.191). Antes, porém, de ambicionarmos traduzir qualquer dessas falas, volto a dizer que acredito seja mesmo preciso que aprendamos enquanto pesquisadores a exercer a escuta e a aproximação que faz do objeto, sujeito.

Dona Eunice também me fala das festas juninas com muita empolgação e, em seu caso, com algum saudosismo. Enquanto Fabiana me narra da organização e articulação dos atuais moradores em prol do bairro, destacando os festejos que tem se firmado como referência para a população, dona Eunice me conta de sua época de juventude:

> **Eunice**: - É. Fazia aqui! Mas aqui na praça da Alegria, antes de ser como é agora, tinha São João na roça, [...] barraca grande, todo mundo dançando

> [...].Quando não tinha a barraca aqui, tinha lá, [...] aí tinha São João na roça lá pra trás do cemitério. Eu tinha uma comadre que já morreu, ela chegava: "Comadre, vamos para o São João da Roça [...]?", "Quando?", "Agora!". Eu digo "Já trocou de roupa", "Não", "Então vá para a casa trocar de roupa, que eu vou trocar a minha". Aí ela ia embora, eu tomava banho, trocava de roupas, pegava e botava no bolso. Não tinha esse negócio de ter medo de sair duas mulheres e ter alguém para atacar, nada disso, não... Era tudo legal, todo mundo conhecia todo mundo. Aí eu saía mais ela por aqui, ia bater lá no São João da roça, dançava até!...
>
> **Fernanda:** - Até fazer calos!
>
> **Eunice**: - Até fazer calos nos pés! Teve um dia que a gente foi, quando a gente desceu de lá para cá o dia estava claro. "Comadre, pelo amor de Deus o dia está claro!", eu digo "e, daí? Tem menino pequeno? Não. Tem marido? Não. Então, simbora, rapaz. Nós não temos menino pequeno, não temos marido, nós não temos, então vamos simbora". Aí vinha simbora e ficava aqui. Brinquei muito. Me diverti. Hoje eu não me divirto, não. Mas eu já me diverti muito! [...]Eu gostava e gosto de brincar, mas eu gosto de brincar em lugar que dê pra eu brincar, bagunça não gosto, não. Aí dancei muito! Carnaval: saía nos blocos. São João: saía nas quadrilhas.

Figura 766: Casas preparam-se para fogueiras de São João.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Além das festas juninas, tanto dona Eunice quanto Fabiana mencionam as festas carnavalescas como práticas comuns ao bairro e importantes na construção de suas histórias de vida. Dona Eunice relembra o tempo em que participara da antiga escola de samba do bairro, hoje fora de funcionamento, próximo à escola Douglas Apratto, ao posto de saúde do bairro e à antiga fábrica têxtil:

> *"Ali foi onde eu dancei muito! Saí de baiana",* diz ela. Lamentando as atuais dores que sente no joelho, completa ressalvando que se não fosse por isso seria capaz de seguir "brincando": *"Ah, minha filha, se esse joelho estivesse*

> *bom... Eu acho que Deus sabe o que faz! [...] A Eunice está dessa idade, mas ela gosta de furdunço".*

Fabiana conta dos atuais blocos de carnaval organizados no bairro, mais uma vez por meio de uma narrativa fortemente pautada pelo senso comunitário, identificando-os como resultado da articulação entre os moradores, dos laços de amizade e vizinhança, e do empenho pela autogestão das demandas socioculturais do bairro. Em especial, me conta do bloco do qual participa:

> **Fabiana:** Menina, é tanta gente acompanhando o bloco!... A gente bota uma bandinha, daí vão os meninos tocando frevo, é orquestra mesmo que a gente não gosta desse negócio de som.[...] É tudo aqui do bairro. Aí sai daqui do bairro, a gente anda lá pro centro, passa em frente à Santa Casa [...] e vai até o centro e vem aqui pro bairro de novo.
>
> [...]
>
> Vai crescendo! Eu vendo, assim, 150 blusas... eu faço só para crianças. Só que a maioria é adulto que acompanha. Aí vão de blusa de outros anos. Só vendo uma quantidade de 150, aí eles já vão usando as outras blusas, pra poderem não estar comprando, porque aqui é um bairro carente e as pessoas não tem condições de todo ano estarem comprando blusa. Quem compra as blusas são algumas pessoas. (Fabiana)

Reconhecendo que o bairro carece de oportunidades e investimentos, e a baixa condição financeira de grande parte de seus moradores, Fabiana entende a importância de se construir uma rede de ações dentro do próprio bairro que vá suprindo um pouco das suas carências. Mesmo as festas de carnaval são oportunidades de envolver os moradores em atividades saudáveis:

> **Fabiana:** Nunca teve confusão, nunca teve briga, todo mundo vai para se divertir. Eu aviso na FM, digo: "Olha, quem vier, venha para brincar, porque o bloco é infantil, mas é para todo mundo brincar, de adulto à criança, mas tem que respeitar".

Ela diz que para o dia de saída do bloco para a rua, ela e os organizadores compram por volta de 500 pães para cachorro quente, sempre tudo em grande quantidade para que todos participantes possam aproveitar. Sobre as festas e o engajamento da população, ela acrescenta:

> **Fabiana:** A gente procura sempre fazer alguma coisa, não eu só, mas a maioria das pessoas aqui gosta de ajudar. Aí quando é festa de Santo Antônio a gente arruma a rua todinha [...], quando é São João os meninos se movimentam na rua do Meio para fazer. Aí quando é carnaval a gente tem os blocos, quer dizer, em cada festa, que eu não faça, mas já tem pessoas que estão pensando em fazer. (Fabiana)

Ainda segundo Fabiana, os quatro dias de carnaval são de movimentação:

> **Fabiana:** A gente já fez um acordo: São sete blocos no bairro, aí no sábado saem dois, no domingo saem mais dois, a gente sai na segunda, os outros saem na terça. [...] Tudo força de vontade dos moradores, nada de ajuda de negócio da prefeitura, porque se a gente for contar com esse negócio de poder público, eles só querem ajudar para depois virem cobrar, e a gente não quer ninguém cobrando, dê porque tema obrigação de dar e não para que a gente deva favor. (Fabiana)

Sua fala se ancora num descrédito em relação ao poder público, que seria ausente e oportunista, e na valorização do senso de comunidade. A personalização da crítica em figuras públicas, como o prefeito, e a designação genérica da prefeitura, do governo ou do Iphan como responsáveis por descuidos e isenções é uma das formas que muitos moradores com os quais conversei – no Barro Vermelho e também no centro histórico – encontram de manifestar a sua insatisfação:

> **Fabiana:** [...] o prefeito é tão omisso certas vezes, que para eles tanto faz como tanto fez, não é um coisa também que eles tenham... se eles fossem pessoas presentes, uma prefeitura ativa e presente, ao menos no bairro, a gente poderia, assim, chegar e pedir, só que eles são... – os bairros, não é só o Barro Vermelho – a maioria dos bairros são tão esquecidos pela prefeitura que eles nem se incomodam se a gente fechar da manhã à noite, o dia todo, eles nunca vem. [...] Para eles acho que é bom assim: "Eles estão fazendo, deixe fazer".

Isso é o que diz Fabiana ao explicar que para alguns eventos, como a festa junina da rua do Meio, a via pública acaba sendo bloqueada, sem formalizações com o município. Já ao se referir à igreja Santo Antônio, ela relembra de um caso em que uma ex-moradora do bairro tornara-se, segundo Fabiana, Secretária de Renan Calheiros, e fora atrás de recursos para a construção de um anexo logo aos fundos da igreja, destinado ao uso dos padres, mas que falecera antes do projeto sair do papel e, assim, o projeto não fora levado adiante:

> **Fabiana:** Já tinha projeto, já tinha tudo, que era para ajeitar esse centro, para descer lá atrás, fazer uns quartos, fazer um salão, mas não aconteceu.
>
> [...]
>
> Questões políticas são burocráticas só para um lado [...], porque se era um projeto que já tinham até a planta, então, quer dizer, já estava uma coisa certa, se depois, mesmo que a mulher tenha falecido, e se ele sabia o que era a questão do projeto [...], aí o certo seria ter levado adiante, mas...[...]

Sobre essas afirmações não cabe precisar de que projeto exatamente se tratava, se viriam recursos financeiros e a partir de qual esfera de governo, tampouco os trâmites que envolvem obras dessa natureza. Entre a existência de um projeto e sua execução, há pormenores que talvez Fabiana desconheça, mas ela certamente compreende a inadequação de seus resultados para o lugar em que vive, pois vivencia as aflições da ausência de recursos, assistência e reconhecimento. Essas vivências contribuem com a narrativa que Fabiana

constrói a parir do seu bairro, sua fala é resultado de experiências diárias e, certamente, da oportunidade de interlocução com alguém vindo de fora daquele lugar e que deve lhe parecer disposta a ouvi-la naquele momento. É o cotidiano a construir sentidos, e sua escuta será sempre aprendizado:

> Esse voltar-se para os fatos do cotidiano, que estão bem próximos de nós, assim como a atenção para com as pessoas simples, algumas relegadas socialmente, como os velhos [...] nos levam a pensar numa psicologia social com inspiração em Benjamin, trabalhando com fragmentos, nas franjas do tecido social, valorizando uma percepção da condição dos indivíduos e, ao mesmo tempo, visualizando-os num quadro mais amplo. (OLIVEIRA, 2013, p.94)

Dona Eunice também nos ensina sobre como aqueles moradores de um bairro tão socialmente estigmatizado e de população simples são capazes de fazer suas leituras críticas, mas mais do que isso, afetivas em relação ao que vivem. É na pergunta sobre a obra em andamento na antiga fábrica de sabão que dona Eunice vê a oportunidade de expor seu desalento ao tratamento que o bairro recebe:

> **Eunice**: - Minha filha, se eu disser a você que eu não ouvi, eu estou mentido. E pra eu falar que eu ouvi, eu estou mentindo também. Mas por alto, assim, eu ouvi falar que é uma marina, pertence à Marinha, né? Mas eu ainda não vi nada, só vejo bater. Eu digo, um dia vou sair por aqui, vou verificar o que é isso aí atrás que eu só vejo é bater. É "pow – pow – pow". Estão derrubando já o resto da casa.
>
> [...]
>
> Agora, a única coisa que queria era que a prefeitura entrasse em ação, era ela verificar o bairro, todos os bairros. Olhar, corrigir o que está faltando e o que está passando. [...] Aqui é escuro! A rua aqui é escura.

Dona Eunice reclama da falta de iluminação e conta que a lâmpada que tem logo adiante na rua foi instalada por um morador, e que o restante da iluminação vem das lâmpadas das portas das próprias casas, visto que de forma geral a comunidade tem acesso à energia elétrica: "Mas é um desaforo a gente clarear a rua e o prefeito embolsando o dinheiro", completa ela. Menciona ainda as obras que começam, mas não terminam, ou que quando chegam supostamente ao fim deixam situações piores do que quando haviam começado. Esse parece ser uma percepção corriqueira dos moradores e talvez não apenas da população do Barro Vermelho. O Iphan, por exemplo, é alvo recorrente de críticas pelas suas ações de restauração, principalmente pelos buracos e transtornos que causam à cidade, além de crítica quanto à qualidade e pertinência das obras. No discurso dos moradores, porém, é comum ouvir uma confusão entre as atribuições do Iphan e da prefeitura, o que não invalida as suas reivindicações por melhor qualidade de vida e por atenção às suas demandas. Sobre as

contradições e imprecisões que podem haver nas leituras cotidianas que se faz da vida e no processo de elaboração das narrativas de memória, Ecléa Bosi nos inspira ao falar acerca dos sujeitos que entrevista, afirmando que "às vezes há deslizes na localização temporal de um acontecimento… falhas de cronologia se dão também com acontecimentos extraordinários da infância e da juventude" e que "uns e outros sofrem um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais" (BOSI apud OLIVEIRA, 2013, p.91).

Dona Eunice segue sua narrativa dizendo:

> **Eunice**: Já estou falando sério e ele não olha o que deve ser feito. Vai chegar a festa de Santo Antônio, aí vem o carro da prefeitura, "plum, plum, plum, plum", arranca aqui cinco pedras, bota quatro. Quer dizer que faltou uma, né? Arrancou cinco, botou quatro, quer dizer que ficou o buraco de uma! Assim não faz o serviço que presta. [...] Tudo aí no escuro, tudo jogado a torto e a direito.

Como exemplo, cita a obra que a prefeitura iniciara há pouco na rua do Pescador:

> **Eunice**: - Essa parte aí que estão fazendo vai fazer parte da orla, que vai vir da rocheira, diz o povo. Que eu ouço desde menina!... quando ouvia falar da orla, de lá da rocheira até chegar aqui. Eu digo, Ôh Jesus, quantos anos de vida que eu quero ver essa orla feita aqui. Porque desde menina que eu espero.
>
> **Fernanda:** - Eu ouvi dizer que antes tinha um monte de casa de pescador aqui e aí tiraram tudo para fazer...
>
> **Eunice**: - Para fazer essa porcaria que está hoje aí! Primeiro dinheiro do Estado, fizeram essa porcaria.
>
> **Fernanda:** - Por que a senhora acha que é uma porcaria?
>
> **Eunice**: - Porque tirou a visão, a boniteza de Penedo. Que ali as casas tinham morador, tinham tudo, cada um nas suas casas, tudo cheio de gente, pra fazer aquilo ali...
>
> **Fernanda:** - Aquele muro ali, né?
>
> **Eunice**: - Aquele aterro ali! Agora, pra quê? Porque Piaçabuçu era assim também, mas fizeram o cais e não tiraram as casas.
>
> **Fernanda:** - E aqui tiraram e as pessoas foram para onde?
>
> **Eunice**: - Indenizaram. Uns foram indenizados, outros foram simbora. Só ficou um lado de casas. Agora plantaram aqueles pés de pau, daqui a pouco está tudo rachado, tudo largado aos pedaços. [...] Mas eu fiquei calada, que a gente é pequeno, né? Não pode falar nada. Mas matou, acabou de matar o nosso Penedo, e o prefeito agora está acabando de matar o resto. Cava aqui, cava ali, cava aqui, não acaba com esse serviço, nem acaba acolá, não acaba aquele, nem acaba esse, nem o outro lá, e fica tudo despedaçado!

Enquanto dona Eunice fala da sua indignação já com uma resignação de quem muito já viveu e hoje vê em sua casa o "lugar onde mora, o lugar onde se esconde", conforme ela mesma se refere ao me convidar para tomar em sua companhia uma xícara de café na sua casa, Fabiana, mais jovem, mãe de uma menina de cinco anos, habitando o mesmo lugar, mas vivendo-o sob

outras condições, expõe suas críticas e descontentamentos traçando uma estratégia de ação distinta – toma frente de iniciativas, participa de grupos comunitários, entende-se como parte de uma luta que ainda é sua. Acerca da obra da marina, o que Fabiana teve a me dizer, acompanhada de um semblante incrédulo, é que até onde sabia seria feito do prédio da antiga fábrica uma espécie de estaleiro, mas que não se recorda de nenhum tipo de consulta à população local por conta do Iphan ou Prefeitura de Penedo, até porque "Eles nunca querem saber o que a gente pensa, não", diz ela – "E tem gente que está achando bom, e gente que está achando ruim, dizendo que não vai ser para a gente, que vai ser só para barco chique, e aqui quem tem isso?"

Figura 77: Marina Pública – antes.



Fonte: Acervo Iphan, 2016.

Figura 78: Marina Pública – antes



Fonte: Acervo Iphan, 2017.

Figura 79: Obras Marina vão sendo concluídas.



Fonte: Acervo Iphan, 2016.

Figura 80 Cais da Marina - Início das obras



Fonte: Acervo Iphan, 2016.

Figura 81 – Cais da Marina - Início das obras



Fonte: Acervo Iphan, 2016..

Para os distanciamentos existentes entre as gerações e as formas de vivenciar o bairro, há também as aproximações – como nos retratam os relatos de Fabiana e dona Eunice: Temáticas comuns e, por vezes, formas de saber que se encontram em soma, como o que indica o breve relato de Fabiana ao me falar da vizinha mais velha:

> **Fabiana:** Eu disse: "a senhora, antes de Penedo... a senhora já existia". Aí, ela tem uma foto aí das escadas [da igreja Santo Antônio], consegui quando fui postar na página do bairro. Aí ela disse "olha, Fabiana, o que eu achei!"... era ela em cima da escada. "Está vendo como a senhora é mais antiga que Penedo? A senhora é tombada também!" [Risadas] Aí ela só fazia rir. Vocês têm que ir lá ver ela!

Os tempos idos e o tempo em que se vive. A jovem de outrora e a jovem de agora. Lembranças do passado que se fizeram registro podem hoje se tornam postagens de internet. A foto de dona Eunice, a página na internet de Fabiana: O bairro de ambas – a igreja como lugar comum.

> **Fabiana:** A página que eu fiz aqui do bairro para as pessoas que forem embora daqui... para as pessoas verem como é que está, o que está acontecendo. Nesse instante mesmo eu postei e mais tarde eu vou fazer uma transmissão ao vivo, que eu não sabia que tinha [...] Aí eu disse, vou fazer uma transmissão ao vivo da procissão [de São Pedro]! Eu mexendo no meu celular: "Já vou fazer uma transmissão agora do rio para ver como é que fica". Menina, seu transmiti, o povo já estava todo olhando. Aí o pessoal que foi embora, tudo curtiu a página, fica com saudade: "Que lindo!". Teve uma que foi embora daqui de Penedo tem mais de 25 anos, daqui do bairro, aí eu tirei foto e filme uma procissão. Ele disse que chorou porque desde que ela foi embora nunca viu uma procissão, que procissão é mais no interior, né? [...] Aí ela disse que é muito bom [...]

A página atende aquele mesmo senso de comunidade ao qual já nos referimos, uma maneira de integrar os moradores – e ex-moradores – também através dos recursos modernos que nos disponibiliza a internet, reforçando e expressando os laços de pertencimento para com o bairro em que moram – ou moraram. Os laços de proximidade são efetivamente familiares em alguns casos, como explica Fabiana:

> **Fabiana:** Aqui é tudo da família, óh! Aqui é uma tia minha, aqui é um primo meu, aqui na rua a maioria é tudo família.
>
> [...]
>
> Mas é assim, tem tempo que só Jesus para aguentar. Agora, na maioria das vezes é bom, porque quando tem uma festinha, quando tem também uma dificuldade, sempre a pessoa está ali presente [...], mas tem aquele momento que está um "fuzuê" e que todo mundo quer ter razão e ninguém tem razão em nada. Mas sempre tem um para acalmar.

Em outros, a relação entre os sujeitos não é de parentesco direto, mas se formata a partir da proximidade e do afeto, como conta dona Eunice das suas vizinhas mais próximas:

> **Eunice:** [...] É tudo assim, precisa de alguma coisa: "Fulana, você tem isso? Fulana você tem isso?" Não tem esse negócio de "não, não tem não". "Tem, vai buscar lá dentro!". Não é assim que eu digo? "Vai buscar! Você não sabe onde é que está?", " Sei!", "Então vá buscar!". Essas três casas aqui, sim. Agora, as outras casas, não, têm seus costumes diferentes. Por isso eu gosto muito do meu bairro. Pretendo, óh meu Deus, sair daqui pra ir pro cemitério. Posso passear, em algum canto que eu alcançar eu posso ir, mas já vou com ida e volta. Eu adoro o meu bairro.

Fabiana me contou, ainda, no dia em que me apresentava o interior da igreja Santo Antônio que ela, da maneira que eu a via naquele momento, era resultado também do engajamento de alguns moradores. Relatou-me que todo mundo da comunidade ficava sentido quando via a igreja em más condições, suja e precisando de reparos e que, por conta disso, um grupo se reuniu com o padre para a realização de um orçamento para a reforma que o bem precisaria. Segundo ela, após terem estimado os custos, não saíram em busca de dinheiro, mas da doação de materiais, e conseguiram tudo o que precisavam com os próprios moradores do bairro. Ela conta que, hoje, os moradores estão voltando a se organizar, dessa vez em prol do centro comunitário logo ao lado da igreja.

> **Fabiana:** Mas também nada foi modificado nessa igreja, tudo é mantido. Se for pra pintar, as cores, sabe? Antigamente, os mais velhos diziam que era azul e branco que era pintado. A frente continuou azul e branco, só que dentro, para não ficar aquela coisa chamativa, foi pintado assim, que ficou até melhor... esse marronzinho, essas cores mais suaves.

Figura 82: Igreja Santo Antônio - externo



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 833 – Igreja Santo Antônio – interno.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016

A igreja Santo Antônio foi o que do bairro dona Eunice me disse que podia ser o símbolo a representá-lo, visto que acompanha boa parte da história do bairro e é referência para quem ali vive. Mais do que isso, é referência na sua própria história: Na igreja Santo Antônio ela se casou, como bem me ressaltou. Apesar dessa ênfase, não se dedica a falar do casamento que teve, mas a igreja se mantém como parte de sua narrativa ao narrar as formas de sustento dos seus dois filhos:

> **Eunice**: - Eu estudei, eu trabalhei em casa de família, eu lavei roupa de ganho, eu vendia rolete de cana na porta da igreja, doce, uma porção de coisa, pra resumir tudo, terminei trabalhando na Penedense [antiga fábrica de tecidos] e trabalhei – o último dos meus trabalhos – foi no Hotel São Francisco. Trabalhei no Hotel São Francisco e trabalhei na lavanderia. E gomei para fora, antes de eu trabalhar para isso tudinho, a minha vida em casa era gomar! Gomei para muita gente aí do Cajuru Grande. Tinham pessoas que tinham a profissão de gomar, e eu gomava. O finado Pereira, que foi o prefeito de Penedo, a família completa [...], e muitos, muitos aí, tudo eu gomava. Pegava as roupas, ia gomando, ia separando, meu menino ia entregando: "Vai levar na casa de fulano, vai leva na casa de sicrano."
>
> [...]
>
> Olhe, eu fazia um sequilho!... Eu mesma vou me gabar de mim, viu? Porque a moça que sempre comia, que sempre comprava, não passa aqui agora para comprovar. Eu fazia um sequilho que você botava na boca e se

desmantelava! Eu vendia [...] uma tigela assim. Essa hora eu já estava coma minha banca lá na frente da igreja. Era bolo, era amendoim torrado, amendoim cozinhado, era sequilho, era cocada, era pipoca.

Fernanda: - Na frente de qual igreja?

Eunice: - Daí, de Santo Antônio.

Fernanda: - Ah, aqui mesmo no bairro!

Eunice: - Meu tabuleiro ficava cheio. Por último eu levava o meu sequilho. Quando eu arriava aqui a tigela, aí a banca vendia: "Eu quero sequilho! Que quero sequilho!" Aí já tinha os saquinhos prontos, sabe, para botar os sequilhos. "Eu quero tanto", eu botava. "Eu quero tanto". Quando eu pensava que não, acabou-se o sequilho! Eu digo "eita, meu Deus do céu, não comi nenhum sequilho, o povo comeu tudinho".

Figura 84: Companhia Industrial Penedense



Fonte: Acervo Fundação Casa do Penedo.

Figura 85: Companhia Industrial Penedense



Fonte: Acervo Fundação Casa do Penedo.

Aproveitando também a sua menção à fábrica Penedense, onde trabalhou por pouco tempo e onde a moça que lhe criava quando pequena também trabalhara, pergunto sobre o que pode me contar a respeito. O que ela me diz é que

> **Eunice**: - Essas casas aqui que tem dois andares eram da fábrica de sabão, na esquina aqui tinha fábrica de arroz, do lado de lá. Do lado de cá já era casa mesmo.
>
> [...]
>
> Era a fábrica e o armazém. Aí depois que terminou tudo, aí cada um comprou uma parte e fez uma casa. [...] As casas aí, antigamente, eram umas casinhas baixinhas, sabe? Uma porta, duas janelas. Outras tinham uma porta e uma janela. Aí quando levantaram para fazer o muro da fábrica, aí ficou tudo assim. Aí quem comprou não demoliu pra tirar a frente que era da fábrica, construíram assim mesmo. Quem pode fazer dois andares, faz, quem não pode, mora em um andar só.
>
> **Fernanda:** - Quem trabalhava na fábrica era quem morava no bairro?
>
> **Eunice**: - Não, tinha gente de todo canto. Tinha gente do Oiteiro, tinha gente do Barro Vermelho, não era só daqui, não.
>
> [...]
>
> **Fernanda:** - E hoje em dia tem gente morando ali onde era o escritório da fábrica [Penedense]...
>
> **Eunice**: - Ali no prédio onde era o escritório, morava um cidadão que dizia que era dele! "Ah, porque aqui é meu"... Eu ainda tenho um neto e uma neta que nasceram naquele prédio.
>
> **Fernanda:** - Nasceram ali?!
>
> **Eunice**: - Minha filha morava ali! Terminaram tudo e fizeram moradia. E ela morou lá e teve duas crianças lá. [...] Eu sei que era morou lá, ela só não, né? Moraram lá diversas pessoas. Depois tinha esse senhor que chamavam de Zé Lunguinha, aí ele dizia que o prédio era dele [...]. Morreu e o prédio ficou! [...] Aí veio, não sei nem que é, só ouvi falar que chegaram umas pessoas e está todo mundo lá no prédio. Mas eu também não vi ninguém, nem sei dizer como.

Figura 86: Companhia Industrial Penedense – antigo escritório.



Fonte: Imagens Google

Perguntada acerca da fábrica de tecidos em que trabalhou por pouco tempo, dona Eunice constrói uma fala em que casas e fábricas, não apenas a Industrial Penedense, mas também outras que fizeram parte da região antigamente, se misturam. A formatação das construções, seus usos, os tempos que lhes perpassaram são recuperados em fragmentos da sua fala. São pouco definidas as fronteiras entre o que no bairro, hoje, é resultado de novos usos, apropriações e mesmo demolições das antigas dependências das fábricas e das casas dos operários. Segundo ela, parte das casas da rua em que mora, a travessa Santo Antônio, pertencia à fábrica de sabão hoje prestes a ser inaugurada como Marina Pública. Sobre a transformação do antigo escritório da Companhia Industrial Penedense – onde comumente se situavam os procedimentos administrativos da empresa, como os registros de produção e pagamento – em moradia, ela aproveita para contar do caso do morador que se dizia dono da construção e que teria entrado em conflito com muitos outros moradores que a época ocupavam o prédio, preocupando-se menos em falar dos atuais usos daquele espaço por pessoas que ela desconhece e mais em expor seus próprios valores: "nosso Senhor disse: 'deixou o povo sair, agora quem vai sair é você, carregou ele, levou lá para o céu'. (...) por isso que eu não me apego a nada", diz ela reforçando o que considera ser avareza do sujeito da história.

É interessante perceber que, ainda hoje, aquele bairro outrora fabril, ainda carrega a marca do isolamento e estigmatização, recorrentemente associada ao trabalho manual e às funções braçais, assim como a lógica da resistência: A antiga fábrica, hoje ocupada por sujeitos que fizeram dela moradia, a despeito de uma organização formal, pode ser vista como expressão de uma população que se vê cerceada de seus direitos básicos. Os ambientes fabris, nos séculos XVIII e XIX eram, também, para além da sua narrativa de opulência e de crescimento econômico, palco de opressões e resistência. Enquanto as fábricas exercem o controle pela disciplinarização do tempo, do espaço e dos corpos, "as relações de vida dos agentes sociais explorados são sempre relações de luta" (CHALHOUB apud MELO, 2012, p.79), não apenas pelos movimentos reivindicatórios organizados, como greves e campanhas salariais, mas também pelas ações cotidianas, tal qual a apropriação de matérias primas que, no caso das indústrias têxteis, se traduziriam em pequenos furtos de tecidos:

> No entanto, dizer que estas pessoas estão sempre resistindo, não significa a existência de um contínuo estado de luta aberta entre patrões e empregados, de constante rebeldia operária. A resistência a qual referimos é demasiado subjetiva, faz parte do dia a dia do operário. Muitas vezes ele não reconhece suas ações como tal, dentro de um forte processo de exploração e coação a

> que são submetidos. E, de tempos em tempos, ela eclode com força, de forma aberta, a luta de classes. (MELO, 2012, p77)

A forte presença das fábricas no Barro Vermelho na passagem do século XIX para o XX está inserida em um contexto maior da consolidação e disseminação fabril no estado de Alagoas nesse mesmo período, embora comumente se escute falar mais de fábricas como as de Maceió e Fernão Velho. Uma característica comum a grande maioria das fábricas dessa época é que as suas instalações costumavam estar próximas de rios e lagos, a fim de utilizar a água como força motriz, aproveitar o transporte fluvial e, frequentemente, o afastamento da zona urbana como estratégia de "isolamento espacial (...) para a implementação de um aparato de dominação do espaço de trabalho e da vida do operário" (MELO, 2012, p.82). Embora não seja o objetivo desse trabalho se debruçar sobre a compreensão do período industrial do Barro Vermelho, não me parece que a região tenha sofrido do mesmo isolamento que muitos dos "núcleos fabris" mencionados por Airton de Souza Melo (2012), o que não significa dizer que não tenha experimentado a organização social a partir da empresa privada que promovia, através das vilas operárias, a moradia, alimentação e lazer. Segundo Melo, as fábricas ocupavam em muitos aspectos o próprio papel Estado. A ausência do Estado enquanto políticas públicas para esses mesmos setores é o que enxergamos nas narrativas dos moradores do bairro pelas poucas conversas que essa pesquisa pode trazer ao olhar do leitor.

Sobre a constituição proletária de Alagoas, temos que

> Geraram as vilas operárias urbanas, pela primeira vez na cultura alagoana, formas culturais urbanas proletárias. Essas formas, embora contivessem ingredientes ainda rurais, revelavam um conteúdo de nítida oposição às formas tradicionais de organização social vigente na cultura rural. Embora, de início, essa oposição não se revelasse nítida, entretanto já registrava, em termos sociais, uma distinção com as formas sociais de vida de tradição rural. A integração urbana de mão-de-obra de origem rural, fixada em vilas e cidades, fez-se nas condições de existência social que as vila operárias representavam e através do regime disciplinar de trabalho nas fábricas. Esse processo de concentração de moradia em forma padronizada e na nova disciplina de trabalho industrial realizou a homogeneização das disparidades da mão-de-obra rural numa força de trabalho que representava um fato novo na organização do trabalho social em condições alagoanas: a padronização da vida nas vilas operárias correspondia à padronização do trabalho nas fábricas. E esse processo de padronização proletário-urbano diferia da dispersão e disparidade da organização do trabalho em situação camponesa. Marcava-se de um modo diferente do tempo tradicional camponês. (LINDOSO apud MELO, 2012, p.79)

Acidentes graves de trabalho, baixos salários e jornadas de trabalho sem intervalos são exemplos da precarização do trabalho nas fábricas, assim como punições disciplinares como a

proibição de uso do sanitário eram formas de regulação do corpo e do organismo do trabalhador.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o trabalho aqui desenvolvido teve como fio condutor um conceito em especial, o de educação patrimonial. O projeto da Rede Casas do Patrimônio do Iphan está pautado sobre esse conceito, resultado de processo de lutas internas de uma instituição que cultivando valores e formas de atuação que remontam à época de sua criação, nos anos 1930, hoje busca se repensar enquanto órgão de políticas públicas e produtor de conhecimento. Embora o âmbito educacional do patrimônio cultural já tenha sido ponderado na instituição em outros tempos, a institucionalização da educação patrimonial vem dos anos 1980 e apenas em 2009 é que se estabelece, através da Carta de Nova Olinda (CNO), as diretrizes, premissas e objetivos do projeto Casas do Patrimônio. E foi esse projeto a nascente dessa pesquisa, afinal, desde o início propus-me a compreender a implantação da Casa do Patrimônio na cidade de Penedo, em Alagoas, buscando identificar como esse projeto estabelecia formas discursivas acerca da história e do patrimônio cultural da cidade. Da mesma forma, a questão da educação patrimonial esteve presente nas concepções das atividades de campo e nas metodologias empregadas, uma vez que pretendi constitui-las a partir de ações que representassem uma forma de extensão da própria Casa, onde a pesquisa realizada entre suas quatro paredes pudesse se encaminhar para as ruas e atentar para os caminhos de trato com a população, culminando em um produto que pudesse aprimorar as reflexões acerca da prática institucional do Iphan. No entanto, a que de fato se refere esse processo de educação voltado ao campo do patrimônio cultural é que é muito mais complexo do que possa a princípio parecer. Falar de um novo paradigma educativo que se faça horizontal e dialogicamente já tem se tornado comum nos debates da área, e aplicado ao campo do patrimônio cultural tem reorganizado os discursos institucionais, que se voltam à promoção da gestão em rede e do reconhecimento do protagonismo local. Esse discurso, porém, é só mais um dos elementos que vêm compondo o dispositivo do patrimônio cultural nas últimas décadas, e concorre com discursos e práticas que endossam a valorização do conhecimento técnico e as formas de produção científica que corroboram, ainda, com a manutenção da hierarquização dos saberes.

A educação patrimonial ainda tem sido utilizada como ferramenta de resolução de conflitos, normalmente empregada após dificuldades nascidas de outros procedimentos institucionais, a exemplo de ações desenvolvidas durante ou após a realização das obras de restauro e não previamente, quando da avaliação da pertinência, elaboração dos projetos e

construção dos conceitos. Nesses momentos, o Iphan e seus trabalhadores diretamente envolvidos costumam dizer que foram feitas reuniões com a comunidade para apresentação e discussão do projeto, já a população costuma dizer que não foi convidada a participar ou que ao Iphan ou a outras instituições do poder público não interessa lhe ouvir. Há uma questão importante que permeia essas dissonâncias, o conceito de participação social, estreitamente conectado ao de educação patrimonial. Minimamente, a educação prevê troca; e a participação, envolvimento. Na prática, a educação muitas vezes se manifesta enquanto repasse de informações prontas; e a participação enquanto presença física do outro em ações e eventos que não se empenham na transformação de seus formatos comunicativos. Sendo assim, o chamamento à presença dos sujeitos já seria considerado um empenho pela ampliação do nível de participação, e as ações educativas empregadas como formas de transmissão de um discurso de verdade construído unilateralmente.

A implantação da Casa do Patrimônio de Penedo está inserida nesse contexto ainda dúbio em que se apresenta uma intenção de democratização das políticas públicas de identificação, valorização e preservação do patrimônio cultural, mas se mantém práticas de um Iphan ainda verticalizado, pautado pela formalização das relações, pela validação do conhecimento técnico e outros. A própria Casa do Patrimônio de Penedo é resultado de um projeto que pretende a atuação horizontalizada entre Iphan e outros agentes da sociedade civil, mas nasce de uma proposta da instituição que por mais que tente se desvincular do papel de autoridade nos processos relativos a sua implantação, não parece ter sucesso. A proposta ganha o rosto do Iphan: a casa ganha a exposição encomendada pelo Iphan, os convites partem de uma seleção do Iphan, a oficina de implantação é mediada pelo Iphan, a proposta de se criar um plano de ações advém do Iphan, a linguagem – desde expressões conceituais que buscam ser explicadas ao público e não produzidas com ele, até a lógica organizacional do espaço, contando com mesas, cadeiras e televisão com slides explicativos – reforça a posição de onde se fala. A Casa do Patrimônio de Penedo se quer participativa e se quer representativa da história e do cotidiano da cidade, mas não avançou ainda na transformação desses conceitos.

Vimos nesse trabalho também que "o Iphan" não é uma entidade homogênea, havendo dentro dele os próprios embates que levaram à criação do projeto Rede Casas do Patrimônio e as contradições que ele ainda manifesta. Como todos os grupos, o Iphan é formado por uma multiplicidade de sujeitos nem sempre concordantes, e é dessa mesma forma que se estabelece a Superintendência do Iphan em Alagoas. Falar de Iphan, no entanto, é – a partir

dessa compreensão crítica e ampla do que é instituição – dizer sobre as políticas que tem se estabelecido como prática e - no debate proposto nesse trabalho – como tem sido a produção discursiva do Iphan em Alagoas acerca de si e da cidade de Penedo. A exposição na Casa do Patrimônio de Penedo, ao focar nos tempos áureos vividos pela cidade entre 1850 e 1950, conforme é apresentado em seu projeto museográfico e nos recursos expográficos, já anuncia de onde e para quem fala. O percurso analítico que esse trabalho tentou traçar dentro da exposição da Casa do Patrimônio de Penedo, pôde confirmar essa intencionalidade. A história da cidade é apresentada como uma continuidade de acontecimentos tidos como importantes para sua formação, crescimento e apogeu, liderada por uma grande linha do tempo que perpassa cronologicamente fatos desde 1502 até 2014. A linearidade desse discurso histórico dificulta a aproximação dos outros muitos modos de se ler e viver o tempo. O próprio rio São Francisco, elemento ao qual a exposição recorre com alguma frequência permitiria se pensar nos diferentes ritmos nascidos da relação do homem com a água – apropriado como fonte de vida e renda; como via de deslocamento; ou como parte de ritos sagrados, por exemplo. E cada apropriação dessas se fará distinta a cada diferente tempo histórico, uma vez que não são relações naturais, mas históricas.

A exposição da Casa do Patrimônio de Penedo apresenta uma narrativa histórica de Penedo que exalta a noção civilizatória da formação da cidade e mantém uma perspectiva majoritariamente branca, masculina e cristã, em que homens são recorremente citados como figuras importantes em distintos cenários formativos da cidade – seja como conquistador do período colonial, seja como artista e intelectual nos séculos XIX e XX – enquanto mulheres são referidas de forma mais pontual, como na figura da secretária – profissão que com a chegada da datilografia teria tirado a mulher penedense dos trabalhos domésticos. Essa perspectiva negligencia, por exemplo, aquelas mulheres que já faziam mais do que o trabalho de casa, como as operárias das fábricas, ou aquelas para as quais o próprio trabalho doméstico e seus desdobramentos já eram formas de sobrevivência – como dona Eunice nos relembra ao falar que a moça que a criou trabalhava na fábrica de tecidos, e que ela própria sustentou seus filhos engomando roupas para fora. A história na perspectiva costuma validar fatos da cidade como conquistas a disposição de um modo de vida de determinados grupos elitizados, enquanto a narrativa encobre as participações de outros sujeitos , tais como os negros escravos e libertos, e populações marginalizadas que não usufruíam da cidades sob as mesmas condições. As próprias igrejas cristãs, oficialmente convencionadas patrimônio cultural da cidade, são narradas na exposição como monumentos relevantes, mas não se fala de que os

erigiu, por exemplo, e a não ser pontualmente, não se vê contraponto a outras formas de religiosidade na cidade. A valoração da chegada dos equipamentos e serviços urbanos como parte desse processo civilizador da cidade, oculta os lugares e sujeitos para os quais ainda hoje, mais de século depois, esses recursos são escassos.

Sendo a Casa do Patrimônio fruto das próprias contradições que perpassam o Iphan hoje, também sua exposição apresenta esses reflexos. Paralelo ao discurso dos tempos áureos da cidade, outros tentam se firmar - como a possibilidade da construção de um acervo de abastecimento contínuo através das cabines de depoimento da Sala 4. A proposta de valorização de narrativas de sujeitos do presente que percorram aquele espaço é mérito da exposição – embora na prática outros usos possam estar sendo dados – e integra a intencionalidade de se trabalhar com memória e história oral como fontes de pesquisa e como recursos expositivos, como se vê nas entrevistas das televisões da Sala 2. Os sujeitos enunciando memórias suavizam a construção de um discurso unívoco e parece potencializar, ao instigar o ato de recordar, as nossas próprias capacidades memorialistas. A memória e a identidade são importantes elementos para consolidação de uma formação crítica, objetivo que deveria pautar a prática educacional, afastando-se das concepções doutrinadoras ainda frequentemente presentes no campo. Dessas narrativas emergem, portanto, variadas possibilidades em termos de construção do conhecimento e de ampliação das reflexões sobre patrimônio cultural dentro deste espaço expositivo, mesmo que as falas selecionadas ou os personagens convidados a narrarem suas histórias sirva a corroborar com a perspectiva dos tempos áureos da cidade. Outras, porém, abrem o caminho para que se. E todas, independente do conteúdo das informações e mesmo das estratégias de construção discursivas que utilizam, apresentam ao visitante forma distinta de acesso ao conhecimento e às narrativas do patrimônio cultural – a oralidade.

Sobre a Rede Casas do Patrimônio, cabe projetar na análise de suas implantações o questionamento sobre a forma pela qual os sujeitos e grupos dessas regiões mantiveram ou elaboraram suas próprias leituras de sua história, suas próprias narrativas quanto à cidade, seus próprios pertencimentos e formas de valorar seus espaços, tempos, ritos e grupos, para além da atuação do Iphan ou de outras esferas do poder público. Em Penedo, a CPPenedo avança ao pensar espaços na exposição que seriam acolhedores à escuta dessas outras narrativas, mas, além de perpassados pelo enaltecimento dos tempos áureos, esses espaços não são desenvolvidos em seu potencial. Hoje, as cabines de depoimentos, por exemplo, funcionam como coleta de impressões sobre a visita à CPPenedo, em depoimentos bastante

curtos e similares, que pouco ressoam outras noções de história e outras perspectivas da cidade e do ser penedense, embora sirvam a nos contar das formas de apropriação e das leituras que se tem feito a partir da CPPenedo. Além disso, ainda há um público reduzido que acessa, consome – e menos ainda produz – a CPPenedo, que se divide entre turistas e escolas da cidade e de regiões vizinhas. Os modos de ser e estar na cidade, e de sentir-se penedense, são mais diversos do que o discurso fundante do patrimônio cultural que hoje atravessa a cidade por meio de políticas de preservação patrimonial, e do que a exposição da CPPenedo é capaz de mostrar. Para ampliar os diálogos possíveis – objetivo das Casas do Patrimônio – mais do que estabelecer contato, é preciso, antes, que se reaprenda as formas de comunicação e se exercite a valorização de outras vozes, mesmo quando dissonantes da nossa. Reconhecer o protagonismo local perpassa a escuta não colonizadora dos saberes, de maneira que tampouco o conhecimento local seja superestimado, quanto o conhecimento técnico e científico sobre ele se imponha, mesmo que a partir das melhores intenções possíveis, como salvador das comunidades e seus bens culturais.

A CPPenedo se colocar como a história da cidade e não como uma das histórias possíveis – ressalva que talvez possa se ler apenas em pequenas entrelinhas – ignora as descontinuidades discursivas assim como os muitos lugares de fala existentes, cada qual com os pontos cegos que sua perspectiva impõe, mas todos resultados das formas de relação com o meio e, também, com as produções de verdades de cada tempo histórico. Nesse sentido, esse trabalho ainda demonstrou a ausência de sujeitos do Barro Vermelho na imagem da cidade de Penedo criada na exposição e a relativa desconexão com os sujeitos do presente. Sair para ouvir um pouco do que alguns desses sujeitos poderiam ter a contar foi um exercício de acesso a essas narrativas que às vezes tão próximas territorialmente, a exemplo das pessoas que vivenciam a Feira Livre logo nos arredores da CPPenedo, são ausentes na exposição. Desses encontros foi possível reconhecer as práticas de invenção de si mesmo que a narrativa de uma história única negligencia. Falar, por exemplo, que é preciso recuperar a história dos tempos áureos da cidade para reconectar a população com seu passado e os elos com Penedo a fim de retomar a autoestima daquele povo, tal qual se coloca no projeto de museográfico da CPPenedo, ignora outras formas de vivência da cidade que atualmente constroem as relações de pertença e identidade, e a produção e apropriação dos bens culturais como também como formas de participação politica. É possível – e necessário – pensar no bairro Santo Antônio (aqui mencionado como Barro Vermelho), por exemplo, ultrapassando o seu estigma: Ele tanto não é apenas um passado fausto, quanto não é um presente apenas de violência e

pobreza. Historicamente um bairro marginalizado, onde a força de trabalho fabril de outra época era alocada e vivenciava as relações de poder típicas de uma sociedade do início do século XX, voltada ao progresso econômico, é hoje palco das resistências diárias de sujeitos que ressignificam seus saberes e práticas na construção do cotidiano e na interação com os territórios que habitam, forjando suas identidades.

Com base na experiência profissional junto à Superintendência do Iphan em Alagoas ao longo do tempo de pesquisa e a participação e análise do processo de implantação da Casa do Patrimônio de Penedo, podemos afirmar que, na prática, a educação patrimonial transversal ainda não é realidade no Iphan, embora haja caminhos para que esse exercício seja empreendido. É preciso sempre atentar para os riscos de se fechar em si mesmo e se satisfazer com seus conceitos, para que não se caia no ostracismo e numa estética vazia do conhecimento – e esses riscos ocorrem mesmo sob novas roupagens. A CPPenedo ainda caminha pelo processo de implantação, e essa pesquisa pode ter muitos desdobramentos construtivos para isso, uma vez que a instituição nutra a intenção de se abrir ao outro e reinventar o seu modo de ação, sabendo que as identidades com as quais trabalha e os patrimônios a elas atribuídos estão em constante processo de (trans)formação.

REFERÊNCIAS

A EDUCOMUNICAÇÃO. Disponível em: <www.usp.br/nce/aeducomunicacao> Acesso em: 29 de janeiro de 2015.

ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. Disponível em <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>

ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. **Caderno de Estudos do PEP**. COPEDOC/IPHAN-RJ, 2005.

_____. **Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública.** Anuário Antropológico, Brasília, v. 2007-8, p. 173-222, 2009. Disponível em: <www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202007/2007_antonioarantes.pdf.> Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

AZEVEDO, Francisco; QUEIROZ, Thiago; As feiras livres e suas (contra)racionalidades: Periodização e tendências a partir de Natal – RN – Brasil. In**: Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, v.18, n.1009, 2013. Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1009.htm> Acesso em 08 de junho de 2017.

BARROS, José D'Assunção. História Política – o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educere et Educare – Revista de Educação**, n°4, n°1. 1° semestre de 2009.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto**, n. 15, 2005; p.235-256.

BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-221.

BOCCHETTI, André. Entre golpes e dispositivos: Foucault, Certeau e a constituição dos sujeitos. **História da historiografia**, Ouro Preto, n.18, 2015.

CARVALHO, Ernani; PEREIRA, Marcus. Boaventura de Sousa Santos: Por uma nova gramática do político e do social. **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, 2008; 45-58.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COUTINHO, Edilma; NEVES, Halanna; NEVES, Hamanda; SILVA, Eurides. Feiras Livres do Brejo Paraibano: crises e perspectivas. In: **XLIV Congresso da Sober**. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006.. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/5/663.pdf> Acesso em 15 de junho de 2017.

DOLZANE, Miriam; MASCARENHAS, Gilmar. Feira Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. In: **Ateliê Geográfico Revista Eletrônica**. Goiânia: UFG-IESA, v.2, n.2, 2008.

ERRANTE, Antoinette. Mas, afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: **História da Educação**. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, 2000.

FARIAS, Taise Costa de. A festa: patrimônio e cultura urbana. In: III Seminário Internacional Urbicentros – Morte e vida dos centros urbanos, 2012, Salvador. **Anais do II Seminário Internacional Urbicentros: Morte e vida nos centros urbanos.** Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2012. Disponível em: <www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST104.pdf> Acesso em 05 de junho de 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ed., 2008.

_____. **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GOES, Laura; SILVA, Laise. **Programa Monumenta em Penedo-AL***:* Avaliação de um Programa Político, na Concepção dos Gestores e da População Local. Trabalho de Conclusão de Curso, UFAL, Penedo, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 11ªed. 2006.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence O. **A Invenção Das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E. MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Iphan, 1999.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. Disponível em < http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=270670 > Acesso em: 25 de setembro de 2015.

IPHAN. **Carta de Nova Olinda** - Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, 2009.

IPHAN. Superintendência do Iphan em Alagoas. **Projeto Museográfico da Casa do Patrimônio de Penedo** – Protocolo 01403-000302/2012-50, 2012a.

IPHAN. Superintendência do Iphan em Alagoas. **Contratação de empresa para execução do projeto expográfico da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo/AL** – Protocolo 01403-000915/2012-97, 2012b.

IPHAN. Superintendência do Iphan em Alagoas. **Abertura de Processo para acompanhamento da Restauração dos galpões da orla do rio – Implantação da Escola Náutica, Oficina e Marina Pública – recursos PAC-CH.** – Protocolo 01403-001025/2013-83, 2013.

IPHAN. **Casa do Patrimônio de Penedo – Acervo audiovisual**. Entrevistas por Núcleo Zero Ltda. Maceió: Iphan, 2013?a

IPHAN. **Casa do Patrimônio de Penedo – Acervo textual**. Produção por Núcleo Zero Ltda. Maceió: Iphan, 2013?b

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

IPHAN. Superintendência do Iphan em Alagoas. **Implantação Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo** – Protocolo 01403.000066/2015-14, 2015.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Inventários participativos – manual de aplicação.** Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2016.

LARROSA, Jorge. Notas sobre narrativa e identidade. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-2msIEqLTjkC&oi=fnd&pg=PA11&ots=UjYSIgkhrX&sig=0oe7-EH-NZL7iuWrdC_WUnMXEVs&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> Acesso em 31 de maio de 2017.

MELO, Airton de Souza. **Operários têxteis em Alagoas : organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964).** (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Premissas para a formulação de políticas públicas em Arqueologia. **Revista do Patrimôni***o* – Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação, IPHAN, n.33, 2007; p37-57.

MOREIRA, Luciano J. Gonçalves. **Democracia representativa: Problemas e alternativas no século XX.** 201-

OLIVEIRA, João Pacheco. O retrato de um menino Bororo: narrativa sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. **Revista Tem***po*, Rio de Janeiro, n.23, 2007?; p.73-99.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da Memória Social: uma resenha crítica. Arquivos da Memória. **Antropologia, Escala e Memória**. Lisboa, n.2 (Nova Série), 2007; pp.4-23.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRATS, Llorenç. **Antropología y Patrimonio**. Barcelona: Editora Ariel, 1997.

_____. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de antropologia social**, n.21, 2005; pp.17-35. Disponível em < http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=180913910002> Acesso em: Abril de 2012.

PREFEITURA DE PENEDO. **Prefeitura de Penedo e Iphan assinam ordem de serviço para a restauração do Montepio e construção da Marina Pública**. Prefeitura de Penedo,

Penedo, 2015. Disponível em: <http://www.penedo.al.gov.br/2015/11/prefeitura-de-penedo-e-iphan-assinam-ordens-de-servico-para-restauracao-do-monte-pio-e-construcao-da-marina-publica/> Acesso em 01.dez.2015.

RAMOS, Silvana. Programa Monumenta em Penedo (Alagoas, Brasil): A Pobreza como entrave na Revitalização do Patrimônio Cultural. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v.6, n.12, 2013.

RAMOS, Silvana; SANTOS, Jacilene; SOUZA, Helia. Rio São Francisco e Feira Livre de Penedo-AL: Limites e possibilidades enquanto atrativos turísticos culturais. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, ano 17, ed especial, Salvador, 2015.

SALES, Francisco Alberto. **Arruando para o Forte: roteiro sentimental para a cidade de Penedo**. 2.ed – Penedo: Fundação Casa do Penedo, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade monumento à cidade documento***:* A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937 – 1990). (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gradiva Publicações, 2002

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n63, 200-.

_____. **Nem tudo está perdido**, 2013. Disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Nem%20tudo%20Est%C3%A1%20Perdido%2010Janeiro2013.pdf> Acesso em: 01.fev.2016

SOUZA, João Carlos de. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá passagem do século XIX para o XX. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v.24, n.48, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a14v24n48.pdf> Acesso em 20 de junho de 2017.

SILVA, Filipe Carrera. **Espaço Público em Habermas**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora vozes, 2000.

SIVIERO, Fernando P. Patrimônio Cultural e Educação: Perspectivas cidadãs para outra esfera pública. TOLENTINO, Átila Bezerra... [et al.] (orgs.). **Educação Patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade** - Caderno Temático 4. João Pessoa: Iphan, 2014.

SPHAN. Processo nº 1.201-T-86. Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Penedo – Alagoas, 1986.

TEIXEIRA, Luana. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. In: **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa, jan/jun, 2016.

VIEIRA, Ricardo. Etnografia e história de vida na compreensão do pensamento dos professores. AZEVEDO, José; ESTEVES, Antônio Joaquim (orgs.). **Metodologias qualitativas para as ciências sociais.** Instituto de sociologia, 1998. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1143&sum=sim> Acesso em 29.jan.2015.

APÊNDICE A

Ministério da Cultura
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Superintendência do IPHAN em Alagoas

Ofício nº275 /2016 – GAB./IPHAN - AL

Maceió, 16 de junho de 2016.

Ao Senhor
PEDRO SOARES DA SILVA NETO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
Penedo, Alagoas

Assunto: **Solicitação de uso do espaço público no centro histórico de Penedo.**

Prezado senhor,

Cumprimentamos cordialmente e vimos por meio deste solicitar o uso do espaço público no centro histórico da cidade de Penedo, a saber, no dia 18 de junho de 2016, sábado, das 08h às 12h00, próximo à feira, no trecho entre o Mercado Público e a Caixa Federal, a fim de realizarmos ação de educação patrimonial por meio de pequena intervenção urbana. Trata-se da montagem temporária de uma tenda de 3mx3m para a atividade de uma equipe de 5 pessoas do setor educativo da Casa do Patrimônio do Iphan, que consistirá na coleta de depoimentos dos transeuntes acerca de suas memórias e histórias de vida relacionadas à cidade.

Certos de Vossa atenção e colaboração, reiteramos nossos protestos de estima e apreço. Colocamo-nos à disposição para sanar quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,

Sandra Gama de Araújo
Chefe da Divisão Técnica
Superintendência do IPHAN em Alagoas

Recebido 17/06/16 11h30min

Rua Sá e Albuquerque, n º 157– Casa do Patrimônio do IPHAN – Jaraguá -Maceió/AL- CEP: 57.022 - 180.

Telefone: (82) 3221 6073 / 3223 3836
Email : iphan-al@iphan.gov.br
CNPJ 26.474.056/0035 - 10

15 anos Patrimônio Cultural Imaterial

APÊNDICE B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENEDO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio,
Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

COORDENAÇÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AUTORIZAÇÃO DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO Nº 048/2016.

O Município de Penedo, por intermédio do Departamento de Fiscalização e Postura Urbana da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia autoriza ao IPHAN através do seu Superintendente Sandro Gama de Araújo, através de sua gerente Uso do Espaço Público na Praça Sabino Romariz, de frente ao Pavilhão da Farinha, para realizar uma ação educativa patrimonial, no dia 18 de junho do corrente das 08h00 até as 12h00, conforme solicitação do requerente no Processo de nº 0610-022/2016 e de acordo com o Parecer da Fiscal Edemilson Santos da Silva matrícula nº 540.

Com base na Lei 1.283/07, Art.35 do código de Posturas deste Município.

Caberá ao usuário, à responsabilidade de conservação e limpeza do local e segurança, ficando assim, a municipalidade isenta de qualquer dano causado no espaço acima mencionado.

Penedo/AL, 17 de junho de 2016.

José Silvio dos Santos
Coordenador de Fiscalização
Matricula 7056

Ciente: _____/_____/_____.

Assinatura do Requerente: _____.

APÊNDICE C

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
[CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014]

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Antonio Gomes dos Santos, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,
e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que
(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado
pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Assinatura do participante — Assinatura do estudante

Penedo, 19 de junho de 2016
Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Paulo Freire dos Santos, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Paulo Freire dos Santos — Figueiró

Assinatura do participante — Assinatura do estudante

Penedo, 19 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO **MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** [CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014]

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu José Clébio Gaia Filho, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,
e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que
(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Penedo, 13 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO **MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** [CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014]

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Sebastião Francisco d. S. Filho *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,
e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que
(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado
pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Sebastião F. Filho — Assinatura do participante

Figueiró — Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Edson Aceiro da Silva *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Edson Aceiro da Silva Fernanda Figueiro

Assinatura do participante Assinatura do estudante

Penedo, 15 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Paulo Freire dos Santos, *inscrito no CPF sob o nº* 11, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Paulo Freire dos Santos — Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2015

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu José de Araújo Lima, *inscrito no CPF sob o nº* 587173238-00, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

( ) SIM, estou de acordo que seja revelado
(X) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Maria das Graças Galvão, *inscrito no CPF sob o nº* [illegible], *residente e domiciliado na cidade de* [illegible], *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Maria das Graças Galvão — Figueiro

Assinatura do participante — Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO **MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** |CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Samuelle Martins Lobo Cardoso, *inscrito no CPF sob o nº* 104.900.924-03, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo - Al, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,
e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que
(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado
pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

9959-4080

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Maria Janice Nascimento Oliveira, *inscrito no CPF sob o nº* 064273154-39, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

99942 0700 Maria

MESTRADO	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO **MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** |CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – iPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Rosane dos Santos, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo - AL, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Rosane dos Santos — Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

18 21
082 9118-7627
Rosane

MESTRADO	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO **MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** |CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Rosicleia dos Santos, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Rosicleia dos Santos — Figueiro

Assinatura do participante — Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

(82) 9.9188 5549
Cleia

MESTRADO	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO **MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** |CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Maria Vieira, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

_____ Figueiró

Assinatura do participante — Assinatura do estudante

Penedo, 10 de junho de 2016

Local e Data

(não sabe ler)

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Valéria Santos, *inscrito no CPF sob o nº* 100130234 62, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Valéria Santos Figueiro

Assinatura do participante — Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Ana Zefa da Conceição, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

[X] ***voz***
[ ] ***imagem***
[X] ***informações,***

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

[X] ***SIM, estou de acordo que seja revelado***
[ ] ***NÃO, não estou de acordo que seja revelado***

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Josefa Conceição Lima Torres — Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32223836; 33263714.

Nestes termos, eu Valdemiro Rosendo Pereira *inscrito no CPF sob o nº* [redacted], *residente e domiciliado na cidade de* [redacted], *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Marlene Farias de Oliveira, *inscrito no CPF sob o nº* ———1———, *residente e domiciliado na cidade de* ———————, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

( ) voz
( ) imagem
( ) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

( ) SIM, estou de acordo que seja revelado
(X) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Marlene Farias de Oliveira — Fernanda Figueiró

Assinatura do participante — Assinatura do estudante

Penedo, 15 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO **MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** [CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014]

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu _____, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

_____ _____

Assinatura do participante Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Jislandia Farias Santos, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

( ) voz
( ) imagem
( ) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

( ) SIM, estou de acordo que seja revelado
(X) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Jislandia A. Stos — Assinatura do participante

Figueiró — Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Talia Farias de Oliveira, *inscrito no CPF sob o nº* ——— n ———, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Talia Farias de O. — Figueiro

Assinatura do participante — Assinatura do estudante

Penedo, 15 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu José da Rocha Lima, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,
e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que
(X) ***SIM, estou de acordo que seja revelado***
( ) ***NÃO, não estou de acordo que seja revelado***
pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

José da Rocha Lima. Figueiró

Assinatura do participante Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Manoel Messias dos Santos, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

_____ _____
Assinatura do participante Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016
Local e Data

(Não sabe ler/escrever)

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Francisco _____, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Francisco Assunção Romeiro Figueiro

Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Penedo, 18 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO **MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** |CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, e desenvolvo as atividades práticas do curso vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente V. S.ª estará contribuindo para a compreensão das pinturas murais dentro da arquitetura de Penedo no século XIX, permitindo gerar conhecimento, valorização, além de ampliar o conhecimento da riqueza do Patrimônio Cultural da cidade para além das fachadas, contribuindo também para a geração de conhecimento científico.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Anabeto do Santo, *inscrito no CPF sob o nº* _____, *residente e domiciliado na cidade de* _____, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

(X) voz
(X) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Anabeto do Santo Figueiró

Assinatura do participante Assinatura do estudante

Penedo, 16 de junho de 2016

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Elina Gomes Soares, *inscrito no CPF sob o nº* 081.234.344-13, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo-AL, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

( ) voz
( ) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Elina Gomes Soares _____

Assinatura do participante Assinatura do estudante

_____

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Marian da Silva Santos Ruiz Affucio, *inscrito no CPF sob o nº* 060.913.324-14, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo - AL, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

( ) voz
( ) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Marian da S. Santos Ruiz Affucio _____

Assinatura do participante Assinatura do estudante

_____

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Jonice Moreira dos Santos Batista, *inscrito no CPF sob o nº* 054.279.754-06, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo / Alagoas, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

( ) voz
( ) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Jonice Moreira dos Santos Batista

Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu José [illegible], *inscrito no CPF sob o nº* 437.467.727-53, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo - AL, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

( ) voz
( ) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que
(X) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

José [illegible] _____

Assinatura do participante Assinatura do estudante

_____

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu Fabiana Pinheiro dos Santos, *inscrito no CPF sob o nº* 052 270 124-82, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo - AL, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

( ) voz
( ) imagem
(X) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que

( ) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fabiana Pinheiro dos Santos _____

Assinatura do participante Assinatura do estudante

_____

Local e Data

MESTRADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
|CURSO INTERDISCIPLINAR – TURMA 2014|

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação na Pesquisa: "CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO: ENTRE NOVOS PARADIGMAS E ANTIGAS PRÁTICAS."

Prezado(a) senhor (a):

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com sede no Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, 8º andar, sala 808, Centro CEP 20030-120 - Rio de Janeiro/RJ, vinculada à Superintendência do Iphan em Alagoas, localizado na Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57022-180 – Maceió/AL.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora) e da supervisora Joelma Farias Silva de Cornejo (Supervisora) cujo objetivo é realizar uma análise sobre o processo de estabelecimento e implantação da Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo e suas relações com a sociedade civil, compreendendo como ambos constroem seus discursos sobre a cidade e o patrimônio cultural.

Os resultados dessa pesquisa só poderão ser divulgados futuramente em veículos e eventos acadêmicos como congressos e periódicos. Assume-se o compromisso de não publicar e divulgar os resultados da pesquisa em veículos de circulação em massa como jornais e revistas, antes de prévia autorização concedida por Vossa Senhoria. Vale ressaltar que a pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e científicos, sem nenhuma vinculação comercial ou intenção de exploração das imagens.

A participação de vossa senhoria envolve a autorização para que eu possa utilizar as imagens e as informações obtidas durante nosso encontro ou entrevista no âmbito da minha atual pesquisa de mestrado. A participação nesse estudo é voluntária e se V. S.ª decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os registros deste encontro ou entrevista passarão a fazer parte do acervo do Iphan.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, caso solicitado, sua identidade poderá ser mantida em sigilo.

Será garantida à Vossa Senhoria total liberdade para solicitar esclarecimento em relação à pesquisa ou a vossa participação, antes ou depois desta autorização. As dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do *e-mail* fernanda_figueiro@hotmail.com ou junto ao Iphan em Alagoas pelos telefones (82) 32216073; 32233836; 33263714.

Nestes termos, eu x Eunice Santos da Silva, *inscrito no CPF sob o nº* 309 505 204-97, *residente e domiciliado na cidade de* Penedo AL, *declaro ter participado direta ou indiretamente dessa pesquisa e* ***autorizo a utilização dos meus direitos à imagem e/ou informações cedidas, quais sejam***

( ) voz
( ) imagem
(x) informações,

e, quanto à divulgação de meu nome nos resultados da pesquisa, declaro que
( ) SIM, estou de acordo que seja revelado
( ) NÃO, não estou de acordo que seja revelado

pois estou ciente dos objetivos da pesquisa e de sua vinculação ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Eunice Santos da Silva

Assinatura do participante

Assinatura do estudante

Local e Data

ANEXO A

CASA DO
PATRIMÔNIO
IPHAN - PENEDO

IPHAN

Penedo vai receber oficina de diretrizes para implantação de sua Casa do Patrimônio



A Oficina de implantação e de construção coletiva das diretrizes para a Casa do Patrimônio de Penedo vai acontecer nos dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro, em Penedo (AL). Serão três dias de oficinas com a participação de representantes de instituições e da comunidade.

Durante os debates será elaborado um plano de trabalho conjunto, dentro de um Acordo de Cooperação Técnica, que será assinado entre os participantes da inauguração da Casa. O projeto das Casas do Patrimônio do IPHAN tem como objetivo criar um espaço de interlocução, articulação institucional e promoção de ações educativas com a comunidade local. O debate fomenta e favorece a construção coletiva do conhecimento e a participação social em ações educativas de valorização e preservação do patrimônio cultural.

A Casa que já está em funcionamento desde 05 de junho de 2014, e que hoje abriga exposição permanente da história da cidade contemplando o período de 1850 a 1950, busca a partir deste evento estabelecer parcerias com instituições e comunidade.

Oficina: Casas do Patrimônio: Aspectos conceituais e projeto de implantação.

Data: 29/09 – 01/10

Horários: 29/09/2014 – 14:00 às 17:00

30/09/2014 – 9:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00

01/10 – 09:00 às 12:00

Local: Casa do Patrimônio do IPHAN em Penedo (Av. Floriano Peixoto s/nº, esq. Siqueira Campos, Centro – Penedo/AL.)

ATENÇÃO:

Acrescente no quadro **O QUE PODE FAZER NA CASA DO PATRIMÔNIO** novas propostas que sua instituição possa executar ou colaborar;

Acrescente o nome de sua instituição no quadro **QUEM** quando puder ser parceiro de ação educativa já existente na tabela;

NO CASO DE ALGUMA INTERVENÇÃO NA TABELA, FAVOR REENVIAR O DOCUMENTO POR E-MAIL EM "RESPONDER A TODOS", PARA QUE TODOS OS PARCEIROS TENHAM CONTATO À TABELA ATUALIZADA.

TABELA DE SISTEMATIZAÇÃO

Instituição	O que faz (foco educativo)	O que pode fazer na Casa do Patrimônio	Periodicidade/ Cronograma	Quem
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS (IFAL – *CAMPUS* PENEDO)	Curso médio técnico integrado em Meio Ambiente (a partir do qual podem ser trabalhadas questões relativas à cidade de Penedo em sua dimensão ambiental, num sentido amplo). Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC): há um projeto em fase de finalização que visa a detectar, a partir de pesquisas, elementos neoclássicos	Articulação de saberes no sentido do reforço do projeto de extensão em andamento sobre a Capoeira.		IFAL/ IPHAN/ Mestre Nunes

	no patrimônio arquitetônico da cidade. Resultados das pesquisas podem ser disponibilizados para fins educativos. Projeto de Extensão voltado para a prática da capoeira: há necessidade de alguma parceria no sentido de serem empreendidas ações de cunho mais educativo (teórico e/ou histórico); Extensão: Em 2013, foi executado o projeto de extensão “Aos olhos do tempo”, que buscou trabalhar com relatos de vida e questões de memória oral de habitantes do bairro Senhor do Bonfim. É possível verificar o material gerado em decorrência das ações executadas. Pesquisa Institucional: um de nossos servidores, o professor Almir Tavares, finalizou há pouco um trabalho de mestrado que girou em torno de investigações acerca do Theatro Sete de Setembro, sua história e caracterização, bem			

	como gerou a formulação de uma proposta de trabalho educacional a partir do monumento, com o auxílio das teorias da arte-educação.			
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS (IFAL – *CAMPUS* PENEDO)		O IFAL pode atuar como um parceiro na promoção de eventos de caráter científico-educativo, inclusive através da viabilização da participação de convidados externos e/ou colaboradores eventuais nas ações.		IFAL/ SEBRAE/ UFAL?/ IPHAN
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS (IFAL – *CAMPUS* PENEDO)		O IFAL pode, também, realizar a cessão de seu espaço físico, sempre que possível e de acordo com as possibilidades da instituição, para a execução de atividades de caráter educativo.		IFAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS (IFAL – *CAMPUS* PENEDO)	Mulheres Mil: o programa, de responsabilidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, pretende trabalhar com mulheres em situação de vulnerabilidade social, em questões como culinária,	Sistematização da gastronomia penedense, publicação das receitas locais, feira gastronômica, retomar festival gastronômico (carne de jacaré) e registros feitos pela UFAL.		IFAL/IPHAN/ ASSOCIAÇÃO DAS BORDADEIRAS/ CASA DA AMIZADE / UFAL?

	beneficiamento de pescado, artesanato e saberes diversos. Atualmente não há nenhum curso em operação.			
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS (IFAL – *CAMPUS* PENEDO)		Café Literário: foi elaborado um projeto, em fase de captação de recursos, para a execução de uma série contínua de eventos relacionados à literatura, leitura e à cultura escrita de forma geral. Nesse sentido, a literatura penedense pode entrar como um dos eixos de observação, mas para isso é necessária a definição de parcerias com outros órgãos como, por exemplo, a Academia Penedense de Letras, Artes, Ciências e Cultura (APLACC), a Fundação Casa do Penedo e a própria Casa do Patrimônio de Penedo.		IFAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS (IFAL – *CAMPUS* PENEDO)		Projeto de Extensão: foi encaminhada para avaliação a proposta de execução de um projeto de extensão denominado "A Leitura do Patrimônio Imaterial da Cidade de Penedo", cujo objetivo é trabalhar com crianças dos bairros Santa Luzia, Castro Alves e Vitória questões relativas à identificação e preservação do patrimônio imaterial existente nessas comunidades. O projeto		IFAL / ESCOLA TEOTÔNIO RIBEIRO

		contempla como metodologia algumas das ações propostas no âmbito do programa Mais Educação. As ações serão desenvolvidas nos ambientes da Escola Teotônio Ribeiro, que já aceitou formalizar a parceria.		
Casa da Amizade/Associação das Bordadeiras	Projeto Arte Viva: Miniaturas de gesso de prédios históricos da cidade (em execução); Projeto em Busca de Vida (estagnado); Projeto das bordadeiras: Bordados que retratam a cultura local (trabalhando a cidadania e autoestima das mulheres participantes);	Oficinas de bordados para jovens (sendo preciso ainda pensar questões de formatação da oficina, de logística, de temáticas da ação...);		Associação das Bordadeiras/ SEBRAE
Casa da Amizade/Associação das Bordadeiras		Retomar projeto em Busca da Vida – aulas de balé (sugestão: Lei Rouanet)		Associação das Bordadeiras/ SEBRAE
Casa da Amizade/Associação das Bordadeiras		Colaboração com oficinas de bordados (a se pensar questões logísticas)		Associação das Bordadeiras/ Casa do Patrimônio/ Escolas

UFAL	Festival de cinema universitário	Pensar articulações entre as propostas da Casa do Patrimônio, parceiros e o uso do festival como ferramenta de educação patrimonial;	Anual	UFAL?
ICAMAP	Apoio à educação – formação para a cidadania nas escolas públicas: Escultura em madeira e em papel, capoeira, literatura...; Apresentação em Praça Pública das ações de projetos pedagógicos pelos alunos das Escolas Públicas de Penedo.	Projeto de educação patrimonial através do Mais Educação		ICAMAP/
Escola Estadual Professor João Valeriano de Oliveira	Jovem Cidadão Consciente – trazer o governo municipal para dentro da escola, informando suas ações.			
Associação de Turismo Pedagógico de Penedo	Itinerário cultural montado junto com colégio público – "Às margens do esquecimento"; Projeto de produção de cartilha (física e virtual) sobre a história de Penedo (hist. Negro, hist. Cinema, hist. Da cidade...) – Dificuldade:	Construção e disponibilização da cartilha (podendo contar com pesquisas na Casa do Penedo), e conseguinte apresentação da cartilha na Casa do Patrimônio.		Casa do Patrimônio/ Associação de Turismo Pedagógico de Penedo / Casa do Penedo

	meios para publicação; Fanpage no facebook com informações sobre a cidade de forma lúdica.			
Associação de Turismo Pedagógico de Penedo		Inventário pedagógico juntos às escolas, utilizando o material do Mais Educação e outras produções.		Casa do Patrimônio/ Associação de Turismo Pedagógico de Penedo/ Escolas
SEBRAE	Capacitação, apoio e orientação aos microempresários	Apoio aos projetos dos parceiros		
Ponto de Cultura Resgate dos Saberes Populares (Mestre Timaia)	Trabalho com a escola de santeiros de Penedo, através do Ponto de Cultura da Casa do Penedo.	Colaboração com oficinas junto à Casa do Patrimônio; Exposições de seu ofício...		Casa do Patrimônio/ Ponto de Cultura Resgate dos Saberes Populares
Ponto de Cultura Resgate dos Saberes Populares (Mestre Timaia)		Criação de rodas de conversas temáticas (ex: ofício dos santeiros; artesanato...)		IPHAN
Mestre Nunes	Ensino da capoeira para jovens; Projeto Mais Educação			Mestre Nunes / Escolas

APL Turismo Caminhos do São Francisco (Mauro Coutinho)	Rede de empresários do setor de turismo (hospedagem, agenciamento, guiamento, artesanato...)	Identificação de novos parceiros para apoiar o plano de ação;		APL/CASA DO PATRIMÔNIO/IPHAN
APL Turismo Caminhos do São Francisco (Mauro Coutinho)		Articulação e mobilização de agentes;		APL/CASA DO PATRIMÔNIO/IPHAN
APL Turismo Caminhos do São Francisco (Mauro Coutinho)		Interlocução com a Casa do Patrimônio de Piranhas		APL/CASA DO PATRIMÔNIO/IPHAN
SEINFRO	Apoio PAC- Cidades Históricas;	Acompanhamento a nível de obras e levantamento de dados.		
SECRETARIA DE TURISMO	Plano Municipal de Turismo – Plano de ação recém elaborado.	Elaboração de um livro didático sobre história de Penedo;		IPHAN/SEDEICMAT/ CASA DO PENEDO
SECRETARIA DE TURISMO		Incentivos ao patrimônio material e imaterial (editais que contemplem projetos nessa temática).		IPHAN/SEDEICMAT/ CASA DO PENEDO

THEATRO SETE DE SETEMBRO (Fernando)	Interlocução entre os grupos de teatros locais e busca de parcerias; Composição de projetos no teatro que contemplem esses grupos no cotidiano da cidade. Oficinas de iniciação teatral gratuita.	Transformação do Theatro e da Casa do Patrimônio como espaços vivos, espaços de convívio: Cineclube; Saraus literários; Concurso de contos (Academia Penedense de Letras); **O IFAL pode atuar em parceria com o Theatro no sentido da promoção de ações de cunho literário, dentro das propostas do projeto do Café Literário, em vias de legitimação.**		Theatro Sete de Setembro / **IFAL**
THEATRO SETE DE SETEMBRO (Fernando)				
THEATRO SETE DE SETEMBRO (Fernando)		Oficinas de teatro com crianças e jovens; Rodas de leitura; Oficina de Contação de Histórias (encontro de gerações e valorização do patrimônio e da memória)		Theatro sete de setembro/ Casa da Amizade/ Casa do Patrimônio/SESC?
THEATRO SETE DE SETEMBRO (Fernando)		Criação do Personagem Mascote da Casa do Patrimônio/ de Penedo/ do Rio São Francisco.		Theatro Sete de Setembro/ Casa do Patrimônio
Escola Manoel Soares	Grupo de 8 alunos do 9º ano mobilizados em questões cidadãs – jovens multiplicadores; Projeto Dia	Buscam parcerias para apresentações cênicas...		

	da Consciência Negra – tratando das raízes; Projeto para o aniversário de Penedo.			
Casa do Penedo	Recebe alunos de escolas, professores, e público espontâneo para pesquisas em seu acervo; Biblioteca aberta ao público; Memorial; Acervo fotográfico na internet em parceria com a Petrobras.	Pensar conjuntamente propostas de ação contínua; Disponibilizar acervo; Criação da Marca de turismo Penedo (através de um concurso/edital)		
IPHAN	Tem o objetivo de preservar o sítio histórico de Penedo, tornar sua população participante do processo de preservação, assim como aperfeiçoar a gestão do mesmo, contribuindo para a utilização econômica, cultural e social local. Este programa, inclusive, mantém um arquiteto contratado especialmente para a cidade; Fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens culturais da cidade; Concurso anual Lapinhas de	Oficina de formação de professores na temática do patrimônio cultural;		IPHAN

	Penedo; Exposição interativa sobre a história da cidade na Casa do Patrimônio, aberta à visitação de público espontâneo, escolas e outros grupos interessados; Programa Educativo para a Casa do Patrimônio em fase de redação; Participação no Conselho do FUNPATRI			
IPHAN		Conversas Temáticas (mestres santeiros; grupos de artesanato; microempresários...); Rodas de memória;		IPHAN
IPHAN		Colaborar com exposições (a se pensar local); **O IFAL pode ceder espaço para a exibição institucional das ações da Casa do Patrimônio em alguns de seus eventos, tais como a Mostra de Extensão e/ou o Encontro Nordestino de Assistência Estudantil.**		IPHAN / **IFAL**

IPHAN		Formar acervo através de coleta de relatos (princípio de um trabalho com história oral) e criação de um banco de depoimentos/memórias online;		IPHAN / **IFAL**
IPHAN		Arruando Penedo (olhares das crianças sobre a cidade);		IPHAN/UFAL (Ana Paula Pontes)?
IPHAN		Programa de rádio de educação patrimonial – programetes;		IPHAN/ Rádio Penedo FM?/ UFAL?
IPHAN		Blog e Facebook - Observatório de editais e oportunidades, colaborando na divulgação e acesso à informação;		IPHAN/ Daniela
IPHAN		Oficina para elaboração de projetos, estimulando a autonomia dos moradores/artistas/associações;		IPHAN
IPHAN		Ceder seus espaços e instalações físicas para eventos/reuniões/projetos com fins culturais e educacionais;		IPHAN

IPHAN		Dar continuidade à ação Concurso de Lapinhas e aprimorá-lo. A ação educativa busca a promoção, valorização e manutenção dessa referência cultural da cidade, envolvendo os moradores na continuidade do modo de fazer e visitar Lapinhas.		IPHAN

ANEXO C

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS, A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL UNIDADE DE PENEDO; O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL CAMPUS PENEDO; A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO – SECTUR; A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO – SEDEICMAT; A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED; A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DE PENEDO – SEINFRO; A SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO – SECOM. A SOCIEDADE CULTURAL BARQUEIROS DO VELHO CHICO; O INSTITUTO CULTURAL ARTISTICO E DO MEIO AMBIENTE DE PENEDO – ICAMAP; A CASA DA AMIZADE DE PENEDO; A FUNDAÇÃO CASA DO PENEDO; VISANDO A IMPLANTAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA CASA DO PATRIMÔNIO DE PENEDO/AL.

ACT Nº 01/2016 – SUPERINTENDÊNCIA IPHAN/AL

Aos XX dias do mês de fevereiro do ano de 2016, o **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN**, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, constituídos pela Lei nº8.029 e pela Lei nº8.113, respectivamente de 12 de abril e 12 de dezembro de 1990, por intermédio da Superintendência de Alagoas, doravante denominada IPHAN/AL, situada na cidade de Maceió, estado de Alagoas, à Rua Sá e Albuquerque, nº 157, Jaraguá, CEP 57.022-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.474.056/0035-10, neste ato representada por seu Superintendente **MARIO ALOÍSIO BARRETO MELO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 127400, inscrito no CPF sob o nº 068.384.804-68; a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**, por intermédio da Unidade de Penedo, doravante denominada UFAL, situada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Av. Divaldo Suruagy, s/nº, CEP 57.000000, inscrita no CNPJ sob o nº 24.464.109/0001-48, neste ato representada pela Reitora da Instituição **VALÉRIA CORREIA** , portadora da Cédula de Identidade RG nº xxx; inscrita no CPF sob o nº xxx; o **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS PENEDO**, doravante denominado IFAL, situado na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Rodovia Engenheiro Joaquim Gonçalves, s/n, CEP 57.200000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.825.373/0006-60, neste ato representado pelo seu Diretor Geral **CARLSON LAMENHA APOLINÁRIO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2002001283140, inscrito no CPF sob o nº 347.915.154-04; a **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**, doravante denominada SECTUR, situada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Rua Dâmaso do Monte, 147, Centro histórico, CEP 57.200-000, inscrita no CNPJ sob

o nº 12.243.697/0001-00, neste ato representada pelo seu Secretário **HUGO MENEZES CHAGAS DE CARVALHO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1360450; inscrito no CPF sob o nº 013.600.664-70; a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**, doravante denominada SEDEICMAT, situada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Rua Sete de Setembro,116, Centro Histórico, CEP 57.200-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.243.697/0001-00, neste ato representada pelo seu Secretário **PEDRO SOARES DA SILVA NETO**, portador da Cédula de Identidade RG Nº 642904, inscrito no CPF sob o nº 332.403.104-49; a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, doravante denominada SEMED, situada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Rodovia AL-110 Km03, CEP 57.200-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.096.331/0001-53, neste ato representada pelo seu Secretário **LUCIANO BARROS LUCENA**, portador da Cédula de Identidade RG Nº1670099, inscrito no CPF sob o nº 029.129.714-54; a **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DE PENEDO**, doravante denominada SEINFRO, situada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Av. Nilo Peçanha, nº106, CEP 57.200000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.243.697/0001-00, neste ato representada pelo seu Secretário **VALMIR LESSA LÔBO SANTOS**, portador da Cédula de Identidade RG nº 130.621, inscrito no CPF sob o nº 067.996.554-87; a **SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO**, doravante denominada SECOM, situada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Praça Barão do Penedo, 19, Centro Histórico, CEP 57.200-000, inscrita no CNPJ sob o nº12.243.697/0001-00, neste ato representada pelo seu Secretário **RAFAEL MEDEIROS**, portador da Cédula de Identidade RG nº1411238, inscrito no CPF sob o nº028.121.034-93; a **SOCIEDADE CULTURAL BARQUEIROS DO VELHO CHICO**, doravante denominada Barqueiros do Velho Chico, situada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Rua São Francisco, 172, CEP 57.200-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08.321.299/0001-98, neste ato representada pela sua Presidente **LÚCIA REGUEIRA LUCENA**, portadora da Cédula de Identidade RG Nº 144-321, inscrita no CPF sob o nº 207906864-49; o **INSTITUTO CULTURAL ARTISTICO E DO MEIO AMBIENTE DE PENEDO**, doravante denominado ICAMAP, situado na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Rua Barão do Rio Branco, Centro, CEP 57.200-000, inscrito no CNPJ sob o nº 16.835.663/0001-66, neste ato representado pelo seu Presidente **ROBERTO VIEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 103.533, inscrito no CPF sob o nº 035.886.884-04; a **CASA DA AMIZADE DE PENEDO**, doravante denominada Casa da Amizade, situada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Praça Marechal Deodoro, 31, Centro Histórico, CEP 57.200-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.432.241/0001-99, neste ato representada pela sua Presidente **FRANCISCA LIMA LESSA LÔBO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 574.112, inscrita no CPF sob o nº 099.300.601-97; a **FUNDAÇÃO CASA DO PENEDO**, doravante denominada Casa do Penedo, situada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, à Rua João Pessoa, 126, Centro, CEP 57.200-000, inscrita no CNPJ sob o nº 24.180.721/0001-99, neste ato representada pelo seu Presidente **FRANCISCO ALBERTO SALES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 181.058, inscrito no CPF sob o nº 004.073.051-49; **RESOLVEM** firmar o presente **Acordo de Cooperação Técnica,** que será em tudo regido pelos preceitos e princípios de direito público e obedecerá em especial às normas e disposições contidas na Instrução Normativa nº001/97, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e no Decreto nº93.872/86 e no que couber às disposições da Lei nº8.666/93, bem como nos termos da Portaria Interministerial nº127/MP/MF/CCGU de 29/05/2008, devendo ser executado em estrita observância das cláusulas e condições constantes deste instrumento que ora se aceitam e mutuamente se outorgam nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto a mútua cooperação técnica entre as partes visando à implementação e funcionamento da *Casa do Patrimônio de Penedo/AL.*

§1º - "Casas do Patrimônio" é um conceito utilizado pelo Iphan para designar espaços nos quais se desenvolvem ações dialógicas de educação, preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural. A *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* se insere nesse contexto e será estruturada de forma a atender as seguintes diretrizes gerais definidas na "Carta de Nova Olinda", documento norteador dos conceitos inerentes às Casas do Patrimônio:

a) Garantir um espaço para a troca de experiências;

b) Valorizar as ações educativas com interface entre o patrimônio cultural, história, meio ambiente e turismo;

c) Estimular a participação da população nas decisões sobre proteção do patrimônio cultural;

d) Promover oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à capacitação de profissionais para atuar na área.

§2º – A *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* constitui-se em uma rede de parceiros que atuam na área do Patrimônio Cultural. Ao agregarem-se em Rede esses parceiros buscam fortalecer a troca de experiências, a soma de esforços e a ampliação de resultados na proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural.

§3º - A *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* têm por objetivos constituir, articular e fomentar espaços de interlocução com a comunidade local, visando propiciar o debate e a participação social na identificação, gestão, proteção e valorização do patrimônio cultural.

§4º – A *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* será articulada no espaço virtual por meio de trocas de e-mails e no espaço físico por meio de reuniões periódicas presenciais. Essas reuniões poderão ser realizadas na Casa do Patrimônio do Iphan em Penedo ou na sede dos parceiros.

§5º – A participação nas atividades da *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* é aberta a todos os cidadãos interessados em temáticas relacionadas ao Patrimônio Cultural. A adesão formal à *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* é realizada por meio do envio de um "Termo de Adesão" ao Iphan/AL e poderá ser solicitada por instituições que atuem na proteção, salvaguarda, valorização e promoção do Patrimônio Cultural.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES

Em decorrência do presente ACORDO, as partes responsabilizam-se:

1. IPHAN/AL:

a) Gerir e articular a *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

b) Mobilizar e coordenar as reuniões do Grupo de Trabalho;

c) Realizar a cessão de seu espaço físico, sempre que possível e de acordo com as possibilidades da instituição, para a execução de atividades de caráter cultural e educativo;

d) Participar das "reuniões de oficineiros", a fim de pensar, criar e planejar possíveis oficinas de educação patrimonial a serem fomentadas ou executadas pelos parceiros.

e) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação na área do Patrimônio Cultural;

f) Planejar, implementar, fomentar e/ou divulgar as atividades da *Casa do Patrimônio de*

Penedo/AL previstas no Plano de Trabalho.

2. UFAL:

a) Atuar como parceiro em ações que visem a educação patrimonial para a população em geral, principalmente nas que se referem a compreensão e sensibilização para o tombamento de Centro Histórico e sua importância para o desenvolvimento do município e a atividade econômica do turismo.

b) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação, tal como a oficina "UFAL vai à escola";

c) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

d) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

3. IFAL:

a) Atuar como um parceiro na promoção de eventos de caráter científico-educativo, inclusive através da viabilização da participação de convidados externos e/ou colaboradores eventuais nas ações;

b) Realizar a cessão de seu espaço físico, sempre que possível e de acordo com as possibilidades da instituição, para a execução de atividades de caráter cultural e educativo;

c) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação;

d) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

e) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

4. SECTUR:

a) Disponibilizar, dentro de suas possibilidades, o acesso a informações e dados referentes aos levantamentos, inventários e estudos culturais da cidade;

b) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação;

c) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

d) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

5. SEDEICMAT:

a) Incentivar à promoção do patrimônio material e imaterial local, atentando, por exemplo, para a criação de editais que contemplem projetos nessa temática;

b) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação;

c) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

d) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

6. SEMED:

a) Discutir propostas de criação de um projeto que insira a disciplina de Educação Patrimonial

na rede municipal de ensino;

b) Ser o articulador entre os parceiros e as instituições escolares, colaborando na execução das atividades previstas no Plano de Trabalho e outras que venham a ocorrer e que envolvam professores, funcionários e alunos da rede pública de ensino;

c) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação;

d) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

e) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

7. SEINFRO:

a) Prestar um acompanhamento a nível de obras, levantamento de dados e apoio ao PAC-Cidades Históricas;

b) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação;

c) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

d) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

8. SECOM:

a) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação;

b) Apoiar as ações dos parceiros, principalmente no que tange a divulgação;

c) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

d) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

9. BARQUEIROS DO VELHO CHICO:

a) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação;

b) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

c) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

10. ICAMAP:

a) Apoiar projetos pedagógicos a serem executados nas escolas públicas da cidade, visando a formação para a cidadania;

b) Articular, mediar e fomentar a relação entre a *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* e as escolas da rede pública.

c) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação;

d) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

e) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

11. CASA DA AMIZADE:

a) Participar das "reuniões de oficineiros", a fim de pensar, criar e planejar possíveis oficinas de educação patrimonial a serem fomentadas ou executadas pelos parceiros.

b) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação, tais como oficinas de bordado e comunicações sobre a história da associação;

c) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

d) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

12. CASA DO PENEDO:

a) Promover ações de educação patrimonial e assessorar na elaboração de planos de ação voltados ao fomento cultural na cidade de Penedo.

b) Realizar, dentro de suas possibilidades, ações educativas de sensibilização e capacitação;

c) Participar das reuniões do Grupo de Trabalho, propor e realizar atividades na *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* previstas no Plano de Trabalho;

d) Divulgar e participar das atividades realizadas pela *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*;

CLÁUSULA TERCEIRA – DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO

Estão previstas como ações iniciais da Casa do Patrimônio de Penedo/AL:

a) Realização de reuniões do Grupo de Trabalho para dialogar sobre temáticas relacionadas ao patrimônio cultural e planejar as ações da Casa.

b) Organização e realização de eventos e oficinas que propiciem a troca de experiências, o debate e a socialização de conhecimento sobre patrimônio cultural;

§1º – As atividades previstas nas cláusulas acima foram programadas para serem desenvolvidas durante o ano de 2015, tendo sido iniciadas já em 2014 – a partir da Oficina de Implantação da Casa do Patrimônio de Penedo no mês de outubro - algumas ações pontuais, e podendo ser alteradas, suprimidas ou ampliadas, de acordo com os encaminhamentos das Reuniões do Grupo de Trabalho e o Plano de Trabalho estabelecido de comum acordo entre as partes.

§2º – Toda a programação das atividades, além das previstas nas cláusulas anteriores, deverá ser definida de comum acordo entre as partes, respeitando-se as diretrizes definidas nas cláusulas primeira e segunda deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO GRUPO DE TRABALHO E DO PLANO DE TRABALHO

Na execução deste ACORDO, os representantes legais das instituições partícipes representarão os signatários no cumprimento do seu objeto.

§1º - Para integrar o Grupo de Trabalho do presente ACORDO, cada um dos signatários designará, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, um Titular e um Suplente.

§2º – O Grupo do Trabalho realizará reuniões ordinárias bimestrais, em datas fixas previamente definidas de comum acordo entre os partícipes.

§3º – O objeto, justificativa, desenvolvimento, metas, etapas e cronograma para a execução dos trabalhos discriminados encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho anexo, que fazem parte integrante deste instrumento, para todos os fins e efeitos jurídicos, aprovado pelos partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO ACORDO

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 01 ano, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado através de Acordo Aditivo, havendo manifestação expressa das partes.

CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL

O pessoal indicado para desenvolver as atividades concernentes a este ACORDO permanecerá vinculado aos seus órgãos/instituições de origem.

PARÁGRAFO ÚNICO – Todas as obrigações contraídas em decorrência das contratações que se fizeram necessárias à consecução deste ACORDO serão de responsabilidade das partes que as realizarem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSO FINANCEIROS

Não haverá transferência voluntária de recursos entre os partícipes para a execução do Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena execução do objeto acordado tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de recursos próprios das partes e aprovados em seus respectivos orçamentos. Na hipótese dos partícipes programarem transferência de recursos, tal ajuste será formalizado por meio de TERMO DE COOPERAÇÃO, nos termos do art. 1º, §1º, III, do Decreto nº 6.170/2007 e art. 1º, §1º , XVII da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 342, de 05 de novembro de 2008, e demais legislações sobre a matéria.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E ADESÕES

As condições estabelecidas no presente ACORDO poderão ser alteradas, em todo ou em parte, através da firmatura de instrumento denominado "Termo Aditivo", com as devidas justificativas, mediante proposta a ser apresentada no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do seu término e desde que aceitas pelos partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Após assinatura do presente ACORDO, caso outro partícipe queira aderir formalmente à *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*, deverá enviar Termo de Adesão ao IPHAN/AL, que analisará a solicitação e deferirá ou não o pedido. Então, posteriormente, será elaborado um "Termo Aditivo" para a adesão dos novos partícipes.

CLÁUSULA NONA – DA RECISÃO E DA DENÚNCIA

Este ACORDO poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo, e denunciado de comum entendimento entre os partícipes, ou unilateralmente, desde que o partícipe desinteressado ou denunciante comunique por escrito sua decisão com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias - tomadas as providências para a salvaguarda dos trabalhos em curso, respeitando as obrigações, porventura, assumidos com terceiros – ou de imediato, nas hipóteses de caso fortuito, de força maior, ou de descumprimento de qualquer cláusulas ou condições estabelecidas neste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de denúncia, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de instrumento de "Encerramento do Acordo" que estabeleça as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências, inclusive naquilo que se refere ao destino de bens eventualmente cedidos por empréstimo ou cessão de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O IPHAN/AL providenciará a publicação do Acordo em extrato no Diário Oficial da União dentro até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum entendimento pelos partícipes do presente ACORDO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Seção Judicial Federal em Alagoas, para dirimir as dúvidas e controvérsias decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser resolvidos administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, firmam as partes o presente instrumento em 11 vias de igual teor, forma e data, para um só fim de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas que a tudo assistiram.

Penedo, AL, 17 dias de junho de 2015.

MARIO ALOÍSIO BARRETO MELO
Superintendente – IPHAN/AL

VALÉRIA CORREIA
Reitora - UFAL

CARLSON LAMENHA APOLINÁRIO
Diretor Geral – IFAL/ Campus Penedo

HUGO MENEZES CHAGAS DE CARVALHO
Secretário Municipal - SECTUR

PEDRO SOARES DA SILVA NETO
Secretário Municipal - SEDEICMAT

LUCIANO BARROS LUCENA
Secretário Municipal - SEMED

VALMIR LESSA LÔBO SANTOS
Secretário Municipal - SEINFRO

RAFAEL MEDEIROS
Secretário Municipal – SECOM

LÚCIA REGUEIRA LUCENA
Presidente da Sociedade Cultural Barqueiros do Velho Chico

ROBERTO VIEIRA
Presidente do ICAMAP

FRANCISCA LIMA LESSA LÔBO
Presidente da Casa da Amizade de Penedo

FRANCISCO ALBERTO SALES
Presidente da Fundação Casa do Penedo

Testemunha 1
Nome:_____
CPF:_____

Testemunha 2
Nome:_____
CPF:_____

ANEXO D

Ministério da Cultura
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Superintendência do IPHAN em Alagoas

PLANO DE TRABALHO

1.IDENTIFICAÇÃO DOS PARTÍCIPES

1.1 PARTÍCIPE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN			CNPJ: 26.474.056/0035-10
ENDEREÇO: Rua Sá e Albuquerque, 157, bairro Jaraguá			
CIDADE: Maceió	UF: Alagoas	CEP: 57.022-180	TELEFONE: (82) 32216073/32233836
RESPONSÁVEL: Mário Aloísio Barreto Melo CPF: 068.384.804-68 CI:127400 SSP/AL CARGO: Superintendente Estadual			

1.2 PARTÍCIPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UNIDADE PENEDO			CNPJ: 24.464.109/0001-48
ENDEREÇO: Av. Divaldo Suruagy, s/nº			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.000-000	TELEFONE: (82) 3551-2784
RESPONSÁVEL: Valéria Correia CPF: xxx CI: xxx CARGO: Reitora			

1.3 PARTÍCIPE

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS PENEDO			CNPJ: 10.825.373/0006-60
ENDEREÇO: Rodovia Engenheiro Joaquim Gonçalves, s/n			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.200-000	TELEFONE: (82)3194-1150
RESPONSÁVEL: Carlson Lamenha Apolinário CPF: 347.915.154-04 CI: 2002001283140 SSP/AL CARGO: Diretor Geral			

1.4 PARTÍCIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO			CNPJ: 12.243.697/0001-00
ENDEREÇO: Rua Dâmaso do Monte, 147, Centro histórico			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.200-000	TELEFONE: (82)98183377/ 93716751
RESPONSÁVEL: Hugo Menezes Chagas de Carvalho CPF: 013.600.664-70 CI: 1360450 SSP/SE CARGO: Secretário Municipal			

1.5 PARTÍCIPE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			CNPJ: 12.243.697/0001-00
ENDEREÇO: Rua sete de Setembro, 116 – Centro Histórico			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.200-000	TELEFONE: (82) 3551-3151
RESPONSÁVEL: Pedro Soares da Silva Neto CPF: 332.403.104-49 CI: 642904 SSP/SE CARGO: Secretário Municipal			

1.6 PARTÍCIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			CNPJ: 06.096.331/0001-53
ENDEREÇO: Rodovia AL-110 Km03			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.200-000	TELEFONE: (82) 35513-033
RESPONSÁVEL: Luciano Barros Lucena CPF: 029.129.714-54 CI: 1670099 SSP/AL CARGO: Secretário Municipal			

1.7 PARTÍCIPE

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DE PENEDO			CNPJ: 12.243.697/0001-00
ENDEREÇO: Av. Nilo Peçanha, nº106			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.200-000	TELEFONE: (82) 35515295
RESPONSÁVEL: Valmir Lessa Lôbo Santos CPF: 067.996.554-87 CI: 130.621 SSP/AL CARGO: Secretario Municipal			

1.8 PARTÍCIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO			CNPJ: 12.243.697/0001-00
ENDEREÇO: Praça Barão de Penedo, 19, Centro Histórico			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.200-000	TELEFONE: (82) 35513994/88268086
RESPONSÁVEL: Rafael Medeiros CPF: 028.121.034-93 CI: 1411238 SSP/AL CARGO: Secretário Municipal			

1.9 PARTÍCIPE

SOCIEDADE CULTURAL BARQUEIROS DO VELHO CHICO			CNPJ: 08.321.299/0001-98
ENDEREÇO: Rua São Francisco, 172			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.200-000	TELEFONE: (82) 9999-8623
RESPONSÁVEL: Lúcia Regueira Lucena CPF: 207.906.864-49 CI:144321 SSP/AL CARGO: Presidente			

1.10 PARTÍCIPE

INSTITUTO CULTURAL ARTISTICO E DO MEIO AMBIENTE DE PENEDO - ICAMAP			CNPJ: 16.835.663/0001-66
ENDEREÇO: Rua Barão do Rio Branco, nº50, Centro			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57200000	TELEFONE: (82) 35514204
RESPONSÁVEL: Roberto Vieira da Silva CPF: 035.886.884-04 CI: 103.533 SSP/AL CARGO: Presidente			

1.11 PARTÍCIPE

CASA DA AMIZADE DE PENEDO			CNPJ: 12.432.241/0001-99
ENDEREÇO: Praça Marechal Deodoro, 31, Centro Histórico			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.200-000	TELEFONE: (82) 35514491/99257768
RESPONSÁVEL: Francisca Lima Lessa Lôbo CPF: 099.300.601-97 CI: 574.112 SSP/DF CARGO: Presidente			

1.12 PARTÍCIPE

FUNDAÇÃO CASA DO PENEDO			CNPJ: 24.180.721/0001-99
ENDEREÇO:			

Rua João Pessoa, 126, Centro			
CIDADE: Penedo	UF: Alagoas	CEP: 57.200-000	TELEFONE: 3551-6938
RESPONSÁVEL: Francisco Alberto Sales CPF: 004.073.051-49 CI: 181.058 SSP/DF CARGO: Presidente			

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto a mútua cooperação técnica entre as partes visando à implementação e funcionamento da *Casa do Patrimônio de Penedo/AL*. Cada partícipe se propõe a trabalhar de forma democrática e coletiva para a valorização do patrimônio cultural local e desenvolvimento de ações educativas na área do patrimônio cultural, executando suas atividades propostas no presente Plano de Trabalho e apoiando a execução das atividades dos demais partícipes.

2.2 JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A *Casa do Patrimônio de Penedo/AL* se justifica no entendimento de que a soma de esforços, a troca de experiências, e a democratização do conhecimento pode vir a ampliar os resultados na identificação, valorização e proteção do Patrimônio Cultural. O presente acordo pretende garantir um espaço para a troca de experiências; a valorização e ampliação das ações educativas já realizadas por cada partícipe; a interface entre patrimônio cultural, história, meio ambiente e turismo; estimular a participação da comunidade nas decisões sobre proteção do patrimônio cultural; e promover oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à capacitação de profissionais para atuar na área.

2.3 PRAZO PARA EXECUÇÃO

O prazo de execução é de 1 ano a contar da data de assinatura deste ACORDO.
As atividades previstas nas cláusulas acima foram programadas para serem desenvolvidas nos anos de 2014 e 2015, podendo ser alteradas, suprimidas ou ampliadas, de acordo com os encaminhamentos das Reuniões do Grupo de Trabalho e o Plano de Trabalho estabelecido de comum acordo entre as partes.

3. PÚBLICO ALVO

O público-alvo do presente ACORDO é diversificado, assim como as ações a serem desenvolvidas. Resumidamente podemos indicar como público-alvo: Professores e alunos da educação básica; Guias e informantes; e Moradores da área tombada.

4. CRONOGRAMA E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES – METAS/ETAPAS

O cronograma de execução das atividades está detalhado na planilha em anexo. No cronograma poderão constar pessoas jurídicas e pessoas físicas não mencionadas anteriormente neste instrumento, as quais se disponibilizaram em apoiar determinadas ações

previstas no Plano de Trabalho, mas que, por razões de impossibilidade ou desinteresse, não oficializaram parceria.

5. RECURSOS FINANCEIROS

Não é prevista a transferência de recursos financeiros entre IPHAN e os demais partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo cada entidade integral e exclusivamente responsável pelas despesas relativas às suas atribuições e à participação de seus técnicos, respeitadas as disponibilidades orçamentárias.

6. APROVAÇÃO

1.1 Partícipe INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Mario Aluísio Barreto Melo Superintendente – IPHAN/AL
1.2 Partícipe UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL UNIDADE PENEDO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Valéria Correia Reitora – UFAL
1.3 Partícipe INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL CAMPUS PENEDO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Carlson Lamenha Apolinário Diretor Geral - IFAL Penedo
1.4 Partícipe SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Hugo Menezes Chagas de Carvalho Secretário Municipal - SECTUR
1.5 Partícipe SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Pedro Soares da Silva Neto Secretário Municipal - SEDEICMAT

1.6 Partícipe SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Luciano Barros Lucena Secretário Municipal - SEMED
1.7 Partícipe SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DE PENEDO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Valmir Lessa Lôbo Santos Secretário Municipal – SEINFRO
1.8 Partícipe SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Rafael Medeiros Secretário Municipal - SECOM
1.9 Partícipe SOCIEDADE CULTURAL BARQUEIROS DO VELHO CHICO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Lúcia Regueira Lucena Presidente – Barqueiros do Velho Chico
1.10 Partícipe INSTITUTO CULTURAL ARTISTICO E DO MEIO AMBIENTE DE PENEDO – ICAMAP Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ José Vieira da Silva Presidente – ICAMAP
1.11 Partícipe CASA DA AMIZADE DE PENEDO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Francisca Lima Lessa Lôbo Presidente – Casa da Amizade
1.12 Partícipe FUNDAÇÃO CASA DO PENEDO Penedo, ____ de _____ de 2016 _____ Francisco Alberto Sales Presidente – Casa do Penedo